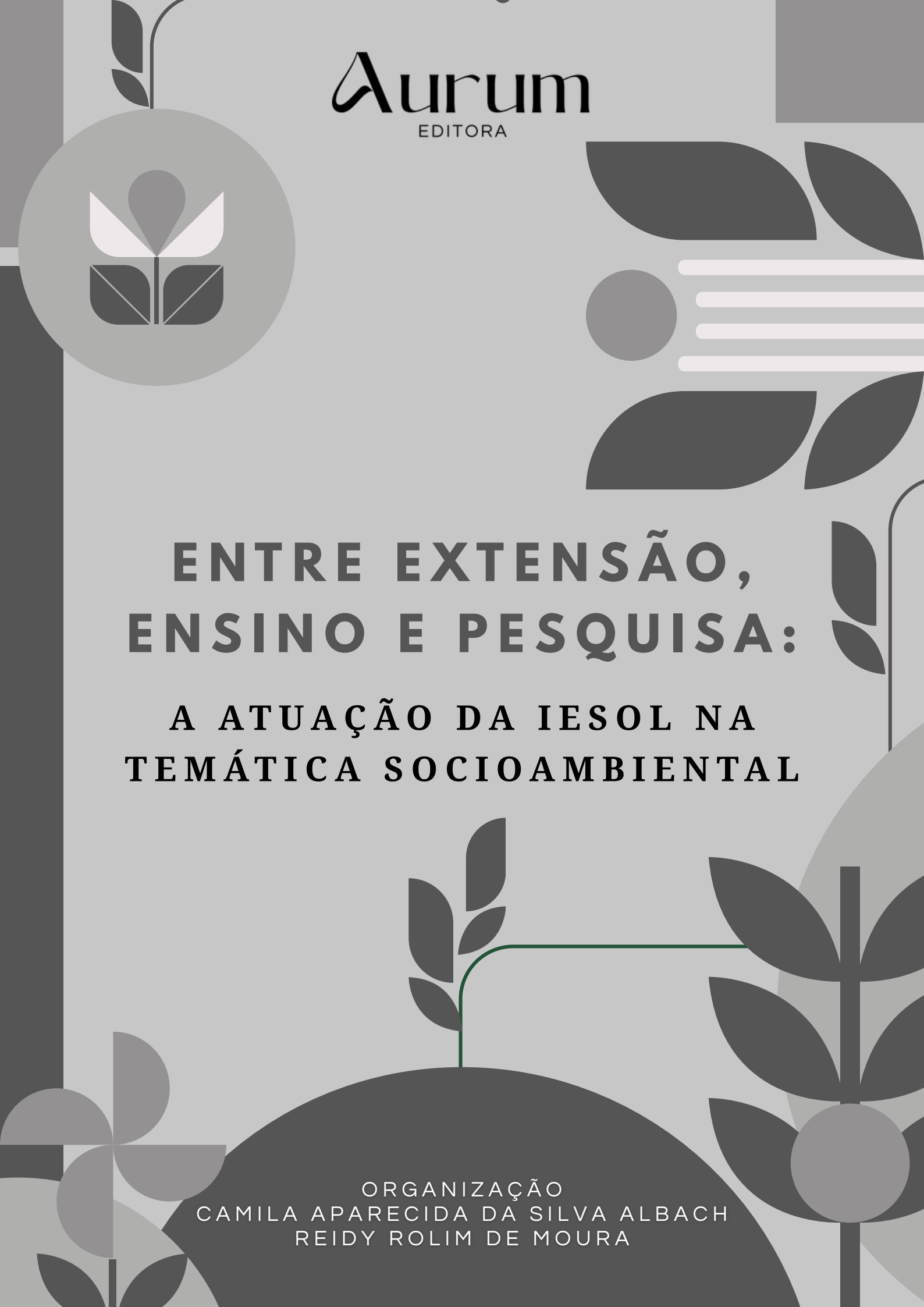


Aurum
EDITORA

ENTRE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA:

A ATUAÇÃO DA IESOL NA
TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

ORGANIZAÇÃO
CAMILA APARECIDA DA SILVA ALBACH
REIDY ROLIM DE MOURA



Aurum
EDITORA

ENTRE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA:

**A ATUAÇÃO DA IESOL NA
TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL**

ORGANIZAÇÃO
CAMILA APARECIDA DA SILVA ALBACH
REIDY ROLIM DE MOURA

AURUM EDITORA LTDA – 2026

Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

ORGANIZADORAS DO LIVRO

Camila Aparecida da Silva Albach

Reidy Rolim de Moura

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Magnific Team, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

ÁREA DE CONHECIMENTO

Ciências Ambientais

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2026 Os Autores

Edição Copyright © 2026 Aurum Editora
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação duplo-cega, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adicélia Rodrigues Souza - Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão.

Aline Borba Alves - Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão.

Amanda Pereira Moreira - Mestra em Letras pela Universidade Federal de Lavras.

Antonio Ismael Lopes de Sousa - Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Bárbara Silvestre da Silva Pereira - Doutoranda em Enfermagem e Biociências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Bianca Martins Knap - Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Carlos Adriano Martins - Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul.

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cláudio Alberto de Sá Quirino - Mestre profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Damião Evangelista Rocha - Doutorando em Saúde e Desenvolvimento Humano pela Universidade La Salle - Canoas.

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Diego Emanuel Veis Bentancourt - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.

Diego Pinto de Oliveira - Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Alfenas.

Elberto Teles Ribeiro - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.



Equiton Lorengian Grégio - Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Evaldo Batista Mariano Júnior - Doutorando em Educação pela Universidade de Uberaba.

Fábio Henrique de Souza Lacerda - Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes.

Flávia Maria Silva Brito - Doutora em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Flávio Roberto Chaddad - Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Francisco Samuel Laurindo de Lima - Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará.

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí.

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará.

Glicerinaldo de Sousa Gomes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás.

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira - Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Tocantins de Porto Nacional.

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins.

Joelson Lopes da Paixão - Doutorando em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Maria.

Joice Marisa Görgen Junqueira - Mestra em Educação pela Universidade La Salle - Canoas.

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino.

José Carlos dos Santos Silva - Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.



José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco.

José Henrique Rodrigues Machado - Doutor em Ciências Sociais - Programa de Performances Culturais, pela Universidade Federal de Goiás.

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Passo Fundo.

José Ronaldo de Freitas Machado - Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba.

Jungley de Oliveira Torres Neto - Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Karyne Oliveira Coelho - Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Goiás.

Layse da Silva Vieira - Mestranda em Vigilância em Saúde pela Universidade Iguazu.

Lidiana da Cruz Pereira - Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí.

Lidiane Álvares Mendes - Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto.

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Lucia Helena Santana Ferreira - Doutoranda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

Maiara Martins Doná - Mestra em Educação pela Universidade de Sorocaba.

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.



Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcelo Bustamante Chilingue - Doutorando em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marcelo Carvalho da Conceição - Doutor em Biologia Estrutural e Funcional pela Universidade Federal de São Paulo.

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Maria da Luz Olegário - Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

Maria Nazaré Lopes Baracho - Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK.

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.

Marinely Aparecida Clemente - Mestra em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos.

Marlon Messias Santana Cruz - Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Michael Douglas Alves dos Santos - Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia.

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás.

Natan Gomes dos Santos - Graduado em Biomedicina pela Faculdade Madre Thais.

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci.

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Romário Silva Ribeiro - Doutorando em Educação pela Christian Business School.

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Samuel Francisco Rabelo - Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes.

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará.



Silvana Maria Aparecida Viana Santos - Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University.

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca.

Stefany Reis Marquioli - Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Suely Maria da Silva - Mestra em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco.

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí.

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School.

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira.

Zaqueu Henrique de Souza - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E61

Entre Extensão, Ensino e Pesquisa [recurso eletrônico] : A Atuação da IESol na Temática Socioambiental / organização Camila Aparecida da Silva Albach, Reidy Rolim de Moura. – Curitiba, PR: Aurum Editora, 2026.
Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6223-047-5

1. Ensino superior. 2. Meio ambiente. 3. Ensino. 4. Pesquisa. 5. Extensão universitária. I. Albach, Camila Aparecida da Silva. II. Moura, Reidy Rolim de. III. Título.

CDU 378

Catalogação na fonte: Bruna Heller (CRB10/2348)

Índices para catálogo sistemático:

1 Ensino superior 378

DOI: 10.63330/livroautor862026-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



ORGANIZADORAS

Camila Aparecida da Silva Albach

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (bolsista do CNPq), pesquisando sobre Soluções Baseadas na Natureza, Economia Solidária e políticas públicas socioambientais. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (2025). Bacharela em Serviço Social - UEPG (2022). Especialista em Gestão das Políticas Sociais pela Faculdade CENSUPEG (2024). Pós-Graduada em Educação Ambiental e Sustentabilidade e Direito Ambiental pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Professora Colaboradora no Departamento de Serviço Social da UEPG. Integra a equipe editorial da Revista Emancipação e o Conselho Editorial da Aurum Editora. Atua como Assistente Social no Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).

E-mail: camialbach18@gmail.com

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela UFSC (2009). Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau (2001). Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Coordenadora do Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) e Coordenadora Editorial da Revista Emancipação. Pesquisa e orienta temas que perpassam pelas temáticas Estado, Democracia e Participação, Economia Solidária, Inovação Social, Gênero e Meio Ambiente.

E-mail: reidymoura@gmail.com



AUTORES

Adriano da Costa Valadão
Camila Aparecida da Silva Albach
Clara do Prado Patricio
Eduarda de Oliveira Florencio
Elen Cristiane Quadros de Lima
Gabrielle Fernandes Gomes
Genecilda Lourenço Gotardo
Juliane Pscheidt Alves
Karoline Dutra Szul
Lissa Takahashi Meira
Luiz Fernando Lara
Luiza Lourenço Nunes Benck
Manuela Salau Brasil
Millena Gomes Ferreira
Peterson Alexandre Marino
Quiara Camargo dos Santos
Rafaela Ribas Bueno
Reidy Rolim de Moura
Victor Emanuel Santos Borges
Virgínia Salamucha Carneiro



AGRADECIMENTOS

“O mais importante da economia solidária é a prática da solidariedade. Se vocês querem ser felizes, sejam solidários” - Paul Singer, 2015.

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todos que tornaram a realização deste e-book possível. Este projeto é o resultado de um esforço coletivo e não teria alcançado tamanha profundidade sem o suporte técnico, a confiança e os recursos compartilhados por nossos parceiros e colaboradores da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).

Manifestamos nosso profundo agradecimento à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pelo suporte estrutural e pelo incentivo constante às ações de extensão, juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX) e o Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Registramos nossos agradecimentos formais ao Programa “Universidade Sem Fronteiras” da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Itaipu Parquetec, pelo apoio financeiro e concessão de bolsas de extensão por meio de projetos para discentes, técnicos e supervisores. Também agradecemos aos envolvidos nos projetos “Translighthouse: Para além do verde – Faróis de soluções transformadoras baseadas na natureza para comunidades inclusivas.” Coordenação: Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra e “Comcha - Community-based change: local and traditional knowledge(s) in NBS”, pelo apoio nas ações de sustentabilidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de pesquisa através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. E também ao Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais na Linha de Ação 2: Associativismo, Economia Solidária, Cidades e Comunidades Sustentáveis (LAAESCCOS).

Dedicamos um agradecimento profundamente especial aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados pelo programa. Agradecemos a cada trabalhador, trabalhadora e cooperado pela confiança depositada em nossa equipe, pela parceria diária e pela generosidade em partilhar seus saberes, lutas e vivências. Este livro é o reflexo da construção coletiva e da força de cada um que dá vida e sentido à nossa extensão universitária e a Economia Solidária.



APRESENTAÇÃO

A obra *Entre Extensão, Ensino e Pesquisa: a atuação da IESol na temática socioambiental* está em sintonia com uma das principais marcas deste programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, que é a construção coletiva. Esta marca está presente em todas as suas ações e se traduz no compromisso com a formação acadêmica, com a produção do conhecimento e o empoderamento social.

A trajetória da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) instituída em 2005 sempre demonstrou que a extensão universitária é um espaço privilegiado de diálogo entre universidade e sociedade. Nesse encontro é que o conhecimento científico se aproxima das demandas concretas, permitindo a construção compartilhada de soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável, à economia solidária, à cidadania e à inclusão social.

As experiências apresentadas nesta obra revelam que a extensão não se limita à transferência de conhecimento, ela promove uma relação de aprendizagem mútua, em que universidade e comunidade produzem novos saberes e práticas sociais.

Esse trabalho também evidencia a importância dos projetos de extensão financiados para a consolidação das ações universitárias. O apoio recebido por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná- SETI, da Itaipu Parquetec e de outras instituições parceiras tornou possível ampliar a atuação da IESol, fortalecendo equipes multidisciplinares, concedendo bolsas a estudantes e desenvolvendo iniciativas voltadas às necessidades reais das comunidades atendidas. Esses investimentos representam muito mais do que recursos financeiros, constituem instrumentos estratégicos para democratização do conhecimento, formação de profissionais comprometidos com a realidade social e promoção da inovação social.

Ao longo dos capítulos, o leitor encontrará experiências desenvolvidas em diferentes municípios do Paraná, envolvendo escolas, associações de catadores, empreendimentos de economia solidária, equipamentos da assistência social, universidades, movimentos sociais e comunidades. As ações descritas demonstram como temas contemporâneos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as soluções baseadas na natureza (SbN), as emergências climáticas, a economia solidária e a educação ambiental, podem ser trabalhados de forma integrada, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a construção de territórios mais sustentáveis.

Ao mesmo tempo, este e-book evidencia que a pesquisa nasce da prática extensionista. Cada oficina, formação, visita técnica, mapeamento territorial e processo de incubação gerou reflexões, dados, análises e produção científica que agora são compartilhados nesta publicação. Assim, reafirma-se a indissociabilidade entre pesquisa e extensão, ou seja, a experiência vivenciada nos territórios alimentou a investigação científica, enquanto o conhecimento produzido qualificou a prática extensionista, oferecendo subsídios teóricos para o enfrentamento de emergências climáticas e desigualdades sociais.

Reiteramos que este e-book materializa a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pilar fundamental da missão da universidade pública brasileira. A IESol, ao articular esses três eixos, exerce um papel transformador, permitindo que estudantes, docentes e comunidade construam conhecimentos de forma coletiva, crítica e socialmente referenciada.



Esta obra é, portanto, um convite à reflexão sobre como o saber acadêmico pode e deve servir à emancipação

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Dra. Sandra Maria Scheffer
Docente e Diretora do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG



PREFÁCIO

Há algumas décadas que as incubadoras de Economia Solidária têm vindo a demonstrar que outra universidade é possível, através de formas alternativas e mais inclusivas de (co) produzir o conhecimento, em que os saberes das comunidades alcançam um significado e legitimidade que desafia os modelos dominantes de inovação e desenvolvimento. Esta publicação é um exemplo explícito dessa construção, ao reafirmar o potencial da Economia Solidária para enfrentar os desafios ambientais e promover uma nova forma de relação entre universidade e sociedade.

Desde a sua gênese, a Economia Solidária assume como preocupação central o meio ambiente. São exemplos disso o reaproveitamento dos recursos através das feiras e clubes de trocas solidárias, ou ainda, a produção alimentar por meio da agroecologia. Ademais, o seu projeto político de uma racionalidade econômica fundamentada na cooperação e na reciprocidade critica a transformação massiva da natureza em mercadoria e a lógica de acumulação ilimitada de lucros.

Este livro é lançado no preciso momento de um amplo debate nacional e internacional sobre os efeitos da mudança climática na sociedade. Mudanças que afetam os grupos sociais de formas distintas e, em muitos casos, aprofunda as relações sociais desiguais pré-existentes. Não por acaso, a dimensão socioambiental, as soluções baseadas na natureza (SbN) e a Economia Solidária são entendidas nesta publicação como práticas complementares que permitem associar regeneração social com justiça social e, assim, compreender as necessidades de bem-estar para além do verde.

Reúnem-se neste livro textos que apresentam resultados de pesquisa e extensão da incubadora IESOL, com o objetivo de contribuir para uma relação mais equilibrada entre seres humanos e natureza. O/a leitor(a) encontrará reflexões que mostram como as Soluções Baseadas na Natureza se apresentam como estratégias promissoras para fortalecer a resiliência das cidades diante das mudanças climáticas. As experiências de extensão ampliam as possibilidades de alcançar soluções mais eficazes ao combinar uma variedade de conhecimentos que ultrapassam as convencionais pesquisas científicas e fortalecem o diálogo com movimentos sociais. O ensino baseado nos princípios autogestionários da economia solidária e da educação popular revigora o percurso estudantil para um compromisso permanente com o desenvolvimento das comunidades. Estabelece, ainda, oportunidades de produção científica menos hierárquicas através de textos produzidos por professores, técnicos e estudantes, com um claro projeto político autogestionário nos modos de fazer ciência.

As narrativas aqui reunidas informam o quanto a sustentabilidade ambiental pode se fortalecer significativamente quando extensão, pesquisa, ensino e Economia Solidária atuam no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas. Convidamos o/a leitor/a a percorrer estas páginas reconhecendo a importância de combinar ciência e um novo compromisso social.

Beatriz Caitana da Silva

Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), co-coordenadora no projeto TRANS-lighthouses e Co-Pi no projeto COMCHA sobre SbN



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO CIDADÃ E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS (USF) NA IESOL

Camila Aparecida da Silva Albach, Gabrielle Fernandes Gomes e Reidy Rolim de Moura.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-001>

16-35

CAPÍTULO 2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDH NO PARANÁ: MAPEAMENTO TERRITORIAL

Camila Aparecida da Silva Albach, Gabrielle Fernandes Gomes e Reidy Rolim de Moura.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-002>

36-55

CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MOVIMENTO: RESULTADOS E EXPERIÊNCIAS DO PROJETO APOIO AO PROGRAMA DE EXTENSÃO INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UEPG

Elen Cristiane Quadros de Lima, Victor Emanuel Santos Borges, Juliane Pscheidt Alves e Luiz Fernando Lara.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-003>

56-74

CAPÍTULO 4 - ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE PRÁTICAS FORMATIVAS DESENVOLVIDAS PELA IESOL/UEPG

Elen Cristiane Quadros de Lima, Victor Emanuel Santos Borges e Luiz Fernando Lara.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-004>

75-90

CAPÍTULO 5 - PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DE SUSTENTABILIDADE ARTICULADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Luiza Lourenço Nunes Benck, Camila Aparecida da Silva Albach, Quiara Camargo dos Santos e Reidy Rolim de Moura.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-005>

91-101

CAPÍTULO 6 - SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA RIU-PR NO TRANSLIGHTHOUSES

Clara do Prado Patricio e Lissa Takahashi Meira.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-006>

102-110

CAPÍTULO 7 - IESOL NO COMCHA: EXTENSÃO POPULAR, PREOCUPAÇÕES E SENSIBILIDADES NO TRABALHO COM DADOS E PESSOAS EM ARTICULAÇÕES ENTRE NORTE E SUL GLOBAL

Clara do Prado Patricio, Adriano da Costa Valadão, Genecilda Lourenço Gotardo, Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-007>

111-122



CAPÍTULO 8 - A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Rafaela Ribas Bueno, Reidy Rolim de Moura e Camila Aparecida da Silva Albach.

  <https://doi.org/10.63330/livroautorat862026-008>

.....123-142

CAPÍTULO 9 - ECONOMIA SOLIDÁRIA, SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DE CONVIVÊNCIA

Millena Gomes Ferreira, Camila Aparecida da Silva Albach e Reidy Rolim de Moura.

  <https://doi.org/10.63330/livroautorat862026-009>

.....143-157

CAPÍTULO 10 - O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES NA FESU/UEPG - FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E SUAS INTERFACES COM A SUSTENTABILIDADE

Virgínia Salamucha Carneiro, Reidy Rolim de Moura e Karoline Dutra Szul.

  <https://doi.org/10.63330/livroautorat862026-010>

.....158-174

CAPÍTULO 11 - RELATO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA IESOL: A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA DE DINÂMICAS DE GRUPO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Victor Emanuel Santos Borges, Eduarda de Oliveira Florencio, Camila Aparecida da Silva Albach, Reidy Rolim de Moura e Peterson Alexandre Marino.

  <https://doi.org/10.63330/livroautorat862026-011>

.....175-193



CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO CIDADÃ E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS (USF) NA IESOL

CIVIC EDUCATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL PRACTICES OF THE SOLIDARITY ECONOMY WITHIN THE SCOPE OF THE UNIVERSITY WITHOUT BORDERS (USF) PROGRAM AT IESOL

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-001>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

Gabrielle Fernandes Gomes

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: gabrielle.fgomes15@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4183094084211476>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta diversos desafios socioeconômicos e ambientais que exigem uma postura mais consciente e participativa dos cidadãos. Nesse contexto, a educação, formação e conhecimento, desempenha um papel fundamental na difusão de valores e práticas que promovam a sustentabilidade, a justiça social e a cidadania ativa. Especialmente em tempos que precisam ser difundidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

O mundo enfrenta desafios socioambientais e econômicos complexos que exigem soluções inovadoras e colaborativas. Nesse contexto, os ODS e as SbNs surgem como abordagens essenciais para promover um desenvolvimento sustentável e resiliente. Visando integrar essas duas abordagens para criar um impacto positivo e duradouro em comunidades e ecossistemas.

Os ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), são um conjunto de 18 objetivos globais que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Eles abrangem áreas críticas como saúde, educação, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia acessível e limpa, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, e ação climática, entre outros. A implementação dos ODS é fundamental para alcançar um futuro sustentável e equitativo.

Já as SbN são estratégias que utilizam processos naturais e ecossistêmicos para enfrentar desafios socioambientais, como a mudança climática, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. Exemplos de SbN incluem a restauração de ecossistemas, a gestão sustentável da água, a agricultura regenerativa e a criação de espaços verdes urbanos. Essas soluções não apenas protegem e restauram a natureza, mas também proporcionam benefícios econômicos e sociais, como a criação de empregos, a melhoria da saúde e bem-estar humano, e a resiliência das comunidades frente a desastres naturais.

Diante do exposto, o projeto “Educação para Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza”, pode contribuir com uma reflexão sobre maior promoção de justiça social, equidade e sustentabilidade. A iniciativa foi vinculada ao Programa Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), integrando o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras (USF) e foi desenvolvido ao longo de 2025-2026.

A proposta esteve voltada à promoção da educação em prol da cidadania e meio ambiente, articulando os princípios da Economia Solidária. Nesse sentido, buscou promover o desenvolvimento sustentável em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e demais municípios da região, na área de abrangência da IESol, com o objetivo de empoderar cidadãos para que atuem de forma ativa, crítica e sustentável em suas comunidades.

Dentre suas metas estavam: 1) Promover o conhecimento, a disseminação e potencial da economia solidária nos municípios de baixo IDH de abrangência da extensão da IESOL, visando a formação de cidadãos capazes de atuar de forma ativa e sustentável na sociedade; 2) Proporcionar a troca de experiências sobre os princípios da ECOSOL de coletividade, autogestão, fomento do consumo solidário e sustentável e valorização dos conhecimentos locais a partir da discussão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e as Soluções Baseadas na Natureza (NBS), incentivando o respeito e a preservação do meio ambiente; 3) Realizar levantamento/mapeamento de potenciais grupos para geração de trabalho e renda e incubação a partir da economia solidária em municípios de baixo IDH que já tem atividades no alcance da IESOL/ UEPG a partir de contatos de projetos de USF anteriores; 4) Divulgar as ações e produção técnico/científica do projeto; e 5) Elaboração de relatórios e prestação de contas.

O projeto abrangeu diversos municípios do Paraná, como Imbaú, Ipiranga, Itaiacoca, Castro, Tibagi, Telêmaco Borba, Curitiba, Maringá, Congonhinhas e Ponta Grossa. Além de organizar um mapeamento incluindo os municípios de Tibagi, Ortigueira e Reserva. No geral, muitos desses municípios enfrentam desafios significativos, incluindo a necessidade de diversificar a economia, combater a evasão rural e melhorar a infraestrutura urbana.

As ações foram desenvolvidas a partir de uma abordagem participativa e interdisciplinar, envolvendo oficinas, formações, palestras, produção de conteúdos acadêmicos, além da realização de

podcasts e vídeos. A metodologia priorizou a troca de saberes entre universidade e comunidade, incentivando a participação ativa e o aprendizado coletivo.

A equipe de execução contou com 5 bolsistas, sendo 3 técnicas e 2 extensionistas dos cursos de Serviço Social, Geografia e Química. Além da supervisão de professores e orientadores de Economia, Administração, Geografia, Serviço Social e Química.

2 EXPERIÊNCIAS DO PROJETO “EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERAÇÃO E RESPEITO À NATUREZA” NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS NO PARANÁ

As atividades do projeto foram desenvolvidas por meio de ações presenciais e híbridas, envolvendo diferentes públicos, territórios e instituições, com forte caráter formativo, participativo e comunitário e em conformidade com as metas pré-estabelecidas no plano de trabalho do projeto, além disso teve o envolvimento de todos da equipe técnicos e demais supervisores.

O projeto desenvolveu oficinas, formações, palestras, reuniões e visitas técnicas nos municípios de Imbaú, Ponta Grossa, Itaiacoca, Congonhinhas, Ipiranga, Castro, Curitiba e Tibagi (PR). As atividades envolveram gestores públicos, equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Educação e Meio ambiente, grupos de mulheres, crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), estudantes do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, catadores da Associação de Materiais Recicláveis de Imbaú (ACAMARI), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros Cará-Cará e Vila Isabel, Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD), Centro de Convivência de Saúde Mental (CECO-SM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica (NUPEM), União por Moradia Popular (UNMP), Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, Escola Social Marista Santa Mônica, Centro Universitário Santa Amélia (UniSecal) e Comunidades Rurais.

Quadro 1 - População Atingida pelo Projeto

Caracterização	Número de pessoas atingidas	Município
Público Geral/Adultos	457	Imbaú, Ponta Grossa, Itaiacoca, Castro, Curitiba, Tibagi, Telêmaco Borba, Maringá, Congonhinhas e Ipiranga
Usuários de serviços de Saúde	60	Ponta Grossa
Economia Solidária	110	Imbaú, Ponta Grossa, Itaiacoca, Castro, Curitiba, Tibagi, Congonhinhas e Ipiranga
Mulheres	55	Imbaú e Ponta Grossa
Gestores de Escolas	8	Imbaú
Trabalhadores Rurais	63	Ponta Grossa, Castro, Congonhinhas e Itaiacoca
Assistência Social	28	Imbaú e Ponta Grossa
Populações Vulneráveis	68	Imbaú, Ponta Grossa, Castro
Organização Não Governamental - ONG	10	Ponta Grossa
Associações de Reciclagem	28	Imbaú
Idosos	9	Ponta Grossa
Crianças e adolescentes	351	Imbaú e Ponta Grossa
TOTAL:	1.247	10 Municípios

Fonte: IESol, 2025. Organização: As autoras, 2026.

Foram atendidos 351 adolescentes, vinculados a grupos culturais, ações de economia solidária e à comunidade escolar; 887 adultos, pertencentes à população em geral, grupos comunitários, associações, grupos culturais, iniciativas de geração de renda, economia solidária, ONGs, mulheres, trabalhadores rurais, comunidade escolar, usuários e profissionais da saúde, pessoas com transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, populações vulneráveis, pessoas negras e professores da rede pública municipal e estadual; e 9 pessoas idosas, integrantes da população em geral, totalizando 1.247 pessoas atendidas pelo projeto.

A equipe participou de seminários, encontros, oficinas e eventos regionais e estaduais, como seminários sobre mudanças climáticas e COP 30, encontros da Rede de Incubadoras Universitárias do Paraná (RIU/PR), formações em escolas, universidades, centros de convivência e comunidades rurais. Essas atividades ampliaram o diálogo sobre economia solidária, sustentabilidade, emergências climáticas e educação ambiental, além de fortalecer a articulação em rede e a troca de experiências entre diferentes territórios e iniciativas.

Destaca-se ainda como conquista o avanço na produção do mapeamento de grupos e iniciativas com potencial para geração de trabalho e renda e futura incubação, permitindo à equipe identificar demandas concretas e possibilidades de continuidade das ações extensionistas. Esse processo contribuiu para consolidar o papel da IESol como referência regional na promoção da economia solidária e no apoio técnico a iniciativas comunitárias, e envolveu os municípios de Imbaú, Ipiranga, Tibagi, Ortigueira e Reserva no Estado do Paraná.

Foram também produzidos materiais audiovisuais em formato de podcast no Spotify e conteúdos educativos nas mídias sociais, como vídeos e fotos, utilizados como instrumentos de sensibilização e divulgação das ações do projeto. Os registros fotográficos das atividades evidenciaram a diversidade dos públicos atendidos, a participação ativa dos sujeitos e o caráter coletivo das ações desenvolvidas. Sendo assim, a divulgação das ações do projeto foi realizada por meio de diferentes estratégias de comunicação institucional, buscando ampliar a visibilidade das atividades junto às comunidades envolvidas, às instituições parceiras e ao público em geral. Foram publicadas notícias em sites institucionais e portais de notícias locais, com informações sobre encontros, parcerias e atividades desenvolvidas no decorrer do projeto. Entre os registros publicados estão os presentes no Quadro (2):

Quadro 2 - Divulgação Institucional e Visibilidade do Projeto

Classificação	Descrição	Link de Acesso
Notícia publicada	Publicação no site oficial da IESol sobre a participação do projeto no 1º Encontro da Rede de Incubadoras Universitárias do Paraná, destacando a importância da articulação em rede entre incubadoras e a troca de experiências entre equipes extensionistas.	https://www2.uepg.br/iesol/iesol-participa-do-1o-encontro-da-rede-de-incubadoras-universitarias-do-parana/
Notícia publicada	Notícia no site oficial da UEPG relatando a parceria firmada entre a universidade e o município de Imbaú (PR) para a execução de ações voltadas à cidadania, economia solidária e educação socioambiental.	https://www.uepg.br/projetos-imbau-cidadania/
Notícia publicada	Repercussão em portal de notícias dos Campos Gerais sobre a mesma parceria entre a UEPG e o município de Imbaú, destacando as atividades realizadas com a comunidade local.	https://arede.info/campos-gerais/568186/projetos-da-uepg-firmam-parceria-com-municipio-de-imbau
Notícia publicada	Notícia institucional adicional no site oficial da IESol com síntese das atividades e do impacto das ações extensionistas desenvolvidas.	https://www2.uepg.br/iesol/714-2/
Redes Sociais	A divulgação também ocorreu de forma contínua nas redes sociais, por meio do perfil oficial da IESol no Instagram, onde foram realizadas aproximadamente 50 postagens com fotos, vídeos e informações sobre oficinas, encontros, formações e visitas técnicas, contribuindo para o engajamento e	https://www.instagram.com/iesol.uepg/

	a interação com a comunidade e com os participantes das atividades.	
Podcast “Gotas de Economia Solidária” no Spotify	Produção de conteúdos em áudios na plataforma Spotify, com a oferta do programa de podcast “Gotas de Economia Solidária” vinculados ao projeto, nos quais foram abordados temas relacionados à economia solidária, práticas comunitárias e reflexões sobre os temas trabalhados nas atividades extensionistas. Esses episódios ampliaram o alcance do projeto e permitiram acesso aos conteúdos por públicos diversificados.	https://open.spotify.com/show/3kR3rU0H8vDmx2rSpCRMsD?si=8a1da2878e984087

Fonte: IESol, 2025. Organização: As autoras, 2026.

Além das publicações oficiais, a difusão das ações ocorreu também de forma espontânea, por meio do diálogo com a comunidade, reforçando o engajamento local e a circulação da informação entre participantes, parceiros e público interessado. A combinação de notícias institucionais, postagens em redes sociais, produção de conteúdo em áudio e registros fotográficos garantiu uma ampla disseminação das ações, fortalecendo a presença do projeto na universidade e no território atendido.

A abordagem da sustentabilidade, das emergências climáticas e da economia solidária se fortalece quando vinculada às experiências cotidianas dos participantes, tornando os conteúdos mais acessíveis, significativos e transformadores. A utilização de dinâmicas, jogos, oficinas práticas e vivências possibilitou maior envolvimento dos públicos e potencializou os processos educativos. De modo geral, as atividades realizadas contribuíram para o fortalecimento dos vínculos comunitários, a valorização dos saberes locais, a promoção da participação social e a construção de espaços de diálogo e aprendizagem coletiva, reafirmando o papel da extensão universitária como instrumento de aproximação entre universidade e sociedade.

Diante do exposto, devido ao município de Imbaú (PR) ter sido principal local de atuação, foram realizadas reuniões de aproximação, planejamento e articulação com a gestão municipal e com as Secretarias de Assistência Social, Meio Ambiente e Educação, possibilitando o alinhamento das ações do projeto às demandas locais. Portanto, nos próximos itens serão colocadas as especificidades de cada uma dessas áreas citadas para a maior visibilidade.

3 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS COM ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E ÓRGÃOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Entre as ações socioambientais desenvolvidas, destacam-se as oficinas, formações e vivências realizadas junto à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú (ACAMARI), atingindo cerca de 28 associados e representantes da Secretaria de Meio Ambiente de Imbaú. Em conjunto com os gestores da Secretaria é que foi possível fazer contato com os/as associados e iniciar as atividades, as quais

possibilitaram a aproximação da equipe com a realidade local, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela associação e a valorização das experiências de autogestão, cooperação e cuidado ambiental.

As ações se iniciaram em fevereiro de 2025 com a incubadora entrando em contato com a presidente da associação para apresentar o projeto. Na sequência, foram realizadas 2 reuniões de planejamento via a plataforma *Google Meet* para tirar dúvidas e explicar as metas a serem cumpridas. Foi em abril que as atividades presenciais começaram, com uma oficina de vivências sobre os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis e uma dinâmica de fortalecimento de vínculos e conhecimento das equipes da associação e da IESol. Entre maio e junho foram desenvolvidas reuniões de planejamento e um cronograma anual das ações, como atividades voltadas para os direitos trabalhistas de uma associação e demais temáticas oriundas do meio ambiente. (Albach *et al.*, 2025, p.11).

As primeiras reuniões com coordenação da ACAMARI e a Secretária de Meio Ambiente tiveram o objetivo de apresentar o projeto voltado à promoção da economia solidária e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Durante os encontros, a equipe do projeto explicou sua proposta de atuação, destacando a importância do fortalecimento de associações de catadores como estratégia para a inclusão social e produtiva, a geração de renda e a valorização do trabalho ambientalmente correto desenvolvido por esses profissionais.

Também foram discutidos os eixos principais do projeto, como a oferta de capacitações, o apoio técnico à gestão das associações e a articulação com políticas públicas locais, tendo como base os ODS, em especial os de erradicação da pobreza (ODS 1), trabalho decente (ODS 8), cidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção responsáveis (ODS 12) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

Com o andamento do projeto outras reuniões de alinhamento foram necessárias, com a inclusão da equipe da Assistência Social para fortalecer a articulação intersetorial necessária à efetivação das ações planejadas. Neste sentido, é reforçada a importância do apoio institucional para o fortalecimento das organizações de catadores, a valorização do trabalho desenvolvido e a inclusão dos catadores em programas sociais, de capacitação e geração de renda. A Secretaria de Assistência Social demonstrou interesse e alinhamento com os objetivos propostos, reconhecendo a relevância da atuação junto aos catadores como parte de sua política de inclusão e proteção social.

Um dos momentos mais emblemáticos foi a Oficina de Vivência com os/as associados da ACAMARI, no dia 30 de abril de 2025, na ocasião explicamos primeiro quais os nossos objetivos para a visita enquanto equipe do USF, e na sequência sobre dinâmica a ser realizada, que tratava-se do conhecimento um do outro, do trabalho, de suas experiências de vida, a fim de existir valorização, reconhecimento e fortalecimento de vínculos.

Neste dia também abordamos sobre as outras Associações de materiais recicláveis que já foram incubadas pela IESol: Associação de Recicladores Rei do Pet - ARREP e a Associação de Recicladores de

Porto Amazonas - ARPA, através de uma apresentação de imagens e um minidocumentário produzido pela incubadora em 2018, com a finalidade de mostrarmos outras experiências de sucesso que já haviam ocorrido em anos anteriores.

Figura 1 - Oficina de Vivência na ACAMARI em Imbaú¹



Fonte: IESol, 2025.

No decorrer do projeto, outro espaço de valorização dos associados ocorreu nas salas de aulas, o objetivo era demonstrar através de exemplos da realidade local o que ocorre com os materiais recicláveis e quem está por trás destes trabalhos de separação e destinação final. Nas escolas, as técnicas e os extensionistas explicaram para crianças e adolescentes sobre reciclagem, seus impactos, importância para o meio ambiente e como trabalham, de acordo com essa metodologia de separação do lixo reciclável, na ACAMARI.

Também ocorreu uma visita técnica e reunião na associação, e teve a participação de representantes da Secretaria de Meio Ambiente, da Comunicação de Imbaú e da UEPG. Durante a visita, os associados apresentaram o espaço de trabalho, suas metas e a forma de organização autogestionária, evidenciando o alinhamento com os princípios da Economia Solidária.

A Secretaria de Meio Ambiente destacou ações já realizadas e futuros planos, enquanto os associados relataram desafios como a falta de conscientização da população sobre a separação correta dos resíduos e a desvalorização do trabalho de reciclagem. A IESol reforçou sua atuação na perspectiva da Educação Ambiental, promovendo oficinas e formações voltadas à valorização da reciclagem e de seus

¹ Uso de imagem autorizado pelos participantes por meio da lista de presença da atividade.

trabalhadores. Neste dia foi produzido um vídeo para divulgação nas redes sociais a fim de divulgar as ações.

A destinação dos resíduos sólidos é direito de todos e previsto diversas legislações, e apesar da importância dos aterros, pois solucionam parte dos problemas causados pelo excesso de lixo gerado nas cidades e ainda tem a forma ambientalmente correta para tratar a decomposição dos resíduos. Os catadores são os grandes responsáveis pelos altos índices de reciclagem do país. Em seu trabalho, os catadores realizam um serviço de utilidade pública, pois com a coleta diminuem a quantidade de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço em aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte.

O catador de material reciclável é considerado um importante agente ambiental, aumentando o índice de coleta seletiva no Brasil, e proporcionando o andamento da cadeia sustentável com a possibilidade de reaproveitamento e reciclagem de produtos inutilizados. O catador separa, coleta, transporta e transforma o que antes era visto como lixo em mercadoria com valor de uso e de troca.

Vinculados ou não a cooperativas e associações, sua atuação contribui diretamente para a conservação dos recursos naturais e para a mitigação dos impactos ambientais. [...] Apesar dessa contribuição socioambiental fundamental, os estudos apontam que a atividade dos catadores continua a ser desvalorizada socialmente, marcada por invisibilidade e estigmatização. (Alves; Costa, 2025, p.11).

O aumento da produção de lixo nas grandes cidades vem causando um impacto negativo ao meio ambiente, tendo influência nas emergências climáticas que assolam o planeta. Sendo assim, é muito importante descartar o lixo de forma separada, pois o descarte correto facilita o dia a dia dos catadores, e é preciso considerar que muitas famílias são sustentadas através dos produtos recicláveis através de associações e cooperativas como a ACAMARI.

A experiência mostra o quanto a atuação da IESol é importante para fortalecer os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, especialmente sob a perspectiva da economia solidária, pois serve enquanto uma resposta concreta aos desafios sociais e ambientais enfrentados por comunidades marginalizadas, promovendo inclusão, dignidade e justiça climática. A história da incubadora, especialmente no trabalho com as associações ARPA, ARREP e ACAMARI, mostra que oferecer apoio técnico, investir em formação contínua e valorizar o conhecimento local são estratégias essenciais para a valorização de iniciativas sustentáveis.

4 FORMAÇÕES EDUCATIVAS EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES SOBRE CIDADANIA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Ao longo de seus 21 anos, a IESol já possui muitas experiências com escolas e universidades de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais, trabalhando com jovens, crianças e adultos dinâmicas de Economia Solidária atrelada a outros temas emergentes. No ano de 2025, com a aprovação do referido projeto, as ações foram interligadas com temáticas socioambientais e proporcionaram uma riqueza de atividades e parcerias. Neste sentido, iremos agora descrever como foram essas ações em Imbaú e Ponta Grossa com as comunidades escolares e universitárias.

No dia 04 de Abril de 2025 foi realizada a primeira reunião em Imbaú, no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, que contou com a equipe técnica do projeto e a diretora responsável pela escola, para apresentar o projeto e planejar as formações que aconteceriam com as turmas de 7º e 8º anos do ensino fundamental.

Retornamos ao colégio no dia 21 de Maio para dar início às atividades programadas, e na ocasião também estava presente a equipe de outros projetos em vigor pela incubadora para que pudéssemos nos dividir em 2 turmas diferentes. Ao nos dirigirmos às salas de aulas, nos apresentamos e posteriormente explicamos para os alunos sobre a Economia Solidária e seus princípios, juntamente a exemplos dos grupos incubados pela IESol, com o intuito de facilitar a compreensão dos mesmos.

Foi trabalhada uma dinâmica que tinha como objetivo a elaboração de um empreendimento econômico solidário pelas crianças. Todos os alunos, divididos em 4 grupos, participaram da e elaboraram em um cartaz seus empreendimentos, na ocasião foram criados: salão, escolinha de futebol, venda de pipas e pintura artística. Com essa dinâmica puderam aplicar os princípios de autogestão, solidariedade, cooperação e trabalho coletivo, ao planejarem o empreendimento juntos, ajudando e dialogando.

No dia 25 de Junho, quase um mês depois da primeira formação, nos dividimos em equipes e fomos rumo às salas de aulas das 7ª e 8ª anos novamente. Neste dia a temática foi focada na questão ambiental, sendo trabalhado sobre reciclagem, seus impactos, importância para o meio ambiente, separação do lixo reciclável, e também falamos sobre a ACAMARI.

As atividades em Imbaú foram todas acompanhadas por professores e pela direção escolar, tendo apoio de material didático e pedagógico. As formações tinham duração de 1 hora, considerando o tempo que cada disciplina sedia. Foram 3 dias, com atividades simultâneas em turmas diferentes. Foi a primeira vez que a comunidade escolar recebia a IESol e teve a oportunidade de conhecer sobre Economia Solidária.

Agora focando no município de Ponta Grossa, iremos expor sobre as atividades nas escolas e universidades que entraram em contato com a incubadora solicitando formações e oficinas sobre temas que perpassam os objetivos do projeto, portanto, foram assumidos pela sua equipe técnica. Cabe pontuar que a

área da Educação foi a que mais demandou tempo, planejamento e entrega por parte de todos os envolvidos devido às especificidades de cada turma, período e local de execução.

Iniciando com as 3 oficinas no Marista Escola Social Santa Mônica, que ocorreram no período noturno, iremos pontuar o que cada uma delas abordou e como envolvemos os alunos de ensino médio nas dinâmicas planejadas. Sendo assim, a primeira oficina ocorreu no dia 24 de julho de 2025, a pedido da professora de História que entrou em contato solicitando as formações. O encontro teve como público os alunos do 2º ano do Ensino Médio, totalizando cerca de 16 estudantes. A equipe saiu da UEPG Central e foi conduzida até o colégio por um motorista disponibilizado pela instituição.

A oficina teve como tema “Economia Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, tendo início com a apresentação da trajetória acadêmica de cada integrante da equipe, atendendo ao pedido da escola, que desejava incentivar os alunos a ingressarem no ensino superior. Em seguida, foi abordado o conceito de Economia Solidária e sua relação com os ODS, com exemplos e discussões sobre como essas práticas contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Para encerrar o encontro, foi realizada uma dinâmica dos ODS, em que cada aluno recebeu dois objetivos da Agenda 2030 e foi convidado a escrever o que entendeu sobre eles ou o que poderia ser feito para alcançá-los. Alguns alunos se mostraram bastante participativos, compartilhando suas ideias, enquanto outros preferiram apenas registrar suas respostas na folha de atividade.

A segunda formação na escola ocorreu no dia 29 de julho, na ocasião, ao chegarmos ao local, a direção informou que algumas turmas estavam sem professores nas disciplinas de Física e Biologia, o que resultou na junção de três turmas do 1º ano, totalizando 39 alunos. Sendo assim, a equipe do projeto precisou se adaptar para atender todos os alunos que estavam dispostos a participar da oficina, que abordou o tema “Reciclagem e os ODS”, enfatizando práticas sustentáveis e a importância da reciclagem correta.

Durante a atividade, foram apresentados exemplos de grupos incubados pela IESol, como a Associação dos Recicladores Rei do Pet (ARREP) e Associação de Recicladores de Porto Amazonas (ARPA), relacionando suas práticas com a Economia Solidária. Para dinamizar o encontro, foram realizadas duas atividades: um Quiz com seis perguntas objetivas sobre o tema e, em seguida, o “Raio X do Consumo”, que propôs uma reflexão individual sobre os resíduos gerados pelos próprios alunos ao longo do dia e seu descarte adequado. O encontro encerrou-se com a exibição de um mini documentário produzido pela equipe da IESol sobre o trabalho com catadores de materiais recicláveis, concluindo mais uma formação com diálogo e aprendizado.

No dia 30 de julho, na nossa última oficina na escola social, participaram duas turmas do 2º ano do Ensino Médio, somando 27 alunos. O momento deu continuidade à temática do primeiro encontro, retomando o conceito de Economia Solidária e apresentando novamente a trajetória institucional da IESol, focando nas suas ações sustentáveis em parceria com a UEPG e com destaque para os projetos USF e Itaipu,

que serviram como exemplos concretos. Além disso, foi discutido sobre a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), que ocorreu em novembro de 2025 no Brasil, buscando sensibilizar os alunos sobre a relevância global deste evento.

Para finalizar, a equipe promoveu uma dinâmica utilizando o Jogo dos ODS, criado por integrantes da IESol do projeto Itaipu, dividindo a turma em dois grupos para estimular o trabalho coletivo e a troca de ideias. O encerramento contou com agradecimentos à escola e à professora pela parceria, consolidando o ciclo de três oficinas que reuniram conhecimento, reflexões, e incentivo à formação cidadã a partir de ações ecológicas.

Dando continuidade as exposições, iremos adentrar nas formações que ocorreram dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), iniciando com a participação da equipe no Evento 2ª Mostra do Setor de Ciências Sociais Aplicadas que abordou o tema “Emergência Climática e o Compromisso das Profissões”, voltado para os cursos de graduação de Psicologia, Jornalismo, Comércio Exterior, Turismo, Economia, Administração, Serviço Social e Ciências Contábeis, além de três pós-graduações e os cursos de Educação a Distância (EAD).

A convite da coordenadora do Setor, a IESol ficou responsável por planejar e executar uma atividade interativa voltada à reflexão sobre sustentabilidade e atuação profissional, a qual foi denominada de Dinâmica “Carreiras para um Mundo Sustentável: da formação à transformação” e ocorreu no 30 de julho nos períodos matutino e noturno, simultaneamente enquanto ocorriam palestras no grande auditório do Campus Central.

A ação foi desenvolvida por meio da dinâmica consistiu em abordar os participantes das palestras nos corredores do evento, propondo diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a relação entre a formação acadêmica e o compromisso social e ambiental. A ideia era que cada aluno que aceitasse participar escolhesse um dos 18 objetivos e escrevesse o que se sentisse seguro e na sequência o papel era colado no mural para que todos os demais pudessem visualizar.

A iniciativa possibilitou aos 333 participantes refletirem sobre como suas futuras carreiras podem estar alinhadas às práticas sustentáveis, à justiça social e à construção de uma sociedade mais solidária. Além disso, reforçou o papel do Programa extensionista, que organizou e executou a dinâmica com muito êxito. A participação na Mostra foi, portanto, uma oportunidade significativa de aproximar o projeto da comunidade acadêmica, incentivar a reflexão crítica e fortalecer a integração entre ensino, extensão e sociedade.

Um dos grandes parceiros do projeto foi o Departamento de Serviço Social da UEPG, que solicitou uma série de ações diferentes para a equipe. Sendo assim, no dia 24 de Abril, os integrantes do projeto USF realizaram uma formação junto à turma do 4º ano de Serviço Social do período noturno, na aula da disciplina de “Serviço Social e Meio Ambiente”, a convite da professora responsável. O encontro teve como

propósito dialogar sobre os principais eixos de atuação do projeto, articulando teoria e prática em torno de temas socioambientais. Durante a formação, foi apresentada a experiência com destaque também para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Economia Solidária, evidenciando como essas iniciativas contribuem para práticas coletivas dentro de comunidades.

Outro ponto relevante abordado foi a conexão entre saúde mental e emergências climáticas, destacando como as mudanças ambientais impactam diretamente o bem-estar das pessoas, sobretudo das populações mais vulneráveis, e como o Serviço Social pode atuar nesse campo a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com os direitos humanos e a justiça socioambiental. A atividade foi marcada por troca de reflexões e questionamentos da turma, que contribuiu para o aprofundamento do debate e para a compreensão da necessidade de integrar as questões socioambientais ao exercício profissional do assistente social.

No dia 15 de Maio, a equipe esteve reunida para organizar um Clube de Trocas com as turmas do Serviço Social Matutino. A atividade estava na programação do Dia do/a Assistente Social, comemorado nesta data, e foi organizada pelo Departamento de Serviço Social, incluindo alunos, professores, pesquisadores e extensionistas. A temática do evento era a preservação do meio ambiente e dos biomas, campanha que a categoria profissional buscou levantar em 2025.

No dia 25 de Agosto o departamento voltou a solicitar apoio da IESol para realizar uma formação com a turma do segundo ano de Serviço Social matutino sobre Economia Solidária e a Educação Popular. O encontro buscou contribuir para a construção de uma compreensão crítica sobre as formas alternativas de organização econômica e os processos educativos emancipatórios, destacando a importância do diálogo e da participação popular como estratégias de transformação social.

A atividade foi conduzida por meio de exposição dialogada, utilizando como recurso pedagógico os slides apresentados em sala. O material trouxe os seguintes tópicos centrais: 1) A trajetória e o legado de Paulo Freire, enfatizando sua crítica à educação bancária e a defesa de uma pedagogia libertadora; 2) Os pilares metodológicos da Educação Popular: investigação, tematização e problematização; 3) A relação entre Educação Popular e Serviço Social, ressaltando o compromisso ético-político da profissão com a emancipação humana e 4) Experiências e símbolos vinculados à Educação Popular e à Economia Solidária, como movimentos sociais, feiras solidárias, saberes indígenas, educação do campo e rodas de conversa. Além da exposição, foram promovidos momentos de interação e diálogo com os/as estudantes, estimulando a problematização da realidade local e o reconhecimento das práticas de economia solidária como formas de resistência às lógicas de exploração do capital.

No dia 29 de agosto, as duas Assistentes Sociais no projeto representaram a IESol na Feira de Profissões da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), atuando no estande do curso de Serviço

Social. O evento recebeu estudantes do ensino médio de toda a rede de ensino de Ponta Grossa, que tiveram a oportunidade de conhecer diferentes cursos e projetos desenvolvidos pela universidade.

Durante a atividade, os membros do projeto interagiram com os alunos por meio do jogo dos ODS que despertou grande interesse dos visitantes e possibilitou reflexões importantes. Além da dinâmica, foram apresentadas informações sobre o Projeto USF, com destaque para suas ações relacionadas ao meio ambiente e à economia solidária, ressaltando a importância dessas práticas para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Retornamos à turma de segundo ano matutino no dia 29 de setembro na disciplina de “Projetos e Práticas Sociais” para realizar um momento de diálogo em formato de roda de conversa para apresentar as ações extensionistas que os estudantes do curso podem realizar quando atuam na IESol. Durante a atividade, foi apresentado o conceito de Economia Solidária no apoio a iniciativas coletivas de geração de renda, e na sequência o ponto central do encontro foi a discussão sobre a Curricularização da Extensão, ressaltando sua importância para a formação acadêmica e profissional, pois possibilita aos estudantes vivenciarem experiências práticas, conectadas às demandas sociais e ao compromisso com a transformação da realidade. A roda de conversa se consolidou como um espaço rico de reflexão e diálogo, permitindo que os estudantes pudessem conhecer de perto experiências de extensão.

A equipe do Projeto também teve a oportunidade de trabalhar no dia 14 de Maio com funcionárias da universidade, na ocasião prepararam uma formação sobre economia solidária emergências climáticas, focando nas campanhas de Meio Ambiente e atividades realizadas, dando exemplos de desastres ambientais, a valorização do artesanato e reaproveitamento de materiais recicláveis e a sensibilização da comunidade. Esse momento foi de grande importância, pois as funcionárias se identificaram e sentiram que podem colaborar com o meio ambiente ao realizarem o seu trabalho, além de relatarem que fazer artesanato é algo terapêutico e de lazer. Ao final foram esclarecidas dúvidas e explicamos como funcionaria a questão da participação das funcionárias nas feiras temáticas da IESol.

O projeto também foi convidado pelo Departamento de Direito do Centro Universitário Santa Amélia (UniSecal), faculdade particular de Ponta Grossa, para ministrar uma oficina sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP-30) para os alunos do curso de Direito durante sua Semana Acadêmica. A atividade ocorreu dia 28 de Agosto e buscou promover reflexões sobre as emergências climáticas e pensar em como a sustentabilidade é pautada na nossa sociedade. Na ocasião foi realizada a mesma dinâmica de escolher um dos ODSs para escrever suas ideias e expor aos demais participantes.

As atividades no âmbito das universidades encerraram com uma reunião e Visita Técnica de representantes da Rede Paranaense de Incubadoras Universitárias de Economia Solidária (REDE RIU-PR), no dia 25 de setembro. A atividade ocorreu em comemoração aos 20 anos da IESol, marco histórico para a

incubadora, que ao longo de duas décadas vem consolidando sua atuação. O objetivo do encontro foi reunir representantes das incubadoras universitárias do Paraná, promovendo a integração entre os núcleos, compartilhar experiências e metodologias relacionadas ao processo de incubação de empreendimentos, fortalecer a cooperação entre as incubadoras, ampliando o impacto social e acadêmico da rede e contou com representantes da Incubadora de Maringá (Unitrabalho), de Ponta Grossa, UTFPR (ETEC) e Curitiba UFPR.

5 ATUAÇÃO EM CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NOS MUNICÍPIOS DE PONTA GROSSA E IMBAÚ NO PARANÁ

As ações do projeto também se desenvolveram em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios de Ponta Grossa e Imbaú, fortalecendo a articulação entre a universidade e a política pública de assistência social. Essa aproximação possibilitou a realização de atividades formativas diretamente com os usuários desses espaços, ampliando o alcance das ações extensionistas e promovendo maior integração com a comunidade.

Durante as intervenções, foram realizadas oficinas, rodas de conversa e atividades educativas voltadas à cooperação e ao respeito ao meio ambiente, contribuindo para o fortalecimento de práticas coletivas. Essas ações dialogam diretamente com os objetivos da assistência social, especialmente no que se refere à proteção social básica e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A primeira ação com estes órgãos ocorreu no dia 11 de Junho de 2025 com uma Visita Técnica/Reunião no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS de Imbaú e teve como principal objetivo conhecer o espaço, estabelecer diálogo com a equipe local e alinhar a realização de futuras ações formativas com os grupos de mulheres e crianças atendidos pelo serviço.

No dia 12 de agosto do mesmo ano, a equipe do projeto esteve realizando uma formação com as mulheres cujo objetivo era apresentar a Economia Solidária e a valorização da produção de artesanatos. A ação se iniciou com uma dinâmica de apresentação, promovendo um espaço de acolhida e escuta, no qual cada participante pôde compartilhar sua trajetória e o que mais gosta de produzir. Essa atividade favoreceu a criação de vínculos, o reconhecimento de experiências em comum e a valorização das histórias pessoais. Durante a formação, foram discutidos os princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade e valorização da cultura local. Além de apresentar exemplos de tecnologias sociais que podem ser adaptadas às realidades locais, demonstrando como soluções simples e acessíveis podem melhorar processos produtivos e ampliar possibilidades de comercialização.

No dia 19 de agosto, dias depois da primeira ação, a equipe retornou ao espaço, dessa vez para uma formação com as crianças e adolescentes. A formação teve como objetivo promover, de forma lúdica e interativa, a sensibilização sobre os conceitos básicos de reciclagem, reutilização de materiais e ECOSOL,

estimulando o pensamento crítico e o cuidado com o meio ambiente. A faixa etária dos participantes variou entre 7 a 25 anos, e se dá em relação a alunos mais velhos que possuem condicionalidades de suas deficiências, demonstrando que o espaço é um ambiente de inclusão social. E com isso, encerrando as atividades com o CRAS de Imbaú.

Figura 2 - Formação com as crianças e adolescentes do SCFV de Imbaú²



Fonte: IESol, 2025.

Em Ponta Grossa as ações se iniciaram com contato dos próprios equipamentos públicos, solicitando que a incubadora pudesse compor a agenda de grupos que frequentavam os espaços trazendo uma nova perspectiva de geração de renda. No dia 22 de Julho ocorreu a primeira ação no município, sendo no CRAS Cará-Cará, contando com a participação de 15 mulheres e a equipe de Serviço Social. A equipe conversou sobre as potencialidades da ECOSOL, mostrou a feira da UEPG e realizou uma atividade interativa ao ar livre chamada “dinâmica da teia” para se aproximar das participantes.

No dia 10 de setembro, a equipe da IESol esteve presente no CRAS Vila Isabel promovendo uma oficina de ECOSOL com o grupo de idosos. Após a parte expositiva foi realizado um clube de trocas, funcionando com a troca de objetos concretos ou subjetivos, a fim da promoção de bem-estar social. Após a realização dessa dinâmica, as participantes relataram sentir-se entusiasmadas, visto que esse momento proporcionou um espaço propício para o fortalecimento de vínculos comunitários.

E por fim, no dia 28 de Outubro aconteceu a formação com o grupo do PAIF do CRAS Nova Rússia, e na ocasião estavam presentes 17 usuários. Neste encontro foi abordado a IESol e os grupos incubados. Além da realização de uma dinâmica onde cada participante escreveu em um papel coisas que sabe fazer (cozinhar, bordar, cuidar de criança, desenhar, etc). Depois, todos colaram seus papéis na parede como se

² Uso de imagem autorizado pelos participantes por meio da lista de presença da atividade.

fosse uma “feira” e em grupo discutiram quais talentos combinaram entre si e quem gostaria de se juntar para experimentar algo.

Nesse contexto, a inserção nesses espaços amplia o horizonte da Política de Assistência Social, ao introduzir práticas que vão além do caráter assistencialista. Ao estimular a autogestão, cooperação e a geração de renda, essas ações contribuem para a construção de alternativas concretas de inclusão produtiva, promovendo maior autonomia dos sujeitos atendidos.

Nesse sentido, a experiência evidencia que a Política de Assistência Social, operacionalizada por meio dos CRAS, vai além do atendimento imediato às necessidades da população em situação de vulnerabilidade, atuando também como um espaço estratégico de formação cidadã. A inserção de iniciativas como as desenvolvidas pela IESol amplia o potencial dessas políticas, ao incorporar práticas educativas e emancipatórias.

Entretanto, também é importante reconhecer os desafios presentes nesse contexto, como limitações estruturais, dificuldades de articulação institucional e questões logísticas, que podem impactar a continuidade e o alcance das ações. Ainda assim, a parceria entre universidade e esses espaços demonstra-se fundamental para o fortalecimento das políticas públicas, contribuindo para a construção de respostas mais integradas, participativas e voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

Dessa forma, a atuação nos CRAS reafirma a importância da extensão universitária como instrumento de transformação social, ao promover o diálogo entre conhecimento acadêmico e realidade social, potencializando ações que geram impacto concreto na vida dos sujeitos atendidos.

6 EXECUÇÃO TÉCNICA E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A execução técnica do projeto possibilitou importantes conquistas e aprendizados tanto para a equipe executora quanto para os sujeitos envolvidos nas ações, fortalecendo a articulação entre universidade, poder público e comunidade. Entre as principais conquistas do projeto destaca-se o fortalecimento das parcerias interinstitucionais, especialmente com as Secretarias Municipais de Imbaú de Assistência Social, Meio Ambiente e Educação, como citadas anteriormente, e com associações e equipamentos públicos, o que possibilitou a articulação de ações integradas, intersetoriais e alinhadas às demandas reais do território. Além de possibilitarem que a equipe interdisciplinar pudesse estar em contato com gestores e comunidade e vivenciar na prática a realidade social como ela é.

Outro destaque vai para a ampliação do conhecimento e da sensibilização dos diferentes públicos atendidos acerca dos princípios da Economia Solidária, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das Soluções Baseadas na Natureza (SbN). As formações, oficinas e vivências realizadas favoreceram a participação ativa dos sujeitos, o reconhecimento dos saberes locais e o fortalecimento da

autonomia coletiva, especialmente entre mulheres, associados de reciclagem, crianças, adolescentes e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Quanto aos aprendizados da equipe de execução citamos a importância de metodologias participativas, flexíveis e contextualizadas, capazes de respeitar o tempo, a realidade e a diversidade dos territórios e dos sujeitos envolvidos. É importante ressaltar que a equipe composta por técnicos e estudantes de Serviço Social, Geografia e Química possibilitou que essas atividades fossem desenvolvidas de forma interdisciplinar, o que enriqueceu o planejamento de cada ação. Além da supervisão dos servidores técnicos de Administração e Economia que também colaboraram com o caráter interdisciplinar das atividades.

A equipe também aprimorou sua capacidade de planejamento e organização, desenvolvendo competências relacionadas à gestão de projetos, registro das atividades, produção de materiais educativos, captação de recursos, gestão de mídias sociais, e articulação em rede. Esses aprendizados contribuíram para o fortalecimento técnico-político. E também foram essenciais para a escrita de artigos para eventos, criação de um mapeamento de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, e para aprimorar habilidades de observação, escuta, oratória e organização de relatórios, registros e demais documentos internos e de prestação de contas.

Durante a execução do projeto também foram identificadas algumas dificuldades operacionais, especialmente relacionadas às condições territoriais e à infraestrutura disponível nos municípios atendidos. Um dos principais desafios esteve associado ao deslocamento da equipe técnica até o município de Imbaú e demais municípios da região dos Campos Gerais devido às condições das estradas de acesso, em determinados períodos, apresentaram precariedade, com trechos danificados, obras, tráfego intenso e situações climáticas adversas, o que ocasionou atrasos significativos no trajeto e, em alguns momentos, a necessidade de a equipe aguardar por horas para liberação da via, impactando o planejamento logístico das atividades. Neste sentido, destaca-se a capacidade da equipe em se reorganizar e se adaptar aos diferentes contrapontos que surgiram no caminho.

Outro desafio técnico identificado refere-se à infraestrutura para a realização de atividades remotas, em razão das demandas e preferências de alguns gestores, escolas e equipes locais. Foram observadas limitações estruturais, como a insuficiência de equipamentos adequados (computadores, câmeras, microfones e instrumentos de gravação), além de instabilidade de conexão à internet, o que exigiu adaptações metodológicas por parte da equipe técnica.

Em suma, apesar dessas dificuldades, as atividades foram reorganizadas de modo a garantir a continuidade das ações, preservando a qualidade formativa e o alcance dos objetivos propostos. Assim, a execução do projeto se consolidou com importantes conquistas institucionais e comunitárias, ao mesmo tempo em que proporcionou aprendizados que reafirmam a relevância da extensão universitária como

instrumento de transformação social, promoção da cidadania, fortalecimento de vínculos e construção de alternativas sustentáveis fundamentadas na economia solidária.

7 CONCLUSÃO

A proposta do projeto trouxe uma contribuição importante tanto para a ciência quanto para a tecnologia ao unir o debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Soluções Baseadas na Natureza (SbN), executou ações sempre com foco na sustentabilidade, na justiça social e na cidadania. Valorizando estratégias que priorizam o conhecimento e a educação como ferramentas essenciais para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais. Do ponto de vista científico, o projeto colaborou com o incentivo a pesquisas e práticas que conectam as questões sociais e ambientais, alinhando-se aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Ao relacionar os ODS com as SbNs, que usam processos naturais para enfrentar desafios como os advindos das emergências climáticas e a manipulação do meio ambiente, o projeto adotou uma abordagem criativa e dinâmica e do ponto de vista tecnológico, tratou-se de um projeto inovador. E essa união de técnicas e práticas, aliada à economia solidária, pode desempenhar um papel importante ao promover práticas de produção e consumo mais sustentáveis, ajudando também na inclusão social e econômica tanto em áreas rurais quanto urbanas.

As ações desenvolvidas geraram impactos significativos tanto na formação dos acadêmicos, técnicos e professores envolvidos quanto na comunidade atendida, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social. Para os estudantes extensionistas, a participação no projeto possibilitou a articulação entre teoria e prática, além de fortalecer habilidades como trabalho em equipe, escuta qualificada, planejamento coletivo e atuação interdisciplinar em contextos reais.

Diante do exposto, as atividades de planejamento, articulação institucional e formação voltadas à promoção da Economia Solidária nos territórios atendidos, em especial as ações realizadas junto a escolas, associações de catadores, serviços da assistência social e grupos de mulheres promoveram processos de sensibilização, educação ambiental e valorização dos saberes locais, estimulando práticas de cooperação, autogestão e sustentabilidade. Observou-se o fortalecimento de vínculos comunitários, reafirmando o papel da universidade pública como agente de promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento socioambiental sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBACH, Camila Aparecida da Silva; GOMES, Gabrielle Fernandes; MOURA, Reidy Rolim de; MOLETA, Aline Diandra. A valorização do trabalho de catadores de materiais recicláveis a partir da economia solidária. In: **V SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

SUSTENTÁVEL. Matinhos, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/v-simposio-brasileiro-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-542255/1200994-a-valorizacao-do-trabalho-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-a-partir-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ALVES, Brena Kézia Vieira; COSTA, Leandro Silva. Catadores de materiais recicláveis: inclusão social, sustentabilidade e desafios na literatura científica contemporânea. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 26717–26735, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-329>. Acesso em: 13 fev. 2026.

IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários (Universidade Estadual de Ponta Grossa). **Projeto - Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza**. IESol, 2025. Projeto de extensão. Acesso por meio de documentação institucional e divulgação de ações de extensão universitária.

MOURA, Reidy Rolim de; ALBACH, Camila Aparecida da Silva; SANTOS, Carolina Krzyzanoski dos; GOMES, Gabrielle Fernandes; BAGGIO, Lira Maria Cordeiro; KOSLOSKI, Santiago. **Relatório Técnico do Projeto Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza** – USF. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDH NO PARANÁ: MAPEAMENTO TERRITORIAL

SOLIDARITY ECONOMY IN MUNICIPALITIES WITH LOW HDI IN PARANÁ: TERRITORIAL MAPPING

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-002>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

Gabrielle Fernandes Gomes

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: gabrielle.fgomes15@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4183094084211476>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

1 INTRODUÇÃO

No contexto do desenvolvimento econômico e social, a Economia Solidária (ECOSOL) se demonstra enquanto um modelo alternativo de organização econômica baseado na cooperação, sustentabilidade, autogestão, solidariedade e valorização do ser humano acima do lucro. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, envolve iniciativas como cooperativas, associações e empreendimentos coletivos, voltados à geração de trabalho e renda de forma justa e democrática (Brasil, 2023). Esse modelo ganhou força no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990, como resposta ao desemprego e à exclusão social.

Além disso, a Economia Solidária dialoga diretamente com os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza, ao trabalho decente e à redução das desigualdades, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Esses objetivos foram criados pela Organização das Nações Unidas - ONU e divulgados para o mundo todo, com o propósito de ajudar a construir uma sociedade mais justa e sustentável.

[...] por meio de estratégias, programas e incentivos financeiros, adaptados a qualquer estágio de desenvolvimento, é possível trabalhar a Ecosol nos moldes do desenvolvimento sustentável, afinal, a ESS é uma estratégia fundamental para o alcance dos objetivos sustentáveis, reconhecidas pela própria ONU. As comunidades locais colhem benefícios da Economia Solidária e Social, uma vez que essa abordagem é voltada para objetivos sociais e econômicos adaptados ao contexto em que é aplicada. Esses objetivos são sustentados por valores como cooperação, solidariedade, sustentabilidade e autogestão. Várias formas de organizações podem promover e fomentar a iniciativas solidárias, o que possibilita sua aplicação em diversas áreas e níveis (Albach; Moura, 2025, p.28).

Para além dos ODSs, existem as Soluções Baseadas na Natureza (SbN) que têm ganhado cada vez mais reconhecimento e estão sendo incorporadas de forma gradual nas agendas políticas em diferentes níveis, seja global, regional ou nacional. Isso mostra o quanto elas são importantes na cooperação internacional.

Surgido no final dos anos 2000, o conceito de Soluções baseadas na Natureza (SbN) vem ganhando destaque entre organismos internacionais e na União Europeia (EU) como uma aposta para a adaptação às mudanças climáticas. As SbN são entendidas como soluções que, de alguma forma, se inspiraram, copiaram ou tomaram como base processos naturais para gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos para a sociedade. (Fraga; Sayago, 2020, p.68).

As SbN têm um potencial grande de transformação, pois oferecem respostas integradas para os desafios socioambientais que enfrentamos nos dias atuais. Além de ajudar na conservação da biodiversidade, elas trazem benefícios sociais, econômicos e ecológicos. E quando as SbNs são articuladas a Economia Solidária podem potencializar iniciativas de desenvolvimento sustentável, agroecologia, gestão comunitária de recursos naturais e geração de trabalho e renda.

Precisamente por esse diálogo entre ECOSOL e ODS e NbS, é que a Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol executou o projeto “Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza” que fez parte do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) no Paraná, que trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado, gerida pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti).

Destacou-se entre seus objetivos a intenção de proporcionar a troca de experiências sobre os princípios da ECOSOL de coletividade, autogestão, fomento do consumo solidário e sustentável e valorização dos conhecimentos locais a partir da discussão dos ODS e das NbSs, incentivando o respeito e a preservação do meio ambiente. Além da criação de materiais didáticos, notícias, postagens, vídeos e um mapeamento de potencialidades de Economia Solidária que pudessem ser observadas durante a execução de 1 ano de projeto (2025-2026).

O presente mapeamento teve como objetivo identificar, analisar e sistematizar o potencial de desenvolvimento da Economia Solidária no estado do Paraná, com foco em municípios caracterizados por

baixos índices de desenvolvimento humano, considerando suas especificidades históricas, territoriais e socioeconômicas.

Dentre os objetivos específicos citamos:

- Pesquisar, sistematizar e analisar os fundamentos conceituais da Economia Solidária, bem como sua inserção nas políticas públicas, com ênfase no contexto paranaense.
- Identificar e analisar as especificidades históricas, territoriais e socioeconômicas dos municípios de Ipiranga, Ortigueira, Reserva, Tibagi e Imbaú, considerando seus indicadores sociais e suas dinâmicas locais.
- Contribuir para a compreensão do potencial da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local e inclusão social em municípios paranaenses com baixos índices de desenvolvimento humano.

2 METODOLOGIA

A metodologia do presente mapeamento combinou diferentes formas de coletar e analisar os dados para ter uma visão mais completa e real das ações que existem em Imbaú, Ipiranga, Tibagi, Ortigueira e Reserva no Estado do Paraná. Essa combinação de etapas ajudou a identificar os grupos que atuam na região, além de entender como eles funcionam, quais são seus desafios e suas potencialidades, além de identificar as fragilidades e ausências de grupos a depender do município. Também foi fundamental contar com a participação direta de técnicos, professores e servidores da IESol/UEPG no levantamento, garantindo uma conexão com a realidade do território estudado.

Outro procedimento metodológico foi o levantamento documental que teve como objetivo identificar indícios de grupos já existentes ou referências que pudessem conter informações sobre a presença ou não da Economia Solidária, tendo como uma das fontes principais o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL.

Foram realizadas pesquisas em sites e portais das prefeituras e das secretarias de Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente e Educação, buscando por menções a associações, cooperativas, projetos comunitários ou iniciativas voltadas para geração de renda. E consultas em informações públicas disponíveis pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Além disso, também foram realizadas atividades de observação direta e visitas no campo. Isso permitiu conhecer de perto como os grupos funcionam, sua estrutura física, suas rotinas de trabalho e como estão inseridos na região. Dessa forma, as visitas ajudaram a criar um contato mais próximo com as pessoas

envolvidas nas iniciativas, sendo possível estabelecer um diálogo mais aberto e espontâneo com elas, o que contribuiu para a melhor compreensão da realidade local de uma forma mais sensível e contextualizada.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ: CONTEXTO, DIRETRIZES E POLÍTICAS PÚBLICAS

No estado do Paraná, a economia solidária é amparada por políticas públicas específicas, como a Política Estadual de Economia Solidária, instituída por lei, com o objetivo de fomentar empreendimentos solidários, redes de cooperação e formas coletivas de produção e comercialização (Paraná, 2018). Segundo dados do governo estadual, mais de 1.200 grupos de economia solidária estão distribuídos pelo Paraná, beneficiando milhares de trabalhadores em diferentes regiões (Brasil de Fato, 2025). Outras informações sobre os grupos podemos encontrar nos sites do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL¹, que foi criado para promover o reconhecimento público dos empreendimentos econômicos solidários (EES), permitir-lhes o acesso às políticas públicas específicas da área e às demais políticas que podem beneficiá-los. Sendo assim, podemos observar na figura (1) os últimos dados organizados pelo sistema.

Figura 1 - Dados de Empreendimentos Econômicos Solidários no Paraná de 2014-2023 - CADSOL



Fonte: CADSOL, 2023.

Os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Paraná enfrentam sérios desafios para acessar políticas públicas, seja no acesso a linhas de fomento ou mercados institucionais. Tais dificuldades estão fortemente relacionadas à ausência de diálogo técnico atrelado a uma certa fragilidade institucional que caracteriza grande parte dessas administrações locais.

Considerando os dados da Figura (1), podemos refletir que a escassez de equipes técnicas qualificadas pode ser um dos fatores que limita a capacidade dos municípios de elaborar projetos e

¹ Para mais informações sobre o CADSOL acesse o site do Ministério do Trabalho e Emprego em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empresendimentos-economicos-solidarios-cadsol>.

propostas em conformidade com os requisitos exigidos por grandes programas de financiamento nas esferas estaduais e federal, ou neste caso, a maior aderência pelo cadastro.

Outro fator são os editais e chamadas públicas, que costumam demandar conhecimento específico em gestão de projetos, prestação de contas e análise de viabilidade econômica, e muitas vezes não estão tão presentes em prefeituras de regiões mais vulneráveis, e mesmo quando existem recursos disponíveis, a falta de apoio técnico impede que esses municípios acessem os benefícios. Afinal, “[...] municípios com maiores capacidades estatais instaladas podem reduzir desigualdades de aprendizado no Brasil” (Corrêa, 2023, p.10).

A ausência de estruturas de planejamento e de canais de comunicação mais eficazes com órgãos estaduais e federais reduz a articulação institucional, e por vezes, gestores municipais sequer são informados sobre oportunidades de fomento, ou não dispõem de tempo hábil para preparar a documentação exigida, devido à sobrecarga das demandas municipais. Outra questão está relacionada ao acesso aos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que são direcionados a produtores locais, especialmente da agricultura familiar, que evidenciamos no presente mapeamento ter uma forte presença.

Para o acesso a estes programas, e outros existentes, é preciso justamente deste apoio técnico da gestão municipal para se organizar em associações, cumprir exigências de vigilâncias sanitárias e participar de chamadas públicas, desde que estejam dispostos a cumprir com burocracias específicas. Sem essa interlocução existe o comprometimento do fortalecimento da economia local e da efetividade das políticas de segurança alimentar e desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, a dificuldade de acesso a políticas e financiamentos não se deve apenas à falta de recursos financeiros, mas também a uma desigualdade técnica e institucional. Investir em capacitação, assistência técnica e fortalecimento da governança local é fundamental para reduzir essas disparidades e garantir que os municípios de baixo IDH possam participar de forma ativa e autogestionária das oportunidades de fomento e desenvolvimento. Isso demonstra que a queda no número de EES cadastrados no CADSOL pode ser reflexo de muitos entraves no âmbito estadual.

A Economia Solidária assume papel estratégico em municípios de baixo IDH, uma vez que oferece alternativas concretas para a geração de trabalho e renda em contextos marcados por escassez de oportunidades formais. Diferente da lógica do mercado tradicional, baseada na competitividade e na concentração de capital, fortalece práticas de cooperação, autogestão e solidariedade, promovendo a redistribuição coletiva dos ganhos e o fortalecimento comunitário (Singer, 2002).

Cabral (2016) propõe compreender a Economia Solidária como uma postura humana que orienta ações presentes e futuras, destacando seu caráter educacional e transformador. Para a autora, trata-se de um “campo privilegiado do conhecimento emancipatório”, no qual os sujeitos podem desenvolver saberes

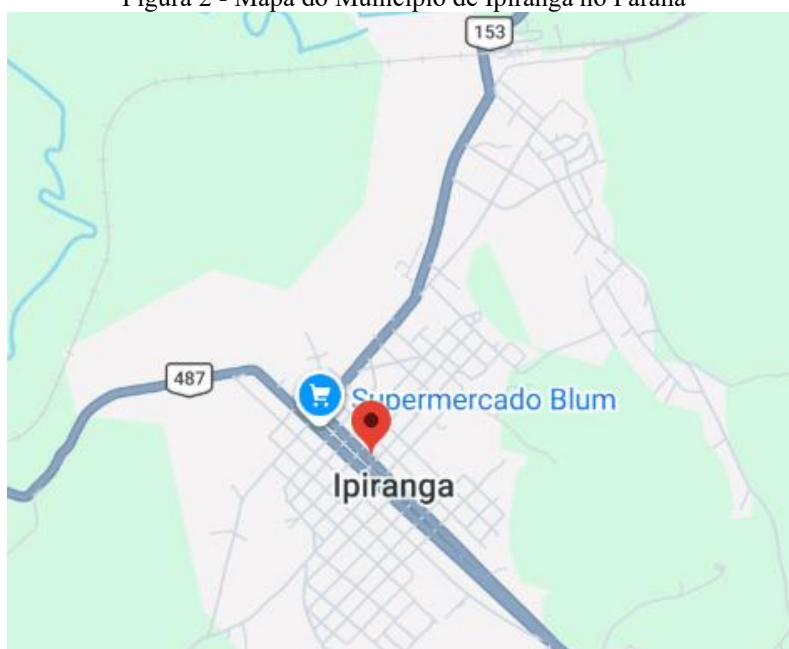
voltados à superação de formas de opressão social e econômica. Nesse sentido, trabalhar com os princípios da Economia Solidária em municípios de baixo IDH extrapola uma simples estratégia econômica, configurando-se como um instrumento de emancipação social e de fortalecimento da cidadania.

4 MAPEAMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE IPIRANGA, ORTIGUEIRA, RESERVA, TIBAGI E IMBAÚ

4.1 MUNICÍPIO DE IPIRANGA

O município de Ipiranga, localizado no estado do Paraná, na região Sul do Brasil, está situado a aproximadamente 175 quilômetros da capital Curitiba e possui uma população estimada entre 14 e 15 mil habitantes. O nome do município tem origem indígena, vindo do tupi e significando “rio vermelho”, o que evidencia a presença indígena na região antes do processo de colonização européia ocorrido no século XIX. A formação histórica de Ipiranga está ligada à ocupação de imigrantes europeus, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento agrícola e social da localidade (Prefeitura Municipal de Ipiranga, 2023).

Figura 2 - Mapa do Município de Ipiranga no Paraná



Fonte: Google Maps, 2026.

A economia de Ipiranga é fortemente baseada na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção leiteira, que representa uma das principais fontes de renda da população rural e um eixo estruturante da economia municipal. O setor agropecuário impulsionou a instalação de indústrias ligadas ao processamento de alimentos, especialmente no ramo de laticínios. Um marco importante para o desenvolvimento econômico local foi a implantação da indústria Tirol Alimentos, considerada o maior

investimento da história do município, inaugurada em 2021, com geração de empregos diretos e indiretos e fortalecimento da cadeia produtiva do leite (Paraná, 2021). Além disso, os setores de comércio e serviços também possuem papel relevante na geração de emprego e renda, acompanhando o crescimento econômico do município (Caravela, 2023).

No que se refere à economia solidária, o município de Ipiranga apresenta potencial ainda em processo de construção, especialmente quando articulado às políticas públicas de assistência social e saúde mental. Apesar da predominância de atividades econômicas tradicionais, observa-se a existência de demandas sociais que apontam para a necessidade de criação de alternativas de geração de renda baseadas em princípios coletivos e sustentáveis.

Nesse contexto, destaca-se a aproximação recente entre o município e a IESol, evidenciada pela realização de reunião técnica com profissionais do Serviço Social e da Psicologia. A iniciativa partiu do interesse dos profissionais em compreender as possibilidades de implementação de empreendimentos solidários vinculados a um projeto de saúde mental já existente em Ipiranga.

A reunião teve caráter exploratório, considerando a ausência, até o momento (ano de 2025), de um grupo formalmente constituído. Ainda assim, representou um passo importante no processo de territorialização ao promover o diálogo entre diferentes áreas.

A articulação com a Política de Saúde Mental revela-se especialmente relevante, uma vez que aponta para a construção de estratégias que vão além do cuidado clínico, incorporando dimensões sociais e econômicas no processo de reabilitação psicossocial. Nesse sentido, a economia solidária pode contribuir para o fortalecimento da autonomia dos usuários, a ampliação de vínculos sociais e a criação de espaços de participação ativa na comunidade.

Por outro lado, o cenário também evidencia desafios importantes, como a necessidade de mobilização de participantes, a estruturação inicial dos grupos e a adaptação das metodologias de incubação às especificidades do público atendido. Esses fatores indicam que a consolidação de iniciativas de ECOSOL no município depende de um processo gradual, sustentado por ações contínuas de formação, acompanhamento e articulação institucional. Dessa forma, o caso de Ipiranga demonstra que há potencial para seu desenvolvimento a partir da integração entre políticas públicas e apoio técnico especializado, reforçando o papel da universidade nos processos de transformação social nos territórios.

Embora não existam registros amplamente divulgados de empreendimentos formalmente cadastrados no CADSOL, o contexto local apresenta grande expectativa para o desenvolvimento desse modelo, especialmente nas áreas de agricultura familiar, cooperativismo rural, artesanato e serviços comunitários.

A articulação entre produtores locais, o apoio do poder público e o acesso às políticas estaduais e federais podem contribuir para a expansão de práticas solidárias, promovendo inclusão social, geração de

renda e desenvolvimento sustentável no município. Assim, a economia solidária pode representar uma importante alternativa complementar às atividades econômicas tradicionais de Ipiranga, fortalecendo o desenvolvimento local por meio da cooperação, da justiça social e da participação coletiva dos trabalhadores.

4.2 MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA

O município de Ortigueira está localizado na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, há aproximadamente 247 km da capital. Sua formação histórica remonta ao antigo povoado de Queimadas, que surgiu a partir da ocupação de terras por colonizadores interessados na agricultura e na pecuária. O município foi oficialmente emancipado em 1951 e recebeu o nome de Ortigueira devido à grande presença de urtigas na região. Trata-se de um dos municípios do Paraná com extensão territorial e com forte predominância de população rural, característica que influencia diretamente sua organização social e econômica (IBGE; Governo do Paraná).

Figura 3 - Mapa do Município de Ortigueira no Paraná

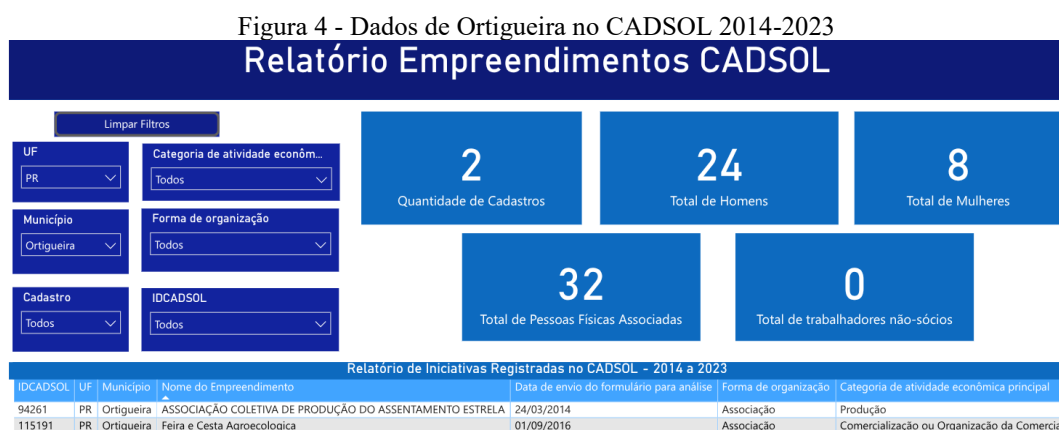


Fonte: Google Maps, 2026.

Ao longo de sua história, a economia de Ortigueira esteve fortemente baseada na agropecuária. A criação de gado bovino sempre foi uma atividade central, sendo o município reconhecido por possuir um dos maiores rebanhos do estado. Além disso, a apicultura ganhou grande destaque nas últimas décadas, contribuindo para que o Paraná se tornasse líder nacional na produção de mel. A agricultura familiar também possui papel relevante, com produção de grãos, leite e hortaliças voltadas tanto ao consumo interno quanto ao mercado regional (Secretaria de Agricultura do Paraná; IBGE).

Nos últimos anos, Ortigueira passou por uma profunda transformação econômica com a instalação de um grande complexo industrial de papel e celulose, ligado à empresa Klabin. Esse investimento trouxe aumento do Produto Interno Bruto municipal, geração de empregos e melhoria da infraestrutura local.

Como consequência, o município passou a apresentar um dos maiores PIB per capita do estado. Entretanto, esse crescimento econômico acelerado também trouxe desafios sociais, como a necessidade de inclusão da população rural e a redução das desigualdades entre trabalhadores vinculados ao setor industrial e pequenos produtores do campo (IPARDES; Governo do Paraná). E quanto aos dados nacionais, voltamos ao CADSOL que contém as seguintes informações:



Fonte: Antigo CADSOL, 2023.

Nesse contexto, a economia solidária surge como uma alternativa em potencial importante para o desenvolvimento social e econômico de Ortigueira, pois se manifesta principalmente por meio de cooperativas, associações de produtores, agricultura familiar, feiras locais e iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda (Singer, 2002; Ministério do Trabalho e Emprego).

A forte presença rural no município favorece a organização de cooperativas agrícolas e associações de pequenos produtores, que buscam fortalecer a comercialização coletiva, reduzir custos de produção e ampliar o acesso a mercados. A própria atividade apícola é um exemplo típico desse modelo, pois frequentemente depende do associativismo para viabilizar a venda, o beneficiamento e a distribuição do mel e de seus derivados. Dessa forma, a economia solidária contribui para aumentar a renda das famílias rurais e promover maior estabilidade econômica nas comunidades (Gaiger, 2004).

Além disso, a convivência entre uma grande indústria e comunidades rurais torna a economia solidária ainda mais relevante. Em cidades que passam por rápida industrialização, nem todos os grupos sociais se beneficiam de forma igual ao crescimento econômico. Assim, iniciativas solidárias ajudam a promover inclusão social, geração de oportunidades e permanência das famílias no campo, evitando o êxodo rural e fortalecendo os vínculos comunitários (França Filho; Laville, 2004).

Ortigueira apresenta um cenário marcado por crescimento econômico significativo, forte presença industrial e base rural expressiva. Nesse contexto, a economia solidária desempenha papel fundamental

como estratégia de equilíbrio social, contribuindo para a distribuição de renda, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

4.3 MUNICÍPIO DE TIBAGI

O município de Tibagi está localizado na região dos Campos Gerais. De acordo com o IBGE (Censo 2022), possui uma população de aproximadamente 19.961 habitantes. Sua área territorial é de aproximadamente 2.977,9 km², sendo um dos maiores municípios do estado em extensão territorial. O município apresenta predominância urbana, com cerca de 60,39% da população vivendo na área urbana e 39,61% na zona rural, embora ainda mantenha uma presença rural bastante significativa quando comparado à média estadual (Guia Trabalho, 2026).

Figura 5 - Mapa do Município de Tibagi no Paraná



Fonte: Google Maps, 2026.

O município apresenta potencial para o desenvolvimento de iniciativas de ECOSOL, especialmente em função de sua base econômica com forte presença de atividades rurais. Na produção são destacados os grãos como milho, feijão, soja e trigo que podem favorecer a organização de produtores em associações e cooperativas coletivas e autogestionárias, possibilitando estratégias de beneficiamento e comercialização.

Além disso, a existência de uma parcela expressiva da população em áreas rurais e a baixa densidade demográfica indicam desafios relacionados ao acesso a renda e serviços, o que reforça a importância de iniciativas baseadas na cooperação e fortalecimento comunitário. Também existem possibilidades voltadas ao turismo do município, especialmente ligado às belezas naturais como o Cânion Guartelá, que pode impulsionar empreendimentos solidários nas áreas de turismo comunitário, artesanato e economia local. Abaixo temos as informações encontradas no CADSOL

Figura 6 - Dados de Tibagi no antigo CADSOL 2014-2023



Fonte: Antigo CADSOL, 2023.

4.4 MUNICÍPIO DE RESERVA

O município de Reserva está localizado na região Centro-Oriental do estado do estado. De acordo com dados do IBGE (Censo 2022), possui uma população de aproximadamente 24.573 habitantes. Sua área territorial é de aproximadamente 1.635,5 km², caracterizando-se como um município de grande extensão territorial e baixa densidade demográfica.

Figura 7 - Mapa do Município de Reserva no Paraná



Fonte: Google Maps, 2026.

O município apresenta significativo potencial para o desenvolvimento de iniciativas de ECOSOL, especialmente em função de sua forte base agropecuária e da predominância de pequenas propriedades rurais. A presença marcante da agricultura familiar favorece a organização coletiva do trabalho, por meio de associações, cooperativas e grupos produtivos, voltados à produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

Além disso, a diversidade de cultivos, com destaque para a produção de tomate e outros gêneros agrícolas, amplia as possibilidades de agregação de valor, beneficiamento e comercialização em circuitos curtos, podendo ser pensado em atividades voltadas até mesmo para a valorização dos saberes locais.

A IESol ainda está em processo de caracterização do município, contatos iniciais com gestores e planejamento, podendo futuramente iniciar ações concretas que possam colaborar com a dinâmica local. Afinal, o contexto de ruralidade e a necessidade de geração de renda local reforçam a importância de estratégias baseadas na cooperação, autogestão e fortalecimento de redes comunitárias.

4.5 MUNICÍPIO DE IMBAÚ

O município de Imbaú, localizado na região dos Campos Gerais e inserido na Mesorregião Centro Oriental Paranaense, caracteriza-se como um município de baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Seu IDH é de 0,622 e, entre os 399 municípios do estado, Imbaú - PR ocupa a 386ª posição no ranking (IBGE, 2025). Em localidades como Imbaú - PR, em que a dependência de políticas de assistência social ainda é significativa, a organização de grupos produtivos por meio de associações e cooperativas permite ampliar a inserção dos sujeitos em políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo canais institucionais de comercialização e circulação de recursos na própria economia local. (Moura *et al*, 2025, p.1).

Figura 8 - Mapa do Município de Imbaú no Paraná



Fonte: Google Maps, 2026.

Abaixo, apresenta-se a figura correspondente ao CADSOL, a fim de ilustrar e complementar as informações acerca do município.

Figura 9 - Dados de Imbaú no antigo CADSOL 2014-2023



Fonte: Antigo CADSOL, 2023.

No ano de 2025, a IESol realizou diversas atividades em Imbaú, dentre elas: formações, oficinas e atividades que levaram temas como sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, Soluções Baseadas na Natureza - NBS, dentre outros princípios, para públicos diversos do município. Um dos objetivos era justamente avaliar o potencial de incubação de grupos, seja qual for o segmento e categoria que pertencem.

Imbaú - PR conta com iniciativas e projetos recentes ligados à Economia Solidária, desenvolvidos em parceria com a UEPG/IESOL, essa articulação é especialmente relevante, pois amplia as possibilidades de geração de emprego e renda no município, ao mesmo tempo em que promove novas formas dos munícipes interpretarem a realidade local. Tais ações contribuem para fortalecer alternativas econômicas baseadas na cooperação, na autogestão, solidariedade e sustentabilidade abrindo espaço para experiências que dialogam com um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Dentre as atividades do referido projeto, cujas metas a maioria já foram concluídas, uma delas é justamente realizar um mapeamento dos empreendimentos com potenciais para atuar na perspectiva da Economia Solidária. (Moura *et al*, 2025, p. 1).

Apresenta-se, a seguir, um quadro elaborado a partir de dados coletados ao longo do ano de 2025, contendo informações sobre grupos identificados com potencial para serem incubados pela IESol, bem como aqueles com possibilidade de participação em atividades desenvolvidas em parceria.

Quadro 1 - Grupos em potencial de incubação no Município de Imbaú no Paraná

NOME DO GRUPO	CATEGORIA	TEMPO DE EXISTÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE/ PRODUÇÃO	POTENCIAL PARA INCUBAÇÃO
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imbaú - ACAMARI	Associação	Desde 2012	Coleta de materiais recicláveis	Sim
Assentamento Guanabara	Dados insuficientes	Desde 1995	Agroecológicos	Sim
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Grupo Informal	Dados insuficientes	Artesanatos	Sim
Comunidade Terapêutica Mannain	Dados insuficientes	Desde 2011	Assistência psicossocial para portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	Em análise
Associação Clube Atlético Imbaú	Associação	Desde 2022	Organização de atividades voltadas para esporte e lazer	Não
Associação da Agricultura Familiar dos Feirantes do Imbaú	Associação	Desde 2008	Feira	Em análise
Associação de Moradores das Vila Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino	Associação	Desde 2009	Dados insuficientes	Em análise
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú	Associação	Desde 1999	Defesa de Direitos Sociais	Em análise
Associação dos Moradores de Charqueada de Baixo	Associação	Desde 1999	Dados insuficientes	Em análise
Feira do Produtor - Reinaldo Oliveira	Feira	Desde 2008	Comercialização de produtos	Em análise

Fonte: IPEA, 2025; Moura *et al.*, 2025; Organização: As autoras, 2026.

Foram mapeados grupos, associações e cooperativas que já atuam diretamente dentro dos princípios da Economia Solidária, bem como iniciativas consideradas potenciais. Esse mapeamento abrange desde associações de agricultores da agroecologia e grupos de artesanato até coletivos informais e organizações da sociedade civil que atuam a partir dos princípios da ECOSOL, mesmo que ainda não se identifiquem como tal.

A escolha de incluir tanto empreendimentos consolidados quanto iniciativas potenciais busca revelar a diversidade de formas de organização existentes no município e identificar oportunidades de aproximação, fortalecimento e articulação em torno dos valores da cooperação, autogestão e sustentabilidade.

Também foram incluídos no mapeamento pontos de venda presentes no município, como feiras, mercados locais e/ou redes de comercialização. A presença desses espaços é fundamental para compreender as dinâmicas de comercialização que apoiam ou podem vir a apoiar iniciativas de Economia Solidária.

[...] foi possível identificar não apenas potenciais iniciativas relacionadas à Economia Solidária, mas também um conjunto de desafios locais que podem dificultar o desenvolvimento e a consolidação desse modelo no município de Imbaú – PR. Esses desafios emergem tanto das condições socioeconômicas quanto das dinâmicas territoriais, revelando limitações que precisam ser consideradas em qualquer proposta de fortalecimento da Economia Solidária. Além disso, a identificação desses entraves auxilia na compreensão do contexto em que esses grupos estão inseridos, permitindo antecipar obstáculos e orientar estratégias mais adequadas de apoio e mobilização comunitária. (Moura *et al*, 2025, p.7).

O município de Imbaú apresenta desafios significativos no campo de capacitação e gestão dos empreendimentos econômicos, principalmente daqueles com potencial para integrar a Economia Solidária. Observa-se que muitos empreendimentos locais ainda operam de forma empírica, sem registros adequados de custos ou instrumentos de avaliação, o que compromete a sustentabilidade econômica (Prefeitura de Imbaú, 2022).

A precificação de produtos e serviços também se configura como ponto crítico, de acordo com o SEBRAE (2022), a ausência de métodos adequados de precificação reduz a rentabilidade e dificulta o fortalecimento das iniciativas solidárias. Em muitos casos, os preços são definidos sem considerar todos os custos de produção e o valor agregado do trabalho coletivo, comprometendo a continuidade das atividades produtivas.

Além disso, há limitações de infraestrutura e acesso à informação, o que restringe o uso de tecnologias digitais e plataformas de venda, fundamentais para ampliar a visibilidade dos grupos locais (SENAES, 2023).

A formação de lideranças e o fortalecimento da autogestão também se mostram essenciais. De acordo com Silva e Costa (2021), a sustentabilidade da Economia Solidária depende da consolidação de práticas participativas e da construção coletiva do conhecimento, mediadas por processos educativos contínuos.

Quanto a questões de logística e comercialização, a cidade é privilegiada por estar dentro do corredor econômico paranaense, já que é cortada pela BR-376, uma via fundamental para o município. A Rodovia do Café é um eixo rodoviário que interliga o noroeste do Paraná ao litoral, e recebeu essa

denominação por ter sido, durante muitos anos, a principal rota de escoamento da produção cafeeira destinada à exportação. Além disso, essa rodovia possui grande relevância para o setor florestal madeireiro, amplamente dependente da via na região, conectando Imbaú e Telêmaco Borba, e impulsionando o desenvolvimento econômico por meio da instalação de madeireiras e outras empresas do setor (Prefeitura Municipal de Imbaú, 2025).

Ao observar a dinâmica produtiva de Imbaú, é possível verificar que a comercialização ainda é o ponto mais frágil do processo. A produção existe, mas o volume é pequeno e isso dificulta a entrada em mercados maiores, a negociação de preços mais viáveis e a manutenção regular de entrada. Esse problema aparece constantemente em várias análises estaduais de Economia Solidária, como nas discussões do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES-PR, 2023), que apontam justamente essa dificuldade de ampliação de escala entre os empreendimentos mais comunitários e associativos.

Estudos sobre Economia Solidária no Paraná mostram que esse tipo de iniciativa é mais resistente e tem mais capacidade de gerar renda comunitária, mesmo em contextos de dificuldade (Teodorovicz, 2024). E isso observa-se na realidade de Imbaú - PR, onde muitos possíveis empreendimentos solidários funcionam em pequena escala, mas com forte base comunitária.

Para Singer (p. 121, 2002), esse tipo de organização surge em resposta à momentos de crise nas empresas, desemprego ou exclusão social. Dessa forma, em situações de instabilidade, como foi visto na pandemia, tende a ter um aumento. No caso de Imbaú, está diretamente relacionado com os esforços de parceria entre iniciativas locais e instituições públicas que já atuam na área, como indicam as políticas estaduais institucionalizadas nos últimos anos (Regazzo, 2023; Paraná, 2020).

Dessa forma, os problemas logísticos, a dificuldade de comercialização e o contexto da Economia Solidária no município de Imbaú, evidenciam que há barreiras a serem vencidas, mas com relevantes aspectos de crescimento. Algumas experiências vivenciadas em território nacional demonstram que, quando existe política pública continuada, apoio técnico e incentivo real, os empreendimentos conseguem se fortalecer (Assembléia Legislativa do Paraná, 2024; Fomento Paraná 2023).

5 CONCLUSÃO

No contexto dos municípios de Imbaú, Tibagi, Ipiranga, Ortigueira e Reserva, apesar de não terem sido identificados grupos de Economia Solidária já consolidados, encontrou-se iniciativas que possuem potencial de incubação, portanto é necessário o fortalecimento da articulação entre órgãos gestores e a comunidade. Essa integração é fundamental para estruturar os grupos e rodas de comercialização que permitam a inserção gradual desses grupos em políticas públicas. Ao consolidar espaços de comercialização, cria-se um ambiente favorável para o desenvolvimento dos grupos, ampliando suas

oportunidades de geração de renda e contribuindo para a formação de empreendimentos solidários no município.

Também se destaca a necessidade de reforçar a oferta de capacitações para os grupos mapeados em estudos, no CADSOL e entre outros mecanismos de coleta de dados que possam identificar, pois pode contribuir para o fortalecimento das competências administrativas, o entendimento sobre funcionamento coletivo e a construção de bases sólidas para empreendimentos de Economia Solidária.

A ausência de políticas locais de incentivo, como programas municipais de compra institucional, feiras orgânicas estruturadas ou projetos de capacitação continuada é um fator de dificuldade para a disseminação da Economia Solidária em municípios de baixo IDH no Paraná. É comum que agricultores vendam matéria-prima in natura, com baixa margem de lucro. A falta de agroindústrias familiares ou comunitárias, como unidades de polpa, panificação, beneficiamento de grãos, lácteos ou hortaliças, limitando a capacidade de geração de renda.

Para que o processamento ocorra localmente, são necessários investimentos em infraestrutura, regulamentação sanitária e capacitação em boas práticas de fabricação. No entanto, muitos pequenos produtores esbarram em entraves como falta de capital inicial, ausência de linhas de crédito acessíveis, dificuldade em cumprir exigências da vigilância sanitária ou até falta de espaços físicos adequados. Também há dificuldades de escala: pequenas cidades têm mercados consumidores reduzidos, e o acesso a mercados maiores depende de logística eficiente.

REFERÊNCIAS

ALBACH, Camila Aparecida da Silva; MOURA, Reidy Rolim de. Inovação social e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná. Curitiba: **Aurum Editora Ltda**, 2025. ISBN 978-65-83849-07-6. DOI: 10.63330/livroautoral62025-. Disponível em: <https://aurumeditora.com/wp-content/uploads/2025/07/INOVACAO-SOCIAL-E-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Proposta que fortalece a economia solidária é aprovada na Assembleia Legislativa**. 2024. Disponível em: [\(https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/proposta-que-fortalece-a-economia-solidaria-e-aprovada-na-assembleia-legislativa\)](https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/proposta-que-fortalece-a-economia-solidaria-e-aprovada-na-assembleia-legislativa)(<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/proposta-que-fortalece-a-economia-solidaria-e-aprovada-na-assembleia-legislativa>). Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). **Política Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2014

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Economia solidária no Brasil. **Painel interativo Antigo CADSOL (Power BI)**. Brasília, 2025. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibmQ4NTRlZDItMzYyNi00NjhlLWI0MjktZmM5ZTVjOGJkZDdhliwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Lista de inscritos no CadSol 2026. Brasília: **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2026. Base de dados eletrônica. Disponível em: https://mte.gov.br-my.sharepoint.com/:x/g/personal/diogo_a_silva_trabalho_gov_br/EQlJl1HZUEVKsvwH4FGUb5wB8YIKhe2TJJdIEwvgeR2oqw. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Ortigueira (PR). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL DE FATO. **Geração de renda e comércio justo**: Paraná tem mais de 1.200 grupos de economia solidária. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CARAVELA. **Ipiranga – PR**: dados econômicos e sociais. 2023. Disponível em: <https://www.caravela.info>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CEES-PR. Conselho Estadual de Economia Solidária. **Secretaria de Estado do Trabalho, Paraná**. 2023. Disponível em: <https://www.trabalho.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-CEES>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CORRÊA, G. F. **Capacidades estatais municipais podem reduzir desigualdades educacionais? Evidências sobre o Brasil**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/34689>. Acesso em: 13 de nov. de 2025.

FOMENTO PARANÁ. **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Curitiba, 2023. Disponível em: [https://www.fomento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-07/fomento_parana-relatorio_de_sustentabilidade-2023.pdf](https://www.fomento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-07/fomento_parana-relatorio_de_sustentabilidade-2023.pdf). Acesso em: 24 nov. 2025.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRAGA, Raiza Gomes; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. Soluções baseadas na Natureza: uma revisão sobre o conceito. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 25, n. 50, p. 67–82, jan./jun. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GUIA TRABALHO. **Tibagi PR**: informações do município paranaense. Disponível em: <https://guiatrabalho.com.br/municipio/tibagi-pr>. Acesso em: 27 mar. 2026.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Indicadores econômicos do Paraná. Curitiba: **IPARDES**, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MOURA, Reidy Rolim de; ALBACH, Camila Aparecida da Silva; SANTOS, Carolina Krzyzanoski dos; GOMES, Gabrielle Fernandes; BAGGIO, Lira Maria Cordeiro; KOSLOSKI, Santiago. **Relatório Técnico do Projeto Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza** – USF. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025.

MOURA, Reidy Rolim de; SANTOS, Carolina Krzyzanoski dos; GOMES, Gabrielle Fernandes; ALBACH, Camila Aparecida da Silva; BAGGIO, Lira Maria Cordeiro; KOSLOSKI, Santiago. **Mapeamento — Economia Solidária no município de Imbaú – PR**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025.

PARANÁ. **Decreto nº 3.932, de 2020**. Institui a Política Estadual de Economia Solidária e cria o Conselho Estadual de Economia Solidária. Disponível em: [\[https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-de-Justica-Familia-e-Trabalho-cria-Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-e\]](https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-de-Justica-Familia-e-Trabalho-cria-Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-e)(<https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-de-Justica-Familia-e-Trabalho-cria-Conselho-Estadual-de-Economia-Solidaria-e>). Acesso em: 24 nov. 2025.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Economia solidária beneficia milhares de trabalhadores no estado**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PARANÁ. **Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018**. Institui a Política Estadual de Economia Solidária. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19784-2018-parana>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Governador participa da inauguração da Tirol, maior investimento da história de Ipiranga**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Panorama da agropecuária paranaense**. Curitiba: SEAB, 2023. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA. **História da cidade de Ipiranga – PR**. Ipiranga, 2023. Disponível em: <https://ipiranga.pr.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ – PR. **Município de Imbaú: demografia / localização**. Imbaú-PR: Prefeitura Municipal de Imbaú. 2025. Disponível em: <https://www.imbau.pr.gov.br/portal/servicos/1004/demografia--localizacao/> Acesso em: 25 nov. 2025.

PREFEITURA DE IMBAÚ. **Plano de Desenvolvimento Municipal – Eixo Econômico**. Imbaú, 2022.

REGAZZO, M. V. **Processos de institucionalização da economia solidária no Paraná**. UTFPR. 2023. Disponível em: [\[https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33014/1/politicapublicaeconomiasolidaria.pdf\]](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33014/1/politicapublicaeconomiasolidaria.pdf)(<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33014/1/politicapublicaeconomiasolidaria.pdf>). Acesso em: 24 nov. 2025.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Gestão e comercialização para empreendimentos da economia solidária**. Brasília, 2022.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, 2023.

SILVA, L.; COSTA, R. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: desafios da gestão participativa. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEODOROVICZ, J. Economia solidária e cooperativismo. **Revista Ius Gentium**, 2024. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/519[https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/519]. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAPÍTULO 3

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MOVIMENTO: RESULTADOS E EXPERIÊNCIAS DO PROJETO APOIO AO PROGRAMA DE EXTENSÃO INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UEPG

SOLIDARITY ECONOMY IN MOTION: RESULTS AND EXPERIENCES OF THE PROJECT SUPPORTING THE UEPG SOLIDARITY ECONOMY INCUBATOR EXTENSION PROGRAM

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-003>

Elen Cristiane Quadros de Lima

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: elenlima1407@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5984867733990965>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3059-6562>

Victor Emanuel Santos Borges

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: 23005165@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6216093137705802>

Juliane Pscheidt Alves

Graduação em Química pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: juli_pscheidt@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0485621934530424>

Luiz Fernando Lara

Doutor em Ciências Sociais - Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

E-mail: lflara@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6593298432478710>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1258-7019>

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma importante alternativa para a geração de trabalho e renda, especialmente entre grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por meio de empreendimentos econômicos solidários (EES), como cooperativas, associações, redes e grupos informais, essa prática propõe uma forma diferenciada de organização do trabalho, fundamentada em princípios como autogestão, cooperação, igualdade e solidariedade. Mais do que uma estratégia econômica, a economia solidária representa uma outra racionalidade de organização da vida em sociedade, pautada na construção coletiva, na participação democrática e na valorização dos saberes populares.

No Brasil, o fortalecimento da economia solidária ocorreu principalmente a partir das décadas de 1990 e 2000, impulsionado pela atuação de movimentos sociais, políticas públicas e universidades (Singer, 2002; Gaiger, 2004). Nesse processo, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

(ITCPs), vinculadas às Instituições de Ensino Superior, que passaram a desenvolver ações de incubação, assessoria e formação junto a grupos populares e empreendimentos coletivos (Singer, 2002). Essas iniciativas articulam ensino, pesquisa e extensão universitária, promovendo processos de formação voltados à autogestão, à geração de renda e ao desenvolvimento territorial.

É nesse contexto que se insere a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG), criada em 2005 como programa de extensão universitária voltado ao apoio e acompanhamento de grupos de economia solidária em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. Ao longo de sua trajetória, a IESol consolidou-se como espaço de articulação entre universidade e comunidade, promovendo a troca entre conhecimentos acadêmicos e saberes populares e desenvolvendo metodologias participativas voltadas às demandas concretas dos grupos acompanhados. Sua atuação dialoga diretamente com as políticas públicas de economia solidária, incluindo a Política Estadual de Economia Solidária do Paraná (Lei nº 19.784/2018 e Decreto nº 3.932/2020), fortalecendo iniciativas relacionadas à inclusão produtiva, inovação social e organização coletiva do trabalho.

Com quase duas décadas de atuação, a IESol acumulou significativa experiência acadêmica e extensionista, tendo contribuído para a incubação e assessoria de diversos grupos de economia solidária. Atualmente, suas ações envolvem o acompanhamento de empreendimentos incubados, a assessoria à Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU) e o desenvolvimento de parcerias institucionais, como o trabalho realizado junto ao CAPS-AD de Ponta Grossa, articulando ações interdisciplinares voltadas à geração de renda, inclusão social e fortalecimento da autonomia dos participantes.

Apesar do avanço das experiências extensionistas vinculadas à economia solidária, ainda são necessários estudos que analisem os resultados concretos dessas ações, especialmente no que se refere aos impactos formativos, organizativos e sociais produzidos junto aos grupos acompanhados. Nesse sentido, torna-se relevante compreender como as práticas desenvolvidas pelas incubadoras universitárias contribuem para fortalecer processos de autogestão, geração de renda, participação coletiva e articulação comunitária.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados do projeto “Apoio ao Programa de Extensão Incubadora de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG)”, desenvolvido em 2025 no âmbito do programa Universidade Sem Fronteiras (USF), com financiamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI/PR). O projeto buscou consolidar os processos de incubação, formação e assessoria desenvolvidos pela IESol/UEPG, atuando junto a trabalhadores, usuários de equipamentos públicos, empreendimentos econômicos solidários e comunidade em geral.

Visando atingir bons resultados, o projeto estruturou-se a partir de um conjunto de metas voltadas tanto ao fortalecimento dos grupos acompanhados quanto à ampliação das ações extensionistas e formativas

desenvolvidas pela IESol. Entre as metas estabelecidas, encontram-se: a atuação direta nos processos de incubação, formação e assessoria de grupos e EES, visando contribuir para a organização coletiva e para a consolidação de espaços de geração de renda; realização de processos formativos com trabalhadores, trabalhadoras e usuários de equipamentos públicos com potencial para constituição de grupos de economia solidária; a articulação entre as incubadoras de economia solidária vinculadas às Instituições de Ensino Superior do Paraná, por meio da consolidação da Rede RIU-Paraná e a divulgação das atividades desenvolvidas e da produção científica vinculada à IESol.

As ações foram desenvolvidas por meio de uma metodologia participativa, construída a partir das especificidades de cada grupo acompanhado. Entre as estratégias utilizadas estiveram rodas de conversa, oficinas temáticas, dinâmicas, vivências de autogestão, clubes de trocas, visitas técnicas, feiras solidárias e processos de diagnóstico coletivo. Essas atividades buscam promover não apenas a formação técnica e organizativa dos grupos, mas também fortalecer vínculos sociais, processos de autonomia e espaços de participação coletiva.

Desse modo, a partir desses objetivos institucionais e das metas estabelecidas, busca-se compreender de que maneira as práticas de incubação, assessoria e formação contribuíram para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, para a promoção da autogestão, da geração de renda, da participação coletiva, da inclusão social e da articulação entre universidade e comunidade. Além disso, pretende-se refletir sobre as potencialidades e os desafios das ações extensionistas voltadas à economia solidária.

O capítulo está organizado em três seções principais. Na primeira, apresentam-se os fundamentos teóricos relacionados à economia solidária, à extensão universitária e ao papel das incubadoras universitárias no fortalecimento de empreendimentos coletivos. Na segunda, descrevem-se os procedimentos metodológicos e as principais ações desenvolvidas no âmbito do projeto. Por fim, são analisados os resultados alcançados, destacando as potencialidades, os desafios e as contribuições das ações extensionistas desenvolvidas pela IESol junto aos grupos acompanhados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo caracteriza-se como um relato de experiência extensionista, fundamentado nas ações desenvolvidas pela IESol/UEPG no âmbito do projeto “Apoio ao Programa de Extensão Incubadora de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG)”, vinculado ao Programa USF e financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI/PR). A pesquisa adotou uma perspectiva descritivo-reflexiva, buscando compreender os processos formativos, organizativos e extensionistas desenvolvidos junto aos diferentes grupos acompanhados pela incubadora.

As ações ocorreram ao longo do ano de 2025 e envolveram empreendimentos econômicos solidários (EES), escolas, movimentos sociais, equipamentos públicos, serviços socioassistenciais e grupos comunitários dos municípios de Ponta Grossa e região. Os procedimentos metodológicos adotados fundamentaram-se em metodologias participativas e dialógicas, priorizando a construção coletiva do conhecimento e a valorização dos saberes populares. As atividades envolveram rodas de conversa, oficinas, formações, dinâmicas coletivas, jogos educativos, feiras solidárias, visitas técnicas, vivências de autogestão, debates e atividades práticas relacionadas à economia solidária, sustentabilidade, organização coletiva e geração de renda.

A produção dos se deu a partir da análise de diferentes documentos e registros elaborados durante a execução do projeto. Foram utilizados como fontes de relatórios parciais e final de execução, atas e registros de reuniões, planejamentos de atividades, listas de presença, materiais didáticos produzidos para as formações, registros fotográficos, materiais de divulgação em redes sociais, anotações de campo da equipe extensionista e relatos dos participantes obtidos durante as ações desenvolvidas. A sistematização das informações foi realizada por meio da organização e leitura desses documentos e registros.

A análise das experiências foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa, buscando identificar as contribuições das ações extensionistas para o fortalecimento da economia solidária, da formação cidadã, da organização coletiva e da aproximação entre universidade e comunidade. Além disso, buscou-se compreender os limites, desafios e potencialidades das ações desenvolvidas pelo projeto, bem como o papel da extensão universitária na articulação entre universidade e comunidade.

3 RESULTADOS E EXPERIÊNCIAS DO PROJETO DE EXTENSÃO “APOIO AO PROGRAMA DE EXTENSÃO INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UEPG”

Muito além do repasse de recursos financeiros, o Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) funciona como uma ponte estratégica entre a academia e a realidade social. Ele desenha uma política pública que oxigena a universidade ao imergir estudantes, professores e técnicos em diferentes territórios e contextos sociais. Essa dinâmica reflete diretamente as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), que enxerga a extensão não como um apêndice da graduação, mas como um processo vivo — interdisciplinar, educativo e político — capaz de transformar tanto a instituição quanto a comunidade. Sob essa ótica, cai por terra a velha lógica da mera "transferência" unilateral de conhecimento: a extensão passa a ser um espaço de construção compartilhada, onde a universidade aprende com a comunidade enquanto colabora para resolver problemas reais e urgentes.

Esse modelo de troca encontra eco profundo no pensamento de Paulo Freire (1996), que sempre defendeu uma educação baseada no diálogo e no respeito legítimo aos saberes de cada sujeito. Na mesma linha, Boaventura de Sousa Santos (2008) provoca a universidade contemporânea a romper seus muros e

abraçar uma "ecologia de saberes", onde a ciência e o conhecimento popular não se anulam, mas se enriquecem mutuamente. É exatamente nesse ponto que o papel do USF se agiganta. O programa não apenas viabiliza projetos; ele consolida a própria função social da universidade pública, convertendo o apoio institucional em desenvolvimento local, inclusão produtiva e, acima de tudo, na democratização real do conhecimento nos territórios onde ele é mais necessário.

Considerando os objetivos e metas estabelecidos pelo projeto, durante o ano de 2025 foram desenvolvidas diversas atividades para a consolidação das ações de incubação, assessoria e formação, buscando fortalecer os grupos acompanhados e ampliar os impactos sociais das ações extensionistas desenvolvidas pela IESol/UEPG.

No que se refere à atuação junto aos EES, o projeto desenvolveu processos de incubação e assessoria com grupos vinculados a diferentes contextos sociais, econômicos e produtivos. Entre os grupos acompanhados destacaram-se a ARTESOL, grupo relacionado à área da saúde mental; a Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMES), formada majoritariamente por mulheres; o grupo de costura do Assentamento Emiliano Zapata; e a ANAMISOL, composta por jovens e estudantes universitários. A diversidade dos grupos acompanhados evidenciou o caráter inclusivo e interdisciplinar do projeto, possibilitando o desenvolvimento de ações voltadas a públicos com diferentes demandas e realidades sociais.

O processo de incubação foi construído a partir das necessidades concretas apresentadas por cada grupo, respeitando suas especificidades organizativas, produtivas e sociais. Para isso, foram utilizadas metodologias participativas e estratégias de acompanhamento contínuo, envolvendo reuniões de planejamento, oficinas, formações, apoio organizacional, auxílio em questões burocráticas e acompanhamento das atividades de comercialização. Além disso, as ações buscaram fortalecer os processos de autogestão, cooperação e autonomia dos participantes, contribuindo para a consolidação dos empreendimentos e para o fortalecimento das relações coletivas desenvolvidas no interior dos grupos.

A diversidade dos grupos acompanhados evidencia uma das potencialidades da economia solidária enquanto estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda. Ao reunir mulheres, estudantes, trabalhadores rurais e usuários da rede de saúde mental, o projeto demonstrou que os princípios da cooperação e da autogestão podem ser apropriados por diferentes públicos e contextos sociais. Mais do que apoiar atividades produtivas, os processos de incubação contribuíram para o fortalecimento de vínculos coletivos, para a ampliação da participação dos sujeitos nas decisões dos grupos e para a construção de espaços de pertencimento e reconhecimento social. Nesse sentido, os resultados observados corroboram as reflexões de Singer (2002), ao destacar que a economia solidária constitui não apenas uma alternativa econômica, mas também uma prática de organização social fundamentada na participação democrática e na emancipação dos trabalhadores.

A interação com os participantes dos diferentes EES possibilitou uma rica troca de saberes entre universidade e comunidade, fortalecendo não apenas os processos organizativos dos grupos acompanhados, mas também a formação acadêmica, humana e social dos estudantes envolvidos no projeto. A vivência junto às diferentes realidades sociais permitiu aos acadêmicos compreender, na prática, as demandas, desafios e potencialidades presentes nos grupos acompanhados, contribuindo para uma formação mais crítica, sensível e comprometida com as questões sociais.

Nesse contexto, evidencia-se o papel fundamental da extensão universitária como espaço de aproximação entre conhecimento acadêmico e saberes populares, promovendo experiências construídas de forma coletiva e dialógica. Conforme destacam Carbonari e Pereira (2007), a extensão universitária deve ser compreendida como uma prática social comprometida com a transformação da sociedade, ressaltando que “a extensão, enquanto responsabilidade social, faz parte de uma nova cultura, que está provocando a maior e mais importante mudança registrada no ambiente acadêmico e corporativo nos últimos anos” (Carbonari; Pereira, 2007, p. 27). Dessa forma, as ações desenvolvidas pelo projeto junto a equipe da IESol reafirmam a extensão universitária como instrumento de transformação social, formação cidadã e fortalecimento das relações entre universidade e comunidade.

Considerando ainda os grupos incubados e assessorados pelo projeto, uma das metas esteve relacionada ao fortalecimento da Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU), que se consolidou ao longo do processo como um importante espaço de comercialização, convivência, formação e troca de saberes. Mais do que um espaço destinado à venda de produtos, a FESU constitui-se como ambiente de articulação coletiva, visibilidade dos grupos e fortalecimento das práticas da economia solidária.

Durante o período de execução do projeto, foram realizadas mais de quarenta edições da feira com apoio da equipe da IESol, número superior ao inicialmente previsto nas metas do projeto. Além das edições regulares, destacaram-se as feiras temáticas, como as edições de Páscoa, Festa Junina e Natal, que mobilizaram maior participação do público e contribuíram para ampliar a divulgação e valorização dos EES participantes. Essas ações possibilitaram não apenas a ampliação das oportunidades de comercialização, mas também o fortalecimento das relações entre os grupos, a comunidade universitária e o público externo.

O número de feiras realizadas supera a dimensão quantitativa do cumprimento das metas previstas no projeto. A continuidade das atividades ao longo do ano contribuiu para a consolidação da FESU como um espaço permanente de circulação econômica e fortalecimento das redes de cooperação entre os empreendimentos participantes. Para muitos grupos, especialmente aqueles compostos por pessoas em situação de vulnerabilidade social, a feira representou uma das principais oportunidades de inserção em circuitos de comercialização, permitindo não apenas a geração de renda, mas também o fortalecimento da autoestima, da identidade coletiva e da visibilidade social dos empreendimentos. Diante disso, a convivência periódica entre os grupos favoreceu a troca de experiências e a construção de estratégias

coletivas para enfrentar desafios comuns, elemento apontado por Mance (2002) como fundamental para o fortalecimento das redes solidárias.

Outro aspecto relevante foi a realização de feiras em espaços externos à universidade, como no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) e no Centro de Convivência da Saúde Mental de Ponta Grossa (CECO) , ampliando o acesso da população às práticas da economia solidária e evidenciando o compromisso do projeto com a democratização dos espaços de comercialização, inclusão social e fortalecimento comunitário.

O alcance dessa meta, entretanto, não se limitou à realização das feiras em si, o processo envolveu também momentos de planejamento coletivo, especialmente nas edições temáticas, buscando estratégias para ampliar a participação do público e fortalecer a visibilidade dos grupos incubados. Além disso, a divulgação das feiras por meio das redes sociais, utilizando cartões informativos, fotografias, vídeos e outros materiais de comunicação, desempenhou importante papel na ampliação do alcance das ações.

Outro eixo fundamental do projeto esteve relacionado às atividades formativas desenvolvidas junto aos diferentes públicos atendidos. As formações ocorreram em escolas, universidades, centros de referência da assistência social, comunidades, associações e grupos acompanhados pela incubadora, envolvendo temáticas relacionadas à economia solidária, inovação social, autogestão, sustentabilidade e ODS, agroecologia e tecnologias sociais. As ações formativas assumiram formatos diversos, incluindo oficinas, palestras, dinâmicas, rodas de conversa e atividades práticas, sempre fundamentadas em metodologias participativas e na valorização dos saberes populares.

A ampliação das formações desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol/UEPG ao longo do período de execução do projeto evidencia o fortalecimento das ações extensionistas, educativas e de articulação comunitária promovidas pela universidade pública.

Inicialmente, o plano de trabalho previa a realização de 10 formações e oficinas junto aos grupos acompanhados pela incubadora, entretanto, ao longo da execução do projeto, foram efetivamente realizadas 25 atividades formativas, superando significativamente a meta estabelecida. A superação expressiva da meta inicialmente prevista revela, por um lado, a capacidade de articulação da equipe extensionista e, por outro, a existência de demandas concretas por processos formativos nos territórios atendidos. O interesse demonstrado por escolas, movimentos sociais, equipamentos públicos e grupos comunitários evidencia que a temática permanece relevante para diferentes públicos. Assim, o aumento do número de formações não deve ser interpretado apenas como um indicador de produtividade do projeto, mas como um sinal da necessidade de ampliação de espaços educativos capazes de dialogar com os desafios sociais vivenciados pelas comunidades.

As formações desenvolvidas ocorreram a partir de uma metodologia participativa e dialógica, fundamentada na valorização dos saberes populares e na construção coletiva das atividades junto aos

sujeitos envolvidos. Conforme previsto no projeto, as ações buscaram contemplar momentos de discussão, planejamento, execução e avaliação, utilizando estratégias como rodas de conversa, oficinas temáticas, dinâmicas, vivências, jogos educativos, apresentações de experiências, debates e atividades práticas voltadas às demandas concretas dos grupos acompanhados.

Nessa perspectiva, as atividades não se restringiram a conteúdos expositivos e teóricos, mas possibilitaram espaços de troca de experiências, fortalecimento da autonomia coletiva e construção de processos educativos críticos e emancipatórios.

Nesse processo, destaca-se a importância das parcerias institucionais estabelecidas para a realização das ações formativas. A articulação entre diferentes departamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa contribuiu significativamente para ampliar o alcance das atividades e diversificar os temas abordados. Entre essas parcerias, sobressaem as ações realizadas em conjunto com o Departamento de Química e com o Programa de Educação Tutorial (PET) de Engenharia de Alimentos, especialmente em oficinas práticas e atividades voltadas ao aproveitamento integral de alimentos, sustentabilidade, produção coletiva e geração de renda. As formações também contaram com a participação de professoras(es), técnicas(os), estudantes bolsistas e voluntários de diferentes áreas do conhecimento, fortalecendo o caráter interdisciplinar da extensão universitária e promovendo a aproximação entre universidade e comunidade.

Além das articulações internas à universidade, o projeto fortaleceu relações com movimentos sociais, equipamentos públicos e organizações populares, ampliando os espaços de atuação da incubadora. Nesse sentido, destacam-se as formações realizadas junto à União Nacional por Moradia Popular conforme mostrado na figura 1, que possibilitaram o desenvolvimento de debates relacionados à economia solidária, organização coletiva, participação popular e fortalecimento das lutas sociais. Essas ações contribuíram para aproximar os princípios da economia solidária das experiências organizativas populares, estimulando reflexões sobre autogestão, cooperação, direitos sociais e construção de alternativas econômicas fundamentadas na solidariedade e na participação democrática.

Figura 1 - Formação feita com a União Nacional por Moradia Popular¹



Fonte: IESol, 2025.

As atividades formativas também foram desenvolvidas em diferentes espaços educativos e comunitários, abrangendo escolas, serviços socioassistenciais, eventos acadêmicos e territórios populares. Entre as ações realizadas, destacam-se as formações no Colégio Estadual Prof. Meneleu de Almeida Torres, no Colégio Marista Escola Social Santa Mônica, Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves e Instituto de Educação Prof. César Prieto Martinez, além das atividades desenvolvidas junto a grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), CRAS e outros espaços comunitários. Essas ações permitiram que o projeto alcançasse públicos diversificados, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em diferentes contextos sociais e territoriais.

Os conteúdos trabalhados ao longo das formações contemplaram tanto temas diretamente relacionados à economia solidária quanto questões vinculadas à sustentabilidade e à cidadania. Foram abordados temas como autogestão, associativismo, cooperação, comercialização solidária, precificação, desenvolvimento de novos produtos, identidade visual, organização coletiva, inovação social e tecnologia social.

Paralelamente, também foram desenvolvidas atividades relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), educação ambiental, consumo consciente e sustentabilidade, demonstrando a preocupação da incubadora em articular geração de renda, participação social e responsabilidade socioambiental.

Desse modo, a ampliação das formações realizadas pela IESol evidencia não apenas o cumprimento das metas previstas no projeto, mas principalmente a consolidação de um processo extensionista

¹ Uso de imagem autorizado pelos participantes por meio da lista de presença da atividade.

comprometido com a transformação social, a valorização dos saberes populares e o fortalecimento de práticas coletivas fundamentadas nos princípios da economia solidária.

As ações desenvolvidas demonstram o papel da universidade pública enquanto espaço de produção compartilhada de conhecimento, articulação comunitária e promoção de experiências educativas voltadas à emancipação social e à construção de alternativas econômicas mais justas, democráticas e solidárias.

Além da ampliação quantitativa das atividades formativas, outro aspecto relevante observado na execução do projeto refere-se à diversidade dos espaços educativos e dos públicos alcançados pelas ações desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol/UEPG.

As formações foram realizadas em diferentes territórios e instituições, evidenciando o compromisso da incubadora com a democratização do acesso ao conhecimento e com a aproximação entre universidade e comunidade. Nesse contexto, destacam-se as atividades desenvolvidas em escolas, espaços socioassistenciais, eventos comunitários, movimentos sociais e instituições parceiras, ampliando significativamente o alcance territorial e social das ações extensionistas.

Entre os espaços educativos contemplados pelo projeto, as ações desenvolvidas possibilitaram a inserção de debates relacionados à economia solidária, sustentabilidade, cidadania e participação coletiva no ambiente educacional. As atividades foram construídas considerando as especificidades de cada contexto institucional e social, buscando desenvolver práticas formativas mais acessíveis, participativas e articuladas às realidades vivenciadas pelos diferentes públicos atendidos. No caso das ações realizadas no município de Imbaú, por exemplo, destaca-se a realização de diferentes momentos formativos com estudantes do ensino fundamental, contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas voltadas à conscientização social, ambiental e coletiva desde as etapas iniciais da formação escolar.

A diversidade dos espaços formativos também esteve diretamente relacionada à pluralidade dos sujeitos atendidos pelas atividades do projeto. As ações alcançaram crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, envolvendo estudantes, trabalhadores, mulheres, participantes de movimentos sociais, usuários da política de assistência social, integrantes de empreendimentos econômicos solidários e membros da comunidade em geral.

Tal diversidade permitiu que o projeto dialogasse com diferentes experiências de vida, trajetórias sociais e realidades territoriais, ampliando as possibilidades de construção coletiva do conhecimento e fortalecendo processos educativos fundamentados na escuta, na participação e no reconhecimento das demandas concretas de cada grupo social.

Nesse sentido, as ações realizadas junto aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), às escolas públicas e aos movimentos populares demonstram a capacidade da incubadora de atuar em múltiplos contextos sociais, articulando extensão universitária, formação cidadã e fortalecimento comunitário.

A presença de diferentes faixas etárias e perfis sociais exigiu da equipe a construção de metodologias mais acessíveis, participativas e adequadas às necessidades específicas de cada público, considerando aspectos relacionados à linguagem, às vivências cotidianas e às formas de participação coletiva. Nesse processo, o uso de metodologias participativas contribuiu significativamente para esse processo, uma vez que priorizou práticas educativas fundamentadas no diálogo, na troca de saberes e na valorização das experiências dos participantes. As formações envolveram rodas de conversa, oficinas, dinâmicas, jogos educativos, vivências coletivas e atividades práticas que buscavam estimular o protagonismo dos sujeitos envolvidos e fortalecer processos de aprendizagem crítica e emancipatória.

Nesse sentido, a diversidade dos públicos atendidos não foi compreendida como um obstáculo às ações extensionistas, mas como elemento central para a construção de estratégias pedagógicas mais democráticas, inclusivas e socialmente comprometidas. Além disso, a atuação em diferentes territórios permitiu que a IESol ampliasse sua compreensão acerca das múltiplas expressões das desigualdades sociais presentes nos contextos atendidos, fortalecendo a construção de ações mais conectadas às demandas reais da população.

A inserção da universidade em escolas, bairros, equipamentos públicos e organizações populares contribuiu para consolidar a extensão universitária como prática transformadora, capaz de articular produção de conhecimento, participação social e fortalecimento comunitário. Assim, as experiências desenvolvidas evidenciam o potencial das ações extensionistas na promoção de processos educativos críticos, na valorização dos saberes populares e na construção coletiva de alternativas pautadas nos princípios da economia solidária, da cooperação e da justiça social.

Destaca-se que as ações desenvolvidas pela IESol não se restringiram à realização de formações teóricas e expositivas, mas buscaram consolidar metodologias participativas e práticas educativas voltadas à construção coletiva do conhecimento. As atividades desenvolvidas também incorporaram debates relacionados à questão ambiental e à sustentabilidade, evidenciando a compreensão da economia solidária enquanto prática articulada à defesa da vida, do território e da sustentabilidade socioambiental.

A partir das experiências desenvolvidas dentro do projeto, foi possível evidenciar a relevância da economia solidária enquanto estratégia coletiva de geração de trabalho e renda, fortalecimento comunitário e promoção da inclusão social. As ações realizadas ao longo da execução do projeto demonstraram que a economia solidária ultrapassa a dimensão estritamente econômica, constituindo-se também como prática social, educativa e política fundamentada em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e participação democrática, conforme discutem autores como Paul Singer (2002) e Luiz Inácio Gaiger (2004), ao compreenderem a economia solidária como alternativa de organização social e econômica voltada à emancipação coletiva.

A atuação da IESol reafirmou o papel da extensão universitária como espaço de construção coletiva do conhecimento e de aproximação entre universidade e comunidade. Ao longo do projeto, as ações de incubação, assessoria, formação e articulação comunitária possibilitaram o fortalecimento dos EES, respeitando as especificidades, demandas e potencialidades de cada grupo acompanhado. A diversidade dos empreendimentos atendidos, envolvendo grupos de mulheres, trabalhadores rurais, usuários da saúde mental, estudantes e populações em situação de vulnerabilidade social, evidenciou a capacidade da economia solidária de dialogar com diferentes realidades sociais e territoriais. Dialoga-se com as contribuições de Paulo Freire (1996), ao compreender a educação como prática de liberdade baseada no diálogo, na participação e na valorização dos saberes populares.

Da mesma forma, a consolidação da Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU) evidenciou a importância dos espaços de comercialização solidária enquanto ambientes de convivência, troca de saberes, fortalecimento coletivo e visibilidade dos grupos participantes. As mais de quarenta edições realizadas ao longo do projeto demonstram não apenas a ampliação das possibilidades de geração de renda, mas também o fortalecimento das redes de solidariedade, da participação comunitária e da articulação entre universidade e sociedade. Conforme aponta Euclides André Mance (2002), as redes solidárias possuem papel fundamental na construção de alternativas econômicas pautadas na cooperação e na sustentabilidade social.

Além disso, destaca-se a relevância das parcerias institucionais estabelecidas ao longo do projeto, essas articulações contribuíram para fortalecer o caráter interdisciplinar das ações extensionistas e ampliar o alcance social das atividades desenvolvidas. As experiências demonstram o potencial da extensão universitária na promoção de processos coletivos de organização, formação cidadã e transformação social. Tal compreensão aproxima-se das reflexões de Carbonari e Pereira (2007), que compreendem a extensão universitária como prática social comprometida com a transformação da realidade.

Outro aspecto relevante no desenvolvimento do projeto esteve relacionado à articulação com a Rede de Incubadoras Universitárias do Paraná (RIU-PR), à divulgação das ações extensionistas e à produção acadêmica vinculada às experiências desenvolvidas pelo projeto. Nesse sentido, destaca-se a participação ativa da incubadora na RIU-PR, fortalecendo processos de intercâmbio, cooperação institucional e troca de experiências entre universidades que atuam com Economia Solidária no estado.

A RIU-PR foi criada em 2015 a partir da articulação entre incubadoras universitárias de Economia Solidária do Paraná, com o objetivo de integrar as incubadoras do estado, promover a construção e troca de conhecimentos, tecnologias e experiências voltadas à incubação de empreendimentos econômicos solidários e fortalecer o diálogo entre universidade e Economia Solidária nos campos do ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, a rede reúne incubadoras de diferentes instituições públicas de ensino superior do Paraná, consolidando-se como importante espaço de articulação política, formativa e extensionista no campo da Economia Solidária (Pantaleão et al., 2022).

Ao longo do período de execução do projeto, a equipe participou de reuniões ordinárias da RIU-PR, visitas técnicas e atividades de intercâmbio com incubadoras vinculadas à rede, dentre elas as incubadoras da Universidade Estadual de Maringá (UNITRABALHO/UEM), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL/UTFPR) e da Universidade Federal do Paraná (INPRO/UFPR). Essas ações possibilitaram o compartilhamento de metodologias, estratégias de incubação, experiências extensionistas e formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários, contribuindo para o fortalecimento institucional da IESol e para a ampliação das articulações regionais no campo da Economia Solidária.

As experiências de intercâmbio desenvolvidas no âmbito da RIU-PR permitiram não apenas a troca de conhecimentos técnicos e metodológicos entre as incubadoras, mas também a construção coletiva de estratégias de fortalecimento da Economia Solidária no estado. As visitas técnicas, reuniões e eventos conjuntos possibilitaram a aproximação entre estudantes, docentes, extensionistas e integrantes dos empreendimentos econômicos solidários, favorecendo processos formativos fundamentados na cooperação, na autogestão e na construção compartilhada do conhecimento.

Destaca-se ainda a realização de atividades conjuntas promovidas pela rede, envolvendo debates, planejamento de ações coletivas, visitas a empreendimentos solidários e participação em eventos voltados à discussão da Economia Solidária, sustentabilidade e organização comunitária. A atuação da RIU-PR também se destaca pela promoção de formações coletivas, cursos, oficinas e debates construídos de forma colaborativa entre as incubadoras, especialmente a partir da ampliação das atividades remotas durante o período pandêmico. Essas ações fortaleceram a integração entre universidade e comunidade, ampliando os espaços de formação e participação social.

Nesse sentido, as experiências construídas no âmbito da RIU-PR reafirmam a importância das redes colaborativas entre incubadoras universitárias como estratégia de fortalecimento da extensão universitária e das práticas de Economia Solidária. Além disso, evidenciam o potencial dessas articulações na promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a construção de processos formativos críticos, interdisciplinares e socialmente comprometidos.

Outro aspecto importante do projeto esteve relacionado à divulgação das ações desenvolvidas pela incubadora por meio das redes sociais, portais institucionais e diferentes meios de comunicação. As atividades realizadas ao longo do projeto foram amplamente divulgadas em plataformas digitais, contribuindo para ampliar a visibilidade da economia solidária, fortalecer a participação da comunidade nas ações promovidas pela IESol e divulgar as experiências construídas junto aos grupos acompanhados.

As publicações envolveram registros das formações, oficinas, feiras, reuniões, eventos, visitas técnicas e outras atividades realizadas pela equipe, além da produção de conteúdos educativos relacionados à economia solidária, sustentabilidade, autogestão e ODS. Destaca-se também a produção de textos para o

podcast “Gotas de Economia Solidária”, que aborda diferentes temáticas relacionadas à economia solidária e contribui para ampliar o alcance das discussões desenvolvidas pela incubadora.

Além da divulgação das ações extensionistas, o projeto também resultou na produção e socialização de conhecimentos acadêmicos por meio da publicação de trabalhos em eventos científicos e de extensão universitária. As experiências desenvolvidas junto aos grupos incubados, às formações e à FESU foram sistematizadas e apresentadas em eventos como o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), o Encontro Conversando sobre Extensão (CONEX) e o Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (SBDTS).

As produções acadêmicas abordaram temas relacionados à incubação de empreendimentos solidários, Economia Solidária e saúde mental, formação cidadã, sustentabilidade, comercialização solidária e fortalecimento comunitário, evidenciando a importância da extensão universitária como espaço de produção compartilhada de conhecimento e de articulação entre teoria e prática. Nesse contexto, destaca-se também a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental das universidades públicas brasileiras, conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. As experiências desenvolvidas pela IESol demonstram como as ações extensionistas possibilitam a integração entre a formação acadêmica, a produção científica e o compromisso social da universidade, permitindo que estudantes, docentes e comunidade construam conhecimentos de forma coletiva, crítica e socialmente referenciada.

Por fim, o quadro a seguir apresenta a sistematização do público diretamente atendido pelo projeto, evidenciando a abrangência social das ações desenvolvidas pela IESol/UEPG e o papel da extensão universitária na construção de processos formativos, inclusivos e socialmente comprometidos. A diversidade dos grupos alcançados demonstram a capacidade da universidade pública de estabelecer diálogo com diferentes realidades sociais, territoriais e geracionais, fortalecendo a aproximação entre conhecimento acadêmico e demandas concretas da população.

Quadro 1 - do público atendido pelo projeto

Público atendido	Faixa etária	Número de participantes
Comunidade escolar	Crianças e adolescentes	362
População em geral	Adultos	494
Professores(as) da rede pública estadual e comunidade escolar	Adultos	15
Mulheres vinculadas à Economia Solidária	Adultos	70
Integrantes de empreendimentos de Economia Solidária, usuários de serviços de saúde mental e populações em situação de vulnerabilidade social	Adultos	85
Mulheres participantes de ações comunitárias e formativas	Adultos	83
Trabalhadores rurais e integrantes de empreendimentos de Economia Solidária	Adultos	72
Integrantes de grupos de geração de renda e populações em situação de vulnerabilidade social	Adultos	78
Mulheres idosas em situação de vulnerabilidade social	Pessoas idosas	9
Integrantes de organizações da sociedade civil (ONGs/OSCIPs)	Adultos	10
Total de participantes atendidos	—	1.278

Fonte: Elaborado pela equipe da IESol/UEPG com base nos registros do projeto (2025).

Os dados apresentados refletem o alcance das ações de incubação, assessoria, formação e articulação comunitária realizadas ao longo de 2025, envolvendo sujeitos historicamente marcados por desigualdades sociais, econômicas e educacionais. Dessa forma, as atividades extensionistas desenvolvidas pela IESol reafirmam a extensão universitária como instrumento de transformação social, promoção da cidadania, fortalecimento comunitário e valorização dos saberes populares, contribuindo para a construção coletiva de alternativas pautadas na solidariedade, na participação democrática e na justiça social.

Um dos resultados mais significativos do projeto refere-se aos impactos produzidos na formação dos estudantes bolsistas e voluntários envolvidos nas ações da incubadora. O contato direto com diferentes realidades sociais contribuiu para o desenvolvimento de competências relacionadas ao trabalho em equipe, à mediação de conflitos, à organização coletiva, ao planejamento de ações e à construção de metodologias participativas. Além da formação técnica, as experiências extensionistas favoreceram processos de formação humana e cidadã, estimulando uma compreensão mais ampla acerca das desigualdades sociais e do papel da universidade pública na promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, o projeto materializa a concepção defendida pelo FORPROEX (2012), segundo a qual a extensão universitária constitui um processo formativo capaz de integrar ensino, pesquisa e intervenção social, produzindo aprendizagens tanto para a comunidade quanto para os sujeitos envolvidos nas ações extensionistas.

4 DESAFIOS E LIMITES DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS

Embora os resultados alcançados pelo projeto evidenciam avanços importantes no fortalecimento da Economia Solidária e das ações extensionistas desenvolvidas pela IESol/UEPG, o processo também revelou limites e desafios que atravessam a atuação das incubadoras universitárias e dos empreendimentos acompanhados. A identificação desses aspectos torna-se fundamental para a reflexão crítica sobre as experiências desenvolvidas e para o aprimoramento das futuras ações de incubação, assessoria e formação.

Um dos principais desafios observados refere-se às condições de vulnerabilidade social e econômica enfrentadas por parte significativa dos grupos acompanhados. Muitos grupos convivem com dificuldades relacionadas à geração contínua de renda, acesso a recursos materiais, infraestrutura produtiva, transporte, aquisição de insumos e ampliação dos espaços de comercialização.

Nesse cenário, a Economia Solidária assume papel ainda mais relevante enquanto estratégia de fortalecimento comunitário, inclusão produtiva e construção de alternativas coletivas frente às desigualdades sociais e econômicas vivenciadas pelos sujeitos atendidos. Mais do que possibilitar geração de renda, os empreendimentos solidários constituem espaços de acolhimento, convivência, participação democrática e reconstrução de vínculos sociais, especialmente para populações historicamente marcadas por processos de exclusão e vulnerabilidade social. Contudo, a sustentabilidade dessas iniciativas depende também de fatores externos, como o acesso a políticas públicas, redes de apoio institucional, mercados consumidores e oportunidades permanentes de formação e assessoria.

Outro aspecto identificado relaciona-se à dificuldade de manutenção da participação contínua de alguns integrantes nos processos formativos e organizativos. Questões como trabalhos externos, responsabilidades familiares, dificuldades de deslocamento, condições de saúde e instabilidade econômica interferiram, em determinados momentos, na participação dos sujeitos nas reuniões, oficinas e atividades coletivas. Tal realidade evidencia os desafios concretos presentes na construção de processos participativos

junto a grupos socialmente vulnerabilizados. Além disso, demonstra que a permanência dos participantes não depende exclusivamente da qualidade das ações desenvolvidas, mas está diretamente relacionada às condições objetivas de vida dos sujeitos envolvidos.

Também foram identificados desafios institucionais relacionados à continuidade e ao financiamento das ações extensionistas. A dependência de editais e programas de fomento, evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à extensão universitária e à Economia Solidária, garantindo maior estabilidade para o desenvolvimento de ações de longo prazo junto aos empreendimentos e comunidades atendidas. No caso específico do projeto, o apoio do Programa Universidade Sem Fronteiras mostrou-se fundamental para viabilizar a atuação da equipe, a realização das atividades formativas, as visitas técnicas e os processos de incubação. Entretanto, a dependência de recursos obtidos por meio de editais evidencia a fragilidade da continuidade dessas ações diante de eventuais descontinuidades ou reduções dos investimentos públicos destinados à extensão universitária. Soma-se a isso a limitação de recursos humanos, financeiros e estruturais para atender à crescente demanda por incubação, assessoria e formação em diferentes territórios.

Outro limite importante refere-se à mensuração dos impactos de longo prazo das ações extensionistas. Embora seja possível identificar resultados imediatos, como o número de participantes atendidos, as formações realizadas e o fortalecimento de espaços de comercialização, muitos dos efeitos produzidos pelo projeto manifestam-se de forma gradual e dificilmente podem ser captados apenas por indicadores quantitativos. Aspectos como fortalecimento da autonomia, ampliação da participação social, construção de vínculos comunitários, mudanças na autoestima dos participantes e consolidação dos empreendimentos demandam processos contínuos de acompanhamento e avaliação para que seus efeitos possam ser plenamente compreendidos.

Apesar desses limites, as dificuldades identificadas não inviabilizaram as ações desenvolvidas, mas reforçaram a importância da extensão universitária como espaço de escuta, construção coletiva e enfrentamento das desigualdades sociais. Os desafios encontrados evidenciam a complexidade das realidades sociais acompanhadas pela IESol e reafirmam a necessidade de fortalecimento de práticas extensionistas, da valorização dos saberes populares e da construção de alternativas.

Mais do que obstáculos a serem superados, esses desafios revelam a complexidade dos processos de desenvolvimento social e reforçam a necessidade de ações permanentes, articuladas e sustentadas por políticas públicas capazes de fortalecer a Economia Solidária e ampliar o papel social da universidade pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências apresentadas ao longo deste capítulo demonstraram que as ações desenvolvidas pela pelo projeto “Apoio ao Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários IESol/UEPG”, no âmbito do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento da Economia Solidária, para a ampliação das ações extensionistas da universidade pública e para a construção de processos formativos comprometidos com a transformação social. A partir das atividades de incubação, assessoria, formação, articulação comunitária e fortalecimento de redes, foi possível evidenciar a capacidade da extensão universitária de aproximar universidade e comunidade, promovendo a construção compartilhada do conhecimento e o diálogo entre saberes acadêmicos e populares.

O capítulo demonstrou que a atuação da IESol ultrapassou o apoio técnico aos empreendimentos econômicos solidários, consolidando-se também como espaço educativo, político e social voltado ao fortalecimento da autogestão, da cooperação, da participação coletiva e da inclusão social. As ações realizadas junto aos diferentes públicos evidenciaram o potencial da Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda articulada à formação cidadã, à valorização dos sujeitos e à construções mais democráticas e solidárias.

As experiências também reafirmaram a relevância da extensão universitária enquanto dimensão indissociável do ensino e da pesquisa. As atividades realizadas possibilitaram não apenas impactos sociais junto aos grupos acompanhados, mas também processos formativos importantes para estudantes, docentes e extensionistas, contribuindo para uma formação acadêmica crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida. Além disso, a sistematização das experiências em eventos científicos, publicações acadêmicas e ações de divulgação fortaleceu a produção de conhecimentos vinculados às demandas concretas da sociedade, evidenciando o papel da universidade pública na construção de respostas coletivas aos desafios sociais contemporâneos.

Outro refere-se à importância das articulações institucionais e das redes colaborativas para o fortalecimento das ações extensionistas. A participação da IESol na Rede de Incubadoras Universitárias do Paraná (RIU-PR), bem como as parcerias estabelecidas com movimentos sociais, equipamentos públicos, escolas, universidades e organizações comunitárias, ampliaram o alcance das atividades desenvolvidas e favoreceram processos de troca de experiências, construção coletiva de metodologias e fortalecimento da Economia Solidária no estado do Paraná.

Entretanto, o desenvolvimento das ações também revelou desafios presentes na atuação extensionista. Entre os principais desafios identificados destacam-se as dificuldades relacionadas à sustentabilidade financeira dos empreendimentos, às limitações estruturais enfrentadas pelos grupos

acompanhados, à continuidade das políticas públicas de apoio à Economia Solidária e às próprias condições institucionais e orçamentárias para a manutenção e ampliação das ações extensionistas.

Por fim, conclui-se que as ações desenvolvidas pela IESol/UEPG ao longo de 2025 evidenciam o potencial da extensão universitária como prática comprometida com a democratização do conhecimento, com o fortalecimento comunitário e com a construção de alternativas pautadas na solidariedade, na participação democrática e na justiça social. Assim, o projeto reafirma a universidade pública como espaço estratégico na promoção da cidadania, da inclusão social e do fortalecimento de experiências coletivas.

REFERÊNCIAS

- CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. Responsabilidade social universitária: a extensão universitária como prática de intervenção institucional. **Revista de Cultura e Extensão USP**, São Paulo, n. 0, p. 23-28, 2007.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: **FORPROEX**, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2026.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<https://www.cchsa.ufpb.br/ccca/contents/documentos/noticias/pedagogia-da-autonomia-livro-completo.pdf/view>>. Acesso em: 02 mai. 2026.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 39, p. 181-211, 2004.
- MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PANTALEÃO, Lucas Haygert; BENCK, Luiza Lourenço Nunes; BRASIL, Manuela Salau; TEIXEIRA, Tamila Bruna. A IESol em rede: a participação na Rede de Incubadoras Universitárias – PR. In: **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários – UEPG**, v. 2. Ponta Grossa: UEPG, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Iesol-Incubadora-De-Empreendimentos-Solidarios/publication/379900367_A_IESol_em_rede_a_participacao_na_Rede_de_Incubadoras_Universitarias_-PR/links/66211abc39e7641c0bd677aa/A-IESol-em-rede-a-participacao-na-Rede-de-Incubadoras-Universitarias-PR.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/um_discurso_sobre_as_ciencias.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2026.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPÍTULO 4

ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE PRÁTICAS FORMATIVAS DESENVOLVIDAS PELA IESOL/UEPG

SOLIDARITY ECONOMY, SUSTAINABILITY, AND CITIZENSHIP IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: AN ACCOUNT OF EDUCATIONAL PRACTICES DEVELOPED BY IESOL/UEPG

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-004>

Elen Cristiane Quadros de Lima

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: elenlima1407@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5984867733990965>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3059-6562>

Victor Emanuel Santos Borges

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: 23005165@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6216093137705802>

Luiz Fernando Lara

Doutor em Ciências Sociais - Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

E-mail: lf Lara@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6593298432478710>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1258-7019>

1 INTRODUÇÃO

Segundo Singer (2000), a Economia Solidária não deve ser compreendida como uma resposta paliativa a contextos de crise econômica, mas como um projeto voltado à transformação estrutural das relações sociais e produtivas. Fundamentada em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade, essa perspectiva apresenta-se como uma resposta aos limites do modelo econômico dominante. Em um cenário marcado por desigualdades sociais persistentes e exclusão econômica, sua relevância se intensifica. Mais do que promover eficiência econômica, a Economia Solidária busca a melhoria das condições de vida dos sujeitos envolvidos, articulando dimensões sociais, econômicas e ambientais (Singer, 2002).

Para que esse potencial transformador se efetive e se amplie, é fundamental a articulação entre diferentes instituições sociais, por meio da construção de parcerias e redes de apoio. Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (PRONINC), criado com o objetivo de fomentar a criação e o fortalecimento de incubadoras voltadas à promoção da Economia Solidária no Brasil. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), vinculadas às universidades, desempenham papel estratégico nesse processo ao integrar ensino, pesquisa e extensão,

oferecendo suporte técnico e formativo aos empreendimentos econômicos solidários (EES) e contribuindo para o desenvolvimento local (Senaes, 2012).

Inserida nesse cenário, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), criada em 2005 como programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem como objetivo incubar grupos interessados na geração de trabalho e renda com base nos princípios da Economia Solidária. Para além da incubação, a IESol desenvolve diversas ações externas e formativas, incluindo atividades educativas voltadas a diferentes públicos, com destaque para estudantes da rede escolar. Essas iniciativas ampliam o alcance da Economia Solidária, promovendo sua difusão como prática social e educativa.

Nesse contexto, a discussão sobre sustentabilidade e formação cidadã ganha centralidade, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados às desigualdades sociais, às mudanças climáticas e às formas de consumo e produção predominantes. A necessidade de construção de práticas sociais mais sustentáveis e solidárias amplia o debate sobre o papel da educação na formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos. Assim, a abordagem da Economia Solidária no ambiente escolar apresenta-se como uma possibilidade de aproximação entre conteúdos educacionais e os problemas vivenciados pela sociedade, vinculando com as vivências dos estudantes.

Diante disso, emerge a seguinte questão orientadora: como práticas formativas extensionistas baseadas na Economia Solidária podem contribuir para a promoção da sustentabilidade e da cidadania no ambiente escolar? A partir desse questionamento, este capítulo tem como objetivo analisar as práticas formativas desenvolvidas pela IESol/UEPG em escolas de Ponta Grossa e Imbaú, destacando suas contribuições nas reflexões sobre Economia Solidária e sustentabilidade.

Para alcançar esse objetivo, o capítulo baseia-se na análise das experiências extensionistas desenvolvidas pela IESol ao longo de 2025, considerando as oficinas, formações, jogos e atividades pedagógicas realizadas com estudantes do ensino fundamental e médio.

Desse modo, o capítulo está organizado em três seções principais. A Primeira, discute as relações entre Economia Solidária, educação, sustentabilidade, educação ambiental e participação social, enfatizando o potencial formativo dessas articulações no contexto escolar. Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento das ações extensionistas realizadas pela IESol nas escolas participantes. Em seguida, na terceira seção, são descritas e analisadas as formações, oficinas, jogos e dinâmicas desenvolvidas, destacando as percepções dos estudantes e as contribuições das atividades. Por fim, a última seção apresenta uma análise das potencialidades e limites das práticas formativas desenvolvidas, seguida das considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados e desafios identificados ao longo das experiências.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NAS ESCOLAS

A Economia Solidária caracteriza-se por práticas que priorizam o coletivo, a cooperação e a organização autônoma dos sujeitos na busca por soluções para suas necessidades. Nessa perspectiva, Cabral (2016) propõe compreendê-la como uma postura ética e política que orienta ações no presente e projeta transformações futuras, destacando seu caráter formativo. Para a autora, trata-se de um “campo privilegiado do conhecimento emancipatório”, no qual os sujeitos constroem saberes voltados à superação de desigualdades e formas de opressão social e econômica. Essa compreensão reforça a dimensão educativa da Economia Solidária, aproximando-a dos debates sobre sustentabilidade, educação ambiental e atuação cidadã.

A dimensão emancipatória da Economia Solidária aproxima-se diretamente das contribuições de Paulo Freire, especialmente no que se refere à educação como prática de liberdade e construção coletiva do conhecimento. Para Freire (1994), os processos educativos devem partir da realidade concreta dos sujeitos, possibilitando a problematização das condições sociais vivenciadas e favorecendo a construção de uma consciência crítica capaz de transformar a realidade. Nesse sentido, a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui-se como um processo dialógico, no qual educadores e educandos constroem saberes de forma compartilhada. Ao articular ações formativas com os princípios da cooperação, da solidariedade e da participação coletiva, a Economia Solidária aproxima-se dessa concepção freireana de educação emancipatória, estimulando o protagonismo dos sujeitos e a reflexão crítica sobre as relações econômicas, sociais e ambientais presentes no cotidiano.

No mesmo horizonte, Deon; Callai (2018) afirmam que a educação escolar constitui um instrumento fundamental para a consolidação da cidadania. Sob essa perspectiva, a escola desempenha papel central na formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres. A cidadania, entendida como prática ativa, ultrapassa a dimensão político-institucional e se manifesta nas relações cotidianas, exigindo habilidades como interpretação da realidade, participação social e respeito à diversidade (Silva; Tavares, 2011). Dessa forma, a escola deve constituir-se como espaço de diálogo, problematização e construção coletiva do conhecimento.

Carvalho Sobrinho (2018) argumenta que a escola e o processo de escolarização precisam avançar em direção à formação de cidadãos conscientes, reflexivos, críticos e propositivos. Essa perspectiva implica a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a participação ativa dos estudantes, incentivem a reflexão crítica e promovam valores como solidariedade e cooperação. Incentivando a formação de sujeitos capazes de atuar de maneira consciente em diferentes dimensões da vida social, fortalecendo processos democráticos e sustentáveis.

Nesse contexto, a abordagem da Economia Solidária no ambiente escolar configura-se como uma forma relevante para a promoção de valores relacionados à sustentabilidade e ao bem-estar coletivo.

Trabalhar essa temática com crianças e adolescentes implica reconhecê-los como sujeitos ativos na construção do futuro, capazes de questionar e transformar práticas sociais consolidadas. Conforme aponta Gusso e Schuartz, “Diante do mundo de hoje em que a criança também é agente de transformação social, a concepção de criança dada por educadores e estudiosos da infância, destaca a idéia da participação ativa dela na sociedade” (Gusso; Schuartz, 2005, p. 238). Ao serem apresentados à proposta da Economia Solidária, pautadas por princípios e valores distintos do convencional, os estudantes ampliam sua compreensão sobre o mundo e suas possibilidades de atuação.

Assim, compreender crianças e adolescentes como agentes de transformação social significa reconhecer sua capacidade de intervir na realidade, modificando hábitos e práticas que impactam negativamente a sociedade. A abordagem da Economia Solidária no ambiente escolar, especialmente articulada à sustentabilidade, promove uma reflexão sobre a responsabilidade socioambiental e a busca por alternativas mais justas e equilibradas para a organização da vida em sociedade.

Nessa direção, a educação escolar constitui-se como um dos principais instrumentos para a construção do exercício pleno da cidadania, na medida em que possibilita aos sujeitos não apenas o acesso ao conhecimento sistematizado, mas também o desenvolvimento de capacidades críticas, reflexivas e participativas. Sob essa perspectiva, a escola ultrapassa a função restrita de transmissão de conteúdos, assumindo um papel social e político na formação de indivíduos capazes de compreender a realidade em que vivem e atuar sobre ela de maneira consciente. Assim, juntamente com o currículo escolar, a instituição escolar desempenha um papel decisivo na ampliação das oportunidades sociais e na redução das desigualdades.

Sob essa perspectiva, Deon e Callai (2018) destacam que a escola se configura como um espaço estratégico para a promoção da cidadania, pois é nela que diferentes sujeitos entram em contato com conhecimentos, valores e experiências que contribuem para sua inserção crítica na sociedade. O currículo, por sua vez, não pode ser compreendido como um conjunto neutro de conteúdos, mas como um campo de disputas e escolhas que expressam projetos de sociedade e formas específicas de compreender o mundo.

Tais discussões também dialogam com o papel social da extensão universitária, especialmente quando articulada às demandas concretas da comunidade. A extensão, ao integrar ensino e pesquisa, possibilita a construção de conhecimentos de maneira dialógica e coletiva, aproximando universidade e sociedade. Nesse processo, as ações extensionistas deixam de assumir uma lógica assistencialista para constituírem espaços de troca de saberes, nos quais conhecimentos acadêmicos e experiências sociais são colocados em diálogo.

Conforme destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2000/2001), a formação profissional exige a efetiva interação dos estudantes com a sociedade, permitindo que compreendam os contextos históricos, culturais e sociais que permeiam sua futura atuação. Portanto, a extensão universitária

configura-se como uma atividade acadêmica voltada à integração entre universidade e comunidade, promovendo o intercâmbio de saberes e a identificação de demandas sociais, ao mesmo tempo em que fortalece tanto a formação acadêmica quanto às práticas sociais desenvolvidas junto à população (Rodrigues *et al.*, 2013).

A atuação da IESol nas escolas exemplifica essa perspectiva ao promover ações extensionistas construídas em conjunto com estudantes e professores, aproximando a universidade do cotidiano escolar e contribuindo para a democratização do conhecimento e para a formação socialmente comprometida dos sujeitos envolvidos. Em articulação com o currículo, a escola assume uma função estratégica na superação das desigualdades sociais e na construção de condições mais justas, afirmando-se como um espaço privilegiado para a democratização do conhecimento e para a promoção da cidadania (Deon; Callai, 2018).

Ao relacionar a Economia Solidária com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente por meio de jogos, dinâmicas e formações, evidenciam-se suas múltiplas possibilidades enquanto ferramenta pedagógica e prática social. Os ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, constituem um conjunto de metas globais voltadas à redução das desigualdades, erradicação da pobreza, preservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a educação para a sustentabilidade assume papel central, uma vez que busca desenvolver nos sujeitos a capacidade de compreender criticamente as relações entre sociedade, economia e meio ambiente, estimulando práticas socialmente responsáveis e ambientalmente conscientes.

Segundo Loureiro (2012), a educação ambiental está fundamentada em categorias centrais como conscientização, emancipação e exercício da cidadania. Diante disso, a conscientização não se limita à aquisição de informações sobre questões ambientais, mas envolve o comprometimento crítico com a transformação de uma sociedade marcada por desigualdades e injustiças sociais. A perspectiva emancipatória da educação ambiental busca, portanto, instrumentalizar os sujeitos para que possam atuar de forma autônoma, refletindo criticamente sobre a realidade e tomando decisões conscientes em relação à vida em sociedade e à sua relação com a natureza.

A partir dessa perspectiva, amplia-se o entendimento de que a educação ambiental não deve restringir-se à transmissão de conteúdos sobre preservação da natureza, mas envolver a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais. Buarque (1996) destaca que a educação ambiental possibilita compreender as relações entre ser humano e natureza, favorecendo a construção de alternativas voltadas a formas mais equilibradas de vida. Para isso, torna-se fundamental associar o conhecimento científico à realidade concreta dos sujeitos, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e da participação social.

Nessa mesma direção, Baggio e Barcelos (2008) argumentam que a educação ambiental ganha relevância diante da crise ecológica global ao propor abordagens integradas, interdisciplinares e inclusivas,

capazes de contribuir para a construção de novos valores e práticas sociais. Assim, a articulação entre Economia Solidária, sustentabilidade e ODS contribui para ampliar a compreensão dos estudantes acerca das conexões entre desenvolvimento, justiça social e preservação ambiental, reforçando a importância da dimensão ecológica na organização da vida coletiva.

Diante disso, promove-se uma leitura integrada dos desafios contemporâneos, destacando a necessidade de reduzir os impactos socioambientais e de repensar os modelos de produção e consumo vigentes. Ao considerar essa dimensão, torna-se fundamental pensar práticas educativas que articulem os conteúdos escolares às problemáticas concretas vivenciadas pelos estudantes. Questões relacionadas à desigualdade social, sustentabilidade, consumo, participação política e justiça ambiental precisam estar presentes no cotidiano escolar para que o desenvolvimento da participação social ocorra de maneira efetiva. A educação, nesse contexto, assume um papel emancipatório ao possibilitar que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual, capacidade argumentativa e consciência crítica frente às contradições da sociedade contemporânea.

Além disso, a escola representa um dos poucos espaços coletivos em que crianças e adolescentes podem vivenciar experiências de convivência democrática, diálogo e construção coletiva. Por meio das interações escolares, os estudantes aprendem não apenas conteúdos formais, mas também formas de participação social, resolução de conflitos, respeito à diversidade e cooperação. Essas dimensões tornam-se ainda mais relevantes em uma sociedade marcada pelo individualismo, pela competitividade e pelas desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a inserção de debates relacionados à Economia Solidária e à sustentabilidade no ambiente escolar amplia as possibilidades de formação para atuação cidadã, ao apresentar aos estudantes outras formas de organização econômica e social pautadas na cooperação, na solidariedade e na responsabilidade socioambiental. Ao aproximar essas discussões da realidade dos alunos, a escola contribui para a construção de uma consciência crítica acerca das dinâmicas sociais e ambientais contemporâneas, fortalecendo o entendimento de que a cidadania envolve não apenas direitos individuais, mas também compromisso coletivo com a sociedade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente capítulo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza extensionista, desenvolvido a partir das ações realizadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG) no âmbito do projeto “Apoio ao Programa Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG”, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), por meio do programa Universidade Sem Fronteiras. As atividades ocorreram durante a execução do projeto em 2025 e tiveram como foco principal a realização de práticas

formativas voltadas à Economia Solidária, sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no ambiente escolar.

As ações foram desenvolvidas em instituições de ensino localizadas nos municípios de Ponta Grossa e Imbaú, envolvendo estudantes do ensino fundamental e médio. Participaram das formações turmas do Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres, do Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez, do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves e do Colégio Social Santa Mônica. O público atendido compreendeu estudantes do sétimo e oitavo anos do ensino fundamental, além de turmas do ensino médio e do ensino técnico em Administração, totalizando aproximadamente 366 estudantes durante as 14 formações realizadas.

As atividades desenvolvidas assumiram caráter formativo e participativo, buscando articular conteúdos teóricos e experiências práticas relacionadas à Economia Solidária e à sustentabilidade. Entre os procedimentos metodológicos utilizados destacaram-se formações expositivas-dialogadas, oficinas, rodas de conversa, quizzes temáticos, jogos educativos e dinâmicas em grupo.

As práticas foram planejadas de forma colaborativa pela equipe extensionista da IESol, considerando as especificidades de cada faixa etária e o contexto das instituições escolares participantes. Os registros das experiências foram realizados por meio de observações da equipe extensionista durante as atividades, registros fotográficos, planejamento das oficinas e relatos espontâneos dos estudantes ao longo das formações. Esses elementos permitiram identificar percepções, dificuldades, formas de participação e contribuições das ações para a compreensão dos temas abordados.

Desse modo, a análise das experiências ocorreu a partir de uma perspectiva descritivo-reflexiva das experiências, buscando compreender as potencialidades das práticas extensionistas desenvolvidas pela IESol no ambiente escolar.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELA IESOL

Ao considerar a relação entre meio ambiente e Economia Solidária, emerge a necessidade de incorporar, entre seus princípios, a valorização da dimensão ambiental. Essa perspectiva pressupõe o estabelecimento de uma relação equilibrada entre sociedade e natureza, pautada na não exploração exacerbada e na não degradação dos recursos naturais. Em lugar disso, propõe-se o uso consciente e responsável desses recursos, reconhecendo sua finitude e a importância de sua preservação para as gerações futuras. Alinhada à definição clássica de sustentabilidade como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras (Capra, 2003).

A partir disso, a Economia Solidária configura-se como uma ferramenta estratégica para promover o diálogo sobre sustentabilidade no ambiente escolar, especialmente por meio de discussões acerca do

consumo consciente e do desenvolvimento sustentável. Ao propor novas formas de produção, circulação e consumo, essa abordagem contribui para a valorização da vida nas dimensões humana, social e ambiental.

Diante desse contexto, durante o ano de 2025, a partir da aprovação do projeto “Apoio ao Programa Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG”, financiado pela SETI por meio do programa Universidade Sem Fronteiras, foram desenvolvidas diversas formações e oficinas em torno da temática da Economia Solidária em escolas dos municípios de Ponta Grossa e Imbaú. Essas ações tiveram como principal objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão das relações sociais contemporâneas, especialmente no que se refere às dinâmicas econômicas e socioambientais.

Por meio de práticas colaborativas, solidárias e contextualizadas, buscou-se promover não apenas a apresentação de conteúdos, mas também a construção coletiva de conhecimentos, incentivando o protagonismo dos estudantes e a reflexão sobre alternativas mais justas e sustentáveis de organização da vida em sociedade. Essa abordagem dialoga com o exposto por Gusso e Schuartz, “quanto maior o número de atividades lúdicas inseridas nas atividades pedagógicas, maior será o envolvimento da criança com o conhecimento trabalhado” (Gusso e Schuartz, 2005, p. 239). Destacando que oficinas e metodologias participativas contribuem significativamente para o melhor desenvolvimento da prática desejada, buscando formas de aproximar os conteúdos trabalhados da realidade vivenciada pelos alunos. Desse modo, nas experiências realizadas em 2025, em consonância com as metas estabelecidas pelo projeto, foram realizadas 14 formações em instituições escolares, alcançando diferentes públicos e contextos educacionais. Essas ações tiveram como eixo central a Economia Solidária, articulada à promoção da sustentabilidade e ao debate sobre os ODS, buscando fomentar uma melhor compreensão desses temas no ambiente escolar.

As primeiras formações ocorreram no Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres, envolvendo turmas do oitavo ano do ensino fundamental, bem como do primeiro, segundo e terceiro anos do ensino médio do curso técnico em Administração. Nessas atividades, foram abordados conceitos introdutórios sobre Economia Solidária, incluindo sua definição, princípios e exemplos práticos no contexto brasileiro e no município de Ponta Grossa, destacando a atuação da IESOL, os grupos incubados e a Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU) enquanto espaço de comercialização e fortalecimento dessas iniciativas.

Ao longo das formações, buscou-se constantemente estabelecer relações entre a Economia Solidária, a sustentabilidade e os ODS, evidenciando como essas dimensões se articulam na construção de alternativas econômicas mais justas e ambientalmente responsáveis. No total, essas ações alcançaram aproximadamente 158 estudantes. Durante os encontros, muitos alunos relacionaram os temas discutidos às suas próprias experiências de trabalho, consumo e realidade familiar, especialmente no que diz respeito às questões ambientais e às dificuldades econômicas enfrentadas em seu cotidiano.

Em continuidade, a partir da solicitação da diretora do Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez, foi realizada uma formação na qual foram trabalhados os fundamentos da Economia Solidária e sua interface com a sustentabilidade. A atividade teve caráter introdutório, mas também buscou estimular a reflexão dos estudantes sobre práticas cotidianas e possibilidades de atuação em seus próprios contextos sociais, envolvendo os alunos do primeiro e terceiro anos do curso técnico em Administração como uma atividade extracurricular do curso, ao todo a formação contou com cerca de 39 estudantes. Entre as trocas realizadas durante a atividade, os estudantes demonstraram interesse pelo tema e apontaram ideias de como poderiam aplicar a Economia Solidária em suas turmas, seja como forma de organização em trabalhos coletivos ou para arrecadações pensando em formaturas e viagens da turma.

Além do município de Ponta Grossa, o projeto também desenvolveu atividades no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, localizado no município de Imbaú. Nessa experiência, as ações assumiram um caráter mais dinâmico e participativo, combinando momentos expositivos com a aplicação de metodologias ativas, principalmente por se tratar de um público mais jovem que dos outros colégios, sendo estas turmas do sétimo e oitavo anos. Foram realizadas apresentações sobre Economia Solidária e sua relação com a sustentabilidade e os ODS, seguidas de dinâmicas e jogos educativos. Entre essas atividades, destaca-se o “jogo dos ODS”, desenvolvido pela própria equipe da IESol no âmbito de um projeto vinculado à Itaipu (Figura 1).

Figura 1 - Jogo dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) sendo aplicado com os alunos.



Fonte: IESol, 2025.

O principal objetivo do jogo é possibilitar aos estudantes uma compreensão mais lúdica e interativa dos ODS e da Economia Solidária. O jogo consiste em um tabuleiro com 63 casas, no qual os participantes avançam conforme o número obtido nos dados, tendo como meta chegar à casa “2030”. Durante o percurso, ao parar em casas relacionadas a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os jogadores devem responder perguntas contidas em cartas temáticas sobre os ODS ou sobre a Economia Solidária. A dinâmica

busca ampliar a conscientização sobre os objetivos globais da ONU, seus impactos e as ações necessárias para alcançá-los até 2030, assim como o modo que a Economia Solidária pode contribuir para o alcance de tais objetivos, estimulando o aprendizado coletivo, a reflexão e a colaboração entre os participantes, valorizando mais a cooperação do que a competitividade.

Durante a aplicação do jogo, foi possível perceber que muitos estudantes apresentavam pouco contato e familiaridade com os ODS. Essa percepção ocorreu principalmente a partir das dificuldades observadas em perguntas relacionadas à identificação dos objetivos, suas finalidades e exemplos práticos de aplicação no cotidiano. Questões relacionadas ao consumo responsável, desigualdade social, mudanças climáticas e preservação ambiental frequentemente geravam dúvidas ou respostas genéricas, revelando um conhecimento ainda superficial sobre a temática. Além disso, observou-se que parte dos estudantes conseguia reconhecer problemas ambientais presentes em sua realidade, como lixo, poluição ou desperdício, mas apresentava dificuldades em relacioná-los aos debates globais propostos pela Agenda 2030.

Tal constatação reforça a necessidade de ampliar o debate sobre sustentabilidade, cidadania e desenvolvimento sustentável no contexto escolar, incentivando os alunos a compreenderem de maneira mais crítica a importância de suas ações individuais e coletivas na sociedade. Nesse processo, sempre que as respostas eram apresentadas de forma incorreta, a equipe da IESol responsável pela formação realizava intervenções explicativas, esclarecendo os motivos do equívoco e promovendo discussões sobre a resposta correta, de modo a transformar os erros em oportunidades de aprendizagem e reflexão coletiva. Essa postura permitiu que o jogo ultrapassasse uma lógica de acerto e erro, constituindo-se como espaço formativo baseado na troca de conhecimentos, na problematização e na aprendizagem colaborativa.

Além do jogo dos ODS, também foram realizadas dinâmicas voltadas à reciclagem e à criação de empreendimentos econômicos solidários, incentivando os alunos a pensar soluções concretas e coletivas para desafios socioambientais. Durante as formações, foi possível perceber o interesse e o entusiasmo dos estudantes diante da presença dos acadêmicos da universidade no ambiente escolar, bem como da participação em atividades diferentes das habituais. Esse envolvimento mostrou-se evidente tanto nos momentos de discussão teórica quanto na realização dos jogos, dinâmicas e oficinas propostas. Além da participação ao longo das atividades, destacou-se também a curiosidade e o desejo manifestado pelos próprios alunos em relação à continuidade das ações, expresso por meio de perguntas sobre futuros retornos da equipe para a realização de novas formações e oficinas. Ao todo participaram das atividades cerca de 87 estudantes.

Por fim, ainda no âmbito das atividades realizadas com o público escolar, foram realizadas três formações no Colégio Social Santa Mônica, a partir da solicitação da professora de História das turmas do ensino médio. Nessas atividades, além da abordagem sobre Economia Solidária, sustentabilidade,

reciclagem e ODS, incorporou-se também a discussão sobre a COP 30, realizada no Brasil em novembro de 2025. A COP 30 corresponde à 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, reunindo representantes de diversos países para debater ações de enfrentamento às mudanças climáticas, redução das emissões de gases de efeito estufa e promoção do desenvolvimento sustentável. Ao longo das três formações, participaram aproximadamente 82 estudantes do primeiro e segundo anos do ensino médio.

A inclusão dessa temática nas formações ocorreu não apenas pela relevância global da conferência, mas também em razão da participação de um dos estudantes do colégio no evento, representando o compromisso com a sustentabilidade e a conscientização ambiental no debate internacional. Desse modo, foi possível ampliar o diálogo entre as práticas locais desenvolvidas pelos estudantes e as agendas globais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas e à promoção do desenvolvimento sustentável.

As formações buscaram estimular a participação ativa dos estudantes, promovendo discussões sobre práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental a partir de situações próximas à realidade dos alunos. De maneira geral, as formações realizadas evidenciam o potencial das práticas educativas baseadas em oficinas e metodologias participativas como estratégias eficazes para a promoção da educação para a sustentabilidade. Favorecendo o engajamento dos estudantes, a construção de conhecimentos contextualizados e o desenvolvimento de uma consciência socioambiental, especialmente quando articuladas a experiências práticas e ao cotidiano dos participantes. As experiências também revelam desafios importantes, especialmente no que se refere à presença ainda limitada de debates relacionados aos ODS, sustentabilidade e cidadania socioambiental no cotidiano escolar. As dificuldades observadas durante os jogos, quizzes e rodas de conversa demonstram a necessidade de ampliar práticas pedagógicas que articulem os conteúdos curriculares às problemáticas sociais e ambientais contemporâneas, aproximando os estudantes das discussões sobre desenvolvimento sustentável e participação social.

Ao abordar a sustentabilidade em sua dimensão ambiental, social e econômica, a Economia Solidária favorece a problematização dos limites do modelo econômico dominante, estimulando os estudantes a refletirem sobre alternativas mais justas e equilibradas para a organização da sociedade. As discussões desenvolvidas em sala de aula contribuem para o entendimento do uso responsável dos recursos naturais, da importância do consumo consciente e da valorização de práticas produtivas que respeitem tanto o meio ambiente quanto os direitos humanos. A educação, especialmente quando articulada à educação ambiental, contribui diretamente para a formação de cidadãos mais engajados e comprometidos, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos capazes de compreender os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente e de atuar de maneira responsável. (Kondrat & Maciel, 2013).

A atuação da IESol revela-se, portanto, relevante no contexto escolar, contribuindo para a internalização dos conceitos, permitindo que os alunos não apenas compreendam a relevância da Economia

Solidária na construção de uma sociedade mais justa e colaborativa, mas também reconheçam suas possibilidades de aplicação no cotidiano. Ao favorecer uma aprendizagem ativa e participativa, tais práticas alinham-se a perspectivas educacionais que valorizam o protagonismo dos estudantes e o desenvolvimento de competências voltadas à transformação social.

As atividades desenvolvidas demonstram que a aproximação entre universidade e escola pode contribuir significativamente para a ampliação das discussões sobre sustentabilidade, cidadania e participação social no ambiente educacional. A abordagem da Economia Solidária nas escolas permite que temas frequentemente tratados de forma abstrata sejam trabalhados a partir da realidade dos estudantes, possibilitando maior identificação com os conteúdos e fortalecendo o vínculo entre teoria e prática.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial multiplicador dessas ações. Ao entrarem em contato com discussões relacionadas aos ODS, à sustentabilidade e às formas alternativas de organização econômica, os estudantes tornam-se capazes de reproduzir esses debates em seus espaços de convivência, ampliando o alcance das experiências formativas para além dos limites da escola.

5 POTENCIALIDADES E LIMITES DAS PRÁTICAS FORMATIVAS

As experiências desenvolvidas pela IESol nas escolas de Ponta Grossa e Imbaú evidenciam diferentes potencialidades relacionadas à articulação entre universidade, escola e comunidade. Entre os principais aspectos observados, destaca-se a aproximação entre o espaço universitário e o ambiente escolar, possibilitando a circulação de conhecimentos e o fortalecimento de práticas extensionistas voltadas às demandas sociais concretas. A presença dos acadêmicos nas escolas contribuiu para ampliar o interesse dos estudantes pelas atividades propostas, favorecendo espaços de diálogo e troca de experiências que aproximam os conteúdos trabalhados da realidade vivenciada pelos participantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso de metodologias participativas e lúdicas, como jogos, oficinas e dinâmicas. Essas estratégias mostraram-se eficazes para estimular a participação ativa dos estudantes, especialmente ao tratar de temas considerados complexos, como sustentabilidade, cidadania socioambiental e ODS. O jogo dos ODS, por exemplo, permitiu que conteúdos relacionados à Agenda 2030 fossem trabalhados de maneira mais acessível e interativa, favorecendo a aprendizagem coletiva e a problematização das relações entre sociedade, economia e meio ambiente.

A articulação entre Economia Solidária, sustentabilidade e ODS também se revelou uma importante potencialidade das ações desenvolvidas. Ao relacionar os debates sobre consumo consciente, reciclagem e responsabilidade socioambiental, as formações contribuíram para ampliar a compreensão sobre a temática. Essa contextualização favoreceu maior identificação dos alunos com os temas abordados, fortalecendo processos de reflexão crítica em suas realidades.

Além disso, observou-se que as atividades possibilitaram a valorização do protagonismo estudantil, sobretudo nos momentos em que os participantes compartilhavam experiências pessoais, formulavam soluções coletivas ou relacionavam os conteúdos às suas próprias vivências. Tal aspecto reforça o potencial da Educação Ambiental e da Economia Solidária enquanto práticas formativas voltadas ao fortalecimento da cidadania e da participação social.

Entretanto, apesar das potencialidades identificadas, as experiências também evidenciam alguns limites e desafios. Um dos principais refere-se ao caráter pontual das ações desenvolvidas. Embora as formações tenham promovido discussões significativas, elas ocorreram em períodos específicos e com duração limitada, dificultando a continuidade sistemática dos debates no cotidiano escolar. Esse aspecto evidencia a necessidade de construção de ações permanentes e integradas ao currículo escolar, de modo que os temas trabalhados não permaneçam restritos a atividades isoladas ou esporádicas.

Outro limite observado relaciona-se à ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação das formações. As análises apresentadas basearam-se principalmente em observações da equipe extensionista, participação dos estudantes e relatos espontâneos durante as atividades. Embora esses elementos sejam importantes para compreender as experiências vivenciadas, a inexistência de avaliações diagnósticas anteriores e posteriores às formações dificulta mensurar de forma mais precisa os impactos pedagógicos das ações no processo de aprendizagem dos estudantes.

Também se destacam os desafios relacionados à continuidade das práticas nas escolas após o encerramento das atividades extensionistas. Em muitos casos, a permanência dos debates sobre Economia Solidária, sustentabilidade e ODS depende diretamente da iniciativa dos professores ou da existência de novos projetos financiados. Isso revela a importância de ampliar processos de formação continuada para docentes, possibilitando que essas temáticas sejam incorporadas de maneira mais permanente e transversal ao currículo escolar.

Além disso, a dependência de editais e programas de financiamento, como o Universidade Sem Fronteiras, constitui outro fator limitante. A realização das atividades esteve diretamente vinculada aos recursos disponibilizados pelo projeto, o que evidencia a importância do fortalecimento de políticas públicas permanentes de incentivo à extensão universitária e à articulação entre universidade e educação básica.

Desse modo, embora as experiências desenvolvidas pela IESol demonstrem contribuições relevantes para a promoção da sustentabilidade, da cidadania e da Economia Solidária no ambiente escolar, também evidenciam a necessidade de ampliar estratégias de continuidade, aprofundamento pedagógico e institucionalização dessas práticas. A consolidação de ações permanentes entre universidade e escola mostra-se fundamental para fortalecer processos educativos comprometidos com a transformação social e socioambiental.

6 CONCLUSÃO

O presente capítulo demonstrou que as práticas formativas desenvolvidas pela IESol em escolas de Ponta Grossa e Imbaú contribuíram para ampliar os debates sobre Economia Solidária, sustentabilidade e cidadania no ambiente escolar. Por meio de formações, oficinas, jogos e rodas de conversa, as ações buscaram aproximar os estudantes de discussões relacionadas ao consumo consciente, à cooperação, à responsabilidade socioambiental e às formas coletivas de organização social.

A articulação entre Economia Solidária e sustentabilidade revelou-se um dos principais potenciais das experiências realizadas, especialmente pela utilização de metodologias participativas e lúdicas, como o “Jogo dos ODS”. Essas estratégias favoreceram maior envolvimento dos estudantes, possibilitando a construção coletiva do conhecimento e a reflexão crítica sobre questões sociais, econômicas e ambientais presentes em seu cotidiano. Além disso, as atividades evidenciaram a relevância da aproximação entre universidade e escola, fortalecendo o papel da extensão universitária como espaço de diálogo, troca de saberes e formação socialmente comprometida.

Entretanto, as experiências também evidenciaram alguns limites, como o caráter pontual das ações, a dificuldade de continuidade das discussões nas escolas e a ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação dos impactos das formações. Também se destacou a necessidade de ampliar processos de formação continuada para professores, de modo que as temáticas relacionadas à Economia Solidária, sustentabilidade e ODS possam ser incorporadas de forma mais permanente ao cotidiano escolar.

Como perspectiva futura, recomenda-se que as ações sejam acompanhadas por instrumentos avaliativos, como questionários diagnósticos e posteriores às oficinas, registros sistemáticos das percepções dos estudantes e formações continuadas com professores, de modo a ampliar a permanência da Economia Solidária e da sustentabilidade no ambiente escolar. Assim, iniciativas como as desenvolvidas pela IESol reforçam o potencial das parcerias entre universidade e escola na construção de práticas educativas voltadas à formação crítica, participativa e comprometida com a transformação social e socioambiental.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A.; BARCELOS, V. **Educação ambiental e complexidade**: entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, Ram, São Paulo, v. 12, n. 3, p.51-82, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mai. 2026.

BUARQUE, C. **Modernidade, desenvolvimento e meio ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BRASIL – Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, Edição Atualizada, 2000/2001.

CABRAL, S. M. Economia solidária: um processo educativo. **Revista Práxis**, 1, 27–32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/538> . Acesso em: 09 maio 2026.

CAPRA, F. Virando o jogo. In: **As conexões ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARVALHO SOBRINHO, H. D. E. C. Geografia escolar e o lugar: a construção de conhecimentos no processo de ensinar/aprender geografia. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 9, n. 18, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5528/552859736011/552859736011.pdf>. Acesso em: 08 maio 2026.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21284/elo.v2i2.20>. Acesso em: 12 maio 2025.

DEON, A. R.; CALLAI, H. C.. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Revista Contexto & Educação**, v. 33, n. 104, p. 264 - 290, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GUSSO, S. F. K. SCHUARTZ, M. A. **A criança e o lúdico**: a importância do “brincar”. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 168 p.

RODRIGUES, A. L. L.; DO AMARAL COSTA; C. L. N.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; NETO, I. D. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v.1, n.16, p.141-148,2013.

SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 13-24, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19915>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

KONDRAT, H., MACIEL, M. D. (2013). Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**, v.8 n.55. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v18n55/v18n55a02.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2026.

CAPÍTULO 5

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DE SUSTENTABILIDADE ARTICULADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUSTAINABILITY EXTENSION PRACTICES ALIGNED WITH THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-005>

Luiza Lourenço Nunes Benck

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: benckluiza@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0953975089951723>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

Quiara Camargo dos Santos

Graduanda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6417320616262523>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre sustentabilidade tem ganhado centralidade nas discussões acadêmicas, políticas e sociais, sobretudo diante do agravamento das crises ambientais e das desigualdades socioeconômicas. Nesse contexto, 18º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, constituem um importante marco orientador para ações voltadas à construção de sociedades mais inclusivas e ambientalmente responsáveis. Os ODS propõem uma agenda global que articula as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento, incentivando a participação de diferentes setores da sociedade na busca por soluções sustentáveis.

Entre as iniciativas que dialogam com essa agenda, destaca-se a economia solidária, entendida como uma forma alternativa de organização da produção, do trabalho e do consumo, baseada em princípios como cooperação, autogestão, solidariedade e respeito ao meio ambiente.

Nesse cenário, a universidade pública desempenha papel fundamental na promoção de debates, pesquisas e ações extensionistas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A extensão universitária, aproximando universidade e comunidade, possibilita a construção de conhecimentos junto aos territórios. Por meio de projetos de extensão, torna-se possível articular ensino, pesquisa e intervenção social, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e para o fortalecimento de iniciativas comunitárias.

É nesse contexto que se insere o projeto de extensão “Sustentabilidade, questão ambiental e economia solidária: fortalecendo e divulgando práticas a partir da IESol”, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e possui parceria com o Programa de Extensão para Sustentabilidade Territorial, uma parceria entre o Itaipu Parquetec e a Itaipu Binacional, com incentivo e financiamento.

Entre as estratégias metodológicas adotadas, destacaram-se atividades formativas, rodas de conversa, oficinas, participação em feiras de economia solidária e o desenvolvimento de materiais pedagógicos voltados à educação para a sustentabilidade. Dentre esses materiais, foi elaborado o Jogo dos ODS, uma ferramenta lúdica e interativa utilizada em ações educativas com diferentes públicos, com o intuito de facilitar a compreensão dos ODS e estimular reflexões sobre práticas sustentáveis no cotidiano.

O projeto atendeu o seguinte público alvo: a) trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários de Ponta Grossa e municípios vizinhos (grupos de artesanato e produção de alimentação, grupos de assentados agroecológicos de reforma agrária); b) produtores participantes de redes de comercialização de produtos agroecológicos; c) consumidores de produtos da economia solidária; d) usuários de equipamentos de assistência social; e) equipe técnica de equipamentos públicos; f) estudantes, professores e servidores de instituições de ensino superior da região que desenvolvam atividades ligadas à economia solidária; e g) comunidade em geral que tenha interesse pela economia solidária de Ponta Grossa e municípios próximos.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre as experiências desenvolvidas no âmbito do projeto, com ênfase nas estratégias de educação para a sustentabilidade e no uso de metodologias participativas na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável junto à comunidade.

2 METODOLOGIA E OBJETIVOS

O projeto teve como principal objetivo potencializar as práticas e reflexões de sustentabilidade territorial a partir da economia solidária, a fim de cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, junto ao público dos empreendimentos econômicos solidários (EES), extensão universitária e comunidade em geral.

E enquanto objetivos específicos: 1) Capacitar a equipe do projeto para atuação e reflexão sobre sustentabilidade, ODS e os princípios da economia solidária (ECOSOL) como potencial de prática de construção de sustentabilidade territorial; 2) Realizar atividades de formação sobre a temática ambiental, economia solidária e sua relação com os ODS para o público da ecosol, da extensão universitária e comunidade em geral; 3) Fortalecer as ações já em andamento da economia solidária que contribuem para a redução da desigualdade social e do consumo e produção responsáveis; 4) Possibilitar que o projeto seja um campo de realização de atividades de curricularização da Extensão que promovam a reflexão sobre comunidades sustentáveis; e 5) Promover divulgação científica e de ações do projeto e dos temas relacionados.

Enquanto metodologia, o projeto teve como base uma metodologia participativa, inspirada nas propostas da educação popular e foram estabelecidas abordagens que considerem o contexto e as especificidades de cada público-alvo elencado. As propostas foram objeto de discussão, elaboração, execução e avaliação considerando cada realidade, buscando envolver os participantes na co-construção das ações.

Dentre as possibilidades de atuação planejadas podemos citar as formações sobre a questão ambiental e economia solidária e sua relação com os ODS, buscando co-construir proposições de apoio em soluções sustentáveis e em consonância com a discussão da Tecnologia Social.

Para as práticas de ação foram utilizadas ferramentas que já fazem parte do cotidiano da IESol e de sua equipe interdisciplinar, portanto, citamos os diagnósticos, formações, rodas de conversas, dinâmicas, avaliações, jogos, vivência de Clube de Trocas, vivências de autogestão, palestras, oficinas, cursos entre outras. Cada atividade dessas, teve como base de fundamentação a troca de conhecimentos de experiências, vivências e sentimentos e da construção coletiva. A partir do contexto e do tema a ser discutido e analisado em cada um dos diferentes grupos que foram beneficiários deste projeto, foi analisada a ferramenta mais apropriada.

Tais estratégias foram utilizadas com o propósito de co-construir conhecimento em relação e sustentabilidade e economia solidária, sendo possível tratar temas como autogestão, cooperação, solidariedade, autonomia, desenvolvimento local sustentável; finanças solidária, participação política, moeda solidária, redes de produtores e/ou consumidores, discussão crítica sobre consumismo, cultura solidária, e outros temas relacionados escolhidos a partir da interação da equipe com o público alvo.

Foram incorporados estudantes de diversos cursos de graduação que puderam desenvolver suas atividades de curricularização (respeitadas as regulamentações de cada curso), principalmente para apoiar na discussão e encaminhamentos de específicas de sua área de saber dos grupos incubados ou acompanhados pela IESol, atuando assim em uma perspectiva interdisciplinar. E neste sentido, promover a construção de um arsenal metodológico utilizado para a reaplicação dessas ações com públicos

semelhantes. A produção acadêmica facilitou a disseminação destas experiências, contribuindo para sua reflexão e para avanços nos campos da extensão, pesquisa e ensino, além do objetivo maior de aproximar a Universidade da comunidade. A divulgação à comunidade forneceu visibilidade às ações e as possibilidades geradas pela intervenção proposta no projeto.

3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

O projeto foi desenvolvido no período de setembro de 2024 a setembro de 2025, a partir da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), articulando ensino, pesquisa e extensão com foco na promoção da sustentabilidade e no fortalecimento da economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento territorial. As ações foram pensadas a partir da construção coletiva de conhecimentos, em diálogo com os sujeitos envolvidos e suas realidades.

Ao longo da execução, foram realizadas diversas atividades, entre elas formações, palestras, oficinas práticas, feiras, saídas de campo, produção de materiais pedagógicos e participação em eventos científicos. As formações abordaram temáticas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sustentabilidade ambiental, consumo consciente e economia solidária, partindo de uma perspectiva crítica que compreende essas dimensões como interdependentes.

Nesse sentido, dialoga-se com autores da área ao reconhecer que a economia solidária propõe uma outra racionalidade econômica, baseada na cooperação, na autogestão e na centralidade da vida, em contraposição à lógica hegemônica do mercado. Conforme aponta Singer (2002), a economia solidária se constitui como uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, ao priorizar relações de trabalho mais igualitárias e democráticas.

Na mesma direção, Gaiger (2004) destaca que essas práticas se fundamentam na valorização do trabalho associado e na construção de formas coletivas de organização da produção e da vida social.

Já Sachs (2007) contribui ao situar essas iniciativas no campo do desenvolvimento sustentável, ao enfatizar a necessidade de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais, reforçando a centralidade da vida e do bem-estar coletivo nos processos de desenvolvimento.

As oficinas práticas e feiras de economia solidária possibilitaram a vivência concreta desses princípios, especialmente por meio de atividades relacionadas ao reaproveitamento de materiais, produção sustentável e geração de renda, além da realização de clubes de troca, que tensionam a lógica do consumo tradicional. As saídas de campo, realizadas em diferentes municípios, contribuíram para o fortalecimento de vínculos com empreendimentos solidários, escolas e demais instituições, ampliando o alcance territorial do projeto.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de materiais pedagógicos para utilização nas escolas, como jogos educativos, cartilhas e dinâmicas, construídos com o objetivo de trabalhar a temática da sustentabilidade de forma lúdica e acessível.

O público-alvo do projeto foi composto por estudantes universitários, estudantes da educação básica, integrantes de empreendimentos econômicos solidários, usuários de políticas públicas — como CRAS e CAPS — e comunidade em geral. Participaram diretamente das ações cerca de 40 estudantes da universidade e aproximadamente 120 estudantes da educação básica, além de diversos atores sociais vinculados a associações, movimentos e serviços públicos. De forma ampliada, considerando as ações presenciais e de comunicação, o projeto alcançou cerca de 900 pessoas.

A diversidade das atividades desenvolvidas e dos públicos envolvidos evidencia o caráter de um projeto de extensão, compreendendo a extensão universitária como um processo essencialmente dialógico, crítico e transformador. Nessa perspectiva, a extensão ultrapassa os limites institucionais da universidade, promovendo a troca de saberes entre academia e comunidade e contribuindo para a construção coletiva de práticas sociais comprometidas com a sustentabilidade, a inclusão e a justiça social.

As atividades do projeto tiveram início com reuniões de planejamento e a construção de uma tabela de monitoramento das ações, garantindo avaliação contínua. Foi criada uma pasta em nuvem para armazenamento de registros e materiais, e a equipe participou de capacitação sobre os ODS para melhor aplicar em suas atividades posteriormente. Conforme cronograma interno da IESol, equipe organizou e participou de feiras temáticas de Economia Solidária, sendo elas: a Feira Natalina (28/11/2024), a Feira de Páscoa (10/04/2025), a Feira do Dia das Mães (08/05/2025) e a Feira Junina (05/06/2025), todas com clubes de trocas, exposição do banner sobre os ODS e atividades de sensibilização ambiental junto a feirantes e consumidores. Essas ações demonstram o alinhamento das metas do projeto com o cotidiano da incubadora, que enquanto programa extensionista que incuba e assessora grupos, prioriza que muitas ações ligadas a projetos sejam voltadas para os mesmos.

Além das feiras, foram realizadas ações como o ponto de coleta de materiais de escritório na FESU (15/04/2025), conforme a adesão a uma campanha de Reciclagem, e visita de representantes da Itaipu (15/04/2025), fortalecendo vínculos institucionais. O projeto também se consolidou como campo de curricularização da extensão universitária, com a participação de turmas dos cursos de Serviço Social e Jornalismo, integrando ensino, pesquisa e extensão em ações formativas e práticas comunitárias.

A partir de fevereiro de 2025, ampliaram-se as ações externas do projeto, devido a concretização Jogo dos ODS (posteriormente abordado neste capítulo), tratando-se de uma ferramenta lúdica, didática e interativa de educação ambiental, cidadania e ODS, utilizada em formações com os EES e com diferentes públicos.

Outras ações significativas neste período do projeto foram a participação e promoção de diversas atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, incluindo oficinas de defesa pessoal, produção de sabão sustentável, produção de pão baguete (em parceria com os cursos de Engenharia de Alimentos e Química) e uma oficina sobre empoderamento feminino e Economia Solidária, fortalecendo o protagonismo das mulheres nos empreendimentos.

Entre abril e julho de 2025, o projeto participou do Seminário de Mudanças Climáticas e COP 30, promovido pela Itaipu, em Curitiba, apresentando banner do projeto e representando a IESol em espaço estadual de discussão sobre sustentabilidade. No mesmo período, foram promovidas formações com o grupo Artesol (28/05) e com estudantes do Colégio Estadual Tancredo Neves (21 e 23/05), em Imbaú, sobre economia solidária, práticas sustentáveis e os ODS, tais ações foram em parcerias com os projetos do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) em execução pela incubadora no período de 2025-2026. Também foi realizada uma formação com famílias do União por Moradia Popular - UNMP (27/09/2025), abordando a sustentabilidade dos ODS.

Figura 1 - Participação da equipe do projeto no Seminário de Mudanças Climáticas e COP 30, promovido pela Itaipu em Curitiba-PR¹



Fonte: IESol, 2025.

Outras ações de destaque incluem a formação e dinâmica sobre reciclagem no Centro de Convivência de Imbaú (19/08/2025) e a participação na 2ª Mostra do Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Emergência Climática e Sociedade (29/07/2025), na UEPG. Além disso, entre 24 e 30/07/2025, foram realizadas oficinas no Marista Escola Social Santa Mônica, abordando os 18 ODS, reciclagem e a COP-30, com expressiva participação dos educandos.

¹ Uso de imagem autorizado pelos participantes por meio da lista de presença da atividade.

4 O JOGO DOS ODS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Entre os materiais didáticos desenvolvidos no pelo projeto “Sustentabilidade, questão ambiental e economia solidária: fortalecendo e divulgando práticas a partir da IESol”, destaca-se a criação e aplicação do Jogo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A proposta surgiu a partir da necessidade de construir estratégias pedagógicas, participativas e capazes de estimular a compreensão crítica das temáticas relacionadas à sustentabilidade, economia solidária e cidadania.

O jogo foi elaborado como uma ferramenta lúdica e interativa de educação ambiental, buscando facilitar a aproximação dos participantes com os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas.

A dinâmica do jogo foi estruturada de modo a promover a reflexão sobre diferentes dimensões da sustentabilidade, incluindo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Durante as atividades, os participantes são convidados a dialogar sobre situações-problema, práticas cotidianas e possibilidades de transformação social relacionadas aos ODS.

No contexto do projeto, o Jogo dos ODS foi utilizado em diferentes espaços formativos, incluindo encontros com empreendimentos econômicos solidários, oficinas em escolas, eventos acadêmicos e atividades comunitárias. A ferramenta também foi aplicada em ações educativas com estudantes do ensino básico, como nas oficinas realizadas no Colégio Estadual Tancredo Neves e na Escola Social Marista Santa Mônica, ampliando o alcance da discussão sobre sustentabilidade entre públicos diversos.

A aplicação do jogo demonstrou potencial significativo para estimular o engajamento dos participantes, especialmente em contextos educativos não formais.

Além de seu uso presencial, o material também foi disponibilizado em formato digital, permitindo sua reprodução e utilização por outras instituições e educadores interessados em trabalhar a temática da sustentabilidade. Dessa forma, o jogo configura-se não apenas como um recurso pedagógico do projeto, mas também como um instrumento de difusão do conhecimento e de fortalecimento de práticas educativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Figura 2 - Jogo ODS'S e ECOSOL (Itaipu Parquetec)



Fonte: IESol, 2025.

No sentido de contribuir com a socialização do conhecimento produzido na universidade, com base no tripé ensino, pesquisa e extensão, o jogo completo (incluindo as cartas) está disponível no site oficial da IESol², a fim de que qualquer interessado possa baixar e usar em aulas, oficinas, eventos e demais momentos que forem necessários.

5 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS DO PROJETO

O projeto teve forte participação dos estudantes do curso de jornalismo, no total foram 3 estudantes diferentes do curso durante a trajetória total do projeto, que tendo experiência na área de comunicação contribuíram para a produção de conteúdos formativos, postagens frequentes no instagram, divulgação das atividades do projeto e a edição, escrita e difusão do podcast que durante o ano de 2025 também foi — semanalmente na rádio santana.

O podcast “Gotas de economia solidária” foi exibido semanalmente na rádio e teve mais de 50 episódios, tratando economia solidária, falando dos projetos da IESol, agroecologia, gênero e economia solidária e diversos outros temas que se interligam diretamente com os ODS.

No campo das produções científicas, o projeto esteve presente no CONEX – Conversando sobre Extensão, apresentando as atividades desenvolvidas na perspectiva extensionista, bem como participou da

² Para acessar o site e baixar o jogo basta clicar em: <https://www2.uepg.br/iesol/arquivos/>.

publicação do artigo *“Formação cidadã e sustentabilidade: a economia solidária no contexto escolar”*, apresentado no V Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, realizado em Matinhos/PR. Além disso, o projeto apresentou e divulgou suas experiências em diferentes espaços acadêmicos e científicos, como o Seminário de Mudanças Climáticas e COP 30, realizado em Curitiba em maio de 2025, e a 2ª Mostra do Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Emergência Climática e Sociedade, em julho de 2025, fortalecendo o debate sobre sustentabilidade e extensão universitária. No CONEX/UEPG, também foram apresentados os trabalhos *“ODS em prática: práticas didáticas e experiências extensionistas da IESOL/UEPG”* e *“Podcast como ferramenta extensionista: a experiência do programa Gotas de Economia Solidária”*, evidenciando as estratégias educativas e de comunicação desenvolvidas ao longo do projeto.

O projeto sempre teve como um dos objetivos a divulgação científica e a produção de materiais para a comunidade, visando formas didáticas de discutir temas complexos discutidos em âmbito acadêmico seja através das postagens no instagram ou no site, seja pelo podcast que tem caráter educativo, seja através das produções científicas que permitem discutir os ODS e suas aplicações para construir materiais melhores para comunidade e soluções para os problemas relacionados ao meio ambiente.

O projeto alcançou diretamente cerca de 400 pessoas por meio de formações, oficinas, reuniões e eventos, e aproximadamente 500 pessoas de forma indireta através da divulgação digital, podcasts e redes sociais.

Dessa forma, as estratégias de comunicação e divulgação desenvolvidas pelo projeto foram fundamentais para ampliar o alcance das ações extensionistas, aproximando universidade e comunidade por meio de linguagens acessíveis e educativas. A produção de conteúdos, o fortalecimento da divulgação científica e a participação ativa dos estudantes contribuíram não apenas para dar visibilidade às atividades realizadas, mas também para a promoção de reflexões sobre sustentabilidade, economia solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em diferentes espaços e públicos. Assim, a comunicação consolidou-se como uma importante ferramenta de formação, sensibilização e transformação social ao longo da execução do projeto.

6 CONCLUSÃO

A partir das experiências desenvolvidas ao longo do projeto “Sustentabilidade, questão ambiental e economia solidária: fortalecendo e divulgando práticas a partir da IESol”, foi possível perceber, na prática, a potência da extensão universitária enquanto espaço de encontro entre universidade e comunidade, possibilitando trocas, construção coletiva de conhecimentos e fortalecimento das comunidades e dos territórios. Ao longo do projeto, buscou-se construir ações educativas e dialógicas junto aos diferentes

públicos envolvidos, aproximando discussões sobre sustentabilidade, economia solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da realidade concreta vivenciada pelos sujeitos.

As atividades desenvolvidas ao longo do projeto evidenciaram que a discussão sobre sustentabilidade torna-se mais significativa quando articulada às realidades concretas vivenciadas pelos sujeitos. Nesse sentido, as oficinas, formações, feiras, materiais pedagógicos e estratégias de comunicação desenvolvidas permitiram que temas muitas vezes restritos ao âmbito acadêmico fossem trabalhados de forma acessível, crítica e participativa. O uso de metodologias lúdicas, como o Jogo dos ODS, desde sua elaboração até sua aplicação, possibilitou protagonismo dos participantes, estimulando a reflexão, o diálogo e a aproximação com as pautas socioambientais. Dessa forma, reafirma-se a importância de processos educativos construídos a partir da participação ativa dos sujeitos e da valorização dos saberes produzidos nos diferentes territórios e experiências sociais.

Além disso, o projeto reforçou a compreensão da economia solidária enquanto prática concreta de construção de alternativas frente às desigualdades sociais e à lógica individualista do mercado. Conforme aponta Singer (2002), a economia solidária se fundamenta em princípios como cooperação, autogestão e solidariedade, possibilitando formas mais coletivas e democráticas de organização do trabalho. Na mesma direção, Gaiger (2004) destaca que essas experiências contribuem não apenas para geração de renda, mas também para a construção de novas formas de participação social e fortalecimento comunitário. As ações desenvolvidas junto aos empreendimentos solidários, escolas, movimentos sociais e usuários de políticas públicas evidenciaram justamente essa potencialidade de articulação entre sustentabilidade, inclusão social e desenvolvimento territorial.

Outro aspecto importante refere-se à própria extensão universitária, entendida não como uma ação unilateral de transmissão de conhecimentos, mas como um processo de escuta, troca e aprendizagem mútua, valorizando os saberes produzidos nos territórios e reconhecendo os sujeitos como protagonistas das ações. A participação de estudantes de diferentes áreas, especialmente dos cursos de Serviço Social e Jornalismo, contribuiu significativamente para uma formação mais crítica, interdisciplinar e comprometida socialmente, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, considera-se que o projeto alcançou seus objetivos promovendo espaços de formação, sensibilização e fortalecimento de práticas sustentáveis junto à comunidade, reafirmando a importância da extensão universitária enquanto ferramenta de transformação social. As experiências construídas ao longo do projeto demonstram que a universidade pública possui papel fundamental na articulação de saberes e na construção de possibilidades concretas de desenvolvimento territorial sustentável. Como destaca Sachs (2007), pensar sustentabilidade exige integrar, de forma indissociável, as dimensões sociais, econômicas e ambientais, perspectiva que esteve presente nas ações desenvolvidas ao longo de todo o projeto.

REFERÊNCIAS

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários (Universidade Estadual de Ponta Grossa). **Projeto - Sustentabilidade, questão ambiental e economia solidária**: fortalecendo e divulgando práticas a partir da IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários. IESol, 2025. Projeto de extensão. Acesso por meio de documentação institucional e divulgação de ações de extensão universitária.

IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Jogo ODS's e ECOSOL (Itaipu Parquetec)**. Ponta Grossa, 2025. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/arquivos/>. Acesso em: 9 abr. 2026.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPÍTULO 6

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA RIU-PR NO *TRANSLIGHTHOUSES*

NATURE-BASED SOLUTIONS AND THE SOLIDARITY ECONOMY: THE RIU-PR EXPERIENCE IN TRANSLIGHTHOUSES

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-006>

Clara do Prado Patricio

Mestra em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4743177142825344>

Lissa Takahashi Meira

Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5007019826257565>

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (EcoSol) constitui um movimento social que propõe uma alternativa ao sistema capitalista, marcada, principalmente, pela autogestão, solidariedade e cooperação. Além das contribuições teóricas para seu conceito, a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) vem desempenhando um papel importante no estabelecimento de compreensão e horizonte comum para a EcoSol, no Brasil.

No documento referencial para o último encontro (Brasil, 2024), delimita-se que:

A Economia Popular e Solidária, baseada no trabalho associado, busca quebrar o isolamento nas relações humanas, nas relações de trabalho e na produção que o neoliberalismo aprofundou. O trabalho coletivo sem patrão, sem exploração e sem a divisão sexual do trabalho é diferente do emprego que nasce com o capitalismo. A Economia Popular e Solidária é uma outra economia que busca a convivência com os ecossistemas e o respeito à condição de natureza nos humanos e não humanos (Brasil, 2024, p.4).

Também é relevante pontuar as contribuições – levadas aos espaços formais de debates, trazidas no cotidiano e presentes em nossas feiras e eventos – das comunidades tradicionais e originárias para a Economia Solidária no Brasil e na América Latina, dentre as quais, pensando nos saberes indígenas, destacamos a relação estabelecida com a natureza, as produções artísticas, a organização em coletividades e o movimento continuado pela defesa dos territórios (Mariosa *et al.*, 2022; Koyama, 2021), junto àquelas dos movimentos negros, interseccionando trabalho e raça, também classe e gênero, a partir do questionamento: “em que pese as atividades laborais, a emancipação econômica, política e social não se faz presente?” (Oliveira; Araújo, 2022, p. 2). No dia a dia, nas movimentações e articulações políticas, essas visões transformam o pensar e o fazer EcoSol.

A Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná (nossa “RIU-Paraná”) nasceu em 2015, visando a associação das incubadoras paranaenses vinculadas ao cooperativismo popular, ao trabalho associado autogestionário, à Economia Solidária, à Tecnologia Social e à Tecnociência Solidária, de modo a fortalecer a produção e o compartilhamento de conhecimentos (Beatriz; Roik; Costa, 2024). Em 2023, a entidade passa a representar o Brasil, junto a outras, no *TRANS-lighthouses*¹.

O *TRANS-lighthouses* tem como objetivo reunir evidências sobre resultados materiais e imateriais das Soluções baseadas na Natureza (SbN) para repensar e reordenar os principais elementos que fazem parte do processo de criação de SbN ecológica e socialmente justas. O projeto, junto a 10 países europeus e 10 países não europeus, procura viabilizar a implementação de tais SbN, por meio de uma rede que engloba contextos urbanos, rurais, costais e florestais.

Este capítulo tem como objetivo relatar a experiência da RIU-PR no projeto *Translighthouses*, entre os anos de 2023 e 2026.

2 PONTAPÉ: NOSSAS PERCEPÇÕES INICIAIS

As preocupações emergentes com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas crescem acompanhando a transformação dos contextos urbanos e rurais. Tanto as considerações sobre a EcoSol, na Introdução, como o que vem na sequência, a abordagem das SbN e as aproximações possíveis entre essas duas frentes, ajudam-nos a delinear a cronologia que pode, sim, localizá-las no salto das cidades europeias, depois da 2a. Guerra Mundial, como propõem Caitana, Ferreira e Campos (2020); mas, a partir de uma mirada decolonial, celebro o papel das comunidades originárias em reflexões e práticas para o que hoje conhecemos como Ecosol e SbN (Koyama, 2021; Mariosa, 2022), e na elaboração de propostas de co-criação, co-produção, co-governança, esperança e futuro de-para sociedade.

A partir dessas lentes, parto para considerações conceituais que orientam a leitura e a compreensão da RIU-PR no *Translighthouses*.

2.1 SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

O Governo Federal Brasileiro (Brasil, 2026) conceitua as SbN como:

¹ O *TRANS-lighthouses* é um projeto financiado pela União Europeia (programa Horizon Europe, 2023-2026), que visa reavaliar o design e a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN). O projeto opera através de uma rede de “faróis” (*lighthouses*) — metáfora para arranjos de governança local em áreas urbanas, rurais, costeiras e florestais — que utilizam laboratórios de conhecimento vivo e casos-piloto para testar novos modelos de cocriação. O objetivo central é fortalecer a agenda sociopolítica das SBN, buscando soluções sistêmicas que sejam social e ecologicamente justas. Disponível em: <https://translighthouses.eu/en/about>. Acesso em: 14 mai. 2026.

[...] estratégias que utilizam processos, estruturas e funções naturais para enfrentar desafios ambientais, sociais e climáticos. Elas incluem desde áreas verdes urbanas e infraestrutura ecológica até ações integradas de restauração, manejo de águas pluviais, conservação da biodiversidade e mitigação de impactos climáticos (Brasil, 2026).

O TRANS-lighthouses propõe a compreensão de que “Soluções baseadas na Natureza” é um termo guarda-chuva, que cobre diferentes abordagens, dentre eles a gestão baseada no ecossistema, a gestão florestal sustentável e as infraestruturas azuis e verdes².

Olhares voltados à prática, à implementação de políticas públicas e realização de projetos com foco em SbN, muitas vezes somam a essa compreensão à inclusão de grupos excluídos e vulnerabilizados, preocupando-se com questões de gênero, raça, idade e classe (Caitana, Ferreira, Campos, 2020).

Veja, se consideramos o conceito brasileiro (Brasil, 2026) de SbN, preciso lembrar que só o alcançamos - enquanto instituição, com as desigualdades próprias dessa estrutura (Werneck *et al.*, 2016) - pela inspiração, ou seria apropriação?, e pelo apagamento de modos de vida e saberes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caipiras, sertanejos e de outras comunidades tradicionais, que desenvolvem sistemas de gestão e convívio com a natureza, preocupando-se com a preservação e regeneração de ecossistemas, envolvendo sua organização social, cultural e econômica (Pombo; Jacobi, 2024).

O Catálogo Brasileiro de Soluções Baseadas na Natureza, organizado pelo Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis³, organiza as SbN nas categorias: Mobilidade; Energia; Saneamento - Resíduos Sólidos; Soluções Baseadas na Natureza; Ambiente Construído; e Saneamento - Água.

Exemplos elencados pelo Observatório envolvem: sistemas multifuncionais de bacias hidrográficas; restauração e proteção de nascentes em áreas urbanas e periurbanas; jardins filtrantes; drenagem sustentável; corredores ecológicos e verdes; alagados construídos; jardins de chuva; ecodutos, geoparques; cidade compacta - quarteirão fechado; projetos arquitetônicos para habitação de interesse social; Placemaking; ecovilas; academias ao ar livre, dentre outros.

Já no material compartilhado pela coordenação do *Translighthouses*, o Catálogo de Soluções Baseadas na Natureza, organizado pela Urbinati⁴, organiza as SbN nas categorias: Território; Tecnologia; Economia Social e Solidária; e Participação. Além disso, avaliam os níveis de impacto nas categorias: Natureza; Saúde; Participação; Bem Estar; Mobilidade e Economia.

São exemplos de SbN elencados pela Urbinat: paredes de cerâmica verde, azulejo/cerâmica para cultivo, jardins e hortalças móveis, ciclofaixas e faixas exclusivas para pedestres, floresta urbana autóctone, telhados verdes, restauração de cursos hídricos, oásis de cultivo (groasis), criação e adoção de

² A infraestrutura verde se refere aos elementos naturais terrestres; a infraestrutura azul, aos sistemas hídricos. Voltadas principalmente ao contexto urbano, elas são geralmente combinadas, visando atender às questões ambientais presentes na cidade, a partir de um olhar voltado à sustentabilidade urbana.

³ Disponível em: <https://oics.cgee.org.br/pt/solucoes-e-casos/solucoes?regiao=Sul&tema=5b8e9ab0f543305390d41e96>.

⁴ Disponível em: <https://urbinat.eu/nbs-catalogue/>.

colmeias, mapeamento cultural, oficinas comunitárias, projetos de ensino e aprendizagem em comunidade, como *Photovoice*, *LearnforLife* e SuperBarrio; feiras solidárias para crianças, moedas sociais, banco de tempo, rede de padarias, rede de produtores, dentre outros.

Encontramos entre as propostas e as implementações das SbN, nos contextos europeu e brasileiro, semelhanças. Entendemos, entretanto, que, em um processo de tradução – também de práticas – intercultural, há de haver tensionamentos. Essas possibilidades são abordadas na sequência.

2.2 SBN OU TECNOLOGIA SOCIAL?

Em 2023, quando entramos no projeto, foi também quando nos deparamos, pela primeira vez, com o conceito de SbN. Percebemos, dentro das incubadoras e junto aos empreendimentos de Economia Solidária (EES), que as tais SbN eram muito parecidas com a nossa tecnologia social:

Por certo que as comunidades criam os seus processos naturais de busca de soluções concretas para alguns assuntos como saneamento básico, escassez de água, energia elétrica, feiras solidárias de produção do artesanato regional, produção em agroecologia etc. Nesse contexto, é que se evidenciam os processos técnicos para a criação de soluções locais, aplicando saberes, conhecimento tácito e adaptações à realidade. São tais saberes fundamentais ao processo de produção da tecnologia social e que caminham em sintonia com os processos criativos e educativos, não é possível separar tais aspectos, pois nascem da interação social (Bueno, 2024, p. 64).

É também desde a identificação de problemas ou desafios que atingem as comunidades que se propõe as soluções, a partir de processos parecidos com aqueles conceituados na seção anterior. Damos, entretanto, outro nome. Talvez, uma característica da tecnologia social seja sua catalogação ou registro preferencialmente no âmbito comunitário, enquanto há uma institucionalização do mesmo quando se refere às SbN.

A identificação de uma possível correspondência conceitual entre SbN e tecnologia social perpassou todo o diálogo entre as incubadoras universitárias participantes da RIU-PR, os EES e o consórcio *Translighthouses* como um todo, viabilizando que localizássemos, na Economia Solidária paranaense, a elaboração e implementação de SbN.

Como aqueles referentes às SbN, diversas universidades brasileiras organizaram seus catálogos apresentando as tecnologias sociais elaboradas e implementadas, em seus contextos. O governo federal, em 2024, publicou a Coletânea de Experiências de Tecnologia Social na Amazônia⁵, organizada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Maririá.

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel/catalogo-de-experiencias-de-tecnologia-social-na-amazonia-2024.pdf/view>.

Exemplos elencados pela Coletânea envolvem: escola itinerante de agroecologia, unidade demonstrativa de produção de bioinsumo agrícolas, adaptação às ferramentas para diagnóstico participativo para a agricultura familiar, irrigação com potes de argila na agrofloresta, cultivo de ariá em pneus, meliponicultura cabocla como fonte de renda e alternativa ao extrativismo destrutivo de mel, ferramenta para colheita de cachos de frutos de palmeiras, grupos de artesanato, encontro de saberes, dentre outros.

Se nas publicações sobre as SbN são os indicadores elaborados a partir do contexto que guiam sua categorização e contínua avaliação, recebendo destaque as diretrizes e políticas da União Europeia e Comissão Europeia, como o *European Green Deal* (Acordo Verde Europeu), os diversos acordos multilaterais estabelecidos e os compromissos assumidos em eventos e conferências ambientais, dando atenção ainda ao Programa Ambiental das Nações Unidas, quando falamos de Tecnologia Social, ainda têm destaque os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU.

Em buscadores como Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a busca por resultados em português com a combinação “tecnologia social” e “soluções baseadas na natureza” não apresenta resultados que discutam possível aproximação conceitual ou diferença entre essas noções. O mesmo ocorre com a busca por resultados em inglês com a combinação “*social technology*” e “*nature-based solutions*”.

O que essas percepções: a) de conceitos diferentes sendo adotados; e de b) referenciais legais e orientadores diferentes sendo adotados, nos indicam que há, ainda, certa distância entre as áreas relacionadas à EcoSol, principalmente as Ciências Humanas e as Ciências Sociais, da discussão corrente no contexto europeu. A busca pela origem das produções sobre SbN nos programas de pós-graduação no Brasil demonstra que sua grande maioria parte das Ciências da Natureza, do Desenvolvimento e do Meio Ambiente, notadamente em programas relacionados às engenharias e gestão⁶.

Por isso, nos parece que as descobertas – tanto no processo de pesquisa, como aquelas organizadas nos resultados – da produção de um relatório pela RIU-PR, para o *TRANS-lighthouses* são relevantes. Elas são abordadas na sequência.

3 CAMINHADA: NOSSOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO E PESQUISA

Como participantes do *TRANS-lighthouses*, instituições e pessoas não europeias foram convidadas a contribuir para o projeto, de diferentes formas, com possível financiamento. A RIU-PR, então, reuniu-se para pensar quais seriam as demandas, tanto das incubadoras como dos EES que poderíamos endereçar nessa oportunidade.

⁶ Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22solu%C3%A7%C3%B5es+baseadas+na+natureza%22&type=AllFields&limit=20>.

Naquele momento, em 2025, a RIU-PR contava com a participação de 7 incubadoras: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP-UFPR), TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL-UTFPR), em Curitiba; Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESOL-UEPG), Incubadora Educacional de Tecnologia Social e Ciências da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (IETEC-UTFPR), em Ponta Grossa; Incubadora Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava; Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais Sustentados da Universidade Estadual de Londrina (INTES-UEL); e Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Responderam à pesquisa: ITCP-UFPR; TECSOL-UTFPR; IESOL-UEPG; Incubadora Social-UNICENTRO; e Incubadora Unitrabalho-UEM.

Em reuniões, propusemos iniciativas que visavam a implementação de SbN, ou tecnologias sociais?, em si, como a instalação de uma estufa coletiva, em um dos assentamentos com quem atuamos; ou o desenvolvimento de uma barraca para feirantes feita de bambu. Percebemos que tanto o valor disponível era insuficiente, como a forma da construção da proposta, dado o tempo viável, se avançasse para uma atividade envolvendo EES, não atendia ao nosso princípio da autogestão, da participação e não se dava de uma maneira horizontal. Nas reuniões da RIU-PR, não estávamos com os EES ou representantes das comunidades que pudessem igualmente contribuir na construção dessa proposta.

Justamente por isso, optamos por desenvolver um levantamento que nos proporcionasse uma visão mais ampla sobre como a recepção e o trabalho com SbN se dava nas incubadoras, em diferentes níveis, quais nossos reais interesses nisso, com quais disputas políticas e epistemológicas nos depararíamos e o quais portas poderiam ser abertas para o futuro. Escrevemos o relatório mirando inquietações que alcançam tanto a RIU-Paraná, como o *TRANS-lighthouses*, a partir da intersecção entre as SbN e as incubadoras da Economia Solidária paranaenses.

3.1 SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA NAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARANAENSES

O título desta seção é o mesmo do material produzido e apresentado ao *TRANS-lighthouses*. O problema central da nossa investigação era a pergunta: Como as incubadoras da Economia Solidária da RIU-PR incorporam SbN em suas práticas e qual o impacto dessas soluções em seus projetos.

Os dados foram coletados por meio de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação participante, registros fotográficos e análise documental. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 87227725.8.0000.0105. Número do Parecer: 7.547.354.

Respondemos ao questionamento, nós, pesquisadoras, e as pessoas participantes que, no momento da pesquisa, eram: representantes das incubadoras na RIU-PR; estudantes, com bolsa ou em voluntariado; pessoa responsável por um projeto já incubado ou em processo de incubação que apresentasse relação direta com as SbN.

Elencamos seis indicadores, que nos apresentaram os seguintes retratos da realidade das incubadoras e caminhos possíveis dali em diante:

- Projetos incubados relacionados às SbN: todas as incubadoras possuem projetos incubados relacionados às SbN. Entretanto, nota-se que o foco principal é geração de renda e autogestão.
- Ações de formação e capacitação relacionadas às SbN: As ações de formação e capacitação relacionadas às SbN estão presentes em todas as incubadoras, de forma efetiva.
- Ações de acompanhamento e regularidade de monitoramento dos projetos incubados relacionados às SbN: As ações de acompanhamento e regularidade de monitoramento dos projetos incubados relacionados às SbN ainda são frágeis e irregulares, sendo reconhecido por todos como ponto a ser melhorado. As incubadoras apresentam dificuldades em incorporar ações efetivas relacionadas às SbN. Apenas uma das incubadoras relatou acompanhamento, mas ainda pouco efetivo.
- Desafios enfrentados na implementação de ações e incubação de projetos relacionados às SbN: Há muitas dificuldades pela falta de estrutura, de recursos financeiros, de incentivo do Poder Executivo, das burocracias e da alta rotatividade de pessoal. Dificuldades financeiras também são relatadas por estudantes participantes da pesquisa.
- Pontos fortes na implementação de ações e incubação de projetos relacionados às SbN: Há grande potencial de impacto social e ambiental, com destaque para a formação comunitária e articulação de redes e parcerias em nível municipal e binacional.
- Autoavaliação das incubadoras sobre a implementação de ações e incubação de projetos relacionados às SbN: As incubadoras demonstram grande interesse, reconhecem os avanços, mas admitem fragilidades estruturais.

4 FIM DA TRILHA?

Quase finalizando nossa participação no *TRANS-lighthouses*, projeto com fim previsto para outubro de 2026, consideramos que essa caminhada junto ao CES, articulando extensão e internacionalização, não para por aqui. Antes de anunciar os próximos passos, parece-nos relevante compartilhar percepções que essa experiência nos trouxe quando falamos de SbN e EcoSol.

Na EcoSol, é por meio da associação entre SbN, Tecnologia Social, sustentabilidade, preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que tangenciamos, efetivamente, as SbN. Elaborar e

implementar SbN não é um critério central, nem constitui princípio da EcoSol, para incubadoras e EES. Isso nos demonstra a necessidade da elaboração de produções acadêmicas, como de Caitana, Ferreira e Campos (2020) e como este capítulo, que proponham essa discussão e aproximação conceitual.

Dada a característica da EcoSol e da própria RIU-PR de coletivizar os debates, entendemos que enquanto as propostas de SbN, tanto no campo teórico, como em sua elaboração e implementação, estiver presa à institucionalização, não teremos SbN que atendam às demandas sociais que existem e se multiplicam, frente aos desafios da contemporaneidade, em termos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Destacamos a crescente do conservadorismo, impulsionado pelo imperialismo nas mídias, e a emergência climática. É preciso levar aos EES, aos coletivos e aos movimentos populares organizados as SbN e ver se realmente faz sentido darmos novos nomes e fazermos propostas que as tenham como centrais para quem faz EcoSol conosco.

Finalmente, na busca por continuar caminhando, a IESol-UEPG passou a integrar novo consórcio de pesquisa internacional que discute o tema, o *Mudança baseada na comunidade: conhecimentos locais e tradicionais em SBN (Community-based change: local and traditional knowledge(s) in NBS)*. Algumas discussões sobre esse processo estão também neste livro, no capítulo *IESol no COMCHA: Extensão popular, preocupações e sensibilidades no trabalho com dados e pessoas em articulações entre Norte e Sul Global*. Esperamos que a leitura conjunta dos textos ofereça um panorama da atuação da extensão popular na internacionalização institucional e que trocas entre quem lê e nós, que escrevemos e atuamos nessas iniciativas, viabilizem a abertura de caminhos para a EcoSol.

4.1 RECONHECENDO QUEM CAMINHOU COM A GENTE: AGRADECEMOS

Agradecemos ao Projeto TRANS-*lighthouses*, que financiou esta pesquisa. Agradecemos às pessoas participantes da pesquisa, especialmente àquelas que participaram da RIU-PR entre os anos de 2023 e 2026 e que contribuíram para a participação no projeto, elaboração de documentos e construção das reflexões sobre SbN na EcoSol, no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária**: economia popular e solidária como política pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária; Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Soluções baseadas na natureza**: construindo cidades mais resilientes, verdes e inclusivas. Brasília: MMAMC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/meio-ambiente-urbano-recursos-hidricos-qualidade-ambiental/cidades-verdes-resilientes/SBN>. Acesso em: 4 maio 2026.

CAITANA, Beatriz; FERREIRA, Isabel; CAMPOS, Paulo Fonseca. Co-criação de soluções baseadas na natureza envolvendo comunidades e oportunidades de diálogo Europa-Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 25, n. 50, p. 189-216, jan./jun. 2020.

KOYAMA, Erika Kimie. Coletivo Kokir: aproximações entre artesanato e arte indígena contemporânea. In: **Encontro de História da Arte**, 15., 2021, virtual. Atas do XV Encontro de História da Arte. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2021. n. 15.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira et al. A contribuição da economia social e solidária para a autonomia das populações indígenas situadas numa área de reserva de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Outra Economia**, v. 15, n. 27, p. 84-102, 2022.

POMBO, Ticiane M. Reis; JACOBI, Pedro Roberto. SBN – soluções baseadas em qual natureza? **Diálogos Socioambientais**, v. 7, n. 19, 2024.

WERNECK, Jurema et al. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés; ONU Mulheres, 2016.

CAPÍTULO 7

IESOL NO COMCHA: EXTENSÃO POPULAR, PREOCUPAÇÕES E SENSIBILIDADES NO TRABALHO COM DADOS E PESSOAS EM ARTICULAÇÕES ENTRE NORTE E SUL GLOBAL

IESOL AT COMCHA: GRASSROOTS OUTREACH, CONCERNS, AND SENSITIVITIES IN WORKING WITH DATA AND PEOPLE WITHIN GLOBAL NORTH-SOUTH COLLABORATIONS

 <https://doi.org/10.63330/livroautor862026-007>

Clara do Prado Patricio

Mestra em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4743177142825344>

Adriano da Costa Valadão

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: adrianocv01@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4547347748623455>

Genecilda Lourenço Gotardo

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Produtora agroecológica no Assentamento da Reforma Agrária Popular Emiliano Zapata (incubado pela IESol).

Manuela Salau Brasil

Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8748123256810854>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: reidymoura@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2025, a Incubadora de Economia Solidária (IESol-UEPG) passou a integrar o consórcio transnacional de pesquisa *Mudança baseada na comunidade: conhecimentos locais e tradicionais em SBN* (*Community-based change: local and traditional knowledge(s) in NBS – COMCHA*).

Essa experiência representa a continuidade da relação entre IESol, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e os projetos com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), abordada também no capítulo *Soluções Baseadas na Natureza e Economia Solidária: a experiência da RIU-PR no Translighthouses*.

De um para o outro projeto, nosso enquadramento mudou, de observadores à parceiros associados, no *Translighthouses* à participantes, no COMCHA; e as outras instituições participantes se aproximaram

geograficamente, temos mais representantes do Sul Global, notadamente brasileiras: somos 5 universidades daqui.

Este texto propõe uma reflexão baseada nessa experiência de participação, considerando a arquitetura do projeto, e estabelece como questão orientadora: “Quais preocupações e sensibilidades éticas no trabalho com dados e pessoas podem contribuir para o trabalho da IESol e outras pessoas e instituições parceiras no COMCHA?”.

Parte-se da articulação da experiência extensionista, com análise documental e reflexão crítica sobre desafios éticos na pesquisa e trabalho com comunidades indígenas, organizações indígenas e indigenistas, ocupações urbanas, favelas, comunidades, acampamentos e assentamentos rurais, coletivos e redes de trabalho e agroecologia, em um contexto de pesquisa de articulação Norte Sul Global.

Destacamos ainda o uso da pesquisa-ação participativa, pois nós, que escrevemos este capítulo, também atuamos diretamente no projeto e coordenamos e/ou apoiamos a elaboração de diversos documentos. Dessa forma, partimos desde uma abordagem qualitativa, buscando dialogar com referenciais teóricos da extensão universitária e popular, da decolonialidade e compartilhar resultados já alcançados, como nossa contribuição para cuidados éticos na pesquisa em contextos rurais.

Nosso trajeto parte do estabelecimento de uma proposta de perspectiva extensionista para o COMCHA, seção que discute as relações entre Norte e Sul Global e, mesmo, as outras redes de relação dentro disso, e apresentamos a arquitetura do COMCHA, explicando seu funcionamento e a divisão de enfoques e atribuições.

Na sequência, é com o foco no trabalho com dados e pessoas que abrimos a seção que discute os documentos europeus e brasileiros que orientam legal e institucionalmente essa prática e o documento que elaboramos para o Plano e Diretrizes de Ética, Gênero e Gestão de Dados do COMCHA.

2 UMA PERSPECTIVA EXTENSIONISTA PARA O COMCHA

A extensão universitária no Brasil se constitui como um dos pilares da educação superior brasileira, ao lado do ensino e pesquisa. Ela pode ser compreendida como um processo educativo, cultural, científico e político, que aproxima o conhecimento acadêmico de demandas sociais concretas. Teoricamente, inspira-se nas contribuições de Paulo Freire (1967; 1969), que aponta que a extensão rompe com a lógica tradicional de transmissão unilateral do conhecimento, valorizando o diálogo e a participação da população e a construção coletiva de saberes.

Hoje, compreendemos que no contexto político, social, econômico e cultural brasileiro e latino-americano - territórios onde estamos ou dos quais nos aproximamos, mas, por que não, do Sul Global, como temos percebido nas trocas com outros desses países em projetos como o *Translighthouses* - a extensão

universitária, ao propor a relação entre universidade e sociedade, pode se articular aos processos de reivindicação e luta tocados pelos movimentos populares.

Toda a extensão entra nesse campo de disputas? Seria inocente dizer que não, já que, talvez, ao não se opor à desigualdades e opressões das mais diversas naturezas, qual seja a prática universitária, ela estaria contribuindo com elas. Mas, ao modelo

[...] que retoma e articula elementos da tradição pedagógica do movimento da educação popular latino americana (em sua vertente freireana) e da pesquisa-ação participativa (em sua tradição falsbordiana). Aquí existe uma preocupação explícita pela contextualização da extensão e sua diferenciação de outro tipo de atividades universitárias no meio. Essa tendência extensionista vem tendo, nos últimos anos, diversas expressões, segundo diferentes contextos universitários (Tommasino; Cano, 2016, p. 12)¹.

Damos o nome de extensão popular. Patricio (2023) soma à definição a importância de se pensar, no fazer extensionista, a hierarquização de saberes, as marcas de classe, étnico-raciais, as questões e dissidência de gênero e sexualidade, dentre outras. É por isso, justamente, que, se olhamos para nossas preocupações e sensibilidades no trabalho com dados e pessoas em articulações entre Norte e Sul Global, é desde essa perspectiva.

2.1 NOSSO ENCONTRO ENTRE NORTE E SUL GLOBAL: O COMCHA

Em abril de 2025, teve início o projeto COMCHA, que, ao longo de 36 meses, espera estudar como saberes e práticas comunitárias podem constituir uma forma de soluções baseadas na natureza (SBN) não convencionais, a partir, dentre outras abordagens, de estudos de caso. Esse objetivo tangencia questões como processos de regeneração, engajamento comunitário, co-governança, co-criação, redistribuição de recursos naturais e soluções baseadas na comunidade (CES, 2025).

Algumas hipóteses foram levantadas para a elaboração e orientam a construção continuada da proposta:

1. Os conhecimentos tradicionais e locais podem desempenhar um papel fundamental nos processos comunitários de mudança associados com sistemas alimentares regenerativos, regeneração urbana inclusiva e adaptação aos desafios ambientais;
2. As teorias de mudança transformativas podem beneficiar a renovação teórica e metodológica, por meio de um processo de tradução intercultural, com aprendizados mútuos entre países europeus e *overseas*², particularmente no que diz respeito à pressão dos fatores antropogênicos responsáveis pela perda de biodiversidade;

¹ Texto original: “[...] que retoma y articula elementos de la tradición pedagógica del movimiento de la educación popular latinoamericana (en su vertiente freiriana) y de la investigación-acción-participación (en su tradición falsbordiana). Aquí existe una preocupación explícita por la conceptualización de la extensión y su diferenciación de otro tipo de actividades universitarias en el medio. Esta tendencia extensionista ha tenido, en los últimos años, diversas expresiones según diferentes contextos universitarios” (Tommasino; Cano, 2016, p. 12).

² Nota nossa: “Overseas” poderia ser traduzido como “estrangeiro”, “além-mar”, entretanto, acreditamos que essa nomenclatura reforça o olhar eurocentrado que atribui ao que não é europeu, o lugar subjetivo do Outro. Só somos porque estamos em oposição,

3. As práticas indígenas e outras práticas tradicionais não só trazem novas perspectivas ao conceito de mudança transformativa, como também promovem um novo olhar sobre um conjunto de tecnologias de produção de base popular alinhado à biodiversidade (CES, 2025).

Os pontos previstos e as instituições parceiras³ nos dão pistas de uma série de desdobramentos relacionais com os quais nos deparamos e iremos continuar negociando: a) uma expectativa desde a proponente com conhecimentos e práticas tradicionais que venham da(s) comunidade(s); b) o estabelecimento de uma função de mediação que nos caberia, no trabalho com os “estudos de caso”; c) nosso diálogo e troca com a(s) comunidade(s), formando uma rede que envolve relações de diferentes naturezas: de pesquisa, de afeto e, sem dúvida, de poder.

Essa organização nos remete à questão proposta por Catherine Walsh (2007, p. 104): “Podem as ciências sociais hegemônicas serem preconcebidas e reconstruídas desde a perspectiva da pluriversidade epistemológica e da criação de vínculos dialógicos dentro dessa pluriversidade?”⁴. A autora, assim como nós, relembra constantemente o papel da experiência, do território, da natureza e das lutas vividas para-na formação de tais conhecimentos e práticas tradicionais.

Isso está nas experiências dos povos originários, na comunidade Tekoa Takuaty, “Nós Guarani aprendemos observando e ouvindo nossos anciãos: assim que é nosso processo de educação e aprendizagem” (UFSC, 2018a, p. 125), e mesmo os processos de continuidade e transformação dos saberes - marcadamente no que diz respeito às diferenças geracionais - surgem:

Sempre busquei saber os traços da nossa cultura Kaingang, que fazem parte da nossa identidade, pois precisamos nos preocupar com a importância de ensinar às novas gerações os conhecimentos do passado para que eles possam, junto com o conhecimento novo que vão aprendendo na vida, ir também ensinando sobre como era a vida do índio Kaingang e os conhecimentos ancestrais deixados pelos nossos velhos, muitos dos quais já partiram para outra vida. Com muita resistência e trabalho, conseguimos sobreviver a todas as tentativas de extermínio, massacre, doenças e opressões e à perda quase total da nossa identidade (UFSC, 2018b, p. 110).

Essa contribuição de Valmor Venhrá, que já foi cacique na Terra Indígena de Palmas e que, como liderança indígena, circulou por diversos territórios em disputa, acrescenta mais um elemento à rede de relações na qual estamos: os movimentos que se dão dentro das comunidades.

nesse caso, geográfica, do continente europeu. Indicar a quais países, continentes – no mesmo campo semântico de “países europeus” – faz referência poderia, ao menos linguisticamente, promover uma relação de equidade entre participantes de tal “tradução intercultural”.

³ Desde o Norte Global: Universidade da Islândia, Universidade de Extremadura, Universidade de Açores – Grupo de Biodiversidade Açoriana, CE3C – Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (GBA/Ua), Sintrópico; Universidade de Florença e Universidade de Szeged. Desde o Sul Global: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Instituto Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Texto original: “¿Pueden las ciencias sociales hegemónicas ser reconcebidas y reconstruidas desde la perspectiva de la pluriversalidad epistemológica y la creación de vínculos dialógicos dentro de esta pluri-versalidad?” (Walsh, 2007, p. 104).

2.2 NOSSO TRABALHO: A ARQUITETURA DO COMCHA⁵

Considerada essas relações estruturais Norte-Sul(Universidade), Norte-Sul (Comunidade), Sul(Universidade)-Sul(Comunidade) e ainda as particularidades das organizações que se dão internamente nesses contextos, nos deparamos com a arquitetura do projeto.

Na proposta apresentada ao Biodiversa+, são elencadas como ideias-chave para a arquitetura do COMCHA: a) dimensões da proposta de pesquisa; b) nós de pesquisa: contextos empíricos e os casos a serem explorados⁶; c) pacotes de trabalho e tarefas.

2.3 DIMENSÕES DA PROPOSTA DE PESQUISA

Visualização: essa dimensão se relaciona à humanização das questões das Ciências Humanas, na discussão sobre SBN. O ponto destaca o diálogo transcultural e intergeracional entre a Europa e os países *overseas* para pensar e transformar processos de regeneração de biodiversidades. Para isso, propõe o destaque aos sistemas de governança baseados na comunidade, e o uso de abordagens de mapeamento de conhecimento local e percepção espacial nos coletivos.

Compreensão: essa dimensão se relaciona aos fatores críticos que fazem com que as práticas regenerativas baseadas na comunidade sejam fortalecidas em territórios e comunidades participantes. Propõe-se as abordagens sociomaterial e da pesquisa-ação participativa para identificar pessoas e instituições relevantes para as mudanças.

Tradução: essa dimensão se relaciona às formas de tradução intercultural do projeto, preocupando-se com os reflexos comunitários e com a construção de uma apresentação compreensível e baseada em evidências das possibilidades de mudanças baseadas na comunidade, visando a elaboração e implementação de políticas voltadas às SBN.

Amplificação: essa dimensão se relaciona ao envolvimento das pessoas das comunidades participantes na pesquisa-ação participativa; à constituição de um conjunto de práticas comuns no interior do projeto; e à comunicação e divulgação das atividades para engajar os processos desenvolvidos.

2.4 NÓS DE PESQUISA

Sistemas Alimentares: relaciona-se às questões de segurança e soberania alimentar e transição ecológica. É fundamental, nos processos de pesquisa, pensar e olhar para a agroecologia, as formas de produção indígenas, as práticas de reciprocidade e redistribuição e o tempo da natureza.

⁵ Todas as informações dessa seção foram retiradas do projeto apresentado e aprovado pelo Edital Transnacional do Programa Biodiversa+ 2023.

⁶ Como indicamos nota de rodapé 7, parece-nos linguisticamente inadequado o uso do verbo “explorar” em nosso contexto de pesquisa. Trata-se de contextos empíricos e casos com os quais trabalhamos/ atuamos.

A IESol, junto aos assentamentos Emiliano Zapata (Ponta Grossa-PR) e Maria Rosa do Contestado (Castro-PR), integra o nó de pesquisa Sistemas Alimentares.

Urbanismo alternativo: relaciona-se à justiça espacial e econômica e sua relação com a produção de paisagens no espaço público. É fundamental, nos processos de pesquisa, pensar e olhar para as ocupações e favelas.

Tecnologias de Produção: relaciona-se às tecnologias baseadas na comunidade para a transição justa. É fundamental, nos processos de pesquisa, pensar e olhar para as tecnologias de produção desenvolvidas por povos indígenas e comunidades periféricas, e o encontro entre o conhecimento acadêmico sistematizado e o conhecimento popular empírico.

2.5 PACOTES DE TRABALHO E TAREFAS

São 5 Pacotes de Trabalho que têm, em seu interior, tarefas que buscam a sua realização. Elas estão distribuídas sob a coordenação e colaboração das diferentes instituições participantes.

Pacote de Trabalho 1 - Gestão do Consórcio do Projeto: tem como foco a gestão do projeto.

Pacote de Trabalho 2 - (Re)Conhecimento da Pluralidade de Práticas e Contextos: tem como foco a co-produção do quadro teórico e de análise, e o desenvolvimento das ferramentas e implementação da pesquisa-ação participativa.

Pacote de Trabalho 3 - Co-Produção Transdisciplinar: tem como foco dar ênfase a diferentes perspectivas epistemológicas que podem impulsionar as SBN baseadas na comunidade nos territórios que estamos e que participam do projeto.

Pacote de Trabalho 4 - Tradução Intercultural e Conhecimento Mútuo: tem como foco viabilizar as condições e o cenário para o aprendizado mútuo entre as SBN não convencionais fora da Europa e as SBN convencionais dos projetos financiados pela União Europeia.

Pacote de Trabalho 5 - Co-Amplificação de Conhecimentos e Práticas: tem como foco desdobrar e disseminar as lições aprendidas nos diferentes contextos. Trata-se do pacote responsável pela comunicação do projeto, em termos gerais, de divulgação científica; assim como pela comunicação baseada na comunidade, de modo particular, nos diálogos Norte-Sul(Comunidade) e Sul(Universidade)-Sul(Comunidade); e também pela publicização voltada à elaboração e implementação de SBN.

A IESol coordena a primeira tarefa desse Pacote de Trabalho, que envolve a potencialização dos impactos da governança local, com o objetivo de oferecer informações baseadas em evidências para a elaboração de políticas, articulando-as à autogestão comunitária, às iniciativas para a transição ecológica nos territórios e às perspectivas de-para justiça ambiental.

3 VOLTAR O OLHAR ÀS PESSOAS E AOS DADOS NO COMCHA

No COMCHA, representamos a IESol, programa de extensão da UEPG, instituído em 2005, que atua no fortalecimento da economia solidária na região de Ponta Grossa, no Paraná. A IESol atua na promoção da autogestão, solidariedade, cooperação, sustentabilidade e valorização dos saberes locais, com grupos de economia solidária.

Em seus mais de 20 anos, a IESol trabalhou junto a associações, cooperativas, grupos informais, produções orientadas pelos princípios agroecológicos, entre outros. O trabalho da incubadora visa promover, nos processos de incubação, ações de formação, assessoria, fortalecimento da autogestão e incentivo à organização coletiva, contribuindo para a consolidação da economia solidária.

A IESol reafirma a relevância da universidade pública na promoção de iniciativas voltadas à inclusão social, ao fortalecimento da classe trabalhadora e à construção de relações mais humanas e solidárias.

Foi esse histórico que motivou o convite à participação para a construção de uma proposta para o Edital Transnacional do Programa Biodiversa+ 2023. Esse edital é apoiado pela União Europeia, com dezenas de parcerias pelo mundo, através de suas fundações e órgãos de apoio a pesquisa. No Brasil é co-financiada pela Confap - Conselho Nacional de Fundações Estaduais e Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq.

Especificamente, o Edital Transnacional do Programa Biodiversa+ 2023, previa o trabalho relacionado às SBN, trazendo como temas bem-estar humano e mudança transformadora. Coletivamente, elaboramos a proposta do COMCHA.

As SBN são promovidas por organismos internacionais, sendo discutidas e aprovadas na Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente como ações voltadas à proteção, conservação, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas naturais ou modificados, capazes de enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais de maneira integrada.

Sua definição consta na Resolução 5/5 das Nações Unidas para o Meio Ambiente, as SBN:

[...] são ações para proteger, conservar, restaurar, utilizar de forma sustentável e gerir ecossistemas terrestres, hídricos de água doce, litorâneos ou marinhos, que miram nos desafios sociais, econômicos e ambientais de forma eficaz e adaptativa, ao mesmo tempo que proporcionam bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para biodiversidade (UNEP, 2022, p. 2)⁷.

⁷ Texto original: “[...] nature-based solutions are actions to protect, conserve, restore, sustainably use and manage natural or modified terrestrial, freshwater, coastal and marine ecosystems which address social, economic and environmental challenges effectively and adaptively, while simultaneously providing human well-being, ecosystem services, resilience and biodiversity benefits” (UNEP, 2022, p. 2).

Por outro lado, há posicionamentos como o de Caitana *et al.* (2023), que apontam que muitas iniciativas vinculadas às SBN entram em um processo de mercantilização da natureza, subordinando-as aos interesses de grandes corporações, principalmente ao do lucro.

A partir de aportes da filosofia do Bem Viver e da Economia Solidária, Caitana *et al.* (2023) defendem que o conceito de SBN deve ter uma relação mais próxima com a comunidade, estabelecendo relações baseadas na reciprocidade, autogestão e defesa dos povos tradicionais, contribuindo para a justiça socioambiental.

No COMCHA, ao estudar como saberes e práticas comunitárias podem constituir uma forma de SBN não convencionais, a partir, dentre outras abordagens, de estudos de caso, combinamos nossas experiências anteriores com essa concepção para, a partir da legislação e diretrizes postas, apresentar nossa contribuição.

3.1 NOSSO PONTO DE PARTIDA: OS DOCUMENTOS OFICINAIS

A Tarefa 1.3 trata de questões éticas e do plano de gestão de dados do projeto. No seu desenrolar, foram discutidos os documentos europeus: O Regulamento Geral de Proteção de Dados, da União Europeia; Os Impactos dos Planos para a Equidade de Gênero nas Áreas de Pesquisa Europeia, Os Parâmetros para Integração e Avaliação de Análises Inclusivas de Gênero em Conteúdos de Pesquisa e Inovação, a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões: um guia ao direito das mulheres, o Inovações de Gênero 2: como análises inclusivas contribuem para pesquisa e inovação - revisão de políticas, e o Guia do Horizon Europe para Planos de Equidade de Gênero, da Comissão Europeia; o Guia de Gestão de dados, do Biodiversa+.

Também recorremos aos documentos brasileiros: a Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei n. 13.709; a Lei n. 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos, a Carta Aberta Sobre a Regulamentação da Lei n. 14.874/2024: pelo respeito à pluralidade na produção científica brasileira, e as Diretrizes para a Ética na Pesquisa e a Integridade Científica, ambos do Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.

Essas discussões foram realizadas ao longo do segundo semestre, em oficinas síncronas, com participação de todos os nós e, posteriormente, com o apoio de formulários, os diferentes grupos de pesquisa que trabalham junto a estudos de caso, apresentaram a perspectiva de suas práticas de pesquisa, principalmente no que diz respeito à coleta e análise de dados. Com isso, a coordenação dessa tarefa pode direcionar a elaboração de nossas diretrizes.

Considerando que cinco das universidades participantes são brasileiras, apontamos a aproximação do Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu com a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira⁸. Entretanto, apesar das equivalências, consideramos, enquanto coletivo do Sul Global, que há especificidades próprias de nosso contexto, mais especificamente no caso do Brasil, que não são facilmente percebidas por documentos e pessoas que pesquisam desde o Norte Global, dado o contexto político, social, econômico e cultural em que nossas realidades estão inseridas.

Assim, considerando os casos que integram o COMCHA, como comunidades indígenas, organizações indígenas e indigenistas, ocupações urbanas, favelas, comunidades, acampamentos e assentamentos rurais, coletivos e redes de trabalho e agroecologia, a coordenação do projeto, junto às pessoas responsáveis pela Tarefa 1.3, e pelas pesquisas em campo, julgamos necessária a elaboração de diretrizes e indicativos para essa tarefa.

Propôs-se a elaboração de um documento objetivo e com linguagem simples, com a finalidade de facilitar sua circulação e compreensão. Dada a atuação de longa data da IESol com assentamentos rurais, ficamos responsáveis pela parte **Cuidados éticos na pesquisa em contextos rurais**, que integra o Plano e Diretrizes de Ética, Gênero e Gestão de Dados do projeto.

3.2 NOSSA CONTRIBUIÇÃO: CUIDADOS ÉTICOS NA PESQUISA EM CONTEXTOS RURAIS PARA O COMCHA

Cuidados éticos na pesquisa em contextos rurais (principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras)

Elaborado por Adriano da Costa Valadão, Clara do Prado Patrício, Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura, finalizado em 2 de dezembro de 2025.

A pesquisa social em contextos rurais, principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras, deve ser cercada de cuidados éticos e, no caso de pesquisas realizadas no Brasil, deve ser observada a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil (Brasil, 2016), que versa sobre ética em pesquisa com seres humanos nas ciências humanas e sociais.

Considerando as **condições estruturais e históricas** que permeiam os contextos rurais, principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras, **destaca-se a** atenção necessária: à autonomia, à identidade,

⁸ Posteriormente, em 27 de Janeiro de 2026, a Comissão Europeia reconheceu que o Estado Brasileiro possui um nível adequado de proteção de dados e Brasil, através da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) também estabeleceu que o padrão de proteção de dados entre a União Europeia é equivalente a Lei Geral de Proteção de dados. (Vilela, 2026).

aos modos de vida, à diversidade cultural, à diversidade étnico-racial, às questões de gênero e sexualidade, aos saberes locais e à concepção e organização de cada grupo.

No que diz respeito **ao planejamento, elaboração e divulgação de pesquisas** em contextos rurais, principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras, considera-se relevante: co-construir o conhecimento entre a comunidade e as pessoas envolvidas na pesquisa, dando atenção às abordagens qualitativas e viabilizando o reconhecimento da participação das pessoas, seja por meio de indicação, co-autoria ou outras estratégias de visibilidade; adotar métodos e técnicas que não se apropriem de conhecimentos locais ou do trabalho da comunidade, sem benefício direto da mesma; estabelecer parcerias horizontais, nas quais as instituições (universidades, organizações sociais e órgãos públicos, por exemplo) atuem como apoiadores, afastando-se de práticas de tutoria, tutela ou paternalismo; utilizar linguagem acessível e realizar a devolutiva dos resultados da pesquisa e promover a justa distribuição de recursos e oportunidades, atentando-se às questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, idade e outras.

Em relação aos **procedimentos de transparência, informação e validade** para a realização das pesquisas sociais, é necessário: informar às pessoas participantes sobre a realização da pesquisa, apresentá-la e recolher suas assinaturas em termo de consentimento livre e esclarecido; cuidar do direito à imagem, observando e respeitando a legislação, obtendo as autorizações pertinentes, especialmente no contato e registro direto de crianças e adolescentes; e em relação às comunidades e territórios indígenas e quilombolas, há dispositivos constitucionais e acordos internacionais, como a Convenção OIT 169, que reconhecem os direitos dos povos originários sobre suas comunidades e territórios (Wunder e Silva, 2019).

São também **considerações relevantes** sobre os cuidados éticos em contextos rurais, principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras: a importância do diálogo entre as instituições (universidades, organizações sociais e órgãos públicos, por exemplo) e os movimentos sociais, movimentos indígenas, organizações comunitárias, entre outros, e o respeito às suas lógicas e instâncias de organização; a atenção durante a realização da pesquisa, para que não se amplie eventuais diferenças e conflitos internos, bem como não sejam geradas expectativas inviáveis; e a articulação com a educação e formação crítica no campo, voltada para os direitos sociais, para as questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, idade e outras.

4 CONCLUSÃO

Parte da pergunta que nos propomos a responder: “Quais preocupações e sensibilidades éticas no trabalho com dados e pessoas?” nos acompanha em nossas vidas e pesquisas, dentro e fora da IESol. Primeiro, porque estamos, nós, em intersecções que nos marcam, sejam questões de gênero, de raça, de

classe, de origem, de trabalho, dentre outras, e que nos localizam nas relações de sociabilidade e poder. É importante olhar para isso.

Depois, porque o trabalho extensionista, como discutimos na primeira seção, nos forma para um olhar preocupado e sensível nas conversas e ações entre universidade e comunidade, repensando a organização e a hierarquização de saberes, e a valorização e respeito às pessoas com quem atuamos.

Ao trazer completa a questão: : “Quais preocupações e sensibilidades éticas no trabalho com dados e pessoas podem contribuir para o trabalho da IESol e outras pessoas e instituições parceiras no COMCHA?”, foi preciso nos localizar no encontro entre Norte e Sul Global, promovido pelo COMCHA.

Notamos que, tanto internamente, como nesse novo projeto que integramos, precisamos prestar atenção nas relações de poder e nas estruturas de privilégios e opressões que perpassam nossas pesquisas. Foi justamente através desse olhar que pudemos elaborar o documento Cuidados éticos na pesquisa em contextos rurais (principalmente em comunidades vulneráveis, áreas de conflitos sociais e fundiários, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras) e contribuir para o Plano e Diretrizes de Ética, Gênero e Gestão de Dados do COMCHA.

Nos parece que há um gradiente entre relações Norte e Sul Global, universidade, extensão, comunidade e pesquisa que, ainda que discutido ao longo deste capítulo, precisa continuamente nos orientar para que não sigamos no sentido da reprodução das estruturas de privilégios e opressões, mas, pelo contrário, possamos usar do trabalho com dados e pessoas para alcançar justiça socioambiental, a inclusão social e fortalecer os movimentos populares.

Do documento apresentado, elencamos a relevância: dos processos de formação e fortalecimento dos povos e territórios; da co-criação de conhecimento; dos procedimentos de pesquisa adequados aos documentos oficiais e às diretrizes, preocupados com transparência, informação e validade; da escuta; do cuidado com as relações comunitárias pré-existentes e aquelas que engajamos; e da devolutiva e divulgação dos caminhos de pesquisa e seus eventuais resultados às pessoas que com ela e para eles contribuíram.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas e diretrizes para pesquisas em ciências humanas e sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 8 set. 2025.

CAITANA, Beatriz et al. Repensando las “soluciones basadas en la naturaleza” desde el pensamiento postdesarrollista latinoamericano: aportes del buen vivir y de la economía solidaria. **Revista de la Academia**, Santiago, n. 38, p. 1-39, 2023.

CES. **COMCHA: Community-based change**: local and traditional knowledges in NBS. University of Coimbra: Centre for Social Studies, 2025. Disponível em: <https://ces.uc.pt/en/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/comcha>. Acesso em: 24 abr. 2026.

Paulo Freire. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Paulo Freire. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

PATRICIO, Clara do Prado. **Reflexões e práticas estudantis na extensão em Letras na UEPG**: possibilidades para a curricularização. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

TOMMASINO, H.; CANO, A. Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias. **UDUAL**, n. 67, jan./mar. 2016.

UFSC. **Tape Mbaraete Anhetengua**: fortalecendo o caminho verdadeiro. Organização de Maria Dorothea Post Darella et al. Florianópolis: UFSC; SED/SC; SECADI-MEC, 2018a.

UFSC. **Kófa ag Jykre**: aprendendo com os anciões. Organização de Maria Dorothea Post Darella et al. Florianópolis: UFSC; SED/SC; SECADI-MEC, 2018b.

UNEP; Organização das Nações Unidas. Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Nature-based solutions for supporting sustainable development**: resolution adopted by the United Nations Environment Assembly on 2 March 2022. Nairobi: UN, 7 mar. 2022. UNEP/EA.5/RES.5. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3999268>. Acesso em: 8 maio 2026.

VILELA, P. R. Brasil e União Europeia reconhecem equivalência em proteção de dados: acordo valida leis sobre uso de informações entre os territórios. **Agência Brasil**, Brasília, publicado em 27 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/brasil-e-uniao-europeia-reconhecem-equivalencia-em-protecao-de-dados>. Acesso em: 7 maio 2026.

WUNDER, A.; SILVA, A. L. F. Pesquisa em comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. In: **ANPED**. Ética e pesquisa em educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.

CAPÍTULO 8

A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

UNIVERSITY ENGAGEMENT WITH SOCIAL MOVEMENTS AS A STRATEGY TO ADDRESS CLIMATE EMERGENCIES

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-008>

Rafaela Ribas Bueno

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1255984534056885>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

1 INTRODUÇÃO

A crise climática não é um fenômeno isolado da dinâmica social, econômica e política das sociedades contemporâneas. Ela incide de maneira desigual sobre os diversos segmentos sociais, afetando com maior severidade as populações já historicamente vulnerabilizadas. Entre os principais fatores que a intensificam, destacam-se o modelo de produção agroindustrial baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, a queima de combustíveis fósseis, a degradação acelerada dos ecossistemas e a apropriação predatória dos bens comuns. Nesse contexto, o debate sobre a produção de alimentos, especialmente a partir da agroecologia e da agricultura familiar, torna-se central para a formulação de alternativas sustentáveis.

Diante desse cenário, as universidades públicas brasileiras têm uma responsabilidade ética, política e científica na promoção de estratégias de enfrentamento às emergências climáticas. Essa responsabilidade se concretiza por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o que reforça sua função social, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2010), ao destacar que a universidade deve romper com a lógica da neutralidade e se engajar nas lutas emancipatórias dos povos.

A atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) junto aos movimentos sociais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), exemplifica essa missão. A parceria entre universidades e o MST, em experiências como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, os

programas de extensão em agroecologia e as pesquisas participativas, constitui um elo fundamental na construção de alternativas produtivas e epistemológicas que confrontam o modelo de desenvolvimento hegemônico, intensificador das mudanças climáticas. Segundo Fernandes (2012), o MST tem promovido experiências concretas de transição agroecológica que articulam a soberania alimentar à justiça ambiental, sendo um sujeito político central na disputa pelo território e pela sustentabilidade.

Essa articulação universidade–movimentos sociais está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU para o período de 2015 a 2030. Em especial, o ODS 13, que propõe ações urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, e o ODS 2, que visa promover a segurança alimentar e a agricultura sustentável. As universidades, portanto, não podem se furtar de seu papel de agentes transformadores no enfrentamento das desigualdades e na promoção de modelos alternativos de desenvolvimento. A inserção crítica das universidades nas lutas sociais amplia a produção de conhecimentos comprometidos com a realidade brasileira e com a defesa de direitos. Como argumenta Iamamoto (2007), a universidade pública deve ser um espaço privilegiado de elaboração coletiva, ancorada nas demandas das classes trabalhadoras e voltada à transformação social. É por meio dessa perspectiva que o enfrentamento às emergências climáticas deixa de ser apenas uma pauta ambiental e passa a ser compreendido como uma questão social e política, exigindo uma abordagem intersetorial, territorializada e popular.

Um exemplo dessa articulação podemos visualizar com os trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que há mais de 20 anos possui trabalhos significativos com trabalhadores rurais, seja através de apoio com assessorias pontuais ou incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES).

Assim, este capítulo propõe refletir sobre a importância das Instituições de Ensino Superior no enfrentamento às emergências climáticas, a partir de sua atuação junto aos movimentos sociais de luta pela terra, considerando-os como parceiros fundamentais na construção de alternativas sustentáveis e justas para o país.

Aponta-se também que os resultados aqui apresentados foram construídos a partir de uma pesquisa de iniciação científica, desenvolvida no período de 2024-2025 na UEPG, pensando a relação da universidade com o movimento social de luta pela terra, sendo possível refletir e observar quais são as ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão.

2 METODOLOGIA

O presente capítulo é de natureza exploratória, sendo esse a prática de “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses

pesquisáveis para estudos posteriores.” de acordo com GIL (1999, p.27). Também sendo de cunho qualitativo que permite

[...] o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. GIL (1999 apud Oliveira, 2011, p.24)

Considerando que os objetivos da pesquisa desenvolvida relacionou-se também o debate teórico sobre as categorias Instituições de Ensino Superior (IES) – principalmente seu tripé ensino, pesquisa e extensão, Movimentos Sociais de Produção Agroecológica e Emergência Climática, foi preciso: 1) Apresentar exemplos práticos sobre a relação dos movimentos sociais de produção agroecológica e as universidades públicas e privadas de qualidade por todo o território nacional e analisar (em conjunto ao tripé formador); e 2) descrever e defender a relação entre as IES e os Movimentos Sociais de Produção Agroecológica como estratégia para combate à questão da Emergência Climática global.

Para alcançá-los, enquanto procedimentos da pesquisa de iniciação científica a qual estamos tratando e abordando, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. Sendo a primeira “[...] identificação de obras que interessam e que irão contribuir no desenvolvimento do estudo” explicitada por Losch, Rambo, Ferreira (2023, p.12). Já a segunda, se encontraria como “[...] tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias” Lakatos e Marconi (2001, p.193).

Assim, consultou-se os seguintes documentos: trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, relatórios de projetos de pesquisa e de extensão das universidades de Ponta Grossa e Região do entorno, assim como, encontrou-se tais documentos nas bases científicas SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal da Capes.

Enquanto universo da pesquisa tivemos as produções bibliográficas e documentais referentes aos movimentos sociais e sua relação com a emergência climática, e como amostra, em especial, produções referente a Ponta Grossa/PR e entorno.

Após todos os processos, os dados foram condensados os dados levantados que serão analisados a partir categorização teórica da pesquisa da análise de conteúdo, o qual define Bardin (1977, p.42):

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Diante disso, a escolha metodológica adotada mostra-se adequada à proposta da pesquisa, permitindo a sistematização e interpretação dos dados de maneira consistente, contribuindo para a produção de conhecimento acerca do tema investigado.

3 RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES, QUESTÃO CLIMÁTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E SUAS POTENCIALIDADES PARA ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS ATUAIS

Conhecidas como Universidades, as Instituições de Ensino Superior (IES) são “[...] uma das mais antigas instituições da sociedade ocidental”, de acordo com Guedes (2015, p.25), as quais dispunham de métodos para valorização do pensamento e reflexivo, ligadas em sua gestação intrinsecamente à formação cristã. A prática extensionista inicialmente vinculou-se na Inglaterra no século XIX como prática de assistencialismo e ajuda (Nogueira, 2001).

De acordo com FORPROEX (2007, p. 11):

No território nacional, a Extensão Universitária apresentou-se no Estatuto da Universidade Brasileira / Decreto-Lei no 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência.

Entretanto, a prática extensionista tornou-se obrigatória nas universidades na década de 60 pela Lei nº 5.540, onde as IES deveriam prestar ações voltadas e estendidas à comunidade. Ainda, com o período de reconstituição na década 1980 elencada aos movimentos sociais, criou-se “[...] em reunião na UnB, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (1987), que expressa o novo conceito no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão” (FORPROEX, 2007, p.11).

Ainda, apresentou-se o Art. 207 da CF/88 onde compreende-se as chamadas Universidades como aquelas que “[...] gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Assim, relaciona o tripé descrito, como fundamento para constituição de uma universidade de qualidade.

Aconteceu no ano de 2018 a proposta de Curricularização da Extensão, sendo oficializada no ano de 2021. Essa possui como proposta a demarcação de 10% da carga horária de qualquer curso voltada à práticas extensionistas que apresentem o contexto aprendizagem-comunidade, de acordo com a Resolução nº 07, Art. 04, apresentada pelo MEC em 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018).

Se faz necessário pautar a relação comunidade-universidade, o complexo universitário como órgão formador de pensamento e criticismo, apresenta suas raízes em assuntos teóricos fundamentados, mas

também na participação ativa nos movimentos sociais que buscam maiores direitos. Nestes momentos, encontra-se articulação para demandas apresentadas e necessidade de resolução por mediação estatal.

Ao passar dos séculos, a concentração da agroindústria, o desmatamento em grande escala, a queima de combustíveis fósseis e o ideário de não preocupação ambiental, levou o mundo ao chamado contexto da Emergência Climática. Seus resultados acompanham questões voltadas à saúde pública, elevação da temperatura dos oceanos, extinção de diversidade na fauna e flora global, entre outros.

Elencada ao contexto da tripla crise planetária, sendo essa a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas e a poluição (UNFCCC, 2022), é de se pautar, que as ações humanas são as principais causas para o cenário global do século XXI, ocasionando ameaças à saúde pública de populações gerais, além de próprias condições globais.

Uma de suas principais causas é a produção de alimentos em grande escala com o uso excessivo de condizentes e fertilizantes que agravam a situação climática. A utilização do uso de agrotóxicos se intensificou com a chamada Revolução Verde na década de 50 nos Estados Unidos, seu objetivo central era o crescimento da produção de alimentos para maior desenvolvimento do país.

No Brasil, a crise agrária se inicia em sua gestação da economia, sendo essa baseada na exportação de produtos primários, como cana-de-açúcar, pau-brasil, o café na Era Vargas (1930-1945) e o produto atual de grande exportação, a soja transgênica, sendo o Brasil atualmente, o segundo maior exportador do setor agrícola. Ainda, reforça-se:

[...] O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, a região Sul é responsável por, aproximadamente, 30% desse consumo. O Paraná se destaca no uso de agrotóxicos entre os estados brasileiros, com uso de 12 quilos por hectare/ano, diante de uma média brasileira de 4 quilos/hectare/ano. (Lopes, Albuquerque, 2018, p.519).

Mesmo que esta citação seja do ano de 2018, este fator ainda persiste, visto que a produção em massa da soja transgênica é extremamente dependente de fertilizantes. De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (2024) a safra dos anos de 2022 e 2023 bateu recorde de 154,6 milhões de toneladas e ainda, informa as áreas territoriais para melhor compreensão:

Para efeito de comparação, a área plantada com soja em grãos na safra 2022/2023, 440,7 Km², equivale praticamente à extensão territorial completa dos estados de São Paulo (248 mil Km²) e Paraná (199 mil Km²) somadas. Já o incremento da área no período, 301 mil Km², suplanta o estado do Rio Grande do Sul inteiro, que possui 282 mil Km² (Mapa, 2024).

Estes dados serão questionados e criticados posteriormente. Visto que torna-se questionável o fato de que o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, sendo que possui uma grande mazela cercada de desigualdades sociais, e principalmente, elencadas à fome. Ou seja, a questão agrária brasileira,

em seu cerne, sempre apresentou uma condição de submissão ao modo capitalista agropecuário, baseado no excesso de produção de alimentos, perpassando sua função social de reprodução e consumo, e tornando-se mercadoria capitalista para questão de produto, e não consumo (Silva, 1981).

Com essa condição de produtor mercantil, a alta concentração de exportação fomenta o uso abusivo de fertilizantes e agrotóxicos – os quais se apresentam como problema de saúde pública e global (Pignati *et al.*, 2017). Todavia, o território brasileiro possui sim um dos maiores produtores de alimentos agroecológicos, além de ser um dos mais influentes movimentos sociais relacionados à Reforma Agrária da América-Latina, sendo esse o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Baseado não na exploração da terra e do solo, mas sim na concentração de alimentos agroecológicos para produção e reprodução da vida social, respeitando o meio ambiente e os agricultores. Com o contexto histórico social brasileiro, demarcado pela mão de obra escravocrata e economia dependente que elencou à ditadura militar, a criação de um movimento social vinculado à procura da Reforma Agrária, assim, a formação do MST aconteceu no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o qual demarcou formalmente o nome dos que lutavam pelo uso digno da terra, intitulado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel/PR em 1984.

Cita-se que, no período da Reconstituição brasileira, a Carta Magna apresentou em seu Capítulo III a Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária dos Arts. 184 a 191, com o objetivo central de justiça social no campo, reiterando-se assim, a perspectiva de alcance da luta pelo estado governamental (Brasil, 1988).

Desta forma, compreende-se novamente que a questão agrária brasileira retoma-se a condições de divisões de terras desproporcionais, favorecendo produtores de grandes negócios – sendo esses o do agronegócio e eventualmente, causadores de maiores aberturas à condição climática, e desfavorecendo produtores agroecológicos. A relação desproporcional de posse de terras torna-se uma das dificuldades para resolução das questões climáticas, visto que cerca de todos os alimentos produzidos por grandes agroindústrias são exportadores, e o que se consome dentro do país, é agricultura familiar (Leite, Leite, 2022) – essa possuindo apenas uma pequena parcela de terras sob posse.

Para compreender as estratégias para resolução de emergências climáticas, debate-se também sobre segurança alimentar para a população. O Brasil em 2014 saiu do Mapa da Fome, visto a realização de políticas públicas eficazes, como o Bolsa Família e o Programa Fome Zero (MDS, 2014), e relembra-se o documento oficial do MDS (2010) sobre a formulação deste Programa: O Programa obteve forte apoio das organizações de agricultores familiares, como CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura e MST, e do CONSEA.

Ou seja, o movimento social aqui colocado como uma das propostas de estratégias para resolução das questões climáticas, foi um dos principais apoiadores do Programa que retirou o Brasil do Mapa da Fome nos anos 2010.

Entretanto, o país retornou ao Mapa da Fome no triênio 2018-2020, período o qual a agricultura familiar e as ações dos movimentos sociais de luta pela terra não estavam mais engajados nas políticas públicas de qualidade que baseiam-se na conservação ambiental, dando maior ênfase nas políticas para a agronegócio.

Agora, no segundo semestre do ano de 2025, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome (2025), apresenta a matéria: “Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes” (MDS, 2025), e afirma o que já se encontra presente neste artigo: “Essa vitória é fruto de políticas públicas eficazes [...] crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar (PRONAF)”. Ou seja, quem alimentou e tirou o Brasil do Mapa da Fome, foi a agricultura familiar.

É a agricultura familiar que alimenta a maioria da população interna no território brasileiro que apresenta potencialidades junto com políticas públicas de qualidade, a retirada do Brasil do mapa da fome. Lembra-se que a agricultura familiar são pequenos grupos com laços consanguíneos e relações sociais próprias, que podem ou não fazer parte do movimento social que luta por maior posse de terras e produção sustentável de alimentos agroecológicos.

Sendo um movimento social de grande alcance, a literatura com o arcabouço teórico marxista encontra em seu eixo “[...] uma cultura política responsável pela formação de sujeitos em contextos políticos igualmente importantes ao processo econômico das relações de produção.” (Gohn, 2004). Desta forma, baseia-se nos conjuntos grupais e suas respectivas histórias adentradas ao território demarcado pela produção econômica, e elencando considerações acerca de interesses em comum para objetificação da realização, além de abordar algum “programa ideológico que daria o norte das suas ações”. (Gohn, 2004, p.173).

Ainda, requer-se de lembrar que os movimentos sociais sempre foram palco de estudo teórico para formalização de ideais, visto que é pela corrente massante de organizações coletivas em busca de direitos que o Estado apresenta-se como mediador de conflitos entre os grupos sociais propostos e a classe dominante. E torna-se desta forma, a necessidade de intervenção estatal por meio de criação de políticas públicas para resolução de estratégias de combate à emergência climática, sendo as Instituições de Ensino Superior e sua formação teórica-prática crítica, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, uma de suas possíveis estratégias.

Assim, tanto universidade como os sujeitos que lutam pela terra apresentaram-se inicialmente pela denúncia do movimento Educação no Campo, que demonstrou negligências estatais em relação às condutas

escolares aos agricultores e camponeses do MST. Esta denúncia se deu por parte do movimento com o aumento da base de conhecimento e compreensão teórica que aprofunda-se sobre temas de estratégias de articulação com o Estado. Ainda, transcreve a autora aqui citada:

[...] o MST adquire a legitimidade enquanto movimento negociador junto ao Estado como representante da população do campo [...] O destaque para o MST, nesta caminhada, vai além do aspecto massivo de luta, mas na apresentação de projetos sociais que buscam recursos públicos para o desenvolvimento da educação (Stédile; Fernandes, 2005 apud Gohn, Zancanella, 2012, p. 63).

Desta forma, o movimento social citado apresentou-se – principalmente no pós CF/88, uma articulação conjunta com o projeto educacional de qualidade. Ainda, as Instituições de Ensino Superior apresentam a necessidade de articulação com os movimentos sociais para apresentar maior desenvolvimento na questão de transformação social. Ou seja, relembra-se, novamente, a necessidade de articulação entre os movimentos sociais e a universidade. Visto que torna-se por meio desta, uma maior compreensão crítica da realidade e apresenta-se como desenvolvimento sustentável vinculado com as 18 ODS, já que a prática de agroecologia se relaciona intrinsecamente à erradicação da fome, sustentabilidade, consumo e produção responsável e mudança climática global, além de se relacionar com as práticas extensionistas de troca de relações e saberes.

Além do aqui já exposto, aprofunda-se a articulação entre a luta pela terra em conjunto com a produção de alimentos agroecológicos e as emergências climáticas, especialmente quando analisadas a partir de uma perspectiva crítica e socioambiental. E retoma-se o fator educacional, apresentado como possibilidade estratégica ao combate das condições climáticas.

Geralmente os movimentos de luta pela terra, defendem a terra como bem comum de produção, opondo-se ao modelo do agronegócio monocultor e exportador, que é um dos principais vetores de emissões de gases do efeito estufa, desmatamento e uso excessivo de agrotóxicos visto a grande escala de produção. Se faz necessário no cenário atual olhar e compreender as antigas e novas possibilidades de combate às questões climáticas, a degradação do solo e demais questões já pontuadas que elevam a discussão do aumento da temperatura global é relacionada intrinsecamente à condição de alta produção agroindustrial. Visto que, com a promoção de articulação entre cursos diversos de ensino superior com o movimento citado, além do fomento do pensamento crítico de ambos e a realização de práticas extensionistas, apresenta-se maior ênfase na produção agroecológica brasileira e sua valorização nacional, elencada à estratégia de combate às condições climáticas (MST, 2024).

Relembra-se a institucionalização dos ODS, que possuem o objetivo de visar um futuro justo e sustentável, estabelecido em 2015 e com prazo até 2030. Seus objetivos encontram-se nos seguintes pontos: (1) Erradicação da Pobreza; (2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; (3) Saúde e Bem Estar; (4) Educação

de Qualidade; (5) Igualdade de Gênero; (6) Água Potável e Saneamento; (7) Energia Acessível e Limpa; (8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; (10) Redução das Desigualdades; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (12) Consumo e Produção Responsáveis; (13) Ação contra a Mudança Global do Clima; (14) Vida na Água; (15) Vida Terrestre; (16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; (17) Parcerias e Meios de Implementação e (18) Igualdade Étnico-Racial¹.

Além de estar presente na Constituição Federal de 1988, a questão agrária brasileira possui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, que constam em sua formulação do ano de 2017 (INEP, 2017) a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Onde explica-se por Souza et al (2017):

As estratégias conjuntas de construção de conhecimentos agroecológicos demandam um aporte metodológico que enfatize a participação e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Moita e Andrade, 2009). Para isto, recorre-se à pesquisa-ação (Thiollent, 2011) e às metodologias participativas (Brandão, 2014) que priorizam a inovação, a participação e o diálogo entre diferentes atores sociais (Política Nacional de Extensão Universitária, 2013).

E, quando se analisa os 18 objetivos centrais pautados acima, compreende-se que todos os objetivos permaneciam na proposta de articulação entre movimentos sociais de luta por produções agroecológicas e a universidade. Visto que são as IES, que adentram a sua função social voltada ao desenvolvimento econômico, teórico, prático e profissionalizante de estudantes, visando sempre, uma percepção de justiça social, seja qual for. Retratada no contexto da Emergência Climática, a universidade deve exercer papel central para encontrar estratégias plausíveis junto com o Estado e a população.

4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO UNIVERSITÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste ponto, elencou-se a busca de materiais por meio dos sites oficiais vinculados à UEPG, como a Minha Biblioteca UEPG nas abas “Biblioteca Digital de Trabalhos e Monografias” e “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações”; além do site da PROSPESP (Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) na aba “Iniciação Científica” e por fim, utilizou-se o site da PROEX/UEPG (Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais), sendo encontrados os resultados em “Mapa de Extensão UEPG”, além dos Resumos Expandidos dos Programas e Projetos de Extensão, chamados de CONEX – Conversando sobre Extensão.

Ressalta-se que, como a pesquisa apresentou a condição do tripé ensino, pesquisa e extensão, aprimorou-se a linha temporal entre os anos de 2018 à 2024. Visto que se torna a obrigatoriedade da

¹ O ODS 18 é uma iniciativa brasileira proposta e institucionaliza-a no país em meados de 2023-2024, e consiste em uma meta voltada à promoção da igualdade étnico-racial, com ênfase no enfrentamento do racismo e na salvaguarda dos povos indígenas e da população negra/quilombola. Para mais informações acesse: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/programas-e-projetos/ods18>

extensão universitária nos currículos acadêmicos em 10%, segundo a Resolução nº 07, Art. 04, apresentada pelo MEC em 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018).

A UEPG localiza-se no Centro-Sul do estado do Paraná, a cerca de 118 quilômetros da capital curitibana e abrange por volta de 22 municípios. Inicialmente formada por 06 faculdades nas áreas do jurídico, saúde, licenciatura e humanas, posteriormente extintas e fundidas como estrutura universitária pelo Decreto nº 73.269, de 07/12/73 (UEPG, s.d.).

Ao que consta nas Iniciações Científicas, encontrou-se 09 (nove) pesquisas entre os anos de 2018 e 2024, sendo 02 (duas) do curso de Licenciatura em Geografia; 02 (duas) de Bacharelado em Geografia, 03 (três) de Bacharelado em Serviço Social, 01 (uma) de Bacharelado em Pedagogia e 01 (uma) em Licenciatura em História. Dessas, 05 (cinco) foram em formato PIBIC – com recebimento de bolsa e 04 (quatro) foram em modalidade PROVIC – sem recebimento de bolsa. Os temas abordados pelas pesquisas se relacionam com questões de territorialização, agroecologia, relação campo-cidade, políticas públicas, relação universidade e movimentos no campo.

Em relação aos TCC's, também entre os períodos de 2018 à 2024, encontrou-se 08 (oito) no site da Minha Biblioteca UEPG na aba “Biblioteca Digital de Trabalhos e Monografias” nos anos entre 2010 e 2024, onde 03 (três) eram do curso de Licenciatura em Geografia e cinco trabalhos (05) eram do curso de Bacharelado em Serviço Social. Os temas abordados relacionam-se com a contribuição agroecológica no município de Ponta Grossa, territorialização, ocupação de terra para moradia, prática extensionista no Acampamento Maria Rosa do contestado vinculada ao programa IESol – Economia Solidária e perfil socioeconômico dos consumidores de alimentos agroecológicos.

Em relação à pós-graduação na UEPG, apresentou-se apenas 05 (cinco trabalhos), sendo esses 03 (três) mestrados e 02 (dois) doutorados nos Programas de Pós Graduação em Geografia, Ciências Sociais Aplicadas e Jornalismo. Estes discutem em suas dissertações e teses: movimento social e reconhecimento, redes rurais e a realidade dos acampamentos e assentamentos de Ponta Grossa e violência no Assentamento Emiliano Zapata. Ainda, destaca-se que antes do período aqui demarcado para realizar a pesquisa, os programas de pós graduações já citados, acrescentando a Educação e Linguagem, Identidade e Subjetividade, apresentaram ao total, cerca de 14 dissertações e teses publicados, todos relacionados à questão agrária.

Alguns dos programas e projetos de extensão de fomento e debate teórico à movimentos sociais de produção agroecológica e de agricultura familiar da UEPG são 04 (quatro): Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, coordenada pelos cursos de Serviço Social, Economia, Administração e Geografia; ELOS – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadão, coordenador pelo curso de Jornalismo; Lente Quente – Boletim Fotojornalístico da Cultura, coordenado pelo curso de

Jornalismo; Jornalismo Ambiental, coordenado pelo curso de Jornalismo. Estes projetos apresentam propostas para percepção crítica e fomento do debate teórico sobre questões socioambientais.

Já os outros 05 (cinco) programas e projetos LAMA – Laboratório de Mecanização Agrícola, coordenador pelo curso de Agronomia; NACERTO – Núcleo de Certificação de Produtos Orgânicos, coordenado pelo curso de Agronomia; Solos e Meio Ambiente na Escola, coordenado pelo curso de Ciências Biológicas; Tecnologias no Campo e Capacitação de Pequenos e Médios Produtores Rurais, coordenador pelo curso de Engenharia de Computação, Engenharia de Software e ao Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada; Apoio aos pequenos produtores rurais da região dos Campos Gerais e da região de Maringá, coordenado pelo curso de Engenharia de Alimentos, apresentam a parte técnica operativa da fomentação da agricultura familiar agroecológica, nas áreas de tecnologia, inovação e produção de alimentos.

Em relação a apresentação dos Projetos e Programas de Extensão por meio de artigos acadêmicos que ocorrem no chamado “Encontro Conversando sobre Extensão (CONEX) e Encontro Anual de Extensão (EAEX)”, também nos anos de 2018 à 2024, cerca de 20 (vinte) artigos foram encontrados, sendo destes, 11 (onze) escreviam sobre ações extensionistas vinculadas à agricultura familiar e à agricultura do movimento MST, e os outros 09 (nove) artigos além, apresentaram propostas extensionistas ligadas à questões ambientais. Os trabalhos apresentaram-se nos programas de extensão IESol, ELOS, NACERTO e Solos e Meio Ambiente na Escola.

Quadro 1 - Resumo dos dados - no período entre 2018 à 2024

PESQUISA/EXTENSÃO	DADOS QUANTITATIVOS
Iniciação Científica	09 (nove)
Trabalho de Conclusão de Curso	08 (oito)
Pós-Graduação	05 (cinco)
Programa/Projeto de Extensão	09 (nove)
Anais CONEX/UEPG	20 (vinte)

Fonte: Bueno *et al.*, 2025. Organização: As autoras, 2026.

Dessa forma, conclui-se que a universidade é sim um dos arcabouços para elaboração de estratégias de combate à Emergência Climática, se esta for articulada com os Movimentos Sociais de Produção

Agroecológica, pautando-se no seu tripé ensino, pesquisa e extensão. Ao longo da pesquisa e deste artigo, respaldou-se veemente a função social da universidade como proponente de desenvolvimento sustentável e justiça social e ambiental.

Demonstrou-se ainda, outras propostas vinculadas à diferentes IES do território nacional, chama-se atenção para a prática da turma especial de Medicina Veterinária realizada para assentados, visto que a prática agroecológica relaciona-se também com a produção de alimentos de origem animal.

Ainda, ressalta-se que as práticas de pesquisa e extensão devem ser realizadas baseadas na ética humana, das garantias fundamentais e inerentes do ser humano, e principalmente, com o respeito perante à comunidade e suas formas de produção e reprodução de vida e não subjugá-los pelas formas diferentes de produção agroecológica, visto que essas práticas são perpassadas por gerações e laços familiares, aplicada à culturas diversas. Diferentemente da produção em larga escala no agronegócio, que objetiva o trabalhador e sua produção, não o respeitando.

5 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA IESOL NA ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS NOS EMPREENDIMENTOS INCUBADOS

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) é um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) criado em 2005, com o objetivo de fomentar, organizar e consolidar Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Atualmente, a IESol trabalha com empreendimentos voltados para o artesanato, alimentação, agricultores familiares, entre outros. O compromisso é contribuir com a constituição e consolidação da Economia Solidária (ECOSOL), ao promover princípios como autogestão, cooperação, valorização dos saberes locais, sustentabilidade, além da geração de trabalho e renda a partir da organização coletiva dos trabalhadores. O foco é a valorização do ser humano acima do lucro (IESol, 2026).

Para além disso, o Programa constitui-se de equipes interdisciplinares de trabalho formadas por professores(as), funcionários(as), estagiários(as), extensionistas bolsistas e voluntários(as). Além disso, auxilia na formação humana e profissional dos estudantes de graduação, pós-graduação, egressos e voluntários, no diálogo entre universidade e comunidade. Quanto a sua atuação podemos citar que:

Atua de forma articulada com diferentes equipamentos e instituições, desenvolvendo ações de formação e apoio por meio de oficinas e atividades educativas. Nesse sentido, trabalha em parceria com Escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), gestores públicos, associações de reciclagem, associações de moradores, instituições de ensino superior e organizações não governamentais (ONGs), contribuindo para o fortalecimento comunitário e o desenvolvimento social. (IESol, 2026).

Em 2026 existem cerca de 4 grupos incubados, sendo eles: AMES (Associação de Mulheres da Economia Solidária), ArteSol, ANAMISOL (Associação Natural Mística e Solidária) e os Grupos Rurais (Acampamento Maria Rosa do Contestado, Acampamento Emiliano Zapata e Acampamento Padre Roque Zimmermann) que estão no processo de pré e pós incubação. Dentro do programa, além dos grupos, existem núcleos que tratam demandas de maneira mais específica e centralizada ajudando no funcionamento da feira. Os núcleos são: Captação de Recursos, Comunicação, Eventos, Formação, Gotas de Economia Solidária, RIU (em conjunto com outras IES do Paraná que possuem incubadoras).

Dentro da IESol, existem alguns projetos com financiamento de bolsas pela SETI, PROEX e Fundação Araucária. Atualmente estão ativos os projetos: 1) Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU); 2) Sustentabilidade, questão ambiental e economia solidária: fortalecendo e divulgando práticas a partir da IESOL – 2 Edição; 3) Educação para a Cidadania: Economia Solidária, Cooperação e Respeito à Natureza – 2 Edição; e o projeto via consorcio internacional 4) Comcha - Community-based change: local and traditional knowledge(s) in NBS (IESol, 2026)².

Considerando estas características institucionais, percebe-se as grandes contribuições que a incubadora tem em seu território e entorno, neste sentido, cabe-nos agora refletir acerca das nuances, particularidades e potencialidades de seus grupos incubados ligados ao movimento social, além de refletir sobre suas ações frente às emergências climáticas, sob os princípios da ECOSOL.

Em sua história a incubadora já acompanhou e ainda acompanha muitos grupos de agricultores rurais, segundo o material publicado no livro “Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários - 1º Edição” de 2018 estas foram as iniciativas:

Figura 1 - Iniciativas voltadas para agricultores incubadas de 2007 a 2017

Assentamento / Acampamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra	5	Assentamento Estrela	2007 a 2009
	6	Assentamento Iraci Salete Strozake	2007 a 2009
	7	Acampamento Libertação Camponesa	2007 a 2008
	8	Acampamento Emiliano Zapata (Associação Aterra / Grupo Chão e Vida/ Cooperativa Cooperas / Rede Solidária de Produtores e Consumidores Agroecológico/ Rede de Mulheres Produtoras em Agroecologia) ^{4*}	2007 a 2017
	9	Assentamento Três Lagoas*	2014 a 2017
	10	Acampamento Maria Rosa do Contestado – Cooperativa*	2017

Fonte: IESol, 2018, p.27.

² Esclarece-se que os projetos apresentados como estando em sua 2º edição foram, em momentos anteriores, financiados por outras iniciativas de fomento. No contexto atual (2026), esses projetos passam a se configurar em uma nova categoria, assumindo caráter mais institucional no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Para fins de delimitação analítica, este estudo concentra-se nos empreendimentos que permanecem em processo de incubação ou assessoria no ano de 2026, bem como novas iniciativas em desenvolvimento. Tal recorte justifica-se pela busca de maior atualização dos dados, considerando a dinâmica recente das ações vinculadas ao programa. Neste sentido, resgata-se o histórico dos EES ligados ao programa de extensão atualmente.

Segundo a IESol (2026), o Acampamento Maria Rosa do Contestado iniciou a ocupação em 24 de agosto de 2015 e localiza-se no município de Castro - Paraná, aproximadamente 9km de distância da área urbana. O acampamento tem 230 famílias na atualidade, todas produzem de maneira agroecológica desde o primeiro dia de ocupação, essa iniciativa foi deliberada por decisões coletivas, atendendo uma demanda da sociedade, bem como seguindo uma orientação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Essa decisão promove saúde para os agricultores, e consumidores, bem como conserva biodiversidade, recursos hídricos e solo.

Grande parte do grupo provém do Município de Castro, porém, o acampamento também abriga famílias de sem terras vindas dos municípios de Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Curitiba, Imbituva, Ponta Grossa e Ipiranga. As famílias acampadas estão organizadas em núcleos, de geralmente 10 famílias, onde tomam decisões coletivas, organizam parte da produção e comercialização. Constituíram uma cooperativa em 2016 onde todos os acampados trabalham e se organizam de maneira coletiva na produção, escoamento da produção e lucros. O nome “Maria Rosa do Contestado” foi escolhido em homenagem à jovem Maria Rosa, nascida em Itaúna do Sul – Paraná, que com apenas 15 anos foi comandante geral na guerra do Contestado.

Já referente ao Acampamento Emiliano Zapata, está situado no distrito de Itaiacoca e surgiu em maio de 2003, quando 150 famílias integrantes do MST ocuparam parte da Fazenda da EMBRAPA, no município de Ponta Grossa. Hoje a comunidade está estruturada em uma associação, a ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária e uma cooperativa, a COOPERAS – Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária.

As famílias ainda se organizam através do Grupo Chão e Vida e da Rede Solidária de Produtores e Consumidores Agroecológicos. A produção agroecológica da comunidade é certificada pela Rede Ecovida de Certificação Participativa e comercializada através do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. A IESol – Programa de Extensão da UEPG, em parceria com outros projetos da universidade, tem desenvolvido ações de apoio à geração de renda com base nos princípios da Economia Solidária em uma aproximação prática da atuação do movimento social, da agroecologia e da economia solidária. As ações extensionistas da IESol junto a Comunidade Emiliano Zapata, proporcionaram a compreensão de pontos de convergência entre a economia solidária e a agroecologia (IESol,2026).

A mais recente aproximação iniciou no ano de 2025, com a comunidade Padre Roque Zimmermann, de Castro, no Paraná, que já recebeu a certificação de produção agroecológica. A conquista refletiu o esforço coletivo das 40 famílias, que desde a ocupação da área, em 2018, optaram e se organizaram pela produção orgânica. A certificação veio por meio da Rede Ecovida. Por estar localizada às margens do rio Iapó, a comunidade de Padre Roque tem como característica ter grande parte das terras inseridas em área de conservação ambiental. O seu modelo de produção agrícola tem o objetivo de ter um desenvolvimento sustentável, através de uma agrovila. Hoje a comunidade produz e comercializa feijão, milho, arroz, mandioca, abóbora, verdura, legumes e frutíferas em geral.

Foram realizados até então (período referente a fevereiro de 2025 até março de 2026), cerca de 5 reuniões/formações e outras oficinas com esta comunidade, sendo considerado até então em período de pré-incubação, com uma equipe técnica empenhada em pensar as futuras ações a serem desenvolvidas na sequência.

Destaca-se a importância do apoio contínuo aos EES acima citados pensando no caráter comunitário da atuação extensionista. Essa proximidade contribui para a construção de relações de confiança e intervenções mais concretas, para o acompanhamento das demandas dos territórios. Além do mais, essa dinâmica reflete diretamente na formação de estudantes, pesquisadores, extensionistas e estagiários obrigatórios, que, ao vivenciarem essas experiências na incubadora, ampliam sua compreensão crítica da realidade social e fortalecem uma prática profissional comprometida com as dimensões sociais e coletivas, e tem a oportunidade de conhecer esses espaços de pertencimento que o movimento social proporciona.

Considerando o histórico da incubadora com as iniciativas citadas e todas as reflexões acerca dos movimentos sociais é importante refletirmos que a agroecologia pode ser vista como uma alternativa para se alcançar os objetivos da sustentabilidade, proporcionando um consumo sustentável e contribuindo para evitar impactos ambientais negativos que destroem o meio ambiente, afinal, “[...] devemos levar em conta que os produtos da agroecologia apresentam um respeito a sazonalidade dos alimentos, visto que não são usados fertilizantes químicos ou agrotóxicos” (Wynnek, 2022, p.78).

E visto a realidade de insegurança alimentar em muitos dos lares brasileiros é preciso que haja um estímulo ao não desperdício de alimentos, outra questão que faz parte da realidade dos EES citados, buscando produzir a quantidade certa de alimentos para a comercialização ou consumo das famílias.

Neste sentido, a IESol, enquanto programa de extensão, desempenha um papel muito importante na articulação entre universidade e sociedade ao atuar diretamente com grupos e movimentos sociais, especialmente neste caso com o dos trabalhadores rurais. Por meio da incubação e assessoria e outras ações, o programa contribui para a geração de trabalho e renda, o fortalecimento de cooperativas populares e autogestionárias, a sensibilização coletiva e a valorização de saberes locais. Essa atuação aproxima o conhecimento acadêmico das demandas concretas dos territórios, promovendo intervenções mais

contextualizadas e socialmente comprometidas com as pautas ambientais, promovendo a prevenção das emergências climáticas.

Ao operar nos moldes da ECOSOL, busca-se incorporar princípios como sustentabilidade, solidariedade e autogestão, que impactam diretamente na construção de alternativas ao modelo econômico convencional que explora de forma descontrolada os recursos naturais do planeta. Os EES incubados tendem a adotar práticas mais sustentáveis, como a agroecologia, o consumo responsável e a produção local, reduzindo impactos ambientais. Dessa forma, não apenas apoia iniciativas produtivas, mas também fomenta mudanças nas formas de produzir, consumir e se relacionar com o meio ambiente.

Consequentemente, no contexto das emergências climáticas, a atuação volta-se muito para o fortalecimento das estratégias locais de adaptação e mitigação, através de projetos com metas específicas de formação e intervenção. Faz parte do cotidiano do programa extensionista a reflexão acerca das vulnerabilidades socioambientais, especialmente em comunidades mais expostas aos impactos climáticos.

6 CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida neste artigo, torna-se evidente que a articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES), os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, e a produção agroecológica representa um elemento central no enfrentamento às emergências climáticas. A pesquisa realizada demonstrou que a UEPG tem desempenhado um papel relevante, embora ainda limitado, na promoção de práticas extensionistas e de produção científica vinculadas à agroecologia e à justiça socioambiental.

Os dados evidenciam que há iniciativas importantes em andamento, mas que a intensificação e ampliação dessas ações são urgentes, sobretudo diante da gravidade do cenário climático global. A agroecologia, como prática social, política e ambiental, surge como alternativa real ao modelo predatório do agronegócio, e os movimentos sociais organizados, como o MST, têm contribuído significativamente com experiências de resistência e inovação sustentável.

As universidades, por sua vez, ao assumirem com coerência e responsabilidade seu tripé formador ensino, pesquisa e extensão, podem (e devem) se tornar protagonistas na construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na justiça social, na soberania alimentar e na convivência harmônica com o meio ambiente. Para isso, é necessário reconhecer e valorizar o saber popular e as práticas comunitárias, estabelecendo relações horizontais e dialógicas com os sujeitos do campo.

No que se refere a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) evidencia-se o potencial da extensão universitária como instrumento de transformação social, ao promover a articulação entre universidade e comunidade por meio dos princípios da economia solidária. E ao fomentar EES baseados na autogestão, cooperação e sustentabilidade, o programa contribui para a geração de trabalho e

renda, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos sociais e valoriza saberes locais voltados à agricultura familiar e demais iniciativas incubadas sob outros segmentos.

Além disso, a atuação da incubadora da UEPG demonstra a importância para com o enfrentamento das emergências climáticas, ao incentivar práticas produtivas sustentáveis, como a agroecologia e o consumo consciente, que reduzem impactos ambientais e promovem formas mais equilibradas de relação com o meio ambiente.

Defende-se, portanto, que existe uma relação direta e estratégica entre universidades públicas de qualidade, os movimentos sociais do campo e o combate às emergências climáticas, sendo essa parceria uma das mais potentes expressões da função social da universidade no Brasil contemporâneo. Essa relação precisa ser fortalecida, institucionalizada e expandida para outros territórios, consolidando-se como política pública de educação, ciência e cidadania.

Conclui-se que a universidade, ao atuar com ética, criticidade e compromisso social, não apenas contribui para a produção de conhecimento transformador, mas reafirma seu papel enquanto agente fundamental na promoção de um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Segurança digital e produção de conhecimento**: a importância do software livre para o movimento agroecológico. 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/02/18/seguranca-digital-e-producao-de-conhecimento-o-a-importancia-do-software-livre-para-o-movimento-agroecologico/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Exportações brasileiras**: soja em grão. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/Sojaemgros.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Dados 2014**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU**: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Brasília, jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. 2018. Disponível em: https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2019/11/rces007_18.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: **UFMG/PROEX**; COOPMED, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BUENO, Rafaela Ribas; SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. Economia solidária e agroecologia: fomento a redes e grupos de consumo de alimentos agroecológicos em Ponta Grossa – IESol. In: **ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EAIC), 2025**. Anais eletrônicos [...]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025. Disponível em: https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2025/14_Rafaela_Ribas_Bueno-175762717028385.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.

ESCOLA LATINO-AMERICANA DE AGROECOLOGIA - ELAA. **Página Institucional**. Disponível em: <https://elaa.redelivre.org.br/?p=25>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. A relação entre universidade e movimentos sociais como princípio da construção crítica da educação do campo. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 57-70, 2012. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - IESol. **Quem Somos?** Ponta Grossa, 2026. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/#quem-somos>. Acesso em: 8 abr. 2026.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - IESol. **Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. Ponta Grossa, 2026. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/empreendimentos/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.

Organização: Regina Helena Rosa Sambuichi et al. Brasília, 2017. Disponível em:

https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jäder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 528-538, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17958>. Acesso em: 10 mai. 2024.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MACHADO, Valdirene Soares; MELLO, Dario Fernando Milanez de. Turma especial de medicina veterinária/UFPEL: uma experiência educativa em andamento. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL E FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS**. Anais [...]. Pelotas: UFPEL, 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Valdirene-Soares-Machado.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MOREIRA, Ana Paula. **Expressões vivas**: a violência no campo no cotidiano do Pré-Assentamento Emiliano Zapata - PR. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3972>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Primeira universidade em assentamento será no Paraná**. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/05/05/primeira-universidade-em-assentamento-sera-no-parana/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Produção natural do MST ganha espaço nas universidades da Bahia**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/08/27/producao-natural-do-mst-ganha-espaco-nas-universidades-da-bahia/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Seminário nacional destaca o papel da agroecologia para enfrentar as mudanças climáticas**. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/19/seminario-nacional-destaca-o-papel-da-agroecologia-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 jul. 2025.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

PIGNATI, Wanderlei Antonio *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a vigilância em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

UEPG. **História**. Ponta Grossa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.uepg.br/historia/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

UNFCCC. **What is the triple planetary crisis?** 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis>. Acesso em: 26 jul. 2025.

VALADÃO, Adriano da Costa; BRASIL, Francisco Salau; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; BRASIL, Manuela Salau; MARINO, Peterson Alexandre; MOURA, Reidy Rolim de et al. (org.). **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários - 1º Edição**. Ponta Grossa: UEPG; Estúdio Texto, 2018.

WYNNEK, Caroline. **O perfil socioeconômico e as motivações dos consumidores da rede de comercialização do Acampamento Maria Rosa do Contestado pelo consumo de agroecológicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Orientador: Reidy Rolim de Moura.

CAPÍTULO 9

ECONOMIA SOLIDÁRIA, SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DE CONVIVÊNCIA

SOLIDARITY ECONOMY, MENTAL HEALTH, AND SOCIAL INCLUSION: EXPERIENCES OF SOCIAL INTERACTION

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-009>

Millena Gomes Ferreira

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214284509559198>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades impostas pelo uso e abuso de substâncias psicoativas (spa's) necessitam passar por uma vasta discussão na sociedade contemporânea. Deve-se, contudo, analisar os fatores condicionantes para o uso de álcool e outras drogas, analisando assim a realidade social em que o usuário é inserido, questões de gênero e raça, etnia, a marginalização, o tráfico de drogas, o crime e demais expressões da questão social que acabam influenciando o uso de substâncias.

Nesse sentido, vale compreender a dimensão que o uso de drogas impacta na vida dessas pessoas, seja com a família, em relações sociais, no espaço laboral e em sua própria subjetividade. A Saúde Mental precisa ser levada em consideração e debatida nos demais espaços. As pessoas que fazem uso de spa's demandam de relações sociais, interações, convivência e troca de saberes com a sociedade, e não manter essas pessoas aprisionadas de um mundo repleto de conhecimento a ser aprendido.

Desse modo, debater e criar estratégias de cuidado e reinserção social a essas pessoas é essencial para a compreensão da atenção psicossocial, buscando promover espaços de trocas, autonomia e protagonismo. A Saúde Mental precisa ser cada vez mais valorizada em suas dimensões, entendendo o usuário em seu contexto social e subjetivo.

Ao compreender a Saúde Mental, a mesma possui estreita ligação a Economia Solidária, reconhecida como uma forma de economia diferenciada do sistema capitalista vigente e propõe em seus princípios a valorização da pessoa humana, a sustentabilidade, cooperação coletiva e autogestão entre as pessoas. A Economia Solidária, assim como a Saúde Mental, busca colaborar para a emancipação dos usuários, valorizando suas potencialidades e a dignidade humana.

O trabalho a partir da Economia Solidária busca a emancipação das pessoas, seu bem-estar na produção e expressão de sentidos pela arte e a inclusão social por meio do trabalho no território. Singer define a Economia Solidária como uma corrente sustentável e social centrada na produtividade coletiva e de divisão justa e cooperada, sendo uma “resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição”. Isto é, mediante a solidariedade, constroem-se formas de produzir, trocar e criar espaços sem exclusão. Contudo, para a efetiva consolidação desses projetos, são necessárias as políticas públicas e a participação social (Santos, 2022. p.3).

Por conseguinte, analisa-se através do apontamento acima, como a ECOSOL em seus determinados princípios colabora para o protagonismo social e enxerga o sujeito como palco de suas vivências e potenciais. Analisa acima de tudo o ser humano e não sua doença, cria oportunidades e estratégias de cuidado para populações vulneráveis, em perspectivas que os favoreçam e alcancem um espaço digno na sociedade e em seus espaços sociais.

Nessa perspectiva, o presente capítulo destaca dados de uma pesquisa de iniciação científica que foi realizada no período de 2024-2025 pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) e em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e Outras Drogas (CAPS- AD). Assim, a temática abordada foi pensada no momento em que se realizou a incubação com os integrantes do grupo, o qual foi necessário analisar se a incubação é benéfica realmente a vida e subjetividade dos sujeitos.

A IESol, contudo, é um Programa e Projeto de Extensão da UEPG, que visa incubar grupos solidários que optem por aderir às propostas da Economia Solidária, elaborando um processo de assessoria e acompanhamento a esses grupos para fomentar a geração de renda, pois os grupos que fazem parte da Incubadora são normalmente comunidades marginalizadas e que não possuem um espaço digno na sociedade. Assim, a IESol visa acompanhar esses grupos para auxiliar em processos decisórios, de protagonismo e emancipação social.

Dentre as iniciativas incubadas pela IESol, existe um grupo de Saúde Mental referenciado pelo CAPS- AD em Ponta Grossa, chamado ARTESol. Esse grupo é composto por usuários que fazem acompanhamento no CAPS e seus familiares, acompanhado desde o início de 2024, como será explicado através deste artigo.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada dos processos sociais, a partir da análise das ações individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos. Essa perspectiva permitiu explorar os dados de maneira abrangente, valorizando a complexidade e a multiplicidade presentes na realidade investigada.

Nessa perspectiva, os métodos qualitativos compreendem as unidades sociais como totalidades dinâmicas, cuja análise demanda atenção tanto à profundidade quanto à amplitude das informações. Assim, a investigação procura apreender os sujeitos em sua integralidade, considerando aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, além de suas trajetórias, motivações e redes de relações (Martins, 2004).

Como estratégia metodológica, utilizou-se a pesquisa documental, que possibilitou o acesso a informações relevantes sobre o contexto dos participantes e do grupo analisado. Foram examinados documentos institucionais da IESol e do grupo Artesol, como dossiês, planos e diagnósticos de incubação, além de materiais de pré-incubação. Esses registros constituíram uma base importante para a identificação das demandas, características e especificidades do objeto investigado.

Adicionalmente, foi empregada a técnica de observação, com foco na análise das interações, comportamentos, discursos e formas de compreensão da realidade pelos participantes. A observação possibilitou apreender dinâmicas coletivas, relações de liderança, vínculos estabelecidos e situações de vulnerabilidade, evidenciando processos de fortalecimento da autonomia, do protagonismo e da autogestão no grupo. Para melhor organização e apresentação dos dados, foram utilizados recursos como quadros e figuras, contribuindo para a sistematização e interpretação dos resultados obtidos.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL

A Economia Solidária (ECOSOL) configura-se como uma alternativa política frente às desigualdades produzidas e intensificadas pela lógica do mercado capitalista, que tem como centralidade a maximização do lucro e a exploração da força de trabalho. Em contraposição a esse modelo, a Economia Solidária propõe uma reorganização das relações econômicas pautada em princípios como a cooperação, sustentabilidade, solidariedade e autogestão.

Nesse contexto, trata-se de uma escolha ética, política e ideológica, materializando-se especialmente entre sujeitos em situação de exclusão e vulnerabilidade social, que no caso desta pesquisa situam-se os usuários de serviços do CAPS-AD. Por meio da organização coletiva, esses indivíduos constroem empreendimentos solidários, redes de colaboração, clubes de troca, instituições solidárias, iniciativas educativas e entidades representativas.

De acordo com Paul Singer (2005), a Economia Solidária constitui uma forma de organização econômica centrada na autogestão e na cooperação entre os trabalhadores, diferenciando-se do modelo

capitalista por priorizar as necessidades coletivas em detrimento da acumulação individual de capital. Para o autor, esse modelo fortalece práticas democráticas no interior dos empreendimentos e promove a emancipação dos sujeitos envolvidos, ao possibilitar maior controle sobre os processos produtivos e as condições de trabalho. Assim, a Economia Solidária não se restringe a uma alternativa econômica, mas se configura também como um projeto de transformação social.

A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (Singer, 2005, p. 114).

A Economia Solidária pode colaborar de modo relevante com a Saúde Mental, sobretudo quando encarada como uma prática coletiva que integra trabalho, vínculos sociais e sensação de pertencimento. Ao contrário do trabalho isolado ou precarizado, a ECOSOL cria ambientes de convivência, sustentabilidade e cooperação, diminuindo sentimentos de solidão, exclusão e invisibilidade social, aspectos frequentemente relacionados ao sofrimento psíquico.

Além do mais, trata-se de uma perspectiva emancipatória que permite reinterpretar o trabalho, que deixa de ser meramente uma atividade orientada ao lucro e passa a adquirir um caráter mais humano e coletivo. Nesse sentido, o trabalho pode transformar-se em um espaço de cuidado, de expressão e de construção de significado, colaborando para diminuir o sofrimento psíquico. Quando integrada a políticas públicas e a serviços de atenção psicossocial, essa prática também favorece a inclusão social, a geração de renda e a reconstrução de projetos de vida, fortalecendo a cidadania e a qualidade de vida dos envolvidos que perpassam por alguma expressão da questão social da sociedade.

Ao compreender a relação entre Saúde Mental e Economia Solidária, é necessário também entender as problemáticas que perpassam este estudo enquanto uma expressão da chamada questão social. Nesse sentido, a concepção de questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. A questão social está presente em conflitos como a violência, desemprego, uso de substâncias psicoativas, poluição, fome e etc. Conforme Iamamoto, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição que é fundamentada do modo capitalista de produção. Desse modo, essa contradição acaba por ser fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas e assim fomenta cada vez mais as expressões da questão social.

Assim, a questão social representa uma perspectiva de análise crítica da sociedade. Isto porque não há consenso de pensamento no fundamento básico que constitui a questão social. Ao utilizarmos ela na análise da sociedade, estamos realizando uma busca na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população – aquela que só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência. É, contudo, ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é investigar as desigualdades e buscar formas de superá-las. Dessa forma, entender as causas e a gênese das injustiças sociais, e o que as mesmas produzem, na sociedade e na subjetividade do ser humano.

De acordo com Netto, (2007)

Destaca que a desigualdade social é atrelada a Questão Social, objeto de intervenção do Serviço Social, dando ênfase no compromisso que estes profissionais assumem em promover a igualdade social, tal como é frisado no Código de Ética Profissional do Assistente Social(1993), o princípio do: “ V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

A questão social não se apresenta em sua totalidade, assim como outras categorias abstratas derivadas do real, mas se torna visível por meio de suas diversas expressões concretas, como o desemprego, o analfabetismo, a fome, a precarização habitacional, a insuficiência de serviços de saúde, a violência e a inadimplência; nesse sentido, manifesta-se em situações específicas que evidenciam as contradições sociais e revelam a predominância das determinações do capital sobre o trabalho, orientadas pela lógica da acumulação em detrimento da garantia de condições dignas de vida para toda a população.

4 MARCO LEGAL DA SAÚDE MENTAL: LEIS E POLÍTICAS QUE AMPARAM O USUÁRIO

A partir da Constituição Federal de 1988 e suas inovações, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Lei Federal nº 8.080/1990 (Ministério da Saúde, 2007), regulamentado 21 anos depois pelo Decreto Federal nº 7.508/2011. A Lei Federal nº 8.142/1990 definiu o comando único em cada esfera de governo, tendo o Ministério da Saúde como gestor da União. Desta forma, tais leis dispõem sobre o planejamento, a assistência à saúde e articulação interfederativa, sendo um marco legal do direito à saúde no Brasil (Dallari, 2003).

No âmbito do Ministério da Saúde (MS), com a mudança de modelo assistencial, buscando a diminuição de internações psiquiátricas por meio da Portaria GM nº 224/1992 (Ministério da Saúde, 1992), o MS oficializou os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Essa modalidade de serviço deu-se a partir da mobilização da sociedade, inicialmente por trabalhadores de Saúde Mental, que buscavam a melhoria da assistência psicossocial diante das carências e vulnerabilidades dos hospitais psiquiátricos (Ministério da Saúde, 2003, 2004a, 2004b).

Desse jeito, somente em 2004, por meio dos Fóruns Estaduais e do Fórum Nacional sobre Drogas, um novo olhar começou a ser dado ao usuário de drogas, que passou a ser visto como um cidadão possuidor de direitos assim como qualquer outro na sociedade. A partir daí, diversas leis e serviços de saúde de atenção psicossocial foram criados para o atendimento desses usuários. A Portaria GM/MS nº 2.197/2004 instituiu, no âmbito do SUS, a Política Nacional para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas do MS (Ministério da Saúde, 2004b, 2007b). A redução de danos foi integrada como um dos eixos norteadores, com a assistência centrada em uma rede extra-hospitalar, de acordo com os princípios da proposta de atenção psicossocial da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial (Zanchin, 2011).

Os prejuízos e o sofrimento de usuários de drogas necessitam ser considerados pelo governo e pela sociedade, a fim de unir esforços em prol da atenção aos usuários de drogas, os quais possuem potencialidades assim como qualquer outra pessoa mas essas potencialidades são minimizadas pela falta de oportunidade, acesso, inserção social e outros (Andretta; Oliveira, 2012; Schneider, Limberger; Andretta, 2016). Percebem-se avanços nas legislações referentes às diversas alterações e revogações realizadas, bem como criação de órgãos, mudanças de nomenclaturas e de gestão nos diversos órgãos do governo.

Contudo, o que se busca salientar é o terreno extremamente fértil que são as unidades dos CAPS, como locus privilegiado da vivência de inúmeros sujeitos afetados pela atual lógica de reprodução social. Sujeitos que, além de sua condição clínica, experienciam cotidianamente as principais formas de exclusão social, sendo a condição de estar à margem do mundo do trabalho a sua principal (Lima, 2010, p. 209).

O CAPS-AD como ambiente familiar e acolhedor tem sido indicado também por outros estudos. O CAPS-AD representa um lugar de acolhimento e onde as necessidades dos usuários podem ser atendidas com escuta qualificada. Nesse sentido, Cavalcante *et al.* (2020) assinalam que o cuidado oferecido deve priorizar as necessidades reais dos usuários e não o que se conveniou como sendo necessário.

Assim, muitos dos usuários já possuem vínculos familiares e sociais rompidos, fator que dificulta sua inserção e pertencimento social. Logo, o intuito do CAPS é retomar os sentidos e vida social do indivíduo, fazendo com que o mesmo busque por melhores condições socioeconômicas e psicossociais através do cuidado humanizado e digno. Deste modo, o trabalho realizado no CAPS entra em contrapartida com o modelo asilar, manicomial e hospitalar o qual foi palco de tratamento por muito tempo.

Podemos ressaltar que os CAPS AD são dispositivos protagonistas nesse cuidado, e assim, partindo da concepção de que não se pode alcançar o ideário de uma sociedade livre de drogas, o paradigma da redução de danos propõe estratégias para minimizar os riscos e os danos relacionados com o uso a curto, médio e longo prazo na vida de determinado indivíduo.

Logo, as estratégias de cuidado que incluem, também, a família e a comunidade vão-se delineando a partir das experiências e necessidades de cada usuário, de modo que a participação deste como um sujeito ativo em seu processo de tratamento torna-se algo fundamental para essa racionalidade. É relevante, todavia, estabelecer vínculos com os usuários, pois os mesmos precisam se sentir protegidos e seguros no CAPS, como forma de confiar no tratamento e promover cada vez mais iniciativas de cuidado, analisar fatores de gatilho para não realizar o uso, buscar apoio da família e redes de apoio.

5 A TRAJETÓRIA DO GRUPO ARTESOL NA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - IESOL

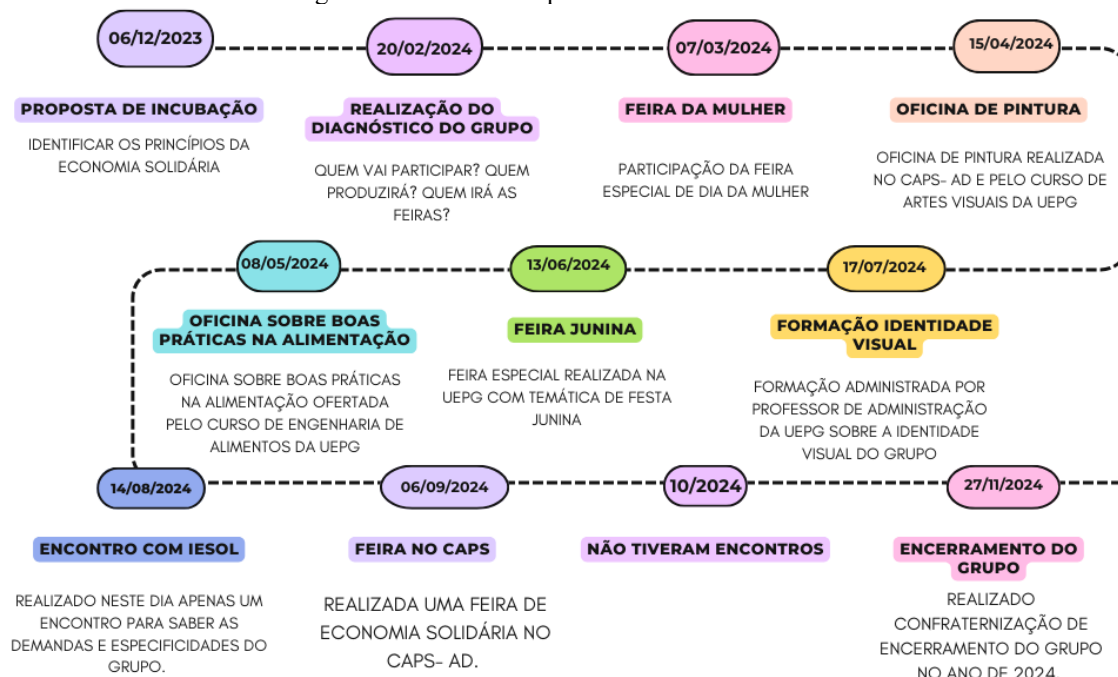
O ARTESol é composto por pessoas que utilizam os serviços de Saúde Mental dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e do CAPS TM no município de Ponta Grossa, tendo como objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de seus participantes. O objetivo do grupo é a geração de trabalho e renda, a partir da Economia Solidária, com a produção de artesanato, os quais têm a finalidade de serem comercializados nas feiras.

A IESol, nesse sentido, têm a função de oferecer acompanhamento quinzenal com o grupo, realizando atividades, oficinas e formações que se enquadram nos princípios desse modo econômico, justo e sustentável. A fase de pré-incubação do grupo pela IESol ocorreu no período de 03 de julho de 2023 a 20 de novembro de 2023. Na sequência, o grupo passou para a fase de incubação, iniciada formalmente em 19 de fevereiro de 2024, permanecendo atualmente nessa etapa do processo.

No seu primeiro ano de incubação desenvolveram a identidade visual do grupo, fizeram suas primeiras participações nas feiras da IESol na UEPG, de formas esporádicas, e no CAPS AD. Abrangeu de nichos para produção (alimentícios e artesanato) e houve a evolução da desenvoltura dos integrantes, com destaque para a autonomia nas produções e o fortalecimento do vínculo entre os participantes.

Apresenta-se adiante uma linha do tempo realizada a partir dos encontros mensais com o grupo Artesol em todo ano de 2024, bem como algumas das atividades feitas e conhecimento obtido acerca das mesmas. É importante ressaltar que a construção da Figura (1) faz parte do registro histórico do grupo desde seus primeiros passos.

Figura 1 - Linha do tempo entre a IESol e o CAPS A



Fonte: Documentos IESol. Organização: Às autoras, 2025.

De acordo com o Dossiê do ARTESol do ano de 2024, foram realizadas 22 formações e 12 reuniões de equipe de incubação, sendo destacado as seguintes informações:

Foram feitas esse ano o total de 22 formações com o grupo e algumas foram: Dinâmica do corpo humano para trabalhar a autogestão e a do "objeto da palavra", uma visita ao Museu de Ciências Naturais da UEPG, no Campus Uvaranas. Foi realizado um treinamento sobre boas práticas na manutenção de alimentos, oferecido pela Engenharia de Alimentos. A construção da identidade visual, com a criação do desenho e o significado para o grupo, a oficina sobre precificação e oficina de Artes Visuais sobre autorretrato.

Foram realizadas 12 reuniões de equipe em 2024, dentre elas destacam-se: Análise das dificuldades do grupo, seguida de uma conversa sobre a possibilidade de estabelecer uma parceria com os cursos de Artes e Engenharia de Alimentos e escolha da dinâmica para a próxima reunião com o grupo. Repasse de informações para os novos membros da equipe sobre o funcionamento do grupo. Reunião de planejamento e incubação de EES CAPS AD e TM. Organização para a dinâmica de fortalecimento do grupo Artesol e para retomar os princípios da ECOSOL e os objetivos do grupo (IESol, 2024, p.8-9).

A cada encontro surgiam sugestões do próprio grupo, o que já revelava certa apropriação do espaço voltado à exploração de subjetividades e busca de autonomia, construção horizontal de conhecimento e avaliação de oportunidades no território para exercerem estratégias de geração de trabalho e renda. O grupo ARTESOL buscou estar presente em formações com outros cursos, fazendo parte do processo de conhecimento, inclusão social, protagonismo, reabilitação psicossocial e dentre outras ações que são primordiais para o desenvolvimento do grupo em todos os sentidos, sejam eles sociais, econômicos, de convivência, pertencimento e inclusão.

No próximo quadro, serão apresentados os limites, oportunidades, desafios e potenciais do grupo Artesol identificados durante 1 ano, sendo necessariamente de 2024 a 2025. Esses dados servem como base para analisar o que foi bom e o que precisa ser melhorado e aperfeiçoado, assim como limites a serem ultrapassados e vencidos.

Quadro 1 - Limites, desafios, potenciais e oportunidades

LIMITES	Compromisso com as demandas do grupo	Familiars em uso abusivo de álcool e outras drogas	Saúde física e psicológica
DESAFIOS	Efetividade na participação em todos os encontros	Desavenças entre integrantes do grupo	Recaídas durante o processo de incubação
POTENCIAIS	Qualidade e atenção na produção em comum	Internalização dos princípios e objetivos do grupo	Criação de novos produtos
OPORTUNIDADES	Participar de feiras na UEPG e no CAPS	Formalizar associação Artesol	Realização de oficinas/ formações multidisciplinares

Fonte e organização: Às autoras, 2025.

No que refere-se aos **limites**, enxerga-se fatores os quais delimitam o processo de incubação e sua diversidade a qual se enquadra, bem como a falta de compromisso com as demandas do grupo. Exemplo: faltar todos os encontros sem justificativa; familiares em uso abusivo de substâncias psicoativas e faz com que a rede de apoio familiar não se comprometa com as atividades do grupo; saúde física e psicológica pois a maioria dos integrantes são idosos e alguns debilitados, então nota-se certa dificuldade.

Por **desafios** entende-se a falta de efetividade e interesse na participação dos grupos; as desavenças entre os integrantes são presentes em alguns momentos também, porém sempre conseguem analisar as dificuldades e enfrenta-las; as recaídas durante o processo que são naturais, a equipe já tinha por conhecimento que esses fatores são normais no processo de reabilitação psicossocial.

Os **potenciais** estão relacionados ao que o grupo pode e consegue alcançar se trabalharem juntos e na mesma lógica, como a qualidade e atenção na produção em comum; internalização dos princípios e objetivos do grupo, como por exemplo, “vamos se ajudar, somos um grupo como um todo, todos têm voz!” criação e fabricação de novos produtos, focalizar na diversidade de coisas que podem ser feitas.

[...] o afeto era fator fundamental. Foi, na verdade, um "fator constante na nossa seção de terapêutica ocupacional, não só na pintura, mas também na encadernação, marcenaria, jardinagem, costura, tapeçaria, etc.". Porém, ressalta que, "nessa apologia do afeto, não há a ingenuidade excessiva de considerar fácil satisfazer as grandes necessidades afetivas de seres que foram tão machucados, e socialmente rejeitados" (Silveira, 1981, p. 80).

Nise da Silveira, médica psiquiátrica e escritora sobre a temática de Saúde Mental salienta sobre o afeto vivenciado pelos sujeitos portadores de transtorno mental. Ou seja, existe sim um grande potencial e diversidades na subjetividade de um ser, em que é possível analisar esse potencial através de oficinas de jardinagem, marcenaria, pintura... Formas de identificar que essas pessoas possuem sim potenciais e talentos, mas que muita das vezes não são aproveitados e impostos na sociedade pela contradição, exploração e estigma imposto.

Quanto às **oportunidades** se enquadram em situações que podem acontecer e que fortaleceriam o grupo como um todo, assim como a participação nas feiras na UEPG; a formalização do grupo em uma associação de Economia Solidária e a realização de oficinas/formações para a produção de novos conhecimentos e aplicá-las na realidade e no cotidiano.

Faz-se imprescindível, desta forma, expandir a lógica do trabalho terapêutico, descolando-o de sua vertente mais clínica e reducionista, para assumir, conforme prevê a Reabilitação Psicossocial, a indissociabilidade entre processo terapêutico, trabalho e inclusão social, de maneira a garantir apoio e cuidado comunitário na estruturação de projetos de vida. (Ferro, 2021, p. 14).

No ano de 2025, o grupo produziu artesanatos destinados à comercialização em feiras e foi composto por seis mulheres e dois homens. O grupo apresentou dificuldades na confecção dos produtos e no desenvolvimento da autonomia, o que resultou em poucas participações nas feiras de Economia Solidária. Cabe destacar que essa já era uma dificuldade identificada no ano de 2024. Diante disso, a equipe de incubação buscou se reunir para discutir e encontrar estratégias que pudessem contribuir para o enfrentamento dessa dificuldade persistente.

A partir do acompanhamento das atividades desenvolvidas, foram identificados alguns desafios no processo de organização e participação do grupo, entre os quais se destacam: Baixa comunicação e interação entre os participantes no grupo de *WhatsApp*; Ausência recorrente de participantes nos encontros realizados; Baixo nível de autonomia do grupo na organização e condução das atividades; Baixa participação do grupo na FESU (Feira de Economia Solidária da UEPG); Redução no número de participantes durante o primeiro semestre; Diminuição da equipe de acompanhamento no primeiro semestre;

Durante o ano, foram realizadas 12 reuniões de equipe, nas quais destacaram-se o planejamento anual, a apresentação do grupo para novos integrantes, a discussão de novas abordagens e propostas de formações, além da organização de encontros em outros espaços de Saúde Mental no município. Também foram realizados 13 encontros com o grupo, que envolveram a apresentação do planejamento de 2025, avaliação das atividades de 2024, debates sobre parcerias, produção de artesanato, participação em feiras, dinâmicas de fortalecimento de vínculos, discussões sobre sustentabilidade e ODS, realização de oficinas e relatos sobre desafios enfrentados no cotidiano. (IESol, 2025, p.7).

Como principais resultados do ano, destacam-se a continuidade das atividades fundamentadas na Economia Solidária, a realização periódica de encontros e oficinas, o fortalecimento das práticas de formação e acompanhamento do grupo e a participação em duas edições da Feira de Economia Solidária da UEPG, realizadas em 07 de agosto e 25 de setembro. [...] Os principais desafios para o próximo ano envolvem avançar na regularização da vigilância sanitária do EES, fortalecer a autonomia do grupo, definir um produto coletivo, ampliar a participação nas reuniões da FESU e viabilizar a geração de renda necessária para a compra de matéria-prima utilizada na produção. (IESol, 2025, p.7).

Diante dos desafios identificados ao longo do ano de 2025, a equipe da IESol buscou construir estratégias que pudessem contribuir para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo grupo. Nesse contexto, foi estabelecida uma parceria com o Centro de Convivência de Saúde Mental (CECO-SM) do município de Ponta Grossa, possibilitando que os encontros do ARTESol passassem a ser realizados nesse espaço. A iniciativa teve como objetivo ampliar as possibilidades de atuação da incubadora, promover uma perspectiva interdisciplinar de trabalho e oportunizar ao grupo a vivência em novos espaços de convivência, evitando que as atividades permanecessem restritas aos mesmos ambientes institucionais.

6 PARCERIA ENTRE A IESOL E O CENTRO DE CONVIVÊNCIA EM SAÚDE MENTAL (CECO) DE PONTA GROSSA - PR

Desde o primeiro semestre de 2025, o grupo ARTESOL está se reunindo no Centro de Convivência de Saúde Mental (CECO) do município de Ponta Grossa. O equipamento público foi oficializado por meio do Decreto nº 25.848/2025 e foi vinculado à Gerência de Saúde Mental da Fundação Municipal de Saúde.

A iniciativa do CECO tem como objetivo expandir o atendimento psicossocial no município, disponibilizando à comunidade um local de acolhida, integração e promoção da Saúde Mental. A proposta observa as diretrizes da Portaria GM/MS nº 5.738, de 14 de novembro de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os Centros de Convivência como serviços dedicados à sociabilidade e ao fortalecimento dos vínculos comunitários.

Com a abertura do centro de convivência a IESol buscou ampliar suas parcerias e promover novas iniciativas de Saúde Mental que pudessem considerar a perspectiva emancipatória e solidária do trabalho através da Economia Solidária. Portanto, se desenvolveu a partir da articulação entre a universidade e os serviços da rede de atenção psicossocial, com o objetivo de promover inclusão social e fortalecimento de vínculos, além de proporcionar um novo espaço para o grupo ARTESOL se reunir.

Um dos principais motivos para a consolidação da parceria surgiu de uma demanda relacionada a falta de aderência efetiva do grupo nos encontros promovidos no CAPS-AD, pois muitos vincularam o tratamento para uso de substâncias psicoativas ao grupo de Economia Solidária e acostumaram-se a fazer suas atividades somente no CAPS. Assim, observando essa demanda, e analisando a possibilidade de reunir

o grupo em outros espaços de convivência e socialização, surgiu a ideia de alocar esse grupo para o Centro de Convivência.

Nesse contexto, a IESol passou a atuar junto ao CECO por meio de oficinas, formações e acompanhamento do grupo, criando um espaço coletivo voltado à troca de saberes, à convivência e ao desenvolvimento de atividades produtivas. Essa aproximação possibilitou que os participantes do grupo e da equipe técnica da incubadora tivessem acesso a novas experiências, ampliando suas possibilidades de inserção social e construção de autonomia.

Foram realizadas 3 oficinas, a primeira sendo “ECOSOL: alternativas de trabalho e geração de renda” que ocorreu no dia 19 de Maio de 2025 às 9h30 da manhã com a intenção de apresentar a Economia Solidária como um caminho possível e sustentável para todas as pessoas valorizando saberes, habilidades e o trabalho coletivo. A segunda foi “Movimento em Ação: Corpo e Emoção”, que ocorreu no dia 26 de Maio às 10h da manhã e teve como objetivo estimular a expressão corporal, a socialização e o bem-estar físico e emocional por meio de atividades lúdicas e integrativas. E a terceira “Oficina de Sabão Sustentável” promoveu aprendizado acerca de sabão líquido e em barra de forma enquanto prática ecológica e aconteceu no dia 10 de junho às 14h, fortalecendo os cuidados com o meio ambiente.

Além das atividades internas e das oficinas ofertadas, o grupo também participou de feiras realizadas no espaço do Centro de Convivência em Saúde Mental, o que se configurou como uma importante estratégia de visibilidade e valorização do trabalho desenvolvido com artesanatos. A inserção nas feiras favoreceu a ampliação das interações com a comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o protagonismo dos integrantes do grupo.

Ao longo desse processo, a parceria contribuiu para o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos, especialmente ao incentivar práticas de participação coletiva. As atividades desenvolvidas favoreceram não apenas a geração de renda, mas também a construção de vínculos, o reconhecimento de potencialidades e a valorização das trajetórias individuais. Dessa forma, a articulação entre IESol e CECO se consolidou como uma estratégia relevante no campo da Saúde Mental, ao integrar trabalho, cuidado e convivência, promovendo inclusão social e melhoria na qualidade de vida dos participantes.

Em decorrência das ações realizadas ao longo deste período, no ano de 2026 o grupo passou a integrar a programação inicial do CECO, sendo reconhecido como parte das atividades regulares desenvolvidas no espaço. Essa inserção representa um avanço significativo no processo de consolidação do grupo, uma vez que amplia sua visibilidade institucional e fortalece sua inserção na rede de atenção psicossocial.

Figura 2 - Agenda CECO 2026 - grupo ARTESOL presente na programação



Fonte: CECO, 2026.

O grupo passou a contar com incentivo a longo prazo para utilização do local, o que favorece a estabilidade das práticas, o fortalecimento dos vínculos e a ampliação das experiências de convivência e aprendizagem. Nesse contexto, a participação nas demais atividades ofertadas contribui para a ampliação das interações sociais e para o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos envolvidos. A articulação com outras ações do serviço potencializa os efeitos da Economia Solidária no campo da Saúde Mental e reforça a importância de iniciativas integradas entre diferentes políticas públicas.

7 CONCLUSÃO

No processo de incubação e vivências cotidianas com o grupo ARTESOL, surgiram vários desafios e implicações na incubação, pois compreende-se que trata-se de um grupo que passa por situações vulneráveis relacionada a reabilitação psicossocial e isso implica no desenvolvimento do grupo. Dessa forma, é visível identificar que a incubação foi efetiva mas também possui fragilidades.

Nestes anos de incubação, o grupo passou a usufruir de sua independência e subjetividade, mantendo a autogestão e solidariedade como pressuposto principal em suas relações e nos encontros. A incubação foi efetiva para suas vidas em todos os aspectos a serem abordados, na produção de novos saberes e pertencimento aos espaços, como sensação de promover identidade e diversidade.

Neste sentido, a IESol possui um papel significativo na vida de cada sujeito, pois possibilita uma nova forma de se viver e compartilhar, sem distinção de exploração. Notar que o processo em si não é fácil e instantâneo, mas é recompensador. Ver vidas serem mudadas para melhor e de uma forma saudável para

suas próprias concepções de mundo e com os vínculos que criaram entre si.

A participação do grupo nas feiras de Economia Solidária, bem como um apoio da Prefeitura de Ponta Grossa no auxílio ao transporte, espaço para realização dos produtos coletivos, fomento da Incubadora na participação e efetivação do grupo nas atividades desenvolvidas foi primordial. E a experiência construída entre a IESol e o Centro de Convivência em Saúde Mental (CECO) demonstrou a importância de ações articuladas entre universidade e serviços públicos na promoção de práticas que integrem cuidado, convivência e trabalho.

Além disso, o processo de internalização dos princípios da Economia Solidária é um fator importante, pois os mesmos adquiriram organização e maturidade de um grupo que coopera juntos. Passaram, entretanto, a entender a subjetividade de cada um e reconhecer suas próprias potencialidades e talentos e a partir dela levar aprendizado aos demais.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, Ilana; OLIVEIRA, Margareth da Silva. Tratamento para usuários de drogas: perspectivas e desafios. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 235–243, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 224, de 29 de janeiro de 1992**. Estabelece diretrizes e normas para o atendimento em Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.197, de 14 de outubro de 2004**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Residências terapêuticas: o que são, para que servem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83–102, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 16 nov. 2025.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA EM SAÚDE MENTAL DE PONTA GROSSA. Programação 2026: confira a agenda. **Instagram**, 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/cecosmpg/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

DALLARI, Sueli Gandolfi. A construção do direito à saúde no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 9–34, 2003.

FERRO, Luis Felipe. Economia Solidária e Saúde Mental: um relato sobre práticas de inclusão pelo trabalho. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 10, p. 1–13, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; CELATS, 1983.

IESOL – INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Dossiê Artesol 2024**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2024.

IESOL – INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Dossiê Artesol 2025**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025.

LIMA, M. E. A. Dependência química e trabalho: uso funcional e disfuncional de drogas nos contextos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 260–268, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, C.; PORTUGAL, C.; NUNES, M. Economia Solidária e Saúde Mental: relato de experiência de práticas virtuais. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 6, p. 251–260, 2022.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ZANCHIN, Tatiana. **Políticas públicas sobre drogas no Brasil e a atenção psicossocial ao usuário de álcool e outras drogas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CAPÍTULO 10

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES NA FESU/UEPG - FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E SUAS INTERFACES COM A SUSTENTABILIDADE

THE SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF WOMEN AT FESU/UEPG (SOLIDARITY ECONOMY FAIR OF THE STATE UNIVERSITY OF PONTA GROSSA) AND ITS INTERFACES WITH SUSTAINABILITY

 <https://doi.org/10.63330/livroautor862026-010>

Virgínia Salamucha Carneiro

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1102610477978180>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: reidymoura@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

Karoline Dutra Szul

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da questão de gênero é uma temática que precisa atravessar todos os espaços, desde os ambientes institucionais até os cotidianos mais informais, pois diz respeito à organização da própria vida em sociedade. A possibilidade de debatê-la de forma pública não é algo dado, mas resultado de processos históricos de luta e resistência protagonizados, sobretudo, por mulheres que tiveram suas vozes silenciadas. Neste sentido, trazer esta discussão à tona significa não apenas reconhecer desigualdades persistentes, mas também tensionar as bases culturais e sociais que as sustentam.

Isto posto, é essencial mencionar que a materialização de tal capítulo origina-se do PROVIC - Programa Voluntário de Iniciação Científica, através do subprojeto “Mulheres e o Desenvolvimento Socioeconômico a partir da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa”, que foi construído durante os anos de 2024 e 2025. Soma-se a experiência anterior da autora em relação a sua atuação como extensionista na IESol - Incubadora de Empreendimentos Solidários, elemento que contribuiu para as análises mencionadas. Neste contexto, o objetivo primário consistiu em analisar a vivência e contribuição econômica das feirantes, buscando evidenciar a relevância das redes de apoio e das estratégias de flexibilização que considerem as especificidades dos arranjos familiares, sobretudo naqueles em que estas mulheres assumem a posição de chefes de família.

No que se refere à organização do capítulo, além da introdução, das considerações finais e das referências, o conteúdo está estruturado em quatro partes centrais. O primeiro subtópico apresenta um recorte teórico e histórico sobre a Economia Solidária, abordando seus fundamentos e o processo de constituição da IESol enquanto Incubadora e programa de extensão. Na sequência, o segundo subtópico discute as expressões de gênero, contemplando aspectos como a construção social dos papéis atribuídos aos homens e mulheres, bem como a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres. O terceiro subtópico dedica-se à análise da FESU a partir do protagonismo feminino, evidenciando o perfil socioeconômico das feirantes. Por conseguinte, o quarto e último subtópico apresentam as interfaces da questão de gênero e a sustentabilidade, propriamente dita.

2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A IESOL - INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Os primeiros registros em relação à Economia Solidária ocorrem após a implementação do capitalismo industrial, como uma “reação ao empobrecimento imediato dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (Singer, 2002, p. 24). Entre um dos vários donos dos complexos industriais, encontrava-se o britânico Robert Owen (1771-1858), “proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, na Escócia, durante a primeira década do século XIX” (Singer, 2002, p. 25). Singer (2002) expõe que Owen em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, decidiu limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais construiu escolas¹.

Este é o embrião do que na atualidade é o (re)nascimento da Economia Solidária. (Re)nascimento, porque “os movimentos sociais obtinham como fonte inspiradora o movimento cooperativista do século XIX, inspirado nas propostas de socialistas utópicos, com ênfase em Robert Owen” (Valadão; *et al.*, 2018, p. 13). É interessante mencionar que o autor Paul Singer (1932-2018) é utilizado nesta pesquisa, devido ao fato que o mesmo é pronunciado como o precursor que alimenta estes ideais voltados à Economia Solidária na sociedade brasileira.

O autor França Filho (2007) disserta sobre os intermédios de consolidação da Economia Solidária, que se intitulam ‘formas de auto-organização econômica’, em outros termos, são representados os EES - Empreendimentos Econômicos Solidários. Os EES, “organizações de primeiro nível ou popularmente conhecidos como grupos incubados, são o núcleo fundamental de constituição do campo” (França Filho, 2007, p. 163). Nesta categoria, estão experiências relacionadas ao “artesanato, assentamentos e

¹ É essencial não romantizar este processo, pois mesmo com iniciativas que favoreciam os trabalhadores, ainda havia a obtenção de ‘lucro’. Na Economia Solidária, utilizamos o termo ‘sobra’, porém, de acordo com a autora, por ainda estar categorizado enquanto exploração trabalhista, deve ser observado desta forma.

acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, grupos de catadores de materiais recicláveis, povos tradicionais, grupos de prestação de serviços, grupos de cultura, novas incubadoras regionais, grupos de inclusão/terapia, etc” (Valadão; *et al.*, 2018, p. 26).

No ano de 2005, há os primeiros registros documentais diante a fundação da IESol - Incubadora de Empreendimentos Solidários e, “dada a característica de caráter temporal permanente e que pressupunha a participação da comunidade, a IESol foi acordada como um programa de extensão” (Valadão; *et al.*, 2018, p. 17). A partir no ano de 2008, a IESol garantiu a ampliação de sua atuação mediante a aprovação de projetos com maior valor e com maior alcance. Em outras palavras, através da concretização de projetos até então idealizados, instituiu-se a FESU - Feira de Economia Solidária da UEPG, podendo ser assim caracterizada:

Um destaque é a realização semanal da FESU, em uma estratégia que converge uma série de objetivos, tais como: proporcionar espaço de exposição e comercialização dos produtos dos EES incubados, interação entre os trabalhadores e trabalhadoras e com a comunidade universitária, porta de entrada para a comunidade externa que visita a feira, espaço de trocas entre os EES participantes, espaço para outras atividades da IESol, como clube de trocas, rodas de conversa e divulgação da IESol, da UEPG e da Economia Solidária (Valadão; *et al.*, 2018, p. 22).

Na vigência de tal pesquisa, a IESol contava com cinco grupos, sendo estes: a AFESOL - Associação de Feirantes da Economia Solidária, a AMES - Associação de Mulheres da Economia Solidária, ArteSol (oriundo da incubação dos CAPS - Centros de Atenção Psicossocial de Ponta Grossa/Paraná), Assentamento Emiliano Zapata e Assentamento Maria Rosa do Contestado² (ambos filiados ao MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Por conseguinte, destaca-se a emergência de uma nova modalidade organizativa, intitulado processo de ‘incubação em rede’³, desenvolvido pela equipe da IESol em articulação com todos os grupos incubados, no âmbito da FESU. É neste cenário que se insere, portanto, o objeto desta pesquisa.

O autor mais cordial com a proposta, é Euclides Mance (1963), que reflexiona sobre as redes, nos mais diversos cenários, com enfoque na Economia Solidária. Primeiro, o próprio conceito de rede é indispensável, sendo este: “uma estratégia para conectar EES de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo” (Mance, 2003, p. 220).

Mance (2002) retrata que a nova geração de redes que começam a surgir baseadas na idéia de colaboração solidária, onde podem-se organizar coletivas estratégias com a “capacidade de expandir novas

² Este não faz parte da FESU, já que preferiu manter suas atividades somente em sua região, o município de Castro/Paraná. Em comum acordo, tornou-se visível que os mesmos já eram independentes das articulações fornecidas pela Incubadora e absorveram os princípios da Economia Solidária em sua fundação.

³ Utiliza-se ‘rede’, pois compreende que todos os grupos estão interligados dentro de um espaço, que seria a FESU, então, para além das demandas específicas dos coletivos, há as necessidades intrínsecas deste ‘grande’ coletivo.

relações sociais de produção e consumo, difundindo uma nova compreensão de sociedade, em que o ser humano, é considerado em suas múltiplas dimensões” (Mance, 2002, p. 5). Isto é, para além do viés econômico, onde as/os feirantes vendem seus produtos e serviços, há uma preocupação interligada com o pretexto coletivo e social, que a entendem enquanto uma comunidade conectada.

Segundo Freire (1987) a comunidade é como um espaço de convivência e construção coletiva de saberes, formado por sujeitos que compartilham um território e experiências comuns. O território é o próprio espaço onde a FESU acontece, dentro da universidade, enquanto as experiências comuns são os princípios da Economia Solidária. Neste sentido:

[...] as redes de colaboração solidária buscam promover da melhor maneira possível a circulação da informação e geração de interpretantes que não apenas permitam ampliar os conhecimentos de cada pessoa, suas habilidades técnicas e domínios tecnológicos ou a sua competência em produzir e interpretar novos conhecimentos necessários às tomadas de decisão em todas as esferas de sua vida, mas que além disto permitam recuperar a sensibilidade, a auto-estima e outros elementos de ordem ética e estética imprescindíveis à realização do bem viver de cada pessoa e de toda a coletividade (Mance, 2002, p. 10).

Adentrando de modo particular aos integrantes da FESU, a AMES e o ArteSol configuram-se como os grupos incubados em situação de maior vulnerabilidade, tanto em razão do contexto socioeconômico em que estão inseridos, quanto pelo próprio tempo de incubação, iniciado ao longo do ano de 2023. Assim, sob a perspectiva temporal, trata-se de um processo ainda bastante recente. De modo específico, dentro da AMES há um fenômeno muito visível, onde a rotatividade de membros ocorre por conta de questões parentais e conflitos internos, pois as mesmas precisam se ausentar periodicamente, por serem chefes de família e estarem sobrecarregadas com constância. Em relação ao ArteSol, vários fatores se entrelaçam com a vinculação ao CAPS, como a falta de recursos financeiros, altas durante o tratamento e a dificuldade de acesso ao transporte para chegar à universidade.

Em relação ao AFESOL e ao Assentamento Emiliano Zapata, observa-se que ambos se encontram em estágios mais avançados do processo, situando-se, respectivamente, nas fases de ‘*pós-incubação*’⁴ e ‘*desincubação*’⁵, o que evidencia um nível mais consolidado de autonomia organizativa. Tal condição se expressa na presença assídua e contínua na FESU, bem como na capacidade de conduzir e problematizar questões internas de forma mais independente. Ainda assim, diante deste maior grau de amadurecimento, permanece central a presença do protagonismo feminino, uma vez que ambos os grupos são liderados por

⁴ Há, dentro da própria Incubadora, debates sobre o uso de tais nomenclaturas, dado que existem posições divergentes sobre a fase de incubação em que se encontram os grupos acompanhados. Não obstante, a autora adota tal posição analítica específica, de acordo com a realidade observada.

⁵ Retrata-se a mesma circunstância referida no item (6).

mulheres, reafirmando seu papel na condução dos processos coletivos e na sustentação das iniciativas no âmbito da Economia Solidária.

Logo, a incubação em rede, propriamente dita, constrói a FESU enquanto um organismo vivo, mutável, que permite o fortalecimento de vínculos, para além do viés econômico, onde há a abertura da flexibilização de horários, a participação de filhos, netos e outros familiares, ademais da promoção de formações sobre diversas temáticas. Outrossim, a autora Bilac (2014) inclui a questão de gênero a partir da menção dos espaços de rede de apoio, quando tias, avós, vizinhas, amigas e em especial, as mulheres e suas relações, são articuladas por laços afetivos e de sobrevivência.

3 GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

Ao utilizar a terminologia ‘*gênero*’, constitui-se “um dos aspectos daquilo que poderia se chamar de busca pela legitimidade acadêmica para os estudos feministas” (Scott, 1995, p. 75). Ainda, este termo era como um sinônimo para ‘mulheres’, contudo, há a comprovação de que “a partir do momento em que existe a busca por conhecimento sobre um sujeito do sexo feminino, também encontram-se informações sobre homens, ou seja, ambos são influenciados pelo estudo da categoria de gênero” (Scott, 1995, p. 75).

[...] ‘*gênero*’ também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disto, o termo torna-se uma forma de indicar ‘*construções culturais*’ - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1995, p. 75).

Adiante, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e também é uma primeira maneira de significar relações de poder” (Scott, 1995, p. 92). Deste modo, a questão de gênero vincula-se ao poder e, a desigualdade aparece como expressão consequente de tal relacionamento, onde:

Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade, que a exercida como uma forma de poder. Logo, as relações de gênero são atravessadas pelo poder. Homens e mulheres são classificados pelo gênero e separados em duas categorias: uma dominante, outra dominada, obedecendo aos requisitos impostos pela heterossexualidade. A sexualidade é, portanto, o ponto de apoio da desigualdade de gênero (Saffioti; Almeida, 1995, p. 23).

Segundo Saffioti (1987), foi socialmente legitimado que a mulher ficasse encarregada dos cuidados dos filhos. Ainda que possua algum tipo de trabalho remunerado fora do espaço doméstico, continua responsável pela mediação das crianças até sua fase adulta. Destaca-se, a influência sofrida pelos infantes, onde são ensinados desde cedo a contribuírem para a engrenagem deste ciclo. Assim, meninas são encorajadas a encontrarem um marido, serem boas mães e donas de casa, não questionarem, serem delicadas

e estereótipos femininos. Já os meninos, devem se destacar pela coragem, incumbido pelo financeiro do lar, e em hipótese alguma demonstrar sentimentos, sendo visto como sinônimo de fraqueza.

Inserida dentro das próprias residências, em união ao contexto histórico trazido, apresenta-se a divisão sexual do trabalho. Esta considera duas acepções: a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e as diferenças no tempo e no espaço desta distribuição. Assim, Hirata e Kergoat (2007) compreendem como tal distribuição se associa a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Existem diferenças que são visíveis e constantes entre homens e mulheres, pois são naturalizadas. As mulheres são responsáveis por todo o cuidado dos filhos e do cônjuge, uma vez que, são consideradas figuras amáveis e carinhosas. Nesta mesma sociedade patriarcal, “o homem é a figura responsável pelo contexto monetário, sendo colocado como forte e provedor” (Sopko; Moura, 2023, p. 177).

Kergoat (2007) analisa as relações sociais de sexo, que são construídas socialmente e tem como base o trabalho. A divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo e relega, como base, as mulheres às esferas reprodutivas e os homens à esfera produtiva. Por meio de uma tomada de consciência, tornou-se evidente que o trabalho das mulheres era realizado de forma gratuita e invisível. A partir disto, “percebeu-se que aquilo era considerado obrigação para muitas mulheres era, na verdade, um trabalho sem valor e sem visibilidade” (Sopko; Moura, 2023, p. 179).

Considera-se que a precarização da mulher abrange tanto sua exploração no trabalho formal, quanto no trabalho doméstico. O trabalho formal da mulher é considerado uma mão de obra barata, e seu trabalho doméstico é visto como invisível e sem valor. O *‘trabalho público’* é aquele que é visto, valorizado e todos reconhecem, enquanto o *‘trabalho privado’* é aquele sem valor, feito para os filhos e cônjuges e não é reconhecido nem por eles (Sopko; Moura, 2023, p. 180).

Em relação às duplas/triplas jornada de trabalho das mulheres, denota-se que a “não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou a tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre ambos os sexos” (Sousa; Guedes, 2016, p. 124). Soares (2004) destaca que o Estado não é neutro em relação às desigualdades, nem mesmo as de gênero, pois as políticas públicas se mostram tão necessárias para tentar minimizar seus efeitos. Logo, a Economia Solidária não é apenas uma alternativa, bem como estratégia contra-hegemônica, capaz de tensionar as estruturas tradicionais do mercado e promover formas coletivas e sustentáveis de organização do trabalho e de vida.

4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES ORIUNDAS DA FESU - FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

O universo desta pesquisa contempla a amostra de seis participantes, identificados pelas letras *A*, *B*, *C*, *D*, *E* e *F*. Além da análise documental, também foi considerada a observação participante realizada durante as formações e reuniões promovidas pela Incubadora. É descrito que nove participantes foram convidados para traçar o perfil das/os feirantes da *FESU - Feira de Economia Solidária da UEPG*, todavia, não demonstraram interesse em compartilhar suas respostas. A seguir, apresentam-se os resultados⁶:

QUADRO 1 - Gênero de identificação das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

GÊNERO DE IDENTIFICAÇÃO				
Participantes	FEMININO	MASCULINO	OUTROS	RESPOSTAS INCONCLUSIVAS
A	X			
B				X
C		X		
D	X			
E				X
F	X			

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Dos seis participantes analisados, identificaram-se três mulheres, um homem e duas respostas inconclusivas. A presença de tais respostas inconclusivas não deve ser interpretada apenas como uma lacuna individual de compreensão, mas como expressão de processos mais amplos de acesso desigual ao conhecimento formal, especialmente no que se refere a categorias analíticas como ‘*sexo*’, ‘*gênero*’ e ‘*orientação sexual*’. Dentro de pesquisas que trabalham tais conceitos, é recorrente que determinadas distinções não estejam plenamente consolidadas, dado que é um debate contemporâneo, o que tensiona a própria aplicação de instrumentos padronizados de coleta de dados.

Por outro lado, a observação participante permite qualificar a análise ao evidenciar que, para além das limitações do dado declarado, há uma presença feminina majoritária nos *EES - Empreendimentos Econômicos Solidários*. Isto posto, é interessante retomar a definição da *OMS - Organização Mundial da Saúde* (2022), segundo a qual o sexo refere-se às características biológicas e fisiológicas do corpo humano, como os hormônios e os órgãos reprodutivos. Já o gênero constitui uma construção social que envolve os papéis e comportamentos culturalmente atribuídos às pessoas com base no sexo de nascimento, conforme já discutido anteriormente de forma mais aprofundada e, em geral, tende a causar ambiguidade.

⁶ Os registros utilizados foram elaborados por extensionistas que realizaram o *Estágio Curricular I em Serviço Social*, contendo dados dos feirantes. Todavia, as informações não haviam sido previamente sistematizadas ou tabuladas, o que motivou a análise apresentada.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES NA FESU/UEPG - FEIRA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E SUAS INTERFACES COM A
SUSTENTABILIDADE

QUADRO 2 - Orientação sexual de identificação das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

ORIENTAÇÃO SEXUAL DE IDENTIFICAÇÃO				
Participantes	HÉTÉROSSEXUAL	HOMOSSEXUAL	OUTROS	SEM INFORMAÇÃO
A				X
B				X
C	X			
D	X			
E				X
F	X			

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Considerando os seis participantes, estima-se que três feirantes se identificam como heterossexuais, enquanto os demais optaram por não responder à pergunta sobre orientação sexual. A ausência de outras expressões de orientação sexual não pode ser automaticamente interpretada como inexistência, mas deve ser problematizada à luz de fatores como o constrangimento e o receio de exposição. Assim, o silêncio ou a omissão também se configuram como formas de resposta, revelando limites importantes na apreensão empírica desta variável.

Além disto, a aparente predominância da heterossexualidade não deve ser decifrada como reflexo fiel da realidade, mas como resultado de um campo social no qual a heteronormatividade opera como padrão dominante.

QUADRO 3 - Estado Civil das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

ESTADO CIVIL					
Participantes	SOLTEIRA/O	CASADA/O	SEPARADA/O E/OU DIVORCIADA/O	VIÚVA/O	SEM INFORMAÇÃO
A		X			
B					X
C		X			
D				X	
E		X			
F		X			

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Entre os seis participantes analisados, há predominância de pessoas casadas, associada à presença universal de filhos. Este dado, longe de ser meramente descritivo, permite inferir a existência de arranjos familiares nos quais as responsabilidades de cuidado e sustento tendem a se entrelaçar, incidindo diretamente sobre as condições de participação na atividade produtiva. A centralidade da família, opera

como um eixo estruturante da reprodução social, ao mesmo tempo em que condiciona as possibilidades de inserção produtiva, especialmente em atividades como as desenvolvidas na FESU, que exigem disponibilidade de tempo e mobilidade.

Sob uma perspectiva crítica, é fundamental considerar que, ainda que inseridas em relações conjugais, as mulheres tendem a assumir de maneira desproporcional as responsabilidades domésticas e de cuidado, em função da divisão sexual do trabalho já discutida. Assim, o estado civil, longe de representar estabilidade ou partilha equitativa de responsabilidades, pode, em muitos casos, ocultar relações assimétricas no interior das famílias. Quando articulado à condição de chefia familiar já identificada na pesquisa, este cenário evidencia a sobrecarga que recai sobre estas mulheres, tensionando sua autonomia e limitando suas possibilidades de participação plena nas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de estratégias que considerem estas especificidades, como a Economia Solidária.

QUADRO 4 - Configurações familiares incluindo componentes parentais que residem na mesma moradia em conjunto com as/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES					
Participantes	ESPOSA/O	FILHA/O	GENRO E/OU NORA	NETA/O	OUTROS COMPONENTES
A	X				
B	X				
C	X				
D		X	X	X	
E	X				
F	X				

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

A configuração familiar apresentada evidencia a predominância de arranjos conjugais, uma vez que cinco dos seis participantes residem com seus cônjuges. Este dado revela a centralidade da família nuclear como unidade organizadora da vida cotidiana, especialmente no que se refere à partilha, ainda que desigual, das responsabilidades domésticas e econômicas. Esta predominância é complementar ao *quadro 3*, por isto, foi apresentada de tal forma.

Em contrapartida, a presença de um arranjo familiar ampliado, no caso do participante que reside com filha/o, genro/nora e neta/o, aponta para estratégias de coabitação que extrapolam o modelo nuclear, frequentemente associadas a contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Tal tipo de configuração pode tanto representar uma rede de apoio, quanto indicar a necessidade de compartilhamento de recursos diante de limitações materiais. Logo, as diferentes formas de organização familiar observadas não apenas expressam modos de convivência, mas também evidenciam como os sujeitos articulam suas relações parentesco como parte das estratégias de sobrevivência.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES NA FESU/UEPG - FEIRA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E SUAS INTERFACES COM A
SUSTENTABILIDADE

QUADRO 5 - Cor e/ou raça de identificação das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

COR E/OU RAÇA DE IDENTIFICAÇÃO						
Participantes	AMARELA/O	BRANCA/O	INDÍGENA	PARDA/O	PRETA/O	SEM INFORMAÇÃO
A					X	
B				X		
C				X		
D				X		
E				X		
F		X				

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (2023), a classificação por cor ou raça utiliza cinco categorias: ‘amarela/o’, ‘branca/o’, ‘indígena/o’, ‘parda/o’ e ‘preta/o’, todas baseadas na autodeclaração dos respondentes. Ainda que a pesquisa não se detenha na problematização conceitual destas categorias, é fundamental reconhecer que tais classificações não são neutras, mas atravessadas por processos coletivos que influenciam tanto a autodeclaração, quanto às condições concretas de vida destes sujeitos.

Entre os seis participantes, um se autodeclara bran/o, quatro se identificam como pardos e um como preto. O IBGE (2023) esclarece que a categoria ‘parda/o’ é utilizada para designar pessoas que se autodeclaram de cor de pele mista, geralmente associada à miscigenação entre brancos, negros e indígenas, grupo predominante entre os participantes da FESU. Contudo, sua amplitude também pode operar como um campo de indeterminação que, por vezes, dilui a identificação negra e invisibiliza experiências específicas de racismo.

QUADRO 6 - Faixa etária das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

FAIXA ETÁRIA				
Participantes	50 À 59 ANOS	60 À 69 ANOS	70 À 79 ANOS	SEM INFORMAÇÃO
A		X		
B		X		
C	X			
D			X	
E			X	
F		X		

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

A predominância de pessoas idosas entre os feirantes, com cinco dos seis participantes situados na faixa etária acima dos 60 anos, evidencia que a inserção na Economia Solidária, neste contexto, também se

constitui como uma estratégia de permanência produtiva em etapas avançadas da vida. Tal dado pode ser interpretado à luz das limitações impostas pelo mercado formal de trabalho, que tende a excluir sujeitos mais velhos, especialmente aqueles com trajetórias marcadas por vínculos precários e baixa escolarização.

Inserido neste aspecto, a participação na FESU não se reduz à dimensão econômica, mas assume contornos de sociabilidade e continuidade da vida ativa. Ainda assim, é necessário considerar que o envelhecimento, articulado a outras expressões da questão social, pode implicar demandas específicas, como condições de saúde, mobilidade e acesso a políticas públicas, o que reforça a importância de compreender este perfil etário de forma integrada às demais dimensões analisadas, dentro da categoria de trabalho.

QUADRO 7 - Nível de escolaridade das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Participantes	NÍVEL DE ESCOLARIDADE				
	ANALFABETA/O	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	SEM INFORMAÇÃO
A		X			
B			X		
C				X	
D			X		
E	X				
F				X	

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Entre os seis participantes contemplados, um é analfabeto, dois concluíram o ensino fundamental, dois completaram o ensino médio e dois possuem formação superior. É importante destacar que a Incubadora frequentemente atua como mediadora em situações que visam proporcionar melhor qualidade de vida aos feirantes, considerando suas perspectivas objetivas e subjetivas. O caso do *Participante E* é emblemático, pois em relatórios há a menção de recusa ao ingresso em programas de *EJA - Educação de Jovens e Adultos*, sob a justificativa de se reconhecer como analfabeto funcional, onde revela-se não apenas uma autopercepção sobre suas capacidades, mas também possíveis experiências prévias de desestímulo institucional ou inadequação das políticas educacionais às suas necessidades.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o IBGE (2023) define a pessoa analfabeta como aquela que não sabe ler nem escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES NA FESU/UEPG - FEIRA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E SUAS INTERFACES COM A
SUSTENTABILIDADE

QUADRO 8 - Renda familiar mensal das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa

RENDA FAMILIAR MENSAL					
Participantes	R\$1.518,00 À R\$2.500,00	R\$2.501,00 À R\$3.500,00	R\$3.501,00 À R\$4.500,00	R\$4.501,00 À R\$5.500,00	SEM INFORMAÇÃO
A					X
B	X				
C	X				
D			X		
E					X
F				X	

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Entre os seis participantes, a distribuição da renda familiar mensal revela um cenário marcado por limites estruturais significativos, ainda que apresente certa variação entre as faixas. Dois participantes concentram-se na faixa de R\$ 1.518,00 - adotado como referência pela equipe da Incubadora, conforme Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024 - e R\$ 2.500,00, ou seja, próximos ao valor de um a pouco mais de um salário mínimo, o que indica condições de vida potencialmente atravessadas por restrições no acesso a bens e serviços básicos. Nestes casos, a renda tende a ser consumida quase integralmente por despesas cotidianas, como alimentação, moradia e transporte, restando pouca ou nenhuma margem para imprevistos ou melhoria das condições de vida.

No entanto, ainda que outros participantes se situem em faixas superiores, um entre R\$ 3.501,00 e R\$ 4.500,00 e outro entre R\$ 4.501,00 e R\$ 5.500,00, estes valores não podem ser automaticamente interpretados como expressão de estabilidade econômica. Quando considerados elementos como o número de integrantes no domicílio, a presença de dependentes e o custo de vida, tais rendimentos podem se mostrar igualmente insuficientes para garantir segurança material.

QUADRO 9 - Ganhos mensais das/os feirantes oriundos da FESU - Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa advindos ou não da feira

GANHOS MENSAIS PROVENIENTES DA FEIRA			
Participantes	SIM	NÃO	SEM INFORMAÇÃO
A	X		
B	X		
C		X	
D		X	
E		X	
F		X	

Fonte: Acervo documental interno da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol. Organização: Salamucha, 2025.

Entre os seis participantes, dois dependem exclusivamente dos ganhos provenientes da feira, enquanto quatro dispõem de rendas complementares. É importante destacar que, conforme relatórios da Incubadora, alguns feirantes estão vinculados à Política de Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 -, por meio do Programa Bolsa Família; outros encontram-se inseridos/as na Política de Previdência Social - Lei nº 8.213/1991 -, embora a modalidade específica não tenha sido detalhada; e ainda há aqueles que trabalham de outras formas, em locais diversos.

Observa-se, portanto, que os próprios feirantes não consideram a feira como sua principal fonte de sustento. Ela pode representar uma complementação da renda, porém o montante financeiro obtido por essa via não é suficiente para suprir integralmente as necessidades básicas relacionadas ao seu próprio bem-estar. Embora a Economia Solidária se configure como um espaço relevante de inserção produtiva, neste caso, ela não se sustenta, isoladamente, como base suficiente de subsistência.

5 GÊNERO E SUSTENTABILIDADE: AS INTERFACES DE UMA DISCUSSÃO COMPLEMENTAR DENTRO DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A relação entre gênero e sustentabilidade demonstra como o empoderamento feminino não é apenas uma questão interligada com o fator de equidade, mas também é uma possível solução estratégica para enfrentar desafios ambientais e sociais (Ferreira; Silva, 2025, p. 3). As autoras também mencionam como as mulheres contribuem com a proteção da natureza e na construção de um futuro sustentável, assim evidenciado na FESU - Feira de Economia Solidária da UEPG. Os indicadores apresentados comprovam que as feirantes para além de promover práticas sustentáveis, criam aspectos inovadores do que se pode entender a partir da óptica de um desenvolvimento socioeconômico, com características sustentáveis.

Nesta perspectiva, a construção do empoderamento em si para/com as mulheres está interligada com quatro fatores, sendo estes:

(1) econômico, que visa certificar que todos possam desenvolver habilidades e capacidades para uma vida mais sustentável; (2) humano e social, que compreende um processo em que as pessoas adquirem o controle de suas próprias vidas; (3) político, que emerge da capacidade de organização individual e coletiva, de forma a exercer a cidadania e conquistar espaços de representatividade; e por fim (4) cultural, que busca redefinir as regras e normas sociais, assim como o ato de criar novas práticas e signos culturais (Luttrell, *et al.*; 2009, p.69).

No âmbito econômico, tais iniciativas possibilitam a inserção de sujeitos historicamente marginalizados, em circuitos produtivos que valorizam o trabalho coletivo e a distribuição mais equitativa dos ganhos. No que tange à dimensão humana e social, observa-se o fortalecimento da autonomia dos sujeitos, na medida em que estes passam a exercer maior controle sobre suas trajetórias de vida. Já na esfera política, a Economia Solidária fomenta processos organizativos que contribuem para o exercício da

cidadania, estimulando a participação em espaços públicos e a ampliação da representatividade. Por fim, no campo cultural, promove-se a ressignificação de valores e práticas sociais, ao questionar padrões hegemônicos de produção e consumo, abrindo espaço para a construção de novas identidades e relações sociais.

Além disto, ao se observar empiricamente experiências como a FESU, torna-se evidente que a atuação das mulheres na Economia Solidária ultrapassa a dimensão produtiva, configurando-se também como prática de cuidado e preservação ambiental. Dialoga-se com a perspectiva de Mies e Vandana (1993), ao destacar que as mulheres, especialmente em contextos comunitários, desenvolvem uma relação mais próxima com os recursos naturais, assumindo papel central na sua proteção e manejo sustentável. As feirantes não apenas comercializam produtos, mas também incorporam práticas como o reaproveitamento de materiais e a produção artesanal.

Em contrapartida, é interessante mencionar que a “insistência diante a coerência da unidade das categorias das mulheres rejeita a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas, dentro da categoria” (Butler, 2003, p. 35). Isto é, não existe uma ‘mulher ideal’ ou até mesmo, uma ‘mulher padrão’, dentro dos EES - Empreendimentos Econômicos Solidários, dado que para além da heterogeneidade de seus grupos, há a individualidade das mulheres. Tal compreensão é fundamental para evitar generalizações e para construir análises mais críticas com a realidade existente, reconhecendo que o empoderamento feminino, nestes intermédios, ocorre de maneira plural.

Guimarães (2010) ainda retrata que o dispositivo da sustentabilidade é um modo atualizado de ver e narrar o ambiente, como em união, pode ser:

[...] o dispositivo da sustentabilidade precisa ‘esverdear’ seus sujeitos. Isto significa dizer que ver a sustentabilidade como um dispositivo demanda a produção de um sujeito disposto a mudar os seus hábitos de vida, além de ser sensível aos apelos ligados à promoção da sustentabilidade, pois ser ‘verde’, hoje, é estar ligado ao seu tempo (Sampaio, Guimarães; 2012, p. 402).

Neste viés, o processo de ‘esverdeamento’ dos sujeitos pode ser compreendido como uma dimensão que ultrapassa a adoção de práticas isoladas, configurando-se como uma transformação mais ampla nos modos de pensar, agir e se relacionar com o meio ambiente. Trata-se da incorporação de valores e hábitos sustentáveis que passam a orientar o cotidiano, influenciando desde as formas de produção até as escolhas de consumo. No contexto da FESU, o ‘esverdear’ não se impõe de maneira uniforme, mas se constrói gradualmente, a partir das experiências particulares concretas e das formações realizadas pela Incubadora, evidenciando que a sustentabilidade pode ser resultado de processos educativos que se desenvolvem no interior da Economia Solidária.

6 CONCLUSÃO

O perfil das feirantes revela um grupo multifacetado, ainda que atavesse algumas características comuns. Predomina a presença feminina, majoritariamente de pessoas idosas, muitas das quais possuem trajetórias de vida marcadas por inserções precárias no mercado de trabalho formal. Observa-se que todas possuem filhos e mantêm vínculos conjugais. Em termos de escolaridade, o grupo apresenta níveis diversos, incluindo desde situações de analfabetismo até formação superior. Quanto à renda, verifica-se que são responsáveis pelo sustento, sendo mulheres chefes de família. Em conclusão, no recorte de cor/raça, há predominância de pessoas pardas.

Apesar de alguns avanços no acesso igualitário a direitos, não é possível afirmar que as mulheres sejam, de fato, plenamente reconhecidas e tratadas como cidadãs em sua integralidade. No plano formal, persiste um discurso que as inclui e busca favorecê-las, entretanto, na prática, a efetivação destes direitos ainda se apresenta como um processo árduo, marcado por desigualdades e distanciado da realidade cotidiana. Reitero, portanto, que mesmo diante das adversidades, as mulheres permanecem como protagonistas fundamentais da vida em sociedade, sendo essencial que sejam legitimadas nesta condição.

Sendo assim, a Economia Solidária se apresenta como um espaço que tensiona, ainda que de forma limitada, a lógica dominante do sistema capitalista, ao propor outras formas de organização do trabalho alternativas. Para estas mulheres, não se trata apenas de uma alternativa de geração de renda, mas de uma possibilidade concreta de fortalecimento de sua autonomia. Em suma, para além da sustentabilidade econômica, ainda que muitas vezes complementar, promove o empoderamento feminino, onde as feirantes passam a se reconhecer como capazes de intervir em sua própria realidade, rompendo, ainda que de modo parcial, com relações de dependência e subordinação historicamente impostas.

REFERÊNCIAS

- BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 129-145, jun. 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024**. Fixa o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2025. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, n. 241, p. 9, 23 dez. 2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: Identificação étnico-racial da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html>>. Acesso em: 02 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 25 jul. 1991.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 8 dez. 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Cleonice da Silva; SILVA, Silvana Rodrigues Duarte. Gênero e meio ambiente: mulher e sustentabilidade, o papel feminino na preservação e as políticas públicas. **Revista Insted de Direito (REDIR)**, v. 2, n. 1, 2025.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007. p. 155-174.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-26, jan. 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 55–72, set./dez. 2007.

LUTTRELL, Cecilia. *et al.* **Understanding and operationalising empowerment**. London: Working Papers, 2009.

MANCE, Euclides. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos - complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: IFIL; FASE; DP&A, 2003.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. São Paulo: Instituto Piaget, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Gênero e saúde: conceitos e definições**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/gender>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectivas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 395-409, mai/ago, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Swamy de Paula Lima. Estado, políticas públicas e desigualdades de gênero: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p. 113-126, 2004.

SOPKO, Camila; MOURA, Reidy Rolim. **Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis**: duplas e triplas jornadas de trabalho, trajetórias e experiências. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2023.

SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123–140, 2016.

VALADÃO, Adriano Costa. *et al.* **Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol)**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018.

CAPÍTULO 11

RELATO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA IESOL: A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA DE DINÂMICAS DE GRUPO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

REPORT ON A SOCIAL WORK INTERNSHIP AT IESOL: DEVELOPING A GROUP DYNAMICS BOOKLET AS AN INTERVENTION PROPOSAL

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral862026-011>

Victor Emanuel Santos Borges

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: 23005165@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6216093137705802>

Eduarda de Oliveira Florencio

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9026661784770186>

Camila Aparecida da Silva Albach

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: camialbach18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267978006659598>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>

Reidy Rolim de Moura

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: reidymoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5449233930427672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>

Peterson Alexandre Marino

Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0633050647503558>

1 INTRODUÇÃO

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), constitui-se como um importante espaço de articulação entre universidade e sociedade, atuando desde 2005 na promoção da Economia Solidária como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda. Trata-se de um programa de extensão universitária que integra ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a construção de alternativas coletivas.

A Economia Solidária, enquanto proposta contra-hegemônica ao modelo capitalista tradicional, fundamenta-se em princípios como a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a democracia. Nesse sentido, os empreendimentos econômicos solidários (EES) não se organizam a partir da lógica da exploração do trabalho, mas sim da valorização do coletivo, da participação ativa dos sujeitos e da

construção compartilhada de decisões. A IESol atua diretamente nesse campo, oferecendo assessoria técnica, formação crítica e acompanhamento contínuo aos grupos incubados, contribuindo para o fortalecimento dessas iniciativas.

Além disso, a incubadora estabelece diálogo com diversas políticas públicas, como assistência social, saúde mental, segurança alimentar e agroecologia, o que evidencia seu compromisso com uma abordagem interdisciplinar e com a transformação social. A inserção da dimensão socioambiental nesse contexto torna-se fundamental, uma vez que muitos empreendimentos desenvolvem práticas sustentáveis, como a produção agroecológica, o reaproveitamento de materiais e o consumo consciente, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

O presente capítulo tem origem em uma experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizada no âmbito da IESol, e tem como foco a elaboração de uma proposta de intervenção voltada ao fortalecimento de vínculos interpessoais em grupos incubados. A proposta central consiste na construção de uma cartilha de dinâmicas de grupo, com o objetivo de promover a melhoria da convivência, estimular o diálogo e fortalecer os princípios da Economia Solidária no cotidiano dos empreendimentos.

A escolha dessa temática está diretamente relacionada à realidade observada no campo de estágio, na qual foram identificadas fragilidades nas relações interpessoais entre os integrantes de um dos grupos acompanhados. Tais fragilidades evidenciam a necessidade de intervenções que ultrapassem a dimensão produtiva e econômica, alcançando também aspectos subjetivos, relacionais e coletivos que sustentam o funcionamento dos empreendimentos solidários.

Dessa forma, compreende-se que o fortalecimento de vínculos não é apenas um elemento complementar, mas sim estruturante para a consolidação da Economia Solidária. Relações baseadas na confiança, no respeito e na cooperação são fundamentais para garantir a continuidade dos grupos, sua sustentabilidade social e econômica, bem como sua capacidade de resistência frente às desigualdades sociais.

2 SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária emerge como uma alternativa concreta diante das transformações no mundo do trabalho, especialmente em contextos marcados pela precarização, pelo desemprego estrutural e pela exclusão social. Nesse cenário, os empreendimentos solidários se configuram como espaços de resistência, organização coletiva e construção de novas formas de sociabilidade. No entanto, sua efetivação depende diretamente da qualidade das relações estabelecidas entre seus integrantes, considerando os princípios de cooperação, solidariedade, sustentabilidade e autogestão.

De acordo com Gaiger (2003), as iniciativas de Economia Solidária emergem como estratégias de enfrentamento às situações de exclusão social e precarização geradas pelo sistema capitalista. Ao contrário

de formas tradicionais de resistência, essas experiências não se limitam à negação dessa lógica, mas propõem uma nova racionalidade econômica, fundamentada na cooperação, na autogestão e no controle coletivo dos meios de produção.

Nesta lógica, um dos conceitos centrais para o Serviço Social é o de transformação social, que segue em concordância com as práticas da ECOSOL, principalmente na busca de emancipação e mudança social dos EES, é neste momento que ocorre a aproximação com os princípios de solidariedade, autogestão e cooperação que norteiam a prática dos grupos, e também dos profissionais envolvidos.

O Assistente Social atua juntamente aos EES e proporciona ações baseadas em suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico metodológica, pois se existe a intenção de gerar trabalho e renda é possível inserir no debate as políticas públicas, e neste caso o profissional é essencial, pois é em sua intervenção que vai envolver os sujeitos nas questões sociais, políticas e econômicas. “O Assistente Social pode, então, contribuir de forma empírica para estes trabalhadores e organizações buscarem seus direitos e lutarem por políticas públicas efetivas na economia solidária, além do reconhecimento da economia como ponto forte.” (Lopes; Leal, 2019, p.3).

Como citamos anteriormente, a ECOSOL surge como uma resposta à crise no mercado de trabalho, reformulando a forma de agir, consumir, produzir e compartilhar. Considerando tal afirmação, podemos fazer uma análise relacionada à questão social, pois em um contexto de desigualdades sociais, muitas pessoas encontram em outras economias uma forma de superar a situação de vulnerabilidade.

Os profissionais em concordância com seu projeto profissional precisam encontrar estratégias para enfrentar as expressões da questão social em realidades diversas, sendo preciso uma postura mobilizadora, fortalecer os movimentos sociais entre outros aspectos. Em concordância com este debate, quanto às oportunidades da Economia Solidária e o fortalecimento das políticas públicas:

As oportunidades da economia solidária podem se fortalecer através dos avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso aos empreendimentos econômicos solidários, pela ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória e pelas conquistas de novas melhorias de produção sustentáveis (Lopes; Leal, 2019, p. 6).

O Serviço Social possui um projeto ético-político que trouxe grandes mudanças juntamente com o código de ética, que se organiza em torno de um conjunto de princípios, direitos, deveres e também vedações, se tornando essenciais para a sua prática cotidiana de trabalho, seja em qual for a área da atuação. Com base nessas documentações e normativas, o profissional pode prestar assessoria aos EES, participar de fóruns, conselhos e demais locais de mobilização, além de atuar juntamente com gestores públicos para dar visibilidade a ECOSOL em espaços ainda não ocupados, buscar meios de sensibilizar a população em geral, participar de projetos (na função de técnico ou outra) e cursos de capacitação, realizar

encaminhamentos para outros segmentos de toda a rede socioassistencial, considerando as demandas específicas de cada empreendimento solidário, para que todos possam ter acesso aos seus direitos.

Cabe destacar o trabalho com assessoria, que faz parte das atribuições específicas, ação esta que dentro da Economia Solidária tem grande importância, pois é necessário que o assessor tenha conhecimentos e habilidades com a consciência crítica, científica e criativa. De acordo com Bravo; Matos, (2014, p.31):

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimento na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições.

Ademais, para atuar neste campo é necessário o entendimento da diversidade das demandas que serão apresentadas pelos empreendimentos. É importante ressaltar que o profissional também precisa apropriar-se de teorias que embasam seu projeto ético-político e utilizar de ferramentas metodológicas e instrumentais de trabalho que possibilitem um caráter interventivo.

3 A IESOL ENQUANTO CAMPO DE ESTÁGIO

O estágio supervisionado em Serviço Social passou a integrar a grade curricular como disciplina obrigatória, conforme as Diretrizes Curriculares pertinentes e constitui-se como componente fundamental para a formação profissional. Torna-se premente debater essa disciplina, destacando-se seu papel no processo formativo do estudante e nas contribuições que esse processo pode oferecer aos/as assistentes sociais supervisores/as de campo. A partir do estágio supervisionado obrigatório, as instituições convertem-se em espaços potencializadores para a qualificação profissional. No curso de Serviço Social são necessárias o cumprimento de 204 horas de estágio obrigatório I e 204 horas em estágio obrigatório II, sendo realizados em anos diferentes da graduação.

O estágio curricular obrigatório tem uma relevância político-pedagógica no processo de formação e exercício profissional, sendo um processo obrigatório no curso de Serviço Social. A partir da prática no estágio, o(a) acadêmico(a) de Serviço Social pode compreender de forma mais efetiva as expressões da questão social e interagir com a sociedade, produzindo conhecimentos capazes de contribuir para a elaboração de respostas profissionais particulares requeridas pelas novas exigências da contemporaneidade. (Rolim, 2022, p.31).

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social proporciona ao discente a vivência direta dos referenciais teórico-metodológicos, da prática profissional e da formação de competências exigidas para o desempenho da profissão, colocando-o em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.662/1993 de

Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Neste sentido, o estágio é um campo “[...] privilegiado do processo ensino-aprendizado da relação teoria e prática, momento em que o compromisso e habilidades profissionais se qualificam na formação.” (Rolim, 2022, p.34).

O fluxo de estagiários de Serviço Social na IESol é muito frequente, portanto é preciso refletir sobre outra especificidade que atravessa essas trajetórias: a extensão universitária enquanto campo de estágio. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é desenvolvido enquanto uma estratégia de “[...] aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa.” (ABEPSS, 2010, p.38).

Assim, as atividades realizadas nesse âmbito podem aportar maior dinamismo aos currículos, oferecendo também mais flexibilidade e autonomia aos profissionais e estagiários, além de oportunizar experiências na prestação de serviços de qualidade e no contato direto com a comunidade. No caso da IESol, esse contato não se restringe aos trabalhadores dos EES, abrangendo igualmente estudantes universitários, alunos da rede de ensino fundamental e médio, usuários da assistência social, da saúde, meio ambiente, entre outros. A ABEPSS informa, ainda, que a extensão como campo de estágio é disciplinada por legislação, conforme se observa a seguir:

Levando em consideração o acúmulo das discussões sobre essa temática, vale ressaltar que o mesmo está previsto na Lei Federal 11.788, que permite a extensão como estágio ao afirmar que as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. (ABEPSS, 2010, p.39).

Neste sentido precisamos olhar para este campo e questionar “Estágio e Extensão: qual a diferença?” Bom, para isso cabe-nos alguns esclarecimentos, primeiramente pensando que as atividades de estágio e extensão ocorrem no mesmo espaço e é primordial que haja uma maior organização das funções dos alunos envolvidos, especialmente nos casos em que o estagiários recebem bolsa de extensão. Afinal, a IESol não possui financiamento de bolsas de estágio obrigatório, os fomentos que chegam até o programa são através de projetos de extensão e possuem prazos e metas a serem cumpridos, podendo envolver alunos e técnicos de muitas áreas do conhecimento.

A importância de compreender os objetivos de cada atividade é fundamental nesses casos, principalmente porque a extensão é o espaço da participação nas ações e o estágio, para além da participação, é o espaço da análise e formação profissional sobre essas intervenções, além da obrigatoriedade de supervisão de um/a Assistente Social com registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e acompanhamento pedagógico de um docente do departamento de Serviço Social. Nos

RELATO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA IESOL: A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA DE DINÂMICAS DE GRUPO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

casos apenas de bolsa de extensão os estudantes podem ser monitorados por técnicos de outras áreas, desde que haja vínculo formal com o programa.

Quadro 1 - Estágio x Extensão do Serviço Social na IESol: diferenças e semelhanças

Estágio	Extensão
➤ Horas de extensão não substituem estágio; ➤ Atividade acadêmica vinculada ao curso; ➤ Foco na relação com a comunidade e contato com os EES; ➤ Participação em ações coletivas e educativas (Na IESol vincula-se a Educação Popular e Economia Solidária); ➤ Possui momentos individuais (com supervisão); ➤ Documentação específica; ➤ Assinatura do supervisor - comprovação da ação; ➤ Obrigatoriedade de realizar um projeto de intervenção; ➤ Estágio exige supervisão específica de um/a Assistente Social com registro ativo no CRESS; ➤ Supervisão pedagógica; ➤ 204 Horas - dedicadas a demandas específicas do Serviço Social na incubadora; ➤ Geralmente 2 dias por semana (salvo casos especiais); Não excedendo o limite máximo de horas semanais permitidas em normativas;	➤ Atividade de extensão vinculada às metas de projetos; ➤ Foco nas demandas dos projetos e nos EES; ➤ Participação em ações coletivas; ➤ Prestação de contas em sistema SETI, PROEX ou outros - comprovação de uso de recursos; ➤ Horas específicas vinculadas a atividades extensionistas - (voluntário ou bolsista); ➤ Participação em projeto (FESU, projeto PROEX, USF etc) - vínculo institucional; ➤ Obrigatoriedade de relatórios parciais; ➤ Supervisão técnica; ➤ Carga horária a depender da bolsa ou voluntariado; ➤ Atividades gerais da IESol;

Fonte: Cartilha “Estágio Obrigatório na IESol - Orientações Gerais - SERVIÇO SOCIAL” (Documento interno). Organização: ALBACH, C.A.S., 2026.

Quanto às atividades de extensão o foco é na participação em projetos, ações coletivas e comunitárias, em atividades da feira (FESU), no contato diário com os EES e equipe técnica da IESol (independentemente da formação), inserção nas atividades gerais dos núcleos, organização e apoio em feiras e eventos. Realização de: Atividades com os grupos incubados; contato com participantes dos projetos; Prestação de contas da bolsa; sistematização das ações para relatórios institucionais; Produção de materiais (quando vinculados ao projeto) e ações de divulgação.

Em suma, as atividades de estágio possuem foco na formação profissional e atuação como futuro Assistente Social como por exemplo em ações de: participação em reuniões técnicas de equipe, espaços de supervisão de estágio, elaboração de Diário de campo, e demais documentos exigidos pelo curso, desenvolvimento do projeto de intervenção, observações e análises da dinâmica institucional, das expressões da questão social, do contato institucional com gestores, rede de serviços. Além da sistematização de demandas sociais identificadas, ações desenvolvidas. A produção acadêmica e

participação de eventos está condicionada a artigos e produções analíticas que perpassam a visão crítica do Serviço Social, sendo importante para compreender o papel de pesquisador da profissão.

E destacam-se a realização de: Oficinas; Formações abertas; Atividades educativas com a comunidade - sempre de caráter interventivo; Colaborar na organização de eventos; Produzir documentação interna da incubadora (Exemplo: Relatórios, Dossiês, Atas de reuniões) - burocracia, documentos, sistematização; Participar de reuniões gerais, de grupos e de estágio; Contato com: Escolas, associações, recicladores, CRAS, população em geral.

Mesmo assim é possível que fique a pergunta: quando a demanda do EES é para o Serviço Social? Alguns exemplos podem ser pensados através de experiências já vivenciadas, como no caso de que um EES precisa atualizar cadastro no CRAS - neste caso o estagiário atua na mediação com o serviço público junto a supervisora; Outra situação envolve um grupo que não compareceu a reunião - Para a extensão iremos registrar junto ao Programa IESol e no caso do estágio iremos registrar e compreender onde está a expressão da questão social (fragilidades com relação a saúde mental; deslocamento; autonomia; contato com políticas; etc) junto a supervisora de Serviço Social.

Outras ações como a identificação de demandas sociais dos participantes, encaminhamentos para a rede socioassistencial, contato com equipamentos públicos, análise da realidade social dos grupos (momento de reflexão) também fazem parte de demandas do curso para o estagiário, portanto esclarece-se que quando envolve uma demanda social e mediação com direitos/políticas públicas é específico do Serviço Social.

No sentido de compreender a relação direta entre os princípios éticos do Assistente Social na ECOSOL, citamos o material produzido pela incubadora que compara tais princípios, presentes no (Quadro 2):

RELATO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA IESOL: A CONSTRUÇÃO DA CARTILHA DE DINÂMICAS DE GRUPO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Quadro 2 - Comparação dos princípios do Código de Ética do Assistente Social com os princípios da ECOSOL

PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL (CFESS, 2012):	PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (REVISTA HUMANIDADES E INOVAÇÃO, 2018):
"I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais"	Na ECOSOL existe o princípio de DEMOCRACIA, que busca valorizar a vida, tendo como prioridade o estímulo à liberdade e ao pensamento crítico.
"II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo."	Para contrapor o autoritarismo, o princípio da AUTOGESTÃO que acaba por nortear o contexto de igualdade e de democracia dentro dos EES.
"III. Ampliação e consolidação da Cidadania, considerada a tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras."	Para garantir a consolidação da Cidadania é necessário a efetivação do princípio da DEMOCRACIA em conjunto com o de SUSTENTABILIDADE, pois viver em sociedade também é pensar no meio ambiente e suas implicações na vida de todos/as.
"IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida."	O princípio de DEMOCRACIA, que instrumentaliza os valores de igualdade e valorização do ser humano.
"V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática."	Debater o princípio de DEMOCRACIA é ter a percepção de que a justiça social, igualdade e a universalidade podem caminhar juntas em prol da valorização da vida. E também com o princípio da AUTOGESTÃO, que relaciona-se com a satisfação das necessidades humanas, que perpassam o ponto de vista social, político e econômico visando a valorização dos trabalhadores.
"VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças."	O princípio da SOLIDARIEDADE é trabalhado no sentido de eliminar preconceitos e incentivar o respeito entre os empreendimentos.
"VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual."	O respeito às mais diversas correntes profissionais só pode ocorrer se houver a possibilidade de execução para o princípio da COOPERAÇÃO, que nos leva a refletir as ações conjuntas e da soma das contribuições individuais, valorizando os saberes e resultando em objetivos em comum.
"VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero."	O princípio da SOLIDARIEDADE concede a ECOSOL a inserção na luta contra todas as formas de discriminação, visto que suas vertentes estão voltadas para uma perspectiva igualitária.
"IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores."	O princípio da COOPERAÇÃO diz respeito às interações sociais, o que também pode se relacionar com a troca de experiências e a convivência com os mais diversos campos de formação profissional, sendo assim, existe a possibilidade de articulação com os movimentos sociais.
"X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento	O princípio da PARTICIPAÇÃO ATIVA, ligado ao da AUTOGESTÃO evidencia o compromisso de

intelectual, na perspectiva da competência profissional."	todos os trabalhadores da ECOSOL para garantia de uma emancipação sociopolítica.
"XI. Exercício do serviço social sem ser discriminado nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física."	Para que ocorra o fazer profissional do Serviço Social sem discriminações, cabe aqui evidenciar todos os princípios, pois o/a Assistente Social precisa ser um profissional articulado com seus valores éticos e demais competências e atribuições, as quais têm espaço garantido na ECOSOL.

Fonte: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Revista Humanidades e Inovação, 2018. Organização: ALBACH, C. A. S, 2022.

Neste sentido é preciso ter a clareza de que “[...] a dimensão política do Serviço Social torna-se essencial, pois contribui para fortalecer processos formativos e participativos capazes de promover uma verdadeira emancipação e igualdade de oportunidades no âmbito da Economia Solidária.” (Pedroso, 2025, p.74). As expressões da questão social contidas no campo da IESol demonstram a necessidade da atuação profissional.

É através do trabalho em campo e da articulação entre os grupos e toda a rede socioassistencial que a IESol dá início ao processo de incubação. Nesse processo, identificam-se grupos compostos, em sua maioria, por indivíduos marginalizados, que vivenciam inúmeras violações de direitos, encontram-se excluídos do mercado formal de trabalho e enfrentam grandes dificuldades de acesso à renda.

Apesar dessas adversidades, essas pessoas possuem conhecimentos extraordinários para a produção de artesanatos, alimentos e práticas ligadas à agricultura familiar. Ao conhecerem e compreenderem os princípios da economia solidária, demonstram disposição para reorganizar suas práticas produtivas sob essa perspectiva, assumindo o compromisso com formas de organização baseadas na cooperação e na autogestão (Pedroso, 2025, p.43).

A demanda do Serviço Social pode mudar a cada ano que passa, então é preciso conversar com os/as profissionais do campo para entender qual é o cenário do momento em que se insere no estágio, além disso, há casos que podem exigir flexibilidade e para isso é necessário aval da coordenação da IESol. Para que a comunicação dê certo é preciso uma participação ativa nos grupos de *WhatsApp* ou via e-mails, para que possam acompanhar e responder mensagens e tirar dúvidas que devem ser direcionadas à supervisora de campo responsável. Também é preciso enfatizar a Conduta ética e profissional que envolve o sigilo sobre informações institucionais e pessoais, cuidado no uso de e-mails e comunicações formais, respeito na interação com equipe e demais estagiários, comprometimento com as atividades assumidas e organização. Ressalta-se ainda que o cumprimento das horas, conforme planejamento prévio, segue o calendário acadêmico da UEPG (incluindo feriados e recessos).

Diante do exposto, quanto aos benefícios de Estágio na Extensão destacam-se: a aproximação com realidade social, o desenvolvimento de novas habilidades, contato interdisciplinar e as supervisões coletivas

e trocas de experiências. Além de muitas outras que ocorrem em um espaço rico em aprendizado e cooperação.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO: CARTILHA DINÂMICAS DE GRUPO

A metodologia adotada neste projeto de intervenção caracterizou-se como qualitativa, participativa e interventiva, fundamentada nos princípios do trabalho com grupos no âmbito do Serviço Social. O processo teve início a partir da identificação de demandas no campo de estágio, especialmente relacionadas à fragilidade dos vínculos interpessoais entre integrantes de empreendimentos econômicos solidários incubados. A partir dessa realidade, estruturou-se um percurso metodológico que envolveu o planejamento da intervenção, a elaboração de uma cartilha de dinâmicas e a realização de uma amostra prática junto às feirantes vinculadas à Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU).

Essa etapa possibilitou a vivência das atividades propostas e a coleta de percepções das participantes, permitindo avaliar sua aplicabilidade e pertinência. Posteriormente, foi promovido um processo de construção coletiva de novas dinâmicas, no qual as próprias feirantes contribuíram com sugestões baseadas em suas experiências cotidianas, especialmente no que se refere à comunicação, convivência e organização do trabalho.

Durante todo o processo, foram utilizados instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, como observação participante, escuta qualificada, registros em relatórios de campo e aplicação de instrumento avaliativo, por meio de um panfleto entregue aos participantes ao final das atividades. Para Fernandes (2016, p.16) “Os instrumentos e técnicas do Serviço Social podem ser classificados de caráter quantitativos ou qualitativos e são, por assim dizer, nossas ferramentas de trabalho as quais não podem sofrer isolamento [...]”.

O propósito da cartilha consistiu em contribuir para o fortalecimento dos vínculos interpessoais e para a melhoria da convivência nos empreendimentos econômicos solidários incubados, por meio da disponibilização de dinâmicas de grupo que estimulem o diálogo, a empatia, a cooperação e a autogestão. Ao propor um material acessível e aplicável no cotidiano dos grupos, busca-se fomentar espaços de reflexão e construção coletiva, alinhados aos princípios da Economia Solidária, como solidariedade, democracia e participação, ao mesmo tempo em que se valoriza o protagonismo dos sujeitos e seus saberes construídos na prática.

O projeto de intervenção tinha como objetivo geral: Propor a elaboração de uma cartilha de dinâmicas de grupo que contribua para o fortalecimento de vínculos interpessoais e para a melhoria da convivência em empreendimentos econômicos solidários incubados pela IESol/UEPG. E por objetivos específicos:

- Desenvolver uma cartilha contendo dinâmicas de grupo estruturadas, com orientações

metodológicas, materiais necessários e propostas de reflexão;

- Aplicar as dinâmicas em grupos incubados, possibilitando a experimentação prática e a avaliação de sua efetividade;
- Promover espaços de diálogo, escuta qualificada e troca de experiências entre os participantes;
- Estimular o desenvolvimento de relações baseadas na empatia, no respeito e na cooperação;
- Contribuir para a consolidação dos princípios da economia solidária, especialmente a autogestão, a democracia e a solidariedade;
- Fortalecer a articulação entre a prática de estágio e os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social;
- Incentivar práticas coletivas que também considerem a sustentabilidade socioambiental, reforçando o compromisso com formas de produção e convivência mais justas e responsáveis.

O processo de elaboração da cartilha foi desenvolvido de forma participativa e articulada à realidade do campo de estágio, partindo inicialmente da identificação de demandas relacionadas à fragilidade dos vínculos interpessoais nos empreendimentos econômicos solidários incubados. A partir dessa constatação, realizou-se o planejamento do material, definindo seus objetivos, estrutura e linguagem, de modo a garantir acessibilidade e aplicabilidade no cotidiano dos grupos. Em seguida, foram selecionadas e adaptadas dinâmicas de grupo voltadas ao fortalecimento da convivência, do diálogo e da cooperação, considerando os princípios da Economia Solidária e as especificidades do público atendido.

A elaboração do conteúdo foi acompanhada de sua diagramação no aplicativo *Canva*, priorizando um formato visual atrativo, com uso de cores, ícones e organização didática das informações. Posteriormente, a cartilha foi apresentada em forma de amostra às feirantes vinculadas à IESol, possibilitando a vivência prática das dinâmicas e a coleta de contribuições para seu aprimoramento.

Esse momento permitiu a construção coletiva de novas propostas, incorporando saberes e experiências das participantes ao material final. Sendo assim, as sugestões foram sistematizadas e integradas à versão definitiva da cartilha, consolidando um produto que reflete tanto o embasamento técnico quanto a vivência concreta dos sujeitos envolvidos.

A participação dos graduandos no processo de construção da cartilha foi fundamental para o desenvolvimento da proposta, ocorrendo de forma ativa em todas as etapas do projeto de intervenção. Os estagiários estiveram envolvidos desde a identificação da demanda no campo, passando pelo planejamento das ações, elaboração do conteúdo, aplicação das dinâmicas e avaliação dos resultados. Essa atuação possibilitou a articulação entre teoria e prática, favorecendo o uso de instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, como a observação, a escuta qualificada e o trabalho com grupos. Além disso, a troca entre os próprios estudantes e com a equipe da IESol contribuiu para a construção coletiva do conhecimento e para o aprimoramento das estratégias utilizadas na intervenção.

No que se refere à organização do material, buscou-se estruturar a cartilha de maneira clara, didática e acessível, facilitando sua utilização pelos grupos incubados e pela equipe técnica. O conteúdo foi organizado de forma sequencial, contendo a apresentação das dinâmicas, seus objetivos, materiais necessários, modo de aplicação e reflexões propostas. A diagramação foi realizada no aplicativo *Canva*, priorizando um layout visualmente atrativo, com uso de cores, ícones e elementos gráficos que auxiliam na compreensão das informações. Essa organização visou não apenas a funcionalidade do material, mas também sua atratividade, contribuindo para o engajamento dos usuários e para a efetividade da proposta de intervenção.

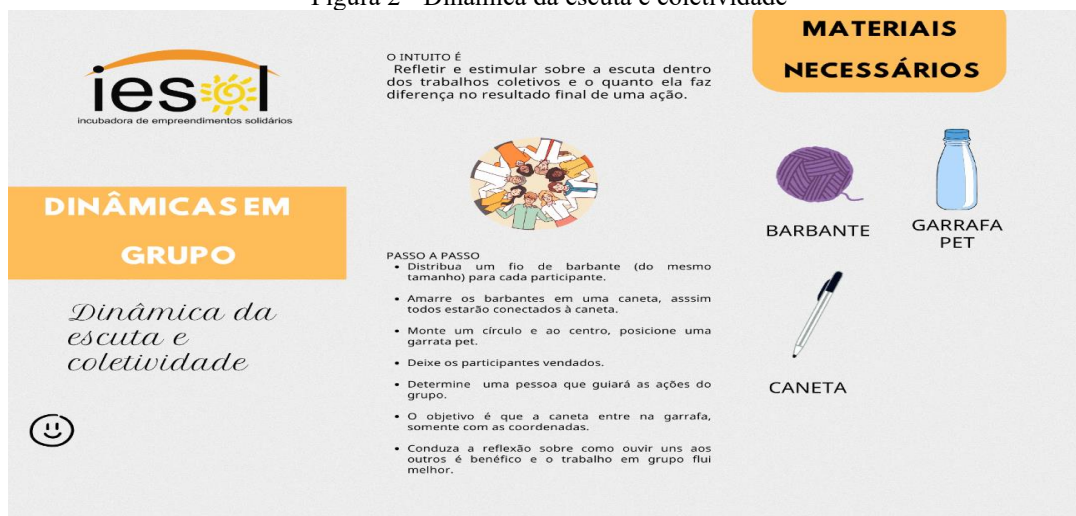
Abaixo anexamos todo o conteúdo da cartilha (Figuras de 1 a 11):

Figura 1 - Capa da Cartilha



Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.1.

Figura 2 - Dinâmica da escuta e coletividade



Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.2.

Figura 3 - Dinâmica do quebra-cabeça coletivo



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica do quebra-cabeça coletivo



O INTUITO É
Mostrar a importância da participação de todos e como as peças individuais formam um todo maior.



PASSO A PASSO

- 1 desenho impresso em folha A3 ou cartolina (pode ser algo que simbolize a Economia Solidária, ou a logo do grupo)
- Recorte em pedaços (como um quebra-cabeça).
- Entrega uma peça a cada pessoa.
- Em roda ou em mesas, os participantes precisam montar o quebra-cabeça juntos.
- Ao final, refletir que sozinhos temos apenas uma parte. Só quando nos unimos conseguimos completar o todo. Assim também é o nosso grupo: cada peça é fundamental.

MATERIAIS NECESSÁRIOS



FIGURA EM UMA FOLHA A3

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.3.

Figura 4 - Dinâmica da caixa dos talentos



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica da caixa dos talentos



O INTUITO É
Valorizar os saberes individuais e perceber como eles se somam em benefício do grupo.



PASSO A PASSO

- Cada participante escreve em um papel uma habilidade, qualidade ou conhecimento que possui.
- Coloca na caixa dos talentos.
- Em roda, o facilitador sorteia os papéis e lê em voz alta (sem dizer o autor). O grupo tenta adivinhar de quem é cada talento.
- Após identificar, conversa sobre como cada talento pode contribuir para fortalecer a economia solidária.
- Fecha com a ideia de que todos têm algo valioso a oferecer.

MATERIAIS NECESSÁRIOS




CAIXA PAPEL



CANETA

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.4.

Figura 5 - Dinâmica caminhando juntos



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica caminhando juntos



O INTUITO É
Trabalhar cooperação, confiança e autogestão em um desafio coletivo.



MATERIAIS NECESSÁRIOS



CORDAS



FITA ADESIVA

PASSO A PASSO

- No chão, desenhe ou marque um “caminho” com obstáculos (zig-zague, curvas, linhas).
- O grupo deve atravessar esse trajeto com todos conectados, segurando as mãos ou com uma corda que os une.
- Se alguém se soltar, todos precisam recomeçar.
- Ao final, refletir sobre como conseguiram se organizar? O que facilitou o processo? O que nos mostra sobre caminhar juntos em direção a um objetivo comum?”.

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.5.

Figura 6 - Dinâmica mãos que constroem



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica mãos que constroem



O INTUITO É
Estimular a cooperação e mostrar que cada integrante é essencial para o resultado coletivo.



MATERIAIS NECESSÁRIOS



CANETAS OU LÁPIS COLORIDOS



FITA ADESIVA



CARTOLINA

PASSO A PASSO

- Divida os participantes em pequenos grupos.
- Distribua folhas de papel cortadas em formato de folha para cada participante.
- Cada grupo recebe uma folha grande e deve desenhar uma casa, barco ou árvore (símbolo coletivo) apenas usando as mãos, não podem falar, só se comunicar por gestos.
- Após o tempo (10-15 min), todos observam os resultados.
- O facilitador conduz uma reflexão: “Foi difícil sem falar? Como se ajudaram? O que cada mão representou para a construção final?”
- Finaliza destacando o valor da cooperação e comunicação não verbal.

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.6.

Figura 7 - Dinâmica da Árvore do Cuidado



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica da Árvore do Cuidado



O INTUITO É
Refletir sobre práticas de autocuidado e apoio coletivo, fortalecendo vínculos no grupo e reconhecendo que o cuidado também é uma construção coletiva.



PASSO A PASSO

- Em uma cartolina, desenhe o tronco de uma árvore.
- Distribua folhas de papel cortadas em formato de folha para cada participante.
- Peça que cada pessoa escreva em sua "folha" uma prática de cuidado pessoal ou coletivo que considera importante.
- Um a um, os participantes colam suas folhas na árvore.
- No final, a árvore estará cheia de ideias, representando o cuidado como um esforço coletivo.
- Conduza a reflexão sobre como essas práticas podem ser cultivadas no dia a dia e fortalecidas no grupo.

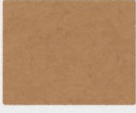
MATERIAIS NECESSÁRIOS



FOLHAS DE PAPEL



CANETAS OU LÁPIS COLORIDOS



CARTOLINA



FITA ADESIVA

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.7.

Figura 8 - Dinâmica da Rede de Apoio



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica da Rede de Apoio



O INTUITO É
Valorizar a importância de cada pessoa no fortalecimento coletivo, mostrando que todos têm um papel essencial. A dinâmica reforça que ninguém está sozinho e que, como em uma rede, quando um fio se rompe todos sentem, mas quando se fortalecem juntos, sustentam uns aos outros.



PASSO A PASSO

- Organize o grupo em círculo.
- Uma pessoa segura a ponta do barbante e fala uma palavra, valor ou gesto que considera essencial para o bem-estar do grupo (ex.: "solidariedade", "respeito", "alegria").
- Depois, ela joga o rolo para outra pessoa, mantendo a ponta do fio em sua mão.
- O próximo faz o mesmo, até todos estarem conectados.
- Quando a rede estiver pronta, peça que o grupo levante a rede levemente, como se fosse uma teia.
- Puxe o barbante em alguns pontos para mostrar como a rede se movimenta inteira, mesmo com um gesto pequeno.

MATERIAIS NECESSÁRIOS



BARBANTE



TRABALHO COLETIVO

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.8.

Figura 9 - Dinâmica do Espelho Positivo



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica do Espelho Positivo



O INTUITO É
Promover o reconhecimento de qualidades e potencialidades, reforçando que cada pessoa tem algo único a oferecer. A dinâmica trabalha autoestima, acolhimento e também fortalece a visão de que o coletivo cresce quando se enxerga o que há de bom em cada integrante.



PASSO A PASSO

- Cada participante escreve seu nome no topo de uma folha.
- As folhas vão passando de pessoa em pessoa. Cada participante escreve uma qualidade, algo positivo ou até mesmo uma lembrança boa que tem da pessoa do papel.
- Incentive que usem criatividade: pode ser palavra, frase, desenho ou até símbolo.
- Quando as folhas retornarem, cada pessoa lê o que recebeu.
- Em roda, compartilhem os sentimentos gerados pela experiência.
- facilitador pode sortear uma música animada para tocar durante a escrita, dando mais leveza e descontração ao momento.

MATERIAIS NECESSÁRIOS



FOLHAS DE PAPEL



CANETAS OU LÁPIS COLORIDOS

Fonte: Oliveira; Borges, 2025, p.9.

Figura 10 - Dinâmica do Círculo de Expectativas



DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica do Círculo de Expectativas



O INTUITO É
Criar um espaço de escuta e troca sobre sonhos, desafios e contribuições, permitindo que cada integrante expresse sua visão. A dinâmica estimula corresponsabilidade e reforça a ideia de que o grupo caminha junto, somando forças e construindo um horizonte coletivo.



PASSO A PASSO

- Na cartolina, desenhe um grande círculo dividido em três partes: "expectativas", "desafios" e "contribuições".
- Entregue a cada pessoa três post-its (um para cada categoria).
- Peça que escrevam suas ideias e depois cole nos espaços correspondentes.
- Quando todos terminarem, faça a leitura em voz alta e organize os post-its próximos por temas em comum.
- Abra a roda de conversa: o que mais chamou atenção? O que pode ser trabalhado desde já?
- Ao final, escolha uma expectativa que todos considerem importante e transformem em um "compromisso coletivo", com o grupo escolhendo juntos um gesto ou palavra para simbolizá-lo.

MATERIAIS NECESSÁRIOS



POST-ITS



CANETAS OU LÁPIS COLORIDOS



CARTOLINA

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.10.

Figura 11 - Dinâmica da Caixa de Emoções

ies
incubadora de empreendimentos solidários

DINÂMICAS EM GRUPO

Dinâmica da Caixa das Emoções

O INTUITO É
Favorecer a expressão dos sentimentos de forma lúdica, abrindo espaço para que cada pessoa reconheça e compartilhe suas emoções no coletivo. A atividade contribui para a escuta, empatia e fortalecimento dos vínculos, mostrando que, assim como na economia solidária, quando dividimos o que sentimos, aprendemos a acolher e apoiar uns aos outros.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

PAPEIS COLORIDOS

CANETAS OU LÁPIS COLORIDOS

CAIXA

PASSO A PASSO

- Coloque a caixa no centro da roda e explique que ela será a "Caixa das Emoções".
- Entregue pequenos papéis para cada participante e peça que escrevam (ou desenhem) uma emoção que sentiram durante a semana, sem precisar se identificar.
- Dobre os papéis e coloque todos na caixa.
- O facilitador mistura os papéis e sorteia um a um, lendo em voz alta (ex.: "ansiedade", "alegria", "cansaço").
- Após cada leitura, abra um breve espaço para comentários: alguém já se sentiu assim? Como lidou com isso?
- Ao final, destaque como é comum compartilhar sentimentos, reforçando que ninguém está sozinho em suas experiências.

Fonte: Florencio; Borges, 2025, p.11.

A avaliação ocorreu de forma processual e final, permitindo analisar tanto o desenvolvimento da intervenção quanto seus resultados, evidenciando avanços na interação, no diálogo e na cooperação entre as participantes.

Os resultados do projeto de intervenção evidenciam contribuições significativas no fortalecimento das relações interpessoais entre os participantes dos empreendimentos econômicos solidários incubados. A aplicação das dinâmicas possibilitou a ampliação do diálogo, da escuta e da cooperação entre os membros dos grupos, favorecendo a construção de um ambiente mais participativo e colaborativo.

Observou-se maior envolvimento dos participantes nas atividades coletivas, bem como a valorização das falas e experiências individuais, o que contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao grupo.

Como impacto, destaca-se a melhoria na convivência e na organização interna dos empreendimentos, refletindo diretamente nas práticas de trabalho coletivo e nas ações desenvolvidas, especialmente no contexto da Feira de Economia Solidária. Além disso, a construção coletiva da cartilha, com a participação das feirantes, promoveu a valorização dos saberes populares e reforçou o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

O material produzido passa a constituir um recurso permanente para a IESol, podendo ser utilizado em formações futuras e replicado em outros grupos, ampliando o alcance da intervenção. Além do mais, a cartilha agora faz parte da aba "Produções" no site oficial da incubadora, tornando-se uma referência

pública e de livre acesso¹.

Ademais, o projeto contribuiu para o fortalecimento da Economia Solidária enquanto prática de resistência e alternativa à precarização do trabalho, impactando não apenas os participantes diretos, mas também suas famílias e a comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, os resultados alcançados demonstram a relevância de ações que integrem formação, participação e intervenção social, reafirmando o papel do Serviço Social na promoção de processos coletivos emancipatórios.

5 CONCLUSÃO

No acompanhamento realizado pela IESol, foi identificado que conflitos interpessoais podem comprometer significativamente o funcionamento dos grupos, afetando tanto a produção quanto a tomada de decisões coletivas. Essas situações revelam que, embora os princípios da Economia Solidária estejam presentes no plano teórico, sua concretização no cotidiano exige processos contínuos de mediação, formação e fortalecimento das relações humanas.

Nesse sentido, o trabalho com grupos se apresenta como um importante instrumento técnico-operativo do Serviço Social, que por meio de metodologias participativas, como as dinâmicas de grupo, pode criar espaços de escuta, diálogo e reflexão, favorecendo a construção de relações mais horizontais e democráticas. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento da empatia, da cooperação e do reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Além disso, a proposta justificou-se pela sua relevância no âmbito da formação profissional. O estágio supervisionado constitui um momento fundamental para a articulação entre teoria e prática, permitindo ao estudante vivenciar as demandas reais da população e desenvolver competências profissionais alinhadas ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. A intervenção realizada dialogou diretamente com esse projeto, ao priorizar a defesa dos direitos, a valorização da participação social e o compromisso com a transformação da realidade.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão socioambiental, pois a Economia Solidária, ao promover práticas como o consumo consciente, a produção sustentável e a valorização dos saberes locais, contribui para a construção de uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza. No entanto, essas práticas também dependem da cooperação e do engajamento coletivo, reforçando a importância do fortalecimento de vínculos para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Dessa forma, a elaboração de uma cartilha de dinâmicas de grupo se apresentou como uma estratégia viável e inovadora, capaz de contribuir tanto para a melhoria das relações interpessoais quanto para o fortalecimento dos princípios da Economia Solidária. Trata-se de uma intervenção que alia teoria e prática,

¹ Para ter acesso ao site com a cartilha basta acessar: <https://www2.uepg.br/iesol/arquivos/>. (IESol,2026).

conhecimento técnico e sensibilidade social, visando promover mudanças concretas no cotidiano dos grupos.

REFERÊNCIAS

ALBACH, Camila Aparecida da Silva. **Os desafios e potencialidades da atuação profissional do assistente social na incubadora de empreendimentos solidários (IESOL/UEPG)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

ALBACH, Camila Aparecida da Silva. **Estágio obrigatório na IESol: orientações gerais** – Serviço Social. 2026. Documento interno da IESol (Incubadora de Empreendimentos Solidários).

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Odete. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FLORENCIO, Eduarda de Oliveira; BORGES, Victor Emanuel (org.). **Cartilha de dinâmicas**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), 2025.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181–211, jul./dez. 2003.

LOPES, L. M. M. S.; LEAL, R. B. G. O serviço social frente às experiências de economia solidária: a contribuição da educação popular na atuação dos assistentes sociais. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 9., 2019, São Luís, Maranhão. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_120_1205cc8dd014915d.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

PEDROSO, Camila Martins dos Santos. **Associação de Mulheres na Economia Solidária (AMES): uma análise a partir do olhar da questão de gênero**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

ROLIM, Dayana Cury. O estágio em Serviço Social e sua contribuição para a produção de conhecimento na formação e trabalho profissional. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 29–45, jan./jun. 2022. DOI: 10.5433/1679-4842.2022v25n1p29.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com